



# Projeto ADAT/ Timbaúba



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba  
–PE CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



# Ofício (2ª Fase)



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba  
–PE CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

3

Ofício nº 39/2024

Ao Ilustríssimo Senhor MD Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco – CEDCA-PE

A ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA, CNPJ: 06.001.126/0001-67 localizada a Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba PE, através de seu representante legal: Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti portadora da identidade nº 462.0600, data de emissão: 02.07.2014, expedida pelo órgão: SDS / PE, e inscrita no CPF sob o nº 032.801.484-21, vem, mui respeitosamente, nos termos do Edital de nº 001/2024, oriundo do CEDCA-PE – Chamamento Público Seleção de Projetos / **Item II: Prerrevenção e enfrentamento aos diversos tipos de violações contra crianças e adolescentes (com deficiência, povos tradicionais, violência sexual e trabalho infantil)**, com respectivo projeto denominado: **De Mãos Dadas Contra a Violência Sexual Infante Juveunil**, para tanto encaminhando os documentos exigidos relativos a segunda fase do processo em consonância com o respectivo Edital e Convocação das Entidades devidamente publicada no DOE / PE no dia 19 de novembro de 2024.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

---

**Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti**  
**Presidente da ADAT Timbaúba**

Sr Leandro Moura  
Presidente do CEDCA  
PE

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba –  
PE. CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# **De Mãos Dadas Contra a Violência Sexual Infanto Juvenil**

Praça Jader de Andrade, 89.Centro.Timbaúba –  
PE. CEP: 55.870-000  
CNPJ:06.001.126/0001-67





## **Sumário:**

Plano de Trabalho	Página:06
Declaração de Contrapartida	Página:30
Declaração Anexa ao Projeto	Página:32
Declarações Gerais	Página:35
Extrato da Conta Zerada	Página: 44
Documentos Institucionais	Página:45
Documentos da Presidente	Página:73
Certidões Negativas	Página:84
CERT	Página:97
Declaração Experiência Geral	Página:102
Declaração Experiência	Página:103
Declaração Técnica Operacional	Página:197
Registro COMDICA/ Timbaúba	Página:203
Lei Municipal e Estadual	Página:205
CEBAS	Página:209
Currículo Coordenadora	Página:212
Cotações	Página:215
Equipe Técnica / ADAT	Página:318
Cotações Profissionais	Página:355
Cadastro CNEAS	Página:418
Relatório de Atividades 2023	Página:420



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

6

### 1.0 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

<b>1.1 NOME DO PROJETO:</b> De Mãos Dadas Contra a Violência Sexual Infanto Juvenil	
<b>1.2 LINHA DE AÇÃO:</b> 2. Prevenção e enfrentamento aos diversos tipos de violações contra crianças e adolescentes (com deficiência, povos tradicionais, violência sexual, trabalho infantil)	<b>1.3 PÚBLICO DESTINATÁRIO:</b> Crianças Adolescentes
<b>1.4 METAS:</b> 48 crianças, 62 adolescentes e 110 familiares	
<b>1.4 ENDEREÇO COMPLETO (LOCAL DAS ATIVIDADES):</b> Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba - PE	
<b>1.5 PONTO DE REFERÊNCIA:</b> Próximo ao Banco do Brasil	
<b>1.5 ESPAÇO FÍSICO:</b> ( ) PRÓPRIO ( ) ALUGADO ( x ) CEDIDO, E/OU PARCEIROS	
<b>1.6 PERÍODO DE EXECUÇÃO:</b> 12 meses	

### 2.0 - DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

<b>2.1 RAZÃO SOCIAL:</b> ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAUBA		<b>2.2 SIGLA:</b> ADAT	
<b>2.3 CNPJ DA ENTIDADE:</b> 06.001.126/0001-67		<b>2.4 MUNICÍPIO:</b> Timbaúba - PE	
<b>2.5 ENDEREÇO DA ENTIDADE (SEDE):</b> Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba - PE			
<b>2.6 PONTO DE REFERÊNCIA:</b> Proximo ao Banco do Brasil			
<b>2.7 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:</b>	<b>MANHÃ:</b> 07h00min às 12h00min	<b>TARDE:</b> 12h00min às 17h30min	
<b>2.8 E-MAIL INSTITUCIONAL:</b> adat-2011@hotmail.com		<b>2.9 TELEFONE:</b> 81.99190.0502	
<b>2.10 SITE E/OU REDES SOCIAIS:</b> Site: www.adattimbauba.org.br Instagram: adat_timbauba Facebook: Adat Timbauba		<b>2.11 NÚMERO DE REGISTRO NO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:</b> 003	
<b>2.12 REGIME DE ATENDIMENTO DA ENTIDADE (ECA, Art. 90):</b> Orientação e Apoio Socio Familiar			

### 3.0 - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE / REPRESENTANTE LEGAL:

<b>4.1 NOME COMPLETO:</b> Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti	
<b>4.2 ENDEREÇO RESIDENCIAL:</b> Avenida Ismael Gouveia, 15. Apto: 102. Centro. Timbaúba - PE	<b>4.3 TELEFONE RESIDENCIAL:</b> 81.99190.0502
<b>4.4 NÚMERO DE CELULAR:</b> 81.99190.0502	<b>4.5 PROFISSÃO:</b> Assistente Social
<b>4.6 CPF:</b> 032.801.484-21	<b>4.7 RG:</b> 462.0600 SDS / PE
<b>4.8 ESTADO CIVIL:</b> Solteira	<b>4.9 DATA DE POSSE DA ATUAL DIRETORIA:</b> 01/06/2022
<b>4.10 PERÍODO DE VIGÊNCIA DO MANDATO:</b> 01/06/2026	
<b>4.11-MAILS DO DIRIGENTE:</b> katigalvao@hotmail.com	

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



#### **4.0 - RELATAR A EXPERIÊNCIA NA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA / ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA:**

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, ao longo dos anos, vem sendo incluído na agenda dos governos e da sociedade civil como uma questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal Nº 8.069/1990 e suas atualizações e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança pela ONU – Organização das Nações Unidas.

Para a conscientização da gravidade de tais agressões e de tais posturas, dentre as metas desse projeto, consta a realização de estudos quantitativos e qualitativos para análise da situação de violência sexual infanto-juvenil, para que sejam especificados recursos para o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e mobilização da sociedade, em especial a mídia e os segmentos que comprovadamente representam fatores de risco à população infanto-juvenil, para fortalecer as articulações e locais de combate à violência sexual infanto-juvenil e potencializar a promoção de mecanismos de exigibilidade dos direitos para as vítimas da violência sexual infanto-juvenil, assegurando, sobremaneira, o atendimento humanizado aos mesmos.

A prioridade é o desenvolvimento de ações voltadas ao combate desse fenômeno nocivo à sociedade, por meio de um conjunto articulado e integrado de políticas de atendimento, proteção e defesa das vítimas, bem como a repressão da sua ocorrência e da correspondente responsabilização dos violadores, prioridade esta que foi devidamente consolidada com a celebração do Termo de Fomento do CEDCA / FEDCA – Projeto ADAT TECENDO OS FIOS DA INVISIBILIDADE SOCIAL, em consonância com o Edital de Chamamento Público Nº 001 / 2018, publicado em 19 de abril de 2018 e o Termo de Fomento Nº 002 / 2018, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado no dia 27 de agosto em 2018. As demais experiências acontecem em participação e parcerias com o poder público municipal que serão devidamente comprovadas.

A violência, incluindo a negligência e o abuso sexual, impedem o bom desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes e os maus tratos são encontrados em todos os níveis socioeconômicos e culturais, tendo a sociedade o dever de zelar pela dignidade da criança e do adolescente para que estes fiquem a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Tal fenômeno não é estranho a nossa realidade. A questão do abuso e exploração sexual infanto juvenil, já vem tendo um atendimento especial pelo CREAS – Timbaúba, como se pode observar nos dados referente aos últimos três anos em relatório da Secretaria de Assistência Social, anexo a este projeto. Apesar dos esforços do poder público municipal e preciso se fazer mais e melhor, para isso esse projeto foi criado com a finalidade de proteger nossas crianças e adolescentes da exploração sexual sendo uma responsabilidade coletiva. Todos podemos contribuir para a prevenção e o combate desse crime, seja através de ações voltadas ao tema e o com a participação em iniciativas mais amplas e com comprometimento da ADAT / Timbaúba de executar esse projeto. A proteção, o cuidado e a promoção no desenvolvimento de crianças e adolescentes deve ter um olhar especial do CEDCA – PE, com o seu cofinanciamento devidamente aprovado.

De outro norte, considerando em especial a Rodovia Estadual PE 82, que interligada a BR 408, que dá acesso ao município de Timbaúba, que corta o Bairro de Sapucaia, e liga ao município de Ferreiros e Ibiranga / divisa com o Estado da Paraíba, observa-se que esse bairro em questão por se tratar de rodovia, se torna um ponto vulnerável a exploração sexual infanto juvenil, apresenta os pontos de riscos, comércio que sejam locais de estacionamentos de caminhões e carros de viagem, apresenta pouca iluminação, presença de atividades de prostituição, uso de drogas e circulação de crianças e adolescentes, ausência de câmaras de monitoramento e entre outros. O abuso e exploração sexual infanto juvenil em especial na rodovia não estão nas estatísticas, estão à margem – na beira das estradas, onde o capim cresce baixo amassado pela roda do caminhão, na beira do asfalto, onde faróis ocasionais e amarelos iluminam rostos que conhecem pouco além de uma boleia de caminhão apertada, buracos da estrada. Crianças e adolescentes explorados sexualmente nas rodovias são um reflexo da cultura do machismo, falta de informação e pouca prática em denunciar violações.

Em tempo esse bairro tem bordéis (prostíbulos) que trabalham com prostituições e uso de drogas, como Kubanacan, que também funciona como pousada dos que passam pela nossa cidade, porém não residem em Timbaúba, o Bar do Matuto, o Bar da Castanhola e o Bar da Cocheira, e nessa rodovia tem acesso aos principais hotéis da cidade de Timbaúba. Tendo em vista as considerações citadas acima o bairro de Sapucaia será beneficiado na implantação desse projeto com ações especiais voltadas para essa localidade. Um dos focos desse projeto é a redução da demanda. Para que não haja a exploração, é necessária a conscientização para a população estradeira de que essa exploração é, além de

criminosa, uma violação danosa para crianças e adolescentes. E desenvolver ações educativas, preventivas, de inteligência e de conscientização com a finalidade de combater os exploradores sexuais e resgatar crianças e adolescentes em situação de risco.

### **5.0 - APRESENTAÇÃO DO PROJETO:**

Este projeto aborda o tema enfrentamento sexual infanto juvenil desenvolvendo uma proposta de atendimento, acolhimento e intervenção. Por se tratar de um fenômeno frequente, complexo de dinâmica multifacetada, mobilizadora não só do núcleo familiar, como de toda sociedade. É foco no campo emergencial em resposta à demanda social. Com a proposta de palestras / debates educativos e demais metodologias descritas nesse projeto, busca reparar a lacuna aberta neste tema, como a falta de projetos e a inconsistência de alguns dados que nos são disponibilizados, em especial na população estradeira e área de rodovia. A falta marcante da educação sexual nas escolas é outro ponto que o projeto irá explorar, como objeto imprescindível de apoio à luta da educação e restauração do respeito ao enfrentamento da violência sexual infanto juvenil, deve ser apreciado e incentivado pelas entidades públicas e privadas, a fim de conscientizar a sociedade e aprimorar o atendimento das vítimas e focalizar outro viés o atendimento preventivo..

### **6.0 - METODOLOGIA:**

O projeto **De Mãos Dadas Contra a Violência Sexual Infanto Juvenil** trabalhará com eixos estruturantes: 1) Prevenção: Assegurar ações preventivas que evitem ou minorem os riscos de violência praticados contra crianças e adolescentes possibilitando-lhes orientação para o fortalecimento da autodefesa. 2) Atenção: Objetivo de assegurar ações que garantam o atendimento integral com base no respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes, pressupondo o desenvolvimento de ações articuladas e que deem conta do contexto multidimensional em que está configurada a violência sexual, com aspectos relacionados à cultura, à economia e às características psicossociais dos indivíduos envolvidos. 3) Defesa e Responsabilização: Trata-se de instrumento disponível aos atores que integram o Sistema de Garantia de Direitos para contraporem-se às ameaças e violações aos direitos da criança e do adolescente. 4) Responsabilização: Refere-se a sanções cabíveis, através de medidas judiciais aos que praticam violências contra crianças e adolescentes. 5) Comunicação e Mobilização Social: Ações que possibilitem a avaliação da qualidade e o potencial da mobilização e realização de ações de enfrentamento, envolvendo todos os atores que têm incidência sobre o tema. 6) Participação e Protagonismo: Trata-se de garantir o direito de crianças e adolescentes à participação ativa. 7) Estudos e Pesquisa: Inferir o nível de efetivação na realização de estudos quantitativos e qualitativos da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes, com ênfase nas proporções estabelecidas a partir dos conceitos de direitos trazidos pela legislação atual, bem como a capacidade de organizar sistemas articulados de informações sobre a situação da violência sexual e as possibilidades e cenários futuros.

### **7.0 - OBJETIVO GERAL:**

Estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.



Kalliane Galvão Cavalcanti  
Presidente ACIV

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



### 7.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS E AÇÕES:

Objetivos Específicos	Ações
Promover ações de prevenção, articulação e mobilização em torno da violência sexual.	Ações Preventivas, como campanhas de divulgação, palestras e realização de oficinas sobre tema, especialmente na rede de ensino do município e nos PSFS e ainda capacitação para os agentes envolvidos com a defesa dos direitos da criança e do adolescente e os agentes multiplicadores das informações. Especialmente ações socioeducativas e na área de saúde, como: acupuntura, auriculoterapia, ventosaterapia sessões de massagens e relaxamentos, Além disso, o exercício reflexivo, aumenta o autocontrole e relaxamento do corpo e da mente, controle da ansiedade, reduz os sintomas de depressão e por fim melhora o foco e a concentração, promove o bem-estar social, emocional e cognitivo;
Fortalecer as ações de defesa e responsabilização, com garantia de direitos a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.	Fortalecer as redes de enfrentamento a violência sexual, com a realização de eventos para disseminação de experiências exitosas, realização de parcerias, estimular a criação de um fórum municipal na rede de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes e ainda discussão sobre a importância do Conselho Tutelar, e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com divulgação de suas atividades e apoio no que for necessário.
Garantir a atenção especializada às crianças e adolescentes com direitos sexuais ameaçados ou violados.	Inclusão quando necessário de crianças e adolescentes e suas famílias em programas e projetos da rede, promover o atendimentos interdisciplinar entre profissionais da rede SUS e SUAS, capacitar os profissionais das duas redes, bem como adequação de encaminhamento quando se fizer necessário, em especial ao SGD – Sistema de Garantia de Direitos, e ainda estabelecer canais de articulação e cooperação com as redes.
Contribuir para a execução da política de atendimento à criança e ao adolescente através de ações prioritárias, baseado no princípio da equidade.	Formação de um grupo de discussão permanente.



**8.0 - PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROJETO (PÚBLICO  
DESTINATÁRIO):**

<b>Numero Crianças</b>	48	<b>Numero Adolescentes</b>	62	<b>Numero Famílias</b>	110
<b>Faixa Etaria</b>	0 a 12 incompletos	<b>Faixa Etaria</b>	12 anos a 18 anos incompletos	<b>Responsáveis (Mãe, Pai e/ou Familia Extensa)</b>	220
<b>Condições Socioeconomicas</b>	Sim perfil estabelecido Máximo de ate 1 Salario Mínimo Per Capita	<b>Condições Socioeconomicas</b>	Sim perfil estabelecido Máximo de ate 1 Salario Mínimo Per Capita	<b>Condições Socioeconomicas</b>	Sim perfil estabelecido Máximo de ate 1 Salario Mínimo Per Capita
<b>Area de Intervenção Abrangência Geográfica</b>	Município de Timbaúba, tanto na zona rural como urbana.	<b>Area de Intervenção e/ou Abrangência Geográfica</b>	Município de Timbaúba, tanto na zona rural como urbana.	<b>Area de Intervenção e/ou Abrangência Geográfica</b>	Município de Timbaúba, tanto na zona rural como urbana

**8.1- CRITÉRIOS DE ADMISSÃO:**



Através da busca ativa, bem como encaminhamento da rede de proteção, SUS (Sistema Único da Saúde) e SUAS (Sistema Único da Assistência Social), e ainda o SGD – Sistema de Garantia de Direitos.

## **2.0- TEMPO DE EXECUÇÃO:**

<b><u>Atividades</u></b>	<b><u>Numero de Atend</u></b>	<b><u>Faixa Etaria</u></b>	<b><u>Carga Horaria Semanal</u></b>	<b><u>Dias da Semana</u></b>	<b><u>Horário</u></b>	<b><u>Início</u></b>	<b><u>Termino</u></b>	<b><u>Resultados Esperados</u></b>
Atendimento e Escuta	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	01 Mês	Avaliação inicial
Encaminhamentos a rede de atendimento	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	01 Mês	Maior integração da rede de enfrentamento a violência sexual infanto juvenil
Mobilizações, Passeatas e Blitz na Rua	110 + população em geral	0 a 18 anos incompletos + público abrangente	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Trimestral	Mobilização de adolescentes e jovens no enfrentamento a violência infanto juvenil
Ações Educativas / palestras / rodas de conversas e oficinas	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Trimestral	Maior integração da rede de enfrentamento a violência sexual infanto juvenil
Filmes / Cine Debate	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Mensal	Prevenções e orientações ao jovens envolvido no programa
Pecas Teatrais / Fantoques	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Trimestral	Prevenções e orientações ao jovens envolvido no programa
Capacitação aos profissionais	110 + população em geral	0 a 18 anos incompletos + público abrangente	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Semestral	Maior qualificação dos atores que trabalham na proteção dos direitos da criança e do adolescente
Formação de Agentes Multiplicadores / Crianças e Adolescentes	62	12 anos a 18 anos incompletos	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Semestral	Formação de multiplicadores dos jovens nas comunidades em que vivem.



*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Presidente ADAT

Audiência Pública	62 (adolescentes) + 220 (familiares) população em geral	12 anos a 18 anos incompletos e seus familiares + público abrangente	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR– Após Recebimentos de Recursos	Penúltimo Mês	Divulgação dos resultados
Monitoramento e Avaliação	62 (adolescentes) + 220 (familiares) população em geral	12 anos a 18 anos incompletos e seus familiares + público abrangente	08 horas	Uma Vez Por Semana	08h às 12h 13h às 17h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Trimestral	Acompanhamento e monitoramento e da implementação do plano operativo local

**10.0 - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS IMPRESCINDÍVEIS E DISPONÍVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:**

**10.1 – RECURSOS MATERIAIS / EQUIPAMENTOS IMPRESCINDÍVEIS**

<b><u>RECURSOS MATERIAIS</u></b>	<b><u>ATIVIDADES</u></b>	<b><u>QUANTIDADES</u></b>
Notebook	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	05
Tablet	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	01
Ipad	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	01
Computador	Equipe Técnica e Administrativo	04
Impressora	Equipe Técnica e Administrativo	03
Multifuncional	Equipe Técnica e Administrativo	03
TV 42 Polegadas	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	03
TV 24 Polegadas	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	01
XBOX	Atividades Educativas e/ou Oficinas	01
Data Show com Tela	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	01
Camera Digital Sony	Registro Fotográfico	01
Caixa de Som	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	01





Microfone Com Fio	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	01
Microfone Sem Fio	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões.	01
Fogão	Preparo refeições	01
Geladeira	Manutenção de alimentos	01
Gelágua	Manutenção da água gelada	02
Microondas	Preparo refeições	01

10.2

**- ASPECTOS FÍSICOS / EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS:**

<b><u>ESPAÇOS FÍSICOS</u></b>	<b><u>ATIVIDADES</u></b>	<b><u>QUANTIDADES</u></b>
Recepção	Espera de atendimento e escuta	02
Sala de Inclusão Digital	Sala de filmes, com home theater, acesso a computador, internet, XBOX.	01
Sala de Apoio	Finalidade de atendimentos e encaminhamentos.	01
Sala Reunião	Reunião Geral.	01
Sala Individual	Atendimento Psicológico e Social.	02
Sala Individual	Atendimento Terapeuta Ocupacional.	01
Sala Individual	Atendimento Fonoaudiológico.	01
Salão Grande	Reunião geral, oficinas, encontros, rodas de conversas, peças teatrais.	01
Banheiro	Atendimento ao Público.	03
Estacionamento	Carros.	03 Vagas
Cozinha	Refeições e Preparo de Lanches.	01
Dispensa	Guarda de Genéros Alimentícios.	01
Salão	Atividades Culturais.	01

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
 Timbaúba – PE.  
 CEP: 55.870-000  
 CNPJ: 06.001.126/0001-67



### 11.0- RECURSOS FINANCEIROS PARA O PROJETO:

#### 11.1 -ALIMENTAÇÃO:

ESPECIF. ALIMENTO	TIPO REF	QUANT. MENSAL	FONTEDO RECURSO	GASTO MENSAL	VALOR TOTAL (R\$)	VENCEDOR
Água Mineral (20Litros)	Lanche	10 Garrafoes com 20 Litros	FEDCA	R\$ 50,00	R\$ 600,00	Central das Aguas
Copo Descartável 180 ml	Lanche	10 Varas	FEDCA	R\$ 47,90	R\$ 574,80	Supermercado Evangelico
Café Torrado e Moído 500 mg	Lanche	20 Pacotes	FEDCA	R\$ 145,80	R\$ 1749,60	Varejão Timbaubnese
Leite em Pó 250 mg	Lanche	20 Pacotes	FEDCA	R\$ 119,80	R\$ 1437,60	Varejão Timbaubnese
Açúcar Refinado 1 kg	Lanche	04 Pacotes	FEDCA	R\$ 17,96	R\$ 215,52	Varejão Timbaubnese
Bolachas Doces/500mg	Lanche	10 Pacotes	FEDCA	R\$ 39,99	R\$ 478,80	Mercadinho Xodo
Bolachas Salgadas/ 500 mg	Lanche	10 Pacotes	FEDCA	R\$ 34,90	R\$ 418,80	Mercadinho Xodo
Suco em Pó / 2 Litros	Lanche	40 Unidades	FEDCA	R\$ 39,50	R\$ 474,00	Supermercado Evangelico
Total Geral					R\$ 5.949,12	

#### 11.2.MATERIAL DIDÁTICO:

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO	QUANT.	FONTEDO RECURSO	GASTO MENSAL	VALOR TOTAL (R\$)	VENCEDOR
Brinquedos Educativos (Diversos)	60	FEDCA	R\$ 708,00	R\$ 708,00	Livraria Modelo
Jogos Educativos (Diversos)	45	FEDCA	R\$ 715,50	R\$ 715,50	Virginia M de O. França
Total				R\$ 1.423,50	



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAM

14

### 11.3 – MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA:

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	QUANTIDADE MENSAL	FONTE DO RECURSO	GASTO MENSAL	VALOR TOTAL (R\$)	VENCEDOR
Desinfetante com 1 Litro /Fardo com 06	03	FEDCA	R\$ 86,22	R\$ 1.033,44	Supermercado Evangélico
Detergente / Fardo com 06	01	FEDCA	R\$ 34,74	R\$ 416,88	Supermercado Evangélico
Cloro 1 Litro	10	FEDCA	R\$ 21,48	R\$ 257,76	Mercadinho Xodó
Sabão em Po / 02 kg	02	FEDCA	R\$ 25,98	R\$ 311,76	Mercadinho Xodó
Sabão em Pedra / Tablet com 05	01	FEDCA	R\$ 6,75	R\$ 81,00	Varejão Supermercado
Papel Higienico / Fardo com 08 com 60 metros	5	FEDCA	R\$ 131,80	R\$ 1.581,60	Supermercado Evangélico
Papel Toalha / Pacote	2	FEDCA	R\$ 9,98	R\$ 119,76	Varejão Supermercado
Total				R\$ 3.802,20	

11.4

### – MATERIAL DE EXPEDIENTE:

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE.  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



Katiano Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

<b>ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL</b>	<b>QUANT</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>	<b>GASTO MENSAL</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>	<b>VENCEDOR</b>
Canetas Esferográfica Azul / Caixa com 50 Unidades	04 Caixas	FEDCA	R\$ 138,00	R\$ 138,00	Nagem
Canetas Marca Texto	10 Unidades	FEDCA	R\$ 32,40	R\$ 32,40	Nagem
Blocos de Notas Adesivas Folhas com 01 Unid (Tamanho 76 mm x 76 mm – 3x3)	20 Unidades	FEDCA	R\$ 130,00	R\$ 130,00	Virginia M de O. França
Papel Ofício A4 - 75 Gramas	50 Resmas	FEDCA	R\$ 656,50	R\$ 1.313,00	Nagem
Cadernetas Capa Dura em Espiral	30 Unidades	FEDCA	R\$ 267,00	R\$ 267,00	Nagem
Caderno Espiral e Capa Dura tamanho 1/4 com 100 folhas	25 Unidades	FEDCA	R\$ 153,50	R\$ 153,50	Nagem
Caderno Espiral e Capa Dura tamanho grande com 200 folhas	25 Unidades	FEDCA	R\$ 499,75	R\$ 499,75	Nagem
Grampo para Grampeador / Caixa	06 Caixas	FEDCA	R\$ 39,99	R\$ 39,00	Virginia M de O. França
Grampeador / Unidades	10 Unidades	FEDCA	R\$ 125,00	R\$ 125,00	Livraria Modelo
Envelopes Tamanho Ofício	300 Unidades	FEDCA	R\$ 180,00	R\$ 180,00	Livraria Modelo
Envelopes Meio Ofício	172 Unidades	FEDCA	R\$ 34,40	R\$ 34,40	Virginia M de O. França
Pastas de Plástico com Elástico Fina	300 Unidades	FEDCA	R\$ 735,00	R\$ 735,00	Livraria Modelo
Pasta de Plástico com Trilho	200 Unidades	FEDCA	R\$ 540,00	R\$ 540,00	Virginia M de O. França
Pasta AZ	20 Unidades	FEDCA	R\$ 264,60	R\$ 264,60	Nagem
Caixa Arquivo Morto de Plástico	10 Unidades	FEDCA	R\$ 66,00	R\$ 66,00	Livraria Modelo
Trilho Plástico para Pastas (com 50 Unidades)	10 Pacotes	FEDCA	R\$ 110,50	R\$ 110,50	Nagem
Tesoura Grande	10 Unidades	FEDCA	R\$ 69,00	R\$ 69,00	Virginia M de O. França
Eva Cores Diversas / Folha / Tamanho 40 x 47	50 Folhas	FEDCA	R\$ 130,00	R\$ 130,00	Virginia M de O. França
Lapis de Cor (Caixa com 12 Unidades)	20 Caixas	FEDCA	R\$ 108,00	R\$ 108,00	Monica Decor
Lapis de Cera / Caixa com 12 Unidades	20 Caixas	FEDCA	R\$ 113,20	R\$ 113,20	Nagem



Massa de Modelar / Caixa com 12 Unidades	40 Caixas	FEDCA	R\$ 148,00	R\$ 148,00	Monica Decor
Cartolina 140g 500 x 660mm / Unidades	100 Folhas	FEDCA	R\$ 73,00	R\$ 73,00	Nagem
Cola Bastão / Unidade	20 Unidades	FEDCA	R\$ 30,00	R\$ 30,00	Virginia M de O França
Fita Dupla Face 09x30 mm	30 Unidades	FEDCA	R\$ 250,50	R\$ 250,50	Monica Decor
Fita Empacotadora Transparente 45Mm X 45M	40 Unidades	FEDCA	R\$ 118,00	R\$ 118,00	Virginia M de O França
Total				R\$ 5.667,85	

### **11.5- COMBUSTÍVEL:**

ESPECIFICAÇÃO DO COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE	FONTE DO RECURSO	GASTO MENSAL	VALOR TOTAL (R\$)
Sem Previsão	Sem Previsão	Sem Previsão	Sem Previsão	Sem Previsão

### **11.6 - AQUISIÇÃO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS (PEN DRIVE):**

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	FONTE DO RECURSO	GASTO MENSAL	VALOR TOTAL (R\$)
Sem Previsão	Sem Previsão	Sem Previsão	Sem Previsão	Sem Previsão

### **11.7 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PUBLICIDADE / DIVULGAÇÃO:**

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	FONTE DO RECURSO	GASTO MENSAL	VALOR TOTAL(R\$)	VENCEDOR
Folders coloridos, folha a4,80 gramas, com 02 dobras e frente e verso	2500	FEDCA	R\$ 789,00	R\$ 1.578,00	Central Cópias
Banners (0,80 x 1,20)	04	FEDCA	R\$ 200,00	R\$ 200,00	Gráfica França
Camisetas / Equipe Técnica e Coordenação	20	FEDCA	R\$ 500,00	R\$ 500,00	Gráfica França
Faixa em Lona 3x1	02	FEDCA	R\$ 280,00	R\$ 280,00	Marlon Adesivos
Total				R\$ 2.558,00	

### **12.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES:**

ITENS	GASTO MENSAL	CUSTO TOTAL
LOCOMOÇÃO (LOCAÇÃO DE ONIBUS, VANS KOMBIS)	Não se aplica / recursos institucionais, caso necessário.	Não se aplica / recursos institucionais, caso necessário.

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE.  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Presidente ADAT

<b>XEROX, ENCADERNAÇÃO E DEMAIS MATERIAL GRÁFICO</b>	Não se aplica / recursos institucionais.	Não se aplica / recursos institucionais.
<b>DESPESAS COM SERVIÇOS CONTABILIDADE E ASSESSORIA JURÍDICA</b>	R\$ 800,00 (Contabilidade)  R\$ 3.125,00 (Assessoria Jurídica)	R\$ 5.600,00 (Contabilidade)  R\$ 25.000,00 (Assessoria Jurídica)
<b>DESPESAS COM ÁGUA ENCANADA, TELEFONE / INTERNET / ENERGIA ELÉTRICA</b>	Não se aplica, com recursos institucionais	Não se aplica, com recursos institucionais
<b>TOTAL:</b>		R\$ 30.600,00

**13.0 - CUSTOS TOTAL A SER SOLICITADO AO FEDCA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO:**

<b>Custeio</b>	<b>Custo Total</b>
Despesas com Material de Consumo (Alimentação, Material Didático, Material de Higiene e Limpeza, Gastos com Combustíveis, Kits de Primeiros Socorros, Material de Expediente).	R\$ 19.400,67
Outras Despesas Correntes	R\$ 30.600,00
Recursos Humanos	R\$ 50.000,02
Recursos Audiovisual	xxxxxxxxxxxx
Soma de Todos Itens	R\$ 100.000,69

**14.0 - RECURSOS HUMANOS (EQUIPE EXISTENTE NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL):**

<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	<b>QUALIFICAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO NO PROJETO</b>	<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL</b>	<b>SALÁRIO (VALOR UNITÁRIO)</b>	<b>TIPO DE VÍNCULO</b>	<b>CUSTO MENSAL COM ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>TOTAL A SER PAGO</b>
<b>01</b>	Auxiliar Administrativa	Auxiliar Administrativa	40 horas	R\$ 1.412,00	Carteira Assinada	CEBAS	R\$ 16.944,00
<b>01</b>	Serviços Gerais	Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.412,00	Carteira Assinada	CEBAS	R\$ 16.944,00
<b>01</b>	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	30 horas	R\$ 2.103,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 25.241,52
<b>01</b>	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	30 horas	R\$ 2.103,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 25.241,52
<b>01</b>	Fonoaudióloga	Fonoaudióloga	20 horas	R\$ 2.103,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 25.241,52



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

01	Psicologia	Psicologia	20 horas	R\$ 1.578,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 18.941,52
01	Psicologia	Psicologia	20 horas	R\$ 1.578,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 18.941,52
01	Psicologia	Psicologia	10 horas	R\$ 662,96	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 7.955,52
01	Psicopedagoga	Psicopedagoga	30 horas	R\$ 2.103,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 25.241,52
01	Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional	30 horas	R\$ 2.103,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 25.241,52
01	Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional	30 horas	R\$ 2.103,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 25.241,52
01	Assistente Social	Assistente Social	30 Horas	R\$ 1.683,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 20.201,52
<b>Total</b>							R\$251.337,20

**15.0 - EQUIPE NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DO PROJETO:**

<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	<b>QUALIFICAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO NO PROJETO</b>	<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL</b>	<b>SALÁRIO (VALOR UNITÁRIO)</b>	<b>TIPO DE VÍNCULO</b>	<b>CUSTO MENSAL COM ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>TOTAL A SER PAGO</b>	<b>VENCEDOR</b>
01	Fonoaudiologa	Fonoaudiologa	20 horas	R\$ 2.103,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 10.517,30	Sandra Karla Cavalcanti
01	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	15 horas	R\$ 1.703,43	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 17.034,30	Rodolfo Porto
01	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	10 horas	R\$ 1.053,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 12.641,52	Tarciane Araujo
01	Psicologia	Psicologia	10 horas	R\$ 662,96	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 3.314,80	Joana Mylena Barbosa
01	Psicologia	Psicologia	10 horas	R\$ 662,96	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 3.314,80	Davson Silva Araújo
01	Psicopedagoga	Psicopedagoga	10 horas	R\$ 635,46	Prestador de Serviço	CEBAS	R\$ 3.177,30	Patricia Romanhol

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

	Total						R\$ 50.000,02	
--	-------	--	--	--	--	--	---------------	--

#### 16.0 - ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO:

Utilizando mídias sociais para engajamento e alcance, são ferramentas poderosas para divulgar projetos sociais. Plataformas como Facebook, Instagram, Rede X (antigo Twitter) e LinkedIn podem ser usadas para compartilhar histórias, atualizações e impactos do projeto. O segredo está em criar conteúdo atraente e relevante, que estimule o engajamento do público. Vídeos curtos, imagens impactantes e histórias inspiradoras podem ajudar a construir uma comunidade online forte e dedicada à causa.

Networking e parcerias estratégicas, estabelecendo uma rede de contatos é essencial para a divulgação e o sucesso de qualquer projeto social. Isso pode incluir parcerias com outras organizações não governamentais, empresas e influenciadores. A colaboração com entidades parceiras não só amplia o alcance do projeto, mas também agrega credibilidade e recursos.

Eventos comunitários e apresentações públicas: organizar ou participar de eventos comunitários é uma forma direta de alcançar o público local. Esses eventos podem variar desde pequenas reuniões informativas até grandes eventos beneficentes. Ao apresentar o projeto pessoalmente, cria-se uma conexão mais forte com o público e os apoiadores. A chave é escolher eventos que se alinhem com os valores e objetivos do projeto, assegurando uma exposição mais eficaz e direcionada.

Material de divulgação e imprensa através de materiais impressos como folders, banners e brochuras digitais continuam sendo importantes, especialmente quando se quer alcançar uma audiência local ou em eventos específicos. Além disso, alcançar a imprensa através de comunicados de imprensa e entrevistas pode proporcionar uma visibilidade significativa. É importante preparar um kit de imprensa bem elaborado, com informações claras e concisas sobre o projeto, para facilitar a cobertura pela mídia.

A divulgação de um projeto social exige criatividade, estratégia e persistência. Utilizando as mídias sociais de maneira eficaz, estabelecendo parcerias estratégicas, participando ativamente em eventos comunitários e explorando materiais de divulgação e imprensa, é possível criar uma presença forte e significativa. Cada projeto social tem sua singularidade, e reconhecer e capitalizar nessa unicidade é crucial para se destacar e conseguir o apoio necessário para fazer a diferença.

Item	Tipo de Atividade	Quantidade	Público
01	Utilização de Redes Sociais /com histórias, vídeos curtos e imagens impactantes	120 publicações nas redes sociais / 10 publicações por mês	Público abrangente, com a divulgação de nossas atividades
02	Networking e parcerias estratégicas / empresas e influenciadores	06 encontros bimestrais / 10 influenciadores para divulgação de nossas atividades	Público abrangente, com a divulgação de nossas atividades
03	Eventos comunitários, apresentações públicas reuniões informativas até grandes eventos beneficentes	06 eventos	Público abrangente, com a divulgação de nossas atividades
04	Material de divulgação e imprensa através de materiais impressos como folders, banners e brochuras digitais	2500 folders / 04 banners / 02 faixas / 2500 brochuras	Público abrangente, com a divulgação de nossas atividades





161 – **ARTICULAÇÃO COM OS ORGÃOS DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS – SGD, MÍDIA, COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE:**

Através da elaboração dos planos de comunicação e de marketing social institucional, onde serão aplicados princípios e técnicas para criação, comunicação e entrega valor, com o objetivo de influenciar o comportamento do público-alvo em seu benefício e de toda a sociedade, sempre em constante articulação e apoio do SGD – Sistema de Garantia de Direitos, com as divulgações das atividades pela mídia, rádio, jornal, internet (sites e redes sociais) e finalmente construção de uma imagem institucional com credibilidade, efetividade e eficiência, focalizando cinco princípios básicos: A força (intensidade da motivação institucional) no sentido da focalização da meta, direção (consumo da motivação), o mecanismo (motivação em ação), adequação e compatibilidade em realizar o propósito e finalmente a distância (estimativa quanto à energia e custo exigidos para consumação a motivação em relação à proposta).

162 – **UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS AUDIOVISUAIS:**

Banners, faixas, folders, panfletos, spots, anúncios em rádios e jornais.

**17.0 - ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE:**

Uma estratégia de sustentabilidade não é importante apenas para o projeto de enfrentamento de violência sexual infantojuvenil, mas também oferece benefícios econômicos e sociais tangíveis para as organizações.

É uma abordagem abrangente a curto, médio e longo prazo que uma organização adota para equilibrar e alinhar suas atividades com metas de sustentabilidade social, e econômica. Esta estratégia traduz-se em ações e políticas específicas destinadas a minimizar o impacto da violência sexual infanto juvenil, melhorando o bem-estar da sociedade e, ao mesmo tempo, garantindo a viabilidade e prosperidade econômica da organização.

Essa estratégia geralmente se traduz na implementação de uma série de iniciativas como esse projeto que aborda questões como eficiência no atendimento, redução de índices de violência, com o envolvimento da sociedade civil organizada.

Além disso, uma estratégia de sustentabilidade eficaz também inclui mecanismos para medir e relatar o desempenho em relação às metas de sustentabilidade, permitindo que a organização avalie seu progresso, faça ajustes e comunique suas conquistas às partes interessadas, divulgam seu desempenho de sustentabilidade por meio de várias estruturas de relatórios



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### 18.0 - CRONOGRAMA FÍSICOS DA ENTIDADE EM SEQUÊNCIA LÓGICA:

<u>SEQUÊNCIAS DE AÇÕES</u>	<u>1 MÊS</u>	<u>2 MÊS</u>	<u>3 MÊS</u>	<u>4 MÊS</u>	<u>5 MÊS</u>	<u>6 MÊS</u>	<u>7 MÊS</u>	<u>8 MÊS</u>	<u>9 MÊS</u>	<u>10 MÊS</u>	<u>11 MÊS</u>	<u>12 MÊS</u>
Elaboração do Plano Comunicação Social	X	X	X									
Elaboração do Plano de Marketing Social	X	X	X									
Divulgação do Plano Comunicação Social										X	X	X
Divulgação do Plano de Marketing Social										X	X	X
Apresentação e Divulgação das Atividades, nas mídias e redes sociais.		X		X		X		X		X		X
Construção de imagem institucional com eficiência, eficácia e credibilidade.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comunicação entre os atores envolvidos com os usuários do projeto e toda a rede social e saúde.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Modificação de atitudes e comportamentos do público alvo.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Impacto no benefício social.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Difusão das ideias e causas do projeto.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maior integração da rede de enfrentamento à violência sexual infantil e conscientização da população e dos agentes multiplicadores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Impacto social da ADAT, junto à	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

comunidade local, transparecendo seu trabalho com eficiência, eficácia e credibilidade.												
Divulgação dos resultados											X	X
Acompanhamento e monitoramento e da implementação do plano operativo local											X	X

#### 19.0 - ARTICULAÇÕES E PARCERIAS:

PARCEIROS	TIPOS DE ARTICULAÇÃO
DefesadosDireitosHumanos, como Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Entidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Ações de Referência e Contrarreferência
Promoção dos Direitos: CRAS, CREAS, REDE SUAS, REDE SUS.	Solicitação de Serviços e Programas de Políticas Públicas; Solicitação de Programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e afins
Controle e Efetivação dos Direitos: Instâncias públicas colegiadas, como Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas, como saúde, educação, assistência social e afins.	Construção, efetivação, avaliação e monitoramento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### 19.1 - FORMAS DE INTERAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE:

Atividades	Nº de Atend	Faixa Etária	Carga Horária Semanal	Horário	Início	Termino	Resultados Esperados
Atendimento e Escuta	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	01 Mês	Avaliação inicial
Encaminhamentos a rede de atendimento	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	01 Mês	Maior integração da rede de Enfrentamento a violência sexual infanto juvenil
Mobilizações, Passeatas e busca ativa, especialmente na Rua	110 + população em geral	0 a 18 anos incompletos + publico abrangente	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Trimestral	Mobilização de adolescentes e jovens no enfrentamento a violência infanto juvenil

Ações Educativas / palestras/ rodas de conversas e	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos	Trimestral	Maior integração da rede de Enfrentamento a Violência Sexual
---	-----	----------------------------	----------	--------------------------	----------------------------	------------	---



oficinas					de Recursos		infanto juvenil
Filmes/ Cine Debate	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Mensal	Prevenções e orientações aos jovens envolvidos no projeto
Pecas Teatrais / Fantoques	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Trimestral	Prevenção e orientação aos jovens envolvidos no projeto
Capacitação aos profissionais	110 + população em geral	0 a 18 anos incompletos + público abrangente	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Simestral	Maior Qualificação dos atores que trabalham na Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente
Audiência Pública	110 + população em geral	0 a 18 anos incompletos + público abrangente	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Penúltimo Mês	Divulgação dos resultados
Monitoramento e Avaliação	110	0 a 18 anos incompletos	08 horas	08h às 12h 13h às 15h	ARR – Após Recebimentos de Recursos	Trimestral	Acompanhamento monitoramento implementação do plano operativo local

## 19.2 - FORMAS DE INTERLOCUÇÃO COM OS EIXOS DO SGD:

A gestão compartilhada entre atores de uma rede, a partir de um planejamento conjunto e a busca por resultados coletivos

– com plena participação do Estado e da sociedade civil, é que o trabalho em rede representa – possibilita agilidade, melhor utilização de recursos e maior garantia de unidade e continuidade de programas das Redes de Proteção. Nesse sentido, o Projeto **De Mãos Dadas Contra a Violência Sexual Infanto Juvenil** entende que ao desenvolver esse programa de proteção e prevenção por meio de uma ação integrada e intersetorial de serviços de todas as políticas, assim como instituições governamentais e não governamentais, constitui-se uma estratégia para atuar frente às necessidades de crianças e adolescentes com o objetivo de prevenir e inibir a violência com a necessidade de estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, bem como a definição de portas de entrada para o Sistema. Ainda assim com articulação interinstitucional entre competências e ações com os demais Sistemas de Defesa de Direitos Humanos, entre o SUAS (Sistema Único da Assistência Social) e o SUS (Sistema Único de Saúde), com o Sistema de Justiça, entre o SUS / SUAS e o Sistema Educacional, através de diversos serviços e ações e com sistema de gestão de relações interinstitucionais e intersecretariais, através de ações complementares relacionados ao tema.

## 20.0 - METAS E INDICADORES:

<u>Descrição da meta</u>	<u>Forma de execução</u>	<u>Meio de verificação para o cumprimento de meta</u>	<u>Resultado Esperado</u>
Eficiência e eficácia na avaliação;	A eficiência e eficácia são interdependentes, uma pressupõe a outra em termos processuais,	Elaboração de indicadores sociais (monitoramento e avaliação);	Qualidade do projeto sob os parâmetros técnicos de tempo e de custos; indicador de produtividade;

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE.  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

	<p>pois a eficácia maximiza a eficiência em função do resultado esperado. A eficiência diz respeito às qualidades de um projeto, examinada sob os parâmetros técnicos de tempo e de custos. A eficácia é um indicador de grande importância que busca a relação entre as metas previstas, a aplicação de recursos e o realizado, também é um indicador de produtividade das ações desenvolvidas;</p>		
Elaboração de Indicadores Sociais, específico para o projeto.	<p>Uma medida, em geral quantitativa dotada de um significado social, utilizado para quantificar, substituir, operacionalizar um conceito social abstrato.</p>	<p>Através dos indicadores sociais específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta;</li> <li>• Ser sensível a políticas públicas implementadas;</li> <li>• Ser específico a efeitos de programas setoriais;</li> <li>• Ser inteligível para agentes e públicos-alvo das políticas;</li> <li>• Ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis;</li> <li>• Respeitar os diferenciais geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos;</li> <li>• Desfrutar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.</li> </ul>	<p>Medição do grau em que seus objetivos foram alcançados (eficácia), o nível de utilização de recursos (eficiência) ou as mudanças operadas no estado social da população alvo (impacto).</p>

#### 21.0 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO INTERNA:

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE.  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



Avaliação está presente dialeticamente em todo o processo do planejamento, pois quando se inicia a ação planejada, também dá-se início a avaliação, independentemente de sua formalização em documentos. Portanto, a avaliação não é o momento final, mas o momento em que o processo ascende a outro patamar, reconstruindo dinamicamente seu objeto, objetivos e procedimentos. Portanto, a avaliação não pode ser entendida enquanto mero instrumento comparativo entre objetivos propostos e objetivos alcançados, mas como um processo avaliativo, capaz de contextualizar a atividade desde o seu processo de formulação e implementação, e também capaz de oferecer elementos de aperfeiçoamento sistemático. Há que se destacar, que existem outros conceitos de como deve ser entendido o monitoramento, diferentemente de avaliação. O monitoramento, embora se relacione com a avaliação, é uma atividade gerencial que visa o controle de entrega de insumos de acordo com as metas e manutenção de calendário de trabalho. Nesse sentido, o monitoramento, segmento ou acompanhamento, é um exame contínuo efetuado, em todos os níveis hierárquicos, pela administração do projeto, para verificar como estão sendo executadas as atividades. Visa o desenvolvimento dos trabalhos conforme planejado, caracterizando-se, portanto, como uma atividade interna realizada durante a execução do projeto. Pode-se ainda dizer que a preocupação central do monitoramento é com o funcionamento do projeto, sendo seus objetivos: auxiliar na execução do projeto; melhorar a função gerencial; assegurar eficiência e produtividade de um projeto, organizar fluxos de informações sobre o projeto e auxiliar o processo de avaliação, constituindo fonte de informação para o pessoal do planejamento e da execução, bem como da avaliação.

<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u>	<u>MEIO DE VERIFICAÇÃO</u>	<u>INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS</u>	<u>PERIODICIDADE</u>	<u>RESPONSÁVEL PELA AÇÃO</u>
Objeto	Acompanha, sistematicamente, ações e tarefas.	Examina e analisa impactos e resultados, voltando-se para fins e propósitos, através da elaboração de indicadores sociais.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Momento	Processo contínuo durante a execução do projeto.	Processo situado antes, durante ou depois da execução do projeto, através da elaboração de indicadores sociais.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Objetivo	Garantir o desenvolvimento dos trabalhos conforme planejado.	Analisar relações entre processos /resultados /impactos	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Atitudes	Descritiva e corretiva.	Descritiva, interpretativa e experimental.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Foco	Insumos, produtos, processos e efeitos.	Efetividade, relevância, impacto e programação futura.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Recomendações	Ajuste no plano de trabalho ou na estratégia de execução.	Revisão de ações, recursos e metas.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.



### 21.1- AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u>	<u>MEIO DE VERIFICAÇÃO</u>	<u>INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS</u>	<u>PERIODICIDADE</u>	<u>RESPONSÁVEL PELA AÇÃO</u>
Objeto	Acompanha, sistematicamente, ações e tarefas.	Examina e analisa impactos e resultados, voltando-se para fins e propósitos, através da elaboração de indicadores sociais.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Momento	Processo contínuo durante a execução do projeto	Processo situado antes, durante ou depois da execução do projeto, através da elaboração de indicadores sociais.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Objetivo	Garantir desenvolvimento dos trabalhos conforme planejado	Analisar relações entre processos /resultados /impactos	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Atitudes	Descritiva corretiva	Descritiva, interpretativa experimental.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Foco	Insumos, produtos, processos e efeitos	Efetividade, relevância, impacto e programação futura.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Recomendações	Ajuste no plano de trabalho ou na estratégia de execução	Revisão de ações, recursos e metas.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.

### 21.1 - AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COM AS FAMÍLIAS DO PÚBLICO DESTINATÁRIO:

<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u>	<u>MEIO DE VERIFICAÇÃO</u>	<u>INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS</u>	<u>PERIODICIDADE</u>	<u>RESPONSÁVEL PELA AÇÃO</u>
Objeto	Acompanha, sistematicamente, ações e tarefas.	Examina e analisa impactos e resultados, voltando-se para fins e propósitos, através da elaboração de indicadores sociais.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Momento	Processo contínuo durante a execução do projeto	Processo situado antes, durante ou depois da execução de projeto, através da elaboração de indicadores sociais	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Objetivo	Garantir o desenvolvimento dos trabalhos conforme planejado	Analisar relações entre processos /resultados /impactos	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Atitudes	Descritiva e corretiva	Descritiva, interpretativa e experimental.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Foco	Insumos, produtos, processos e efeitos.	Efetividade, relevância, impacto e programação futura.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.
Recomendações	Ajuste no plano de trabalho ou na estratégia de execução	Revisão de ações, recursos e metas.	Mensal	Coordenadores, técnicos, comunidades e usuários do serviço.

#### **22.0 . CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO:**

<b>PLANO DE APLICAÇÃO</b>	<b>PARCELA ÚNICA</b>
PLANO DE APLICAÇÃO	R\$ 100.000,00

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti  
Presidente / ADAT Timbaúba

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE.  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# Declaração de Contrapartida

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE.  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



### **Declaração de Contrapartida:**

Eu, **Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti**, brasileira, solteira, assistente social, Carteira de Identidade nº 462.0600 SDS / PE e CPF nº **032.801.484- 21**, residente na **Avenida Ismael Gouveia, 15 / apto 102. Centro. Timbaúba - PE** na condição de representante legal da **ADAT – Associação Cultural e apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba** com sede a Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba, inscrita no CNPJ sob o nº 06.001.126/0001-67. **DECLARO**, para os devidos fins, em conformidade com o § 1º do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019 / 2014 (MROSC), que esta Organização Social Civil dispõe de contrapartida **financeira, no valor total de R\$ 0,67 centavos**, nos termos do Edital de nº 001/2024 do CEDCA-PE – Chamamento Público Seleção de Projetos / item II: Prevenção e enfrentamento aos diversos tipos de violações contra crianças e adolescentes (com deficiência, povos tradicionais, violência sexual e trabalho infantil), **referente ao Projeto: De Mãos Dadas Contra a Violência Sexual Infante Juvenil.**

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.

---

**Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti**  
**Presidente / ADAT Timbaúba**

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE.  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



# Anexo ao Projeto (Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social)



**TIMBAÚBA**  
PREFEITURA DA CIDADE

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Ofício nº. 073/2024

Timbaúba(PE), 14 de julho de 2024

**Assunto: Resposta ao Ofício nº 23/2024 – da ADAT**

Ilma. Senhora,

Em resposta ao Ofício 023/2024 de 14 de agosto de 2024, sobre solicitação de dados referentes a questões de abuso e enfrentamento sexual infanto-juvenil. Venho por meio deste, enviar abaixo dados de acompanhamentos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do município de Timbaúba-PE, informados no Relatório Mensal de Atendimento – RMA do SAGI/MDS:

**2024**

Quantidade de crianças e adolescente vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2024: 23

Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no PAEFI (física ou psicológica), durante o ano de 2024: 15

Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2024: 2

Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2024: 13

Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2024: 7

\*O ano de 2024 foi considerado os meses de janeiro a julho

**2023**

Quantidade de crianças e adolescente vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2023: 29

Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no PAEFI (física ou psicológica), durante o ano de 2023: 8

Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2023: 8

**TIMBAÚBA**

PREFEITURA DA CIDADE

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2023: 13

Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2023: 1

**2022**

Quantidade de crianças e adolescente vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2022: 22

Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no PAEFI (física ou psicológica), durante o ano de 2022: 8

Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2022: 11

Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2022: 10

Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) que ingressaram no PAEFI, durante o ano de 2022: 2

Sem mais para o momento, estou a disposição de Vossa Senhoria para qualquer informação ou esclarecimento adicional, aproveito a oportunidade para renovar-lhe minhas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
Vânia Lúcia Barreto de Oliveira Souza**Secretária Executiva de Assistência Social**

Ilma. Senhora  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT  
Timbaúba-PE



# DECLARAÇÕES





### **DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 26, caput, inciso IX, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, denominada **ADAT**, devidamente registrada no CNPJ: 06.001.126/0001-67 e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.



Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti  
Presidente da ADAT Timbaúba

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67





## DECLARAÇÃO DO ART. 27 DO DECRETO Nº 8.726, DE 2016, E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da **ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA**,

CNPJ: 06.001.126/0001-6, nos termos dos arts. 26, caput, inciso VII, e 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, que:

Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. Observação: apresente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º da Lei nº 13.019 de 2014);

Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Cargo	Carteira de Identidade, Órgão Expedidor e CPF	Endereço Residencial	Telefones e E-mail
Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti	Presidente	462.0600 SDS/ PE e CPF: 032.801.484-21	Avenida Ismael Gouveia, 15 Centro. Timbaúba.	81.99190.0502, katigalvao@hotmail.com
Roberto Sergio da Silva	Vice Presidente	200.2680 / SSP PE e 246.289.564-72	Quadra F, Número 13, Conjunto Residencial. Timbaúba	81.99162.0745 e 81.99633.4876 sergiofotos@yahoo.com.br
Maria Celia Ferreira da Silva	Tesoureira	3.753.508 SSP / PE e 684.981.604-72	Rua Coronel Maranhão, 240. Timbaúba.	81.99244.4336 e 81.99986.6374 celiafsilva21@gmail.com

Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei de Diretrizes Orçamentárias.

Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67



crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.

---

Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti  
Presidente da ADAT Timbaúba



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### **RELAÇÃO DOS DIRIGENTES:**

<b>Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC</b>	<b>Cargo</b>	<b>Carteira de Identidade, Órgão Expedidor e CPF</b>	<b>Endereço Residencial</b>	<b>Telefones e E-mail</b>
Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti	Presidente	462.0600 SDS/ PE e CPF: 032.801.484-21	Avenida Ismael Gouveia, 15 Centro. Timbaúba.	81.99190.0502, katigalvao@hotmail.com
Roberto Sergio da Silva	Vice Presidente	200.2680 / SSP PE e 246.289.564-72	Quadra F, Número 13, Conjunto Residencial. Timbaúba	81.99162.0745 e 81.99633.4876 sergiofotos@yahoo.com.br
Maria Celia Ferreira da Silva	Tesoureira	3.753.508 SSP / PE e 684.981.604-72	Rua Coronel Maranhão, 240. Timbaúba.	81.99244.4336 e 81.99986.6374 celiafsilva21@gmail.com

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

---

Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti  
Presidente da ADAT Timbaúba

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba -PE.  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



### **DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR:**

A ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA, inscrita no CNPJ – 06.001.126/0001-67, por intermédio de sua representante legal a **Sra. KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI**, portadora da Carteira de Identidade nº 462.0600 SDS/PE e do CPF nº 032.801.484-21, declara para fins de disposto no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.



---

Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti  
Presidente da ADAT Timbaúba

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba -PE.  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



## DECLARAÇÃO SOBRE AS INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, caput, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a **ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, CNPJ: 06.001.126/0001-67:

Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos no Termo de Fomento e o cumprimento das metas estabelecidas.

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.

---

Katiane Barbosa B. de Galvão Cavalcanti  
Presidente da ADAT Timbaúba

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000



### **Declaração de Ciência e Concordância:**

Declaro que a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA,**

CNPJ: 06.001.126/0001-67, está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público de 2024 e seus anexos, devidamente publicado no DOE – Diário Oficial do Estado, em 31 de julho de 2024, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.

---

Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti

Presidente da ADAT / Timbaúba

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE

CNPJ:06.001.126/0001-67



### **TERMO DE COMPROMISSO:**

Eu, Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti, identidade: 462.0600 SDS / PE e CPF: 032.801.484-21, gestora da instituição **ADAT - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, CNPJ: 06.001.126/0001-67, comprometo-me a utilizar os recursos do FEDCA – Fundo Estadual de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, estritamente na execução do Termo pactuado, conforme plano de aplicação disposto no plano de trabalho.

Dessa forma, para que reste mais transparente a utilização a serem repassados comprometo-me a manter a corrente corrente n°: 56.428-1, agência n°: 0446-4, do Banco do Brasil exclusivamente para movimentação dos recursos do Termo do Fomento, a ser celebrado com o CEDCA – PE.

Timbaúba, 21 de novembro de 2024.

---

KatianeBarbosaBrito de Galvão Cavalcanti

Presidente da ADAT / Timbaúba

Praça Jader de Andrade, 89.Centro. Timbaúba –  
PECEP: 55.870-000

CNPJ:06.001.126/0001-67



# EXTRATO DE CONTA CORRENTE ZERADA





Cliente ADAT A A P C D AMIGO

Agência: 446-4 Conta: 56428-1

## Lançamentos

Dia	Lote	Documento	Histórico	Valor
00/00/0000			Saldo Anterior	0,00 (+)

## Informações Adicionais

Saldo	0,00 (+)
Juros	0,00
Data de Debito de Juros	02/12/2024
IOF	0,00
Data de Debito de IOF	02/12/2024

Total Aplicações Financeiras	0,00
------------------------------	------

\* Saldos por dia Base

Sujeitos a confirmação no momento da contratação



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# Documentos Institucionais



# CNPJ

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

<b>NUMERO DE INSCRIÇÃO</b> 06.001.126/0001-67 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 10/11/2003
---	---	---------------------------------------

**NOME EMPRESARIAL**  
**ASSOCIACAO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIENCIA E AMIGOS DE TIMBAUBA**

**TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)**

**ADAT**

**PORTE**

**DEMAIS**

**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL**

**G4.30-8-00-Atividades de associações de defesa de direitos sociais**

**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS**

**G4.G3-6-00- Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte**

**G4.GG-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA			
3GG-G-Associação Privada			
LOGRADOURO		NÚMERO	COMPLEMENTO
PCJADER DE ANDRADE		8G	*****
CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
55.870-000	CENTRO	TIMBAUBA	PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ADAT-2011@HOTMAIL.COM		(81) 3631-0843	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)			
*****			
SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	
ATIVA		10/11/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	
*****		*****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 01/08/2024 às 08:07:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



  
Katiano Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# ATA DE ELEIÇÃO

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba –  
PECEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

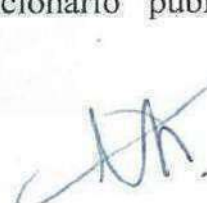

Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiências e Amigos de Timbaúba  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

### Reunião Ordinária

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

\*\*\*1796\*\*

Ao primeiro (01) dia do mês de junho de 2022, na ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA, com sede a Praça Jader de Andrade, 89, Centro, sob a coordenação da Presidente Sra. Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti, com lista de presença em anexo, e convidou a Srta. Joanna da Silva Moraes como secretária “AD-HOC” tivemos uma reunião ordinária com a finalidade de eleição do corpo diretivo da referida instituição, em cumprimento aos artigos 12, 13 e 14 do Estatuto Social, conforme Edital de Convocação amplamente divulgado em rádio datado de 20 de maio de 2022. Com o comparecimento indicado na lista de presença que faz parte dessa ata, foram iniciados os trabalhos, tendo a presidente feito a leitura da ordem do dia. Dando continuidade aos trabalhos a senhora presidente propôs o preenchimento dos cargos, para o quadriênio 2022-2026 com seus respectivos nomes, tudo como prevê o Artigo 15 do Estatuto da Associação. Para o cargo de **Diretora Presidente – Sra. Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti**, brasileira, solteira, assistente social, inscrita no CPF: 032.801.484-21, identidade: 462.0600 SDS / PE, residente e domiciliada a Avenida Ismael Gouveia, 15 Apto 102. Centro. Timbaúba – PE. **Diretor Vice-Presidente – Roberto Sergio da Silva**, brasileiro, casado, inscrito no CPF: 246.289.564-72, identidade: 200.2680 SSP / PE, residente e domiciliado na quadra F, Número 13, Residencial Timbaúba – PE, para **Primeira Secretária Geral – Isadora dos Santos Ribeiro**, brasileira, solteira, professora, inscrita no CPF: 087.513.984-19 e identidade: 7.986.198 SDS / PE, residente e domiciliada a Rua Professor Severina Inez Barbosa Cavalcanti, 162. Ozanan. Timbaúba – PE. **Segunda Secretária Geral – Rosemeire Gomes Ferreira**, brasileira, casada, estudante, identidade: 6.652.469 SDS PE, CPF: 068.486.254-93 Rua São Bartolomeu, 626, Sapucaia. Timbaúba – PE. **Tesoureira – Sra. Maria Celia Ferreira da Silva**, brasileira, professora, solteira, identidade: 3.753.508 SSP / PE, CPF: 684.981.604-72, residente e domiciliada a Rua Coronel Maranhão, 240 B. Coronel Maranhão. Timbaúba – PE. **Segunda Tesoureira – Sra. Fabiana Rufino Lopes**, brasileira, pedagoga, solteira, identidade: 7.213.136 SDS / PE, CPF: 058.129.014-30, residente e domiciliada a Rua Governador Paulo Guerra, 204. Macaparana – PE. Para o **Conselho Fiscal / Efetivos: Raquel Galvão Cavalcanti Katz**, brasileira, casada, enfermeira, identidade: 5362.119 SDS / PE e CPF: 038.670.634-43, residente e domiciliada a Avenida Ismael Gouveia, 15. Apto 102. Centro. Timbaúba – PE. **Jose Arnaldo Pereira de Melo**, brasileiro, casado, funcionário público,



Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiências e Amigos de Timbaúba  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

identidade: 1.053.413 SSP/PE, CPF: 085.061.084-20, residente e domiciliado a Rua Ivanildo R. Gondra, 12. COHAB. Timbaúba – PE. **Andrea Severina da Silva**, brasileira, casada, assistente social, identidade: 4.289.259, CPF: 735.059.194-20, residente e domiciliada na quadra F, Número 13, Residencial Timbaúba – PE. A Presidente passou a tratar da eleição para os membros **suplentes do Conselho Fiscal: Maria Jose Rodrigues dos Santos**, brasileira, solteira, professora, inscrita no CPF: 073.116.214-53 e identidade: 2.837.462 SDS / PE, residente e domiciliada a Avenida Nilo Peçanha, 260 - 1º Andar. Centro. Timbaúba – PE. **Ligia Maria Silva Apolinário**, brasileira, casada, vendedora, inscrita no CPF: 076.607.354-89 e identidade 7.853.420 SDS / PE, residente e domiciliada a Rua Sete de Setembro, 195 Casa. Centro. Timbaúba – PE e **Renata Vieira Cavalcante**, brasileira, solteira, terapeuta ocupacional, identidade: 780.3283 SDS PE, CPF: 075.917.194-75, residente e domiciliada a Avenida Ismael Gouveia, 15. Apto 102. Centro. Timbaúba – PE. **Na assessoria jurídica fica a cargo de Juliana Galvão Cavalcanti Couto de Azevedo**, brasileira, casada, advogada, e portadora do CPF: 007.753.524-38, identidade: 4497724, com registro na OAB - PE: 18460, residente e domiciliada a Rua Setúbal, 60, apto: 101. Recife – PE. Composto e eleitos todos os cargos a Sra. Presidente, empossou novos membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal (Titulares e Suplentes) e Assessoria Jurídica. A Presidente agradeceu a presença de todos como também o apoio que vem recebendo da sociedade timbaubense, comprometendo-se a da continuidade ao trabalho desenvolvido. Em seguida foi facultado a palavra como ninguém fez o uso da mesma, e nada mais havendo a tratar declarou encerrada a assembleia as 11h30min, agradecendo a presença de todos. Eu, Joanna da Silva Moraes, secretaria AD-HOC, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pela Sra. Presidente.

*Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti*

Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti  
Presidente

*Joanna da Silva Moraes*

Joanna da Silva Moraes  
Secretaria AD-HOC

ESTADO DE PERNAMBUCO

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA – Timbaúba/PE

CERTIFICO que o presente título foi protocolado sob o nº de ordem nº 87 Fls. 4 e registrado sob o nº 1.796 do Livro A de Pessoas Jurídicas: "ELEIÇÃO E POSSE DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT". O inteiro e verdadeiro, sob o nº Timbaúba: 07/07/2022. Selo 0073509.MX106202201.00006. Consulte a autenticidade do selo em [www.tps.br/brasil/valida](http://www.tps.br/brasil/valida)

Cintya Kássia Barbosa Lourenço – Interina Responsável

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

*Cintya Kássia Barbosa Lourenço*  
Oficial Interina

*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Presidente ADAT





# ESTATUTO SOCIAL

Praça Jader de Andrade, 89.Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Alberto Soares Paes  
Substituto

## CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ADAT

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, DOS FINS E DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO

**Artigo 1º** - A ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, em funcionamento desde novembro de 2003 e com duração indeterminada, regida pelo presente Estatuto e pelas demais normas pertinentes, com sede na Rua Jose do Patrocínio, nº 145, Centro, na cidade de Timbaúba-PE, CEP 55.870-000, que congrega número ilimitado de associados, sem distinção de origem, sexo, raça, clero, idade ou opção político partidário e tem por fim:

**Artigo 2º** - São finalidades principais da ADAT:

- I – Estimular e defender o pleno exercício da cidadania, através da educação, da assistência social, da cultura, do lazer e do desporto, para melhoria da qualidade de vida da população, em especial das pessoas com deficiências ou necessidades especiais;
- II – Defender e proteger as pessoas carentes, em especial aquelas com algum tipo de deficiência, realizando estudos, pesquisas, palestras, encontros, cursos, debates e trocas de experiências, divulgando os trabalhos realizados;
- III – Centralizar o estudo de casos sobre pessoas com deficiência, individualizando-os e coordenando a busca de soluções específicas junto às instituições constituídas, sejam públicas ou privadas, locais ou não, bem como junto à comunidade em geral;
- IV – Manter intercâmbio com organizações similares já existentes no País e no exterior, com órgãos governamentais e organizações não governamentais para o desenvolvimento de programas assistenciais abrangentes;
- V – Estimular a parceria, o diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando, junto com outras entidades, de atividades que visem interesses comuns;
- VI – Promover programas voltados à conscientização da comunidade quanto à problemática das pessoas com deficiências e seus familiares;
- VII – Desenvolver, para as pessoas com deficiência e suas respectivas famílias, além da comunidade em geral, atividades culturais (nos termos do Artigo 6º da Lei Estadual 12.310/2002), momentos de lazer e entretenimento, mediante programação prevista antecipadamente;
- VIII – Reunir pessoas com deficiência física, atuando na implementação de medidas visando obter melhoria em sua condição de existência, mediante atuação junto a comunidade, família, entidades e aos poderes públicos e privados, para ampliação da assistência, reabilitação, amparo e capacitação profissional, voltados a possibilitar o aproveitamento da mão de obra da pessoa com deficiência física e promover sua plena integração e inclusão na sociedade.
- IX – Desenvolver políticas públicas para habilitação, reabilitação e capacitação dos associados e promover de forma direta ou indireta a inserção da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho, por meio de conscientização dos administradores públicos, empresários e pessoas físicas das vantagens da empregabilidade do deficiente e, ainda, procurando garantir a aplicação incondicional da legislação protetora;
- X – Proporcionar aos seus associados atendimento de qualidade nas áreas de assistência social, jurídica, pedagógica, reabilitação física-social e psicoterapia;

Alberto Soares Paes  
Substituto

## CAPÍTULO II

### DAS FONTES DE RECURSOS

*Artigo 3º* - Constituem fontes de recursos financeiros da ADAT:

- I - Contribuições mensais dos associados;
- II - Subvenções financeiras dos poderes públicos;
- III - Ganhos de aplicações no mercado Financeiro;
- IV - Contribuições esporádicas, doações e legados;
- V - Os recursos de capital, inclusive os resultados de conversão em espécie de bens e direitos, bem como os provenientes de convênios e contratos com a iniciativa privada e poder público;
- VI - Os resultados das atividades produtivas previstas nesse Estatuto ou autorizadas;
- VII - Outras receitas que possam ser legalmente recebidas.

  
Ralfano Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

*Parágrafo 1º* - A Associação aplicará, integralmente e no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos sociais e publicará anualmente seu Demonstrativo Financeiro.

*Parágrafo 2º* - A Instituição não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto e não remunera por qualquer forma os cargos de sua Diretoria Executiva, de seus Conselhos ou de sua Assessoria Jurídica.

## CAPÍTULO III

### DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS E GERADORAS DE RECURSOS

*Artigo 4º* - Voltada a custear os objetivos sociais, a ADAT poderá manter as atividades produtivas e geradores de recursos:

- I - Industrialização, manutenção, locação e comercialização de bens, equipamentos, tecnologia e serviços voltados à reabilitação ou apoio a deficientes físicos, para outras instituições, serviços públicos e privados;
- II - Comercialização de mercadorias e prestação remunerada de serviços em geral a empresas públicas, privadas e pessoas físicas, nos moldes da legislação em vigor;
- III - Atividades na área da saúde de reabilitação física e social;
- IV - Materiais resultantes de serviços artesanais desenvolvidos;

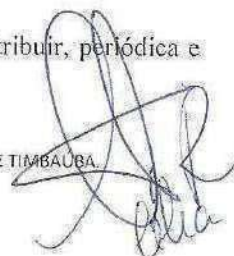
## CAPÍTULO IV

### DO SÓCIO, DA SUA ADMISSÃO E DEMISSÃO

*Artigo 5º* - As Categorias de associados são:

- I - FUNDADORES** - aqueles associados que tomarem parte na Assembléia de Constituição da Associação;
- II - EFETIVOS** - pessoas com deficiência, seus curadores ou tutores e pessoas que tenham dependentes diretos em tais condições;
- III - COLABORADORES** - pessoas físicas ou jurídicas que se disponham a contribuir, periódica e financeiramente, com ADAT;







Alberto Soares

3

Substituto

**IV – BENEMÉRITOS** - pessoas físicas e jurídicas que se distinguirem por relevantes serviços prestados à comunidade em geral ou à ADAT;

**V - CORRESPONDENTES** – Pessoas físicas ou jurídicas residentes fora do País que prestarem serviços de interesse da Associação

**Parágrafo 1º** - Os associados Beneméritos e Correspondentes são liberados da obrigatoriedade de pagamento das contribuições.

**Parágrafo 2º** - O título de benemérito ou correspondente será conferido pela Diretoria.

**Artigo 6º** - Poderá ser admitido como associado, mediante o preenchimento de ficha de inscrição, a pessoa natural ou jurídica que se enquadrar em uma das categorias previstas no artigo 5º deste Estatuto e a demissão poderá ser a qualquer momento e somente a pedido do sócio, que deverá manifestar o seu interesse por escrito.

**Artigo 7º** - A categoria de sócio Efetivo compreende os Sócios Ativos e os Inativos:

**I** - Considera-se Sócio Inativo aquele que não cumprir os deveres impostos nesse estatuto e não participar de nenhuma Assembléia Geral nos últimos 3 (três) anos;

**II** - O sócio inativo terá suspensos os direitos de votar e ser votado;

**III** - Para reabilitar sua inscrição o sócio inativo terá:

a) Que participar e votar na Assembléia Geral a ser realizada, necessitando para tal que faça novo recadastramento no prazo de até 15 (quinze) dias da Assembléia, quando o motivo da inativação for ausência de participação e voto em Assembléia Geral.

b) Se o motivo for o descumprimento de deveres, deverá apresentar justificativa por escrito e ter expressado pedido de reabilitação, que será objeto da deliberação da Diretoria.

**Artigo 8º** - A critério da Diretoria os sócios poderão receber uma Carteira Social, expedida e assinada pela ADAT, portando seus dados de identificação e complementados pelos dados de segurança e saúde, tais como: tipo sanguíneo, reações alérgicas e outros considerados importantes.

## CAPÍTULO V

### DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Artigo 9º** - São Direitos dos Associados nas categorias de Fundadores e Efetivos:

**I** - Participar nas Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

**II** - Votar para os cargos da Diretoria, Assessoria Jurídica, Conselhos Deliberativo e Fiscal, desde que tenha 90 (noventa) dias de filiação anteriores à Assembléia;

**III** - Ter acesso ao relatório anual de prestação de contas das atividades sociais e financeiras da Diretoria e do Parecer do Conselho Fiscal;

**IV** - Votar em Assembléia Geral sobre o relatório de prestação de contas da Diretoria e Conselho Fiscal;

**V** - Candidatar-se aos cargos de Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Assessoria jurídica. Sendo que para pleitear os Cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, deverá ser sócio atuante há mais de 02 (dois) anos e para o cargo da Assessoria Jurídica ser Advogado devidamente credenciado e com registro na OAB.

**VI** - Solicitar a instalação de Assembléia Geral Extraordinária para destituição de membro da Diretoria Executiva, Conselhos e/ou Assessoria Jurídica, mediante a subscrição de no mínimo de 1/5 dos associados ativos.

Alberto Soares Pace

Substituto

VII- Ser contratado para prestar serviços na sede administrativa da ADAT ou nos órgãos públicos ou empresas privadas, mediante convênios ou contratos, desde que preenchidos os requisitos e critérios de seleção estipulados pela ADAT e pelos contratantes.

VIII- Propor à Diretoria medidas consideradas convenientes aos interesses dos associados;

IX - Requerer e receber, após o seu ingresso no quadro social, a respectiva carteira de sócio;

**Parágrafo único** - As demais categorias de sócios, ficam assegurados todos os direitos estipulados pelos incisos anteriores, exceto os constantes dos incisos I, II, IV, V e VI.

**Artigo 10º** - São Deveres dos associados:

I - Cumprir e respeitar o estatuto, os regulamentos expedidos e as deliberações da Assembléia Geral;

II - Pagar as mensalidades proposta pela Diretoria e referendada pela Assembléia;

III - Envidar todos os esforços ao seu alcance para que a Associação cumpra fielmente os seus fins;

IV - Comparecer às Assembléias Gerais, tendo a obrigatoriedade de comparecimento em pelo 01 (uma) Assembléia a cada 03 (três) anos, sob pena de ter seus direitos suspensos;

V - Difundir as finalidades da Associação;

VI - Desempenhar os cargos e missões para o qual for designado;

VII - Cooperar moral e financeiramente para o bom êxito das finalidades sociais da Associação.

VIII - Frequentar a sede social da Associação, ao menos uma vez por cada semestre;

IX - Desempenhar outras atividades condizentes ao êxito da Entidade

**Parágrafo único** - Os associados funcionários da sede administrativa, dos convênios e contratos da ADAT tem a obrigação de participar em todas as Assembléias Gerais, sob pena de advertência na forma prevista neste Estatuto.

## CAPÍTULO VI

### DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

**Artigo 11º** A ADAT é constituída e administrada pelos seguintes Órgãos Deliberativos, conforme as atribuições e competências definidas neste estatuto:

I- Assembléia Geral;

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal;

IV - Conselho Deliberativo;

V - Assessoria jurídica;

VI- Conselho de Administração.

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Artigo 12º** - A Assembléia Geral é soberana e constituída por todos os sócios ativos nas categorias de Fundadores e Efetivos, em pleno uso de seus direitos e se reunirá:

I - Ordinariamente uma vez por ano para análise e votar a prestação de contas da Diretoria Executiva e relatório do Conselho Fiscal e a cada final de mandato, para eleição da nova Diretoria Executiva, Conselhos Fiscal e Assessoria Jurídica;

II - Extraordinariamente toda vez que for convocada pelo Presidente, pela maioria dos membros da Diretoria Executiva ou pelos assessores jurídicos, quando se tratar de destituição de diretores, ou pela convocação por solicitação de 1/5 dos associados ativos.



Alberto Soares

Substituto

**Artigo 13º** - Compete à Assembléia Geral Ordinária eleger a sua Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Assessoria Jurídica, para período de 4 (quatro) anos;

**Parágrafo 1º** - A Assembléia Geral Ordinária será instalada com qualquer número de sócios ativos;

**Parágrafo 2º** - A convocação da Assembléia Geral Ordinária deverá ser feita por edital, afixada na sede social e publicado uma vez em jornal de grande circulação nesta Cidade, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, constando: dia, hora e local.

**Parágrafo 3º** - A convocação por meio de publicação em jornal poderá ser substituída por correspondência dirigida a totalidade dos sócios e destinadas aos seus domicílios e que comprovem por protocolo em cópia ou AR do sistema de Correios.

**Artigo 14º** - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

I - Deliberar sobre assuntos não enquadrados nas competências dos órgãos de Administração e da Assembléia Geral Ordinária;

II - Deliberar sobre a reforma do presente Estatuto, cujo quórum de aprovação será de no mínimo de ¼ (um quarto) dos associados presentes à Assembléia;

III - Promover a eleição para o preenchimento de cargos vagos; subordinados os mandatos dos eleitos nessa ocasião, ao calendário geral de mandato;

IV - Deliberar sobre compra, alienação e operação de bens imóveis da Associação;

V - Destituir qualquer membro da Diretoria, Assessoria Jurídica, Conselhos Deliberativo e Fiscal, por descumprimento de suas atribuições ou por atitudes que denigrem a imagem ou atentam contra os princípios da ADAT, resguardado prévio direito de defesa do membro acusado, sendo que o pedido de instalação da Assembléia Extraordinária poderá ser feito pela Assessoria Jurídica após o devido processo ou por solicitação subscrita de no mínimo 1/5 dos associados ativos.

VI - Decidir sobre a dissolução, fusão, desmembramento ou incorporação da ADAT, sendo necessário para tal a unanimidade dos associados com direito a voto.

**Parágrafo 1º** - A deliberação da Assembléia nas matérias comuns e não excepcionada neste Estatuto, ocorrerá pelo voto da maioria simples dos associados presentes com direito do voto. A hipótese de empate será resolvida pelo voto do Presidente da Mesa.

**Parágrafo 2º** - Para a instalação da Assembléia Geral Extraordinária para tratar dos assuntos previstos nos incisos II, IV e V é exigida a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados ativos subscritores da convocação em primeira convocação e após trinta minutos, em segunda convocação, com 50% (cinquenta por cento) dos sócios ativos, com aprovação por maioria simples dos presentes.

**Parágrafo 3º** - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária deverá ser feita por edital, afixada na sede social e publicado uma vez em jornal de grande circulação nesta Cidade, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, constando: dia, hora e local.

**Parágrafo 4º** - A convocação por meio de publicação em jornal poderá ser substituída por correspondência dirigida a totalidade dos sócios e destinadas aos seus domicílios e que comprovem por protocolo em cópia ou AR do sistema de Correios.

**Artigo 15º** - O sistema de votação será por voto aberto nas Assembléias Gerais.

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## CAPÍTULO VII

### DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

**Artigo 16º** - São órgãos diretivos da Associação.

I - Diretoria Executiva;

ESTATUTO SOCIAL DA ADAT - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E DOS AMIGOS DE TIMBAÚBA





Alberto Soares Paes  
Substituto

- II - Conselho Fiscal;
- III - Conselho Deliberativo;
- IV - Assessoria Jurídica;
- V - Conselho de Administração.

**Parágrafo único** - Os membros dos Órgãos constantes nos incisos I a IV do caput serão eleitos em Assembléia Ordinária para mandato de 4 (quatro) anos, sem remuneração, sendo-lhes facultado reeleger no mesmo cargo.

**Artigo 17º** - A gestão administrativa será pelos seus órgãos diretivos disciplinados neste Capítulo, podendo a Diretoria Executiva criar órgãos, setores e departamentos auxiliares subordinados a ela, com a finalidade de desempenhar funções técnico administrativas.

### DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Artigo 18º** - São membros da Diretoria Executiva:

- I - Presidente;
- II - Vice Presidente;
- III - Secretário Geral;
- IV - Segundo Secretário Geral;
- V - Tesoureiro;
- VI - Segundo Tesoureiro.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Artigo 19º** - A Diretoria se reunirá em sessão ordinária uma vez a cada 3 (três) meses, em data designada por seu Presidente ou seu substituto legal, e, extraordinariamente, todas as vezes que for convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As deliberações da Diretoria Executiva serão com quorum da maioria absoluta de seus membros e será considerada aprovada a matéria por maioria simples dos presentes.

**Parágrafo 1º** - O membro da Diretoria que faltar, sem justificativa formal por mais 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas perderá seu mandato após apreciada e aceita pela Assembléia.

**Parágrafo 2º** - Os membros da Diretoria não respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela Associação, exceto quando ficar configurado crime patrimonial contra a entidade.

**Artigo 20º** - Compete à Diretoria em conjunto:

- I - Desenvolver programa de atividades da Associação;
- II - Estabelecer os regulamentos, regimentos e código de ética da Associação;
- III - Empreender ações para melhor conscientização da sociedade e poderes públicos acerca dos objetivos e atividades da ADAT e de seus associados;
- IV - Admitir e excluir associados na forma prevista nesse Estatuto;
- V - Criar, instalar, modificar e extinguir comissões ou departamentos e setores e atividades da Associação;
- VI - Supervisionar o quadro de funcionários da Associação;
- VII - Anualmente propor o valor e reajuste das mensalidades ao Conselho de Administração;
- VIII - Decidir sobre os casos omissos neste Estatuto;
- IX - Apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o relatório anual das contas de sua gestão para apreciação e aprovação;
- X - Controlar a execução dos serviços, obras físicas e sociais da Associação;
- XI - Autorizar despesas da Associação, exceto as necessárias para o funcionamento da Entidade, bem como as alienações ou permuta de bens móveis.



Alberto Soares Paes

Substituto

XII- Aprovar a relação de serviços assistenciais gratuitos prestados pela Associação, mediante programa apresentado pelo Presidente.

XIII- Apresentar ao Conselho de Administração o regimento interno com organograma dos departamentos ou suas respectivas alterações;

XIV- Aprovar o plano de ação elaborado pelo Presidente.

**Artigo 21º - Compete ao Presidente:**

I - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regulamentos internos, o código de ética e as deliberações das Assembléias Gerais; da Diretoria Executiva e dos Conselhos.

II - Convocar Assembléias Gerais e as reuniões da Diretoria;

III - Autorizar os pagamentos requisitados pelo Tesoureiro e autorizados pela Diretoria, ouvindo, se necessário, o Assessor Jurídico;

IV - Assinar todo o expediente da Associação;

V - Representar a Associação em juízo ou fora dele e constituir procurador com poderes específicos;

VI - Receber subvenção ou contribuição para a Associação, fazendo o correspondente recibo em nome da ADAT;

VII - Contratar, promover, conceder licenças, suspender e demitir empregados e contratar serviços permanentes ou eventuais de consultores e técnicos de qualquer natureza, ouvindo, em casos especiais, os demais membros da Diretoria;

VIII - Celebrar e administrar os contratos e convênios com empresas públicas ou privadas para a prestação de serviços ou locação de mão de obra, após deliberação da Diretoria.

IX - Autorizar as despesas necessárias para o funcionamento da Associação.

X - Elaborar e apresentar plano de ação, em cada início de exercício, para aprovação da Diretoria Executiva.

**Artigo 22º - Compete ao Vice-Presidente:**

I - Substituir o Presidente em suas ausências, mediante solicitação formal deste. Em caso de ausência prolongada por motivo de doença ou por força maior a substituição será autorizada pela Diretoria;

II - Exercer atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente, em caráter temporário ou permanente.

**Artigo 23º - Compete ao Secretário Geral:**

I - Substituir o Vice-Presidente;

II - Redigir as atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria e ter sob sua guarda o livro de Atas e os documentos da ADAT;

III - As ministrar os serviços da Secretaria da Associação;

IV - Organizar e manter atualizado o quadro social;

V - Expedir as Carteiras Sociais, quando autorizadas, subscrevendo-as com o presidente;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Artigo 24º -** Ao segundo Secretário compete substituir o Secretário em suas faltas e impedimentos e exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente.

**Artigo 25º - Compete ao Tesoureiro:**

I - Cobrar as mensalidades quando instituídas e depositar os valores em instituição bancária de movimentação financeira da ADAT e controlar as mensalidades a receber;

II - Pagar as contas autorizadas pela Diretoria ou Presidente;

III - Apresentar mensalmente a Diretoria balancete circunstanciado;

IV - Manter o controle de todos os valores pertencentes à Associação, aplicando-os de acordo com as deliberações dos órgãos superiores;



Alberto Soares

Substituto

V - Assinar os cheques e outros documentos financeiros da Associação, bem como solicitar concessão de empréstimos e/ou demais financiamentos, como cartão de crédito empresarial, limite no cheque especial e/ou demais ações ofertadas pelos bancos conveniados;

VI - Elaborar e apresentar ao Conselho Deliberativo até o mês de novembro de cada ano, o orçamento das receitas e despesas da Associação para o exercício seguinte;

VII - Supervisionar os serviços de contabilidade da Associação.

**Artigo 26º** - Ao segundo Tesoureiro compete substituir o Tesoureiro em suas ausências, mediante solicitação formal deste. Em caso de ausência prolongada por motivo de doença ou por força maior a substituição será autorizada pela Diretoria.

### DO CONSELHO FISCAL

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

**Artigo 27º** - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e mesmo número de suplentes, eleitos em Assembleia Ordinária para um mandato de 4 (quatro) anos, na mesma data da eleição da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Assessoria Jurídica.

**Artigo 28º** - Compete aos membros efetivos do Conselho Fiscal:

I - Analisar as contas e os balancetes, trimestralmente, fazendo as observações necessárias para a correção de dados.

II - Apresentar ao Conselho de Administração os esclarecimentos necessários sobre as contas da Associação;

III - Reunir-se mensalmente para analisar os balancetes.

**Parágrafo único** - Os membros suplentes do Conselho Fiscal substituirão os membros efetivos quando da ausência temporária ou definitiva de cada e a substituição se dará na ordem do membro suplente de maior idade.

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 29º** - O Conselho de Administração será formado por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva sendo o Diretor Presidente e o Secretário Geral, pelos membros efetivos do Conselho Fiscal e Deliberativo, por 1 (um) Assessor Jurídico e por um representante da sociedade civil organizada convidado para tal, com mandato de 4 (quatro) anos simultâneo com o mandato da Diretoria Executiva e será instalado imediatamente após a posse da Diretoria Executiva.

**Parágrafo 1º** - Os representantes da Diretoria Executiva, bem como o representante da Assessoria Jurídica serão escolhidos através de consenso entre seus respectivos membros ou sorteio.

**Parágrafo 2º** - O representante da sociedade civil organizada será escolhido e convidado pelo Conselho de Administração, em processo interno e sua posse fica condicionada a aceitação do convite, repetindo o processo de escolha tantas vezes seja necessária.

**Parágrafo 3º** - O Presidente, que terá o voto de minerva, será escolhido em eleição interna entre os membros do Conselho de Administração.

**Artigo 30º** - Compete ao Conselho de Administração:

I - Apreçar e julgar anualmente as contas da Diretoria Executiva, após parecer do Conselho Fiscal;

II - Autorizar a compra, alienação ou permuta de bens imóveis;




Alberto Soares <sup>9</sup> Pacs

Substituto

- III - Deliberar sobre divergências entre os Conselhos Fiscal e Deliberativo com a Diretoria ou entre si;  
 IV - Aprovar o Regimento Interno da Associação e às suas alterações, obrigatoriamente elaborado pela Diretoria Executiva.

**Parágrafo Único** - O Conselho de Administração se reunirá toda vez que for convocado pelo seu Presidente, pela maioria de seus membros ou por solicitação da Diretoria Executiva.

#### DA ASSESSORIA JURÍDICA

**Artigo 31º** - A Assessoria Jurídica será composta por até 2 (dois) advogados, eleito(s) por Assembléia Ordinária juntamente com a Diretoria Executiva com mandato de 4 (quatro) anos

**Artigo 32º** - Compete a Assessoria Jurídica:

- I - Opinar sobre as questões jurídicas que envolvem a Associação;
- II - Assessorar a Diretoria sempre que necessário;
- III - Adotar procedimentos cíveis e/ou criminais em caso de rejeição das contas ou outras irregularidades, bem como propor à Assembléia Geral a destituição de diretores que incorrerem em atos atentatórios aos princípios legais e estatutários da Associação.

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

**Artigo 33º** - Para defender os direitos e interesses da associação em juízo ou fora dele e ainda para prestar assistência jurídica aos associados de conformidade com as condições da entidade, poderá ser contratado advogado(s) ou sociedade civil de prestação de serviços de advocacia.

#### DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Artigo 34º** - O Conselho Deliberativo é composto por 3 (três) membros, eleitos em Assembléia Ordinária juntamente com a Diretoria Executiva com mandato de 4 (quatro) anos.

**Artigo 35º** - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - Reunir-se quando necessário e a pedido da Diretoria;
- II - Opinar sobre o Plano de ação da Diretoria;
- III - Solicitar à Diretoria todas as informações que julgar necessárias;
- IV - Deliberar sobre a exclusão de Associados, assegurada a ampla defesa;
- V - Apresentar sugestões administrativas para a Diretoria Executiva.

**Parágrafo único** — Perderá o mandato o Conselheiro Deliberativo que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas sem apresentar justificativa formal.

#### CAPÍTULO VIII

##### DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO E DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.

**Artigo 36º** - O Estatuto da Entidade poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária convocada para esta finalidade, mediante a apresentação, por quem solicitou, de proposta consolidada em documento solene.

**Artigo 37º** - A dissolução da associação poderá ocorrer por desinteresse dos sócios, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária ou por medida judicial, sendo o seu patrimônio, após cumpridas as obrigações financeiras, integralmente transferido a uma instituição de fins não econômicos ou de fins idênticos ou semelhantes, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

ESTATUTO SOCIAL DA ADAT - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E DOS AMIGOS DE TIMBAÚBA.







## CAPÍTULO IX

## DA APROVAÇÃO DAS CONTAS

**Artigo 38º** - A Diretoria da Entidade apresentará as contas da Associação para apreciação e julgamento do Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal, através de relatórios e sistema contábeis adotados para as Entidades Filantrópicas, ao final de cada trimestre e após o término de cada exercício que compreende de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo 1º** - As contas do exercício serão apresentadas até o último dia útil do mês de fevereiro do exercício seguinte.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para apreciá-las, prorrogáveis por 10 (dez) dias caso haja necessidade de diligências complementares.

**Parágrafo 3º** - Aprovadas as contas serão expostas em quadro de aviso e disponibilizadas para todos os Associados.

**Parágrafo 4º** - Se rejeitadas as contas caberá recurso para a Assembléia Geral Extraordinária, prevalecendo a rejeição, compete à Assessoria Jurídica adotar as medidas legais, tais como responsabilização civil, criminal, bem como propor à Assembléia Geral Extraordinária a destituição do diretor ou diretores que deram causa as irregularidades.

## CAPÍTULO X

## DAS ELEIÇÕES

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Artigo 39º** - As eleições da Diretoria, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e Assessoria Jurídica serão realizadas no 15º dia anterior ao término do mandato dos administradores.

**Parágrafo 1º** - Será designada pela Diretoria Executiva com antecedência de 40 (quarenta) dias da eleição, comissão pré-eleitoral composta por 3 (três) membros escolhidos entre os servidores e assessores jurídicos da ADAT, ficando entre eles escolhido o seu Presidente, que fará a preparação e publicação do Edital e demais ações para a instalação da Assembléia.

**Parágrafo 2º** - A publicação do edital de convocação para a Assembléia Ordinária se dará até 30 (trinta) dias antes da data da eleição.

**Artigo 40º** - A eleição se fará por meio de chapas previamente apresentas à comissão pré eleitoral para o competente registro até 30 (trinta) dias antes da data da eleição.

**Parágrafo 1º** - Caberá a referida Comissão a análise e registros das chapas, elaboração dos procedimentos e ritos para eleição, documentação necessária e recepção e apuração dos votos, lavrando ata circunstanciada dos trabalhos e proclamando eleita como vencedora a chapa que obtiver mais votos entre as concorrentes.

**Parágrafo 2º** - O associado não poderá concorrer a mais de um cargo eletivo, assim como se subscrever a mais de uma chapa.

**Parágrafo 3º** - Será considerado eleito conselheiros fiscais, os três (três) candidatos que obtiverem maior número de votos.

Alberto Soares Paes  
Substituto

**Parágrafo 4º** - As impugnações poderão ser interpostas até o encerramento da Assembleia e serão decididas pela Comissão Eleitoral antes da proclamação do resultado.

**Artigo 41º** - Não será permitido o voto por procuração.

**Parágrafo único** - Os associados legalmente interditados serão representados nas assembleias pelos curadores e os associados menores de 18 anos poderão ser representados por quem detenha legalmente o poder familiar.

**Artigo 42º** - Apurados os votos e resolvidas as impugnações ou julgados os recursos, o Presidente da comissão proclamará a chapa eleita e os Conselheiros Fiscais.

**Parágrafo Único** - A posse dos eleitos será na data do início do período para sua administração, recebendo da Diretoria anterior todo o patrimônio da Associação, arquivos, importâncias em dinheiro e demais valores e registros, mediante relatório.

## CAPÍTULO XI

### DAS PENALIDADES

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Artigo 43º** - As Penalidades são as seguintes:

- I - Advertência;
- II - Suspensão;
- III - Exclusão

**Parágrafo 1º** - ADVERTÊNCIA - será feita em caráter sigiloso, por escrito, ao sócio que não cumprir as exigências deste Estatuto;

**Parágrafo 2º** - A SUSPENSÃO se dará:

- a) Pelo período de 3 (três) meses, quando o sócio for advertido, na forma do parágrafo anterior, por mais de 3 (três) vezes durante o ano.
- b) Enquanto durar a sua condição de sócio inativo em razão de não participar de nenhuma Assembleia Geral no período de 03 (três) anos.

**Parágrafo 3º** - A EXCLUSÃO só será verificada depois de comprovado que sua conduta, como associado, no plano moral e social, fugiu aos princípios defendidos pela Associação, ou for reincidente na penalidade prevista no Parágrafo 2º letra a.

**Parágrafo 4º** - Os procedimentos a serem adotados e a definição de justa causa será determinada em Código de ética ou Regimento Interno da Entidade.


**Parágrafo 5º** - A aplicação da pena de suspensão ou exclusão ao associado funcionário, implicará na rescisão do contrato de trabalho, conforme legislação em vigor.

## CAPÍTULO XII

### DO PATRIMÔNIO

**Artigo 44º** - O patrimônio da Associação é constituído de bens imóveis e móveis ou quaisquer outros valores tangíveis e intangíveis e não poderá ser objeto de transação, sem o consentimento prévio do Conselho de Administração.







Alberto Soares Paes  
Substituto

### CAPÍTULO XIII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 45º** - Os associados, bem como os membros dos órgãos deliberativos não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Entidade, salvo quando ficar caracterizado crime patrimonial contra a Entidade.

### CAPÍTULO XIV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 50º** - As alterações estatutárias passam a seus efeitos após o registro em Cartório.

Timbaúba, 29 de novembro de 2016.

  
KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI  
Presidente

  
ROBERTO SÉRGIO DA SILVA  
Vice Presidente

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
MARIA CELIA FERREIRA DA SILVA  
Tesoureira

  
MARCELO JONES FERREIRA  
OAB/PE 19156

 PRIMEIRO SERVIÇO DE NOTAS E REGISTROS PÚBLICOS DE TIMBAÚBA  
Rua Dr. Alcides, 219 - CEP 55200-000 - Centro - Timbaúba/PE - Fone/Fax: (081) 3511-1833 - e-mail: cartorio.timbauba@gmail.com  
BUP Alcaide Lúcia Soares Paes de Souza - Titular  
**REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS**  
CERTIFICO que o presente título foi protocolado sob o nº de ordem nº 305  
Fls. 61 e registrado sob o nº 1 4 1 5 do livro A de Pessoas Jurídicas:  
"CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL". Timbaúba, 13/12/2016.  
Selo: 0073569.TPF06201501.06628. Consulte a autenticidade do selo em  
[www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital).

Alberto Soares Paes - Substituto

Alberto Soares Paes  
Substituto



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# DOCUMENTOS DA POSSE DO IMÓVEL

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba –  
PE. CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMODATO

**Instrumento Particular de Comodato** que entre si realizam de um lado na qualidade de **OUTORGANTE COMADANTE**, a Sra. EMILIA DE MORAIS MELO, brasileira, viúva, industrial, residente à Rua Dr. Alcebíades nº 150, na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco, com inscrição no CPF / (MF) sob o nº 027.823.444-55 e portadora RG nº 736.781 – SSP – PE. Doravante denominado simplesmente de **COMODANTE** e de outro lado na qualidade de **OUTORGADA COMODATÁRIA** a ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiências e Amigos de Timbaúba, entidade de utilidade pública, reconhecida pela Lei Municipal Nº 2627/2007 e pela Lei Estadual Nº 14.937 / 2013 com inscrição no CNPJ sob o nº 06.001.126/0001-67, com sede à Praça Jáder de Andrade, 89, Centro na cidade de Timbaúba deste Estado, neste ato representado por sua Presidente KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI, brasileira, Assistente Social, solteira, residente a Rua Vigário Augusto nº 66, Centro – Timbaúba – PE, com inscrição no CPF / (MF) sob o nº 032.801.484 – 21, e portadora do RG Nº 462.0600, doravante denominada de COMODATÁRIA, ajustam o presente instrumento seus anexos aditivos de seguinte maneira e forma.

**PRIMEIRA: A COMANDANTE** na qualidade de senhora e legítima possuidora do imóvel urbano, localizado à Praça Jáder de Andrade, nº 89, nesta cidade de Timbaúba, resolve ceder pelo presente instrumento a COMODATÁRIA como de fato por cedido tem.

**SEGUNDA:** Fica estabelecido o prazo indeterminado para o presente instrumento, enquanto a Presidência da referida instituição couber a Sra. Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti, lembrando que cabe a COMODATÁRIA pagar as despesas de manutenção, conservação patrimonial e impostos (IPTU).

**TERCEIRA: A COMODATÁRIA** utilizará o imóvel descrito na cláusula primeira para o objeto da atividade de **COMODATÁRIA** sempre a título gratuito.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**QUARTA: A COMODATÁRIA**, declara receber a casa objeto do presente instrumento em perfeito estado de conservação, obrigando-se a devolver ao final do contrato da maneira que recebeu o imóvel.

**QUINTA:** O presente instrumento não poderá ser cedido, transferido ou sub-locado sem autorização por escrito da **COMODANTE**.

**SEXTA:** O presente instrumento obriga a sucessora a qualquer título.

**SÉTIMA:** Fica eleito o foro da situação do imóvel para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento.

Timbaúba (PE) 18 de junho de 2020.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT






**EMILIA DE MORAIS MELO – COMODANTE**



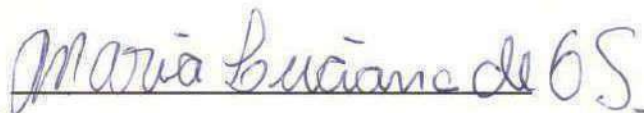


Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI - COMODATÁRIA**



TESTEMUNHA



TESTEMUNHA







# República Federativa do Brasil

Alberto Soares Paes  
Substituto

## OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - TIMBAÚBA/PE

Bela ALDA LÚCIA SOARES PAES DE SOUZA - Titular  
Alberto Soares Paes - Substituto / Cintya Kassia Barbosa Lourenço - Escrevente Autorizada  
Rua Dr. Alcebiádes, nº 215, CEP 55.870-000, Centro Timbaúba/PE - Fone/Fax: (81) 3631-1839  
e-mail: cartorio1timbauba@gmail.com

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE MATRÍCULA E NEGATIVA DE ÔNUS

CERTIFICO, a requerimento expresso e específico da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.001.126/0001-67, e para os devidos fins, que após as buscas no LIVRO 2 - REGISTRO DE IMÓVEIS, deste Serviço Registral, verifiquei constar a Matrícula 2332.

Dados do Imóvel: Prédio residencial nº 89 (oitenta e nove) situado à Praça Jader de Andrade, nesta Cidade, construído de tijolos, coberto com telhas, piso em mosaico, estucada, com terraço em forma de "L" na frente, sala de estar, sala de jantar, 6 (seis) quartos, cozinha, WC, garagem área de serviço, dependências completas para empregada, edificada em terreno de forma irregular, pertencente ao Patrimônio Municipal, apresentado as seguintes características e confrontações: pela frente, com 2 (dois) seguimentos de reta, medindo 11,00m e 13,70m, limita-se com a Praça Jader de Andrade; pelos fundos, por uma linha de 3,80m, limita-se com a Av. Nilo Peçanha; do lado direito, com 3 (três) seguimentos de reta, medindo 26,00m; 38,80m; e 29,60m; limita-se com a casa nº 231, pertencente ao Sr Bianor Ferreira da Silva; com o prédio do "Lar Espírita Lícia Campos" e ainda, com a casa s/nº, pertencente a Regina Maria Campos; e, do lado esquerdo, com 3 (três) seguimentos de reta, medindo 33,20m; 33,20m e 38,00m; limita-se com a casa 79, pertencente ao Sr Antonio Ferreira de Farias e também com o prédio da oficina do Sr Metaxas Rodrigues dos Santos. O prédio tem de área construída 306,93m² e de área total 994,92m².

Dados do Proprietário: Antonio Xavier de Moraes, que em vida era brasileiro, casado, agricultor, residente nesta cidade.

Registro Anterior: Livro 3-I, fls. 95, nº 3.281. Valor: Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). Timbaúba, 16 de julho de 1986. O referido é verdade, dou fé. (aa) Geraldo Ferreira Lima. Em substituição ao livro de escrituração manual número 2-AB, fls. 33, reproduzo nesta ficha os atos então ali praticados, dou fé. Timbaúba, 09 de novembro de 2009. Oficiala, subscrevo e assino. (Alda Lúcia Soares Paes de Souza).

R-1 - 2332 - Nos termos do Formal de Partilha, datado de 24 de agosto de 1979, lavrado, digo, extraído dos autos de Inventário do espólio de Antonio Xavier de Moraes, expedido pelo Cartório do 1º ofício desta Comarca, firmado pelo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Sebastião Romildo Vale de Oliveira e pelo escrivão Subst. Paulo Simplício Ribeiro, o imóvel constante da matrícula acima foi adquirido por d. Emilia Cavalcanti de Moraes, brasileira, viúva, do lar, residente nesta cidade, no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). Sem condições. Timbaúba, 16 de julho de 1986. O referido é verdade dou fé. (aa) Geraldo Ferreira Lima.



SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS



Alberto Soares Paes  
Substituto

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Página: 02

R-2 - 2332 - FORMAL DE PARTILHA. Título Prenotado no Livro de protocolo 1-B, página 178, sob nº 11.837/2014, em 11 de dezembro de 2014. À vista do formal de partilha extraído dos autos da Ação de Arrolamento nº 204.1987.8.17.1480, do Espólio de EMÍLIA CAVALCANTI DE MORAIS, que tramitou perante o Juízo de Direito da 2ª Vara desta Comarca, devidamente homologado pelo Juiz de Direito Dr. André Rafael de Paula Batista Elihimas, procedo ao presente registro para constar que coube à herdeira EMÍLIA DE MORAIS MELO, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF/MF sob o nº 027.823.444-55, portadora da cédula de identidade nº 736.781-SSP/PE, residente e domiciliada nesta Cidade, a **totalidade do imóvel** descrito na matrícula supra. Consta no dito formal de partilha o recolhimento do imposto de transmissão "causa mortis". Timbaúba, 11 de dezembro de 2014. Guia do SICASE nº 0003442348. O referido é verdade; dou fé. Eu, (Alda Lúcia Soares Paes de Souza). Oficiala, subscrevo.

**CERTIFICO FINALMENTE**, que o referido imóvel encontra-se inteiramente livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus, cláusulas restritivas, citações de ações reais, pessoais e/ou reipersecutórias de ônus. O referido é verdade, dou fé. Relatório de Consulta de Indisponibilidade fornecida pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens. Data e hora da pesquisa: 14/12/2020 às 09:32:04. Número do CPF pesquisado: 027.823.444-55. Nome: EMILIA DE MORAIS MELO. Resultado: **NEGATIVO**. Código HASH: 6762.c96c.9559.262e.c557.c92b.92e7.f053.f2ac.501f; obtido através do site <https://www.indisponibilidade.org.br>. Emolumentos líquidos recebidos: R\$ 62,68; FERC: R\$ 6,96 e a TSNR: R\$ 13,93 (Lei nº 11.404/96 e Ato nº 2.853/06), somando um valor total de: R\$ 85,66, valores pagos através da guia de SICASE, sob o nº 0012934467. Para efeito de alienação a presente certidão é válida por 30 (trinta) dias, conforme Decreto nº 93.240/86 que regulamentou a Lei 7.433/85. Selo: 0073569.NWO11202004.00133. Consulte autenticidade em: [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital).

Timbaúba, 14 de dezembro de 2020.

Em testemunho da verdade; dou fé.

ALBERTO SOARES PAES  
Substituto

Alberto Soares Paes  
Substituto

Selo Digital de Fiscalização Tribunal de Justiça de Pernambuco Selo: 0073569.NWO11202004.00133 Data: 14/12/2020 09:40:28 Consulte autenticidade em: <a href="http://www.tjpe.jus.br/selodigital">www.tjpe.jus.br/selodigital</a>
---





  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DO ENDEREÇO DA ENTIDADE (CONTA DE CONSUMO)

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



AVENIDA CRUZ CABUGA - NUM. 1387 - SANTO AMARO RECIFE PE  
CEP: 50040-0006(081) 0800 081 0195  
Inscrição Estadual: 18.1.001.0014398-2  
CNPJ: 09.769.035/0001-64  
Qualidade da Água: www.compesa.com.br

71

Nº Documento: 20240725668650

Escritório: TIMBAUBA

FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

Início relação: 29/12/2020

DADOS DO CLIENTE

Nº Contrato: 7052343

MATRÍCULA:

02566865.0

07/2024-3

ASSOCIACAO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM  
PC JADER DE ANDRADE, N. 00089 - CENTRO TIMBAUBA PE 55870-000

INSCRIÇÃO: 153.130.5 40.0129.000 GRUPO: 4 OPÇÃO DÉB. AUTOMÁTICO: 02566865.0  
RESPONSÁVEL: NDEREÇO PARA ENTREGA

SITUAÇÃO ÁGUA

SITUAÇÃO ESGOTO

QUANTIDADE DE ECONOMIAS

LIGADO



POTENCIAL

HIDRÔMETRO

A10S116977

DATA LEIT

ANTERIOR

20/06/2024

RESIDENCIAL

COMERCIAL

INDUSTRIAL

PÚBLICO

1

DATA LEIT. ATUAL

18/07/2024

TIPO DE CONSUMO (A/E)

REAL /

ÁGUA

UMO: 5

ESGOTO

LEIT. ANT.:

VOLUME: 0

LEIT. ATUAL:

LEIT. FAT.:

LEIT. ATUAL: 2522

LEIT. FAT.: 2522

HISTÓRICO DE CONSUMO

REFERÊNCIA/CONSUMO

HD PARADO

N MEROS DE AMOSTRAS

PARÂMETROS

EXIG. ANEXO XX DA PORT.

ANÁLISES

ATENDEM A

06/2024 4/

A

TURBIDEZ

CONS. M5S205/17

REALI5Z2ADAS

LEGIS4L8AÇÃ

05/2024 26/

E

COR APARENTE

52

52

47

04/2024 0/

A

OBSERVAÇÕES: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSÊNCIA EM 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS.

(2) OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA.

(3) OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA.

02./2.02.4

E

52

CLORO RESIDUAL

E

52

01C/O2L02I4FORMES0/T

TAAIS

52

E.Coli

Ag

52

MÉDIA 5/ 0

52

48

52

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

AGUA

COMERCIAL 001 UNIDADE

5 M3

CONSUMO DE AGUA

PARCELAMENTO DE DEBITOS PARCELA 2/3

MULTA P/IMPONTUALIDADE 06/2024

DESCONTO ANTIGUIDADE 05/2024

82,63

630,53

13,63

31,40

Karlene Oliveira Cavalcanti  
Presidente ADAT

VENCIMENTO: 08/08/2024

TOTAL A PAGAR:

695,39

Emitido por: INTERNET

Emitido em: 01/08/2024



compesa

ATENDIMENTO: 0800-0810195

VAZAMENTOS: 0800-0810185

Arpe

Agência de Regulação  
de Pernambuco

0800-2813844

MATRÍCULA:

02566865.0

07/2024-3

VENCIMENTO:

08/08/2024

TOTAL A PAGAR:

695,39

VIA COMPESA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# DOCUMENTOS PESSOAIS DA PRESIDENTE

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba –  
PECEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

  
Katiene Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

06R38

POLEGAR DIREITO



  
*Katiene Galvão Cavalcanti*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

4.620.600

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

02/07/2014

NOME &lt;&lt; KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO

CAVALCANTI &gt;&gt;

FILIAÇÃO

&lt;&lt; ANTONIO GALVÃO CAVALCANTI FILHO &gt;&gt;

&lt;&lt; NORMA BARBOSA BRITO DE GALVÃO

CAVALCANTI &gt;&gt;

NATURALIDADE

RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO

19/01/1975

DOC.ORIGEM &lt;&lt; CN.26226 L.202 F.49V CART.BOA

VISTA, RECIFE-PE 20.01.1975 &gt;&gt;

CPF

032.801.484-21

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

F-61 76.576 - 3481



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal**

**CPF – CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome

**KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVAO  
CAVALCANTI**

Nº de Inscrição

**032801484-21**

Data do Nascimento

**19/01/75**





Este documento é o comprovante de Inscrição no CADASTRO DE  
PESSOAS FÍSICAS – CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo  
nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

  
KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI

S  
E  
R  
P  
R  
O

**VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em : 20/09/97



# COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DA PRESIDENTE (CONTA DE CONSUMO)

KATIANE BARBOSA BRITODE GALVAO  
CAVALCANTI  
AV ISMAEL GOUVEIA 15 APTO 102  
CENTRO  
55870-000 TIMBAUBA PE

Seu número Claro  
81991900502

79

Período de uso  
de 09/06/2024 a 08/07/2024

Vencimento  
25/07/2024

Veja aqui o que está sendo cobrado:

1. Plano Contratado R\$ 49,58  
2. Outros Lançamentos R\$ 2,27

Total a pagar R\$ 51,85



CANAIS DE ATENDIMENTO:  
Acesse sua conta e outros serviços:

No app Minha Claro / No Whatsapp 11999910621  
Na internet - [minhaclaro.com.br](http://minhaclaro.com.br)

Pelo celular \*1052# / No Atendimento Claro 1052 / Ouvidoria - Ligue 08007010180  
Fatura em braile ligue 1052 | Deficiente auditivo ou surdo acesse [www.claro.com.br/minha-claro](http://www.claro.com.br/minha-claro)

#### 1. PLANO CONTRATADO

VALOR R\$

Oferta Conjunta Claro MIX

55,11

Aplicativos

Claro Controle 10GB [163] - de 09/06/2024 a 17/06/2024

Claro Controle 10GB [163] - de 25/06/2024 a 04/07/2024

Claro Controle 10GB [163] - de 05/07/2024 a 08/07/2024

Desconto de relacionamento

-5,53

Serviços Inclusos no seu Plano

10GB de Internet do seu plano

Bônus de internet promocional - 10GB

Instagram, Facebook e Twitter ilimitados sem descontar da internet do seu plano

Ligações ilimitadas com o código 21

WhatsApp ilimitado sem descontar da internet do seu plano

WhatsApp ilimitado sem descontar da internet do seu plano

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

SUBTOTAL - PLANO CONTRATADO

R\$ 49,58

#### 2. OUTROS LANÇAMENTOS

VALOR R\$

Juros e Multa

2,27

SUBTOTAL - OUTROS LANÇAMENTOS

R\$ 2,27

#### TOTAL A PAGAR

R\$ 51,85

Obs.: Os valores demonstrados acima são proporcionais ao cancelamento ou migração ou troca de plano efetuada.

#### ATENÇÃO AO CLIENTE

Informações sobre regra de suspensão da inadimplência conforme RGC 632/2014 Art 90 a 97: Transcorridos 15 dias da Notificação do débito poderá ocorrer a Susp Parcial, transcorridos 30 dias da susp parcial poderá ocorrer a Susp Total, e transcorridos 30 dias da susp total o contrato poderá ser rescindido. Da rescisão do contrato poderá ocorrer a inclusão do registro do débito junto aos órgãos de Proteção ao crédito. Contribuições para o FUST e FUNTTEL (1% e 0,5% do valor dos serviços) não repassados ao cliente. Central Anatel: 1331. Pague sua conta nos bancos credenciados: Bradesco, Banco do Brasil, CEF, Itaú, Santander e outros. As regras do roaming internacional sofrerão mudanças a partir de abril. Para conhecer, consulte o regulamento em <https://www.claro.com.br/empresas/celular/claro-passaporte>.

#### DOCUMENTO FINANCEIRO Nº 43214233072024

Descrição	Valor ISS (R\$)	Valor cobrado (R\$)
App incluso na oferta - Claro banca Premium		6,12
Desconto App incluso na oferta - Claro banca Premium		-0,62
App incluso na oferta - Skeelo ebook Padrão		13,02

Prezado Cliente, este boleto não quitasaldos de meses anteriores.

Autenticação Mecânica

Para uso do banco



CLIENTE

KATIANE BARBOSA BRITODE GALVAO  
CAVALCANTI

Débito Automático  
153259617

Data de Vencimento  
25/07/2024

Valor  
R\$ 51,85

Pague



com  
Pix

8483000000-1 51850162202-5 40725153259-6 61711718122-9

Autenticação Mecânica solicitamos não rasurar, dobrar ou perfurar esta parte da fatura, para não danificar o código de barras.



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Descrição	Valor ISS (R\$)	Valor cobrado(R\$)
Desconto App incluso na oferta - Skeelo ebook Padrão		-1,31
Juros e Multa		2,27
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS</b>	<b>0,00</b>	<b>19,48</b>

**NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES Nº 39458161072024**

Claro S/A  
Avenida Governador Agamenon Magalhães, 1114, -  
Graças Pavmto 1 2 3 e 4 Terminal 1 Pavmto 3 4 e 6  
Terminal 3  
52020-900-Recife -PE  
CNPJ 40.432.544/0102-90  
Inscrição Estadual 033127476  
Atendimento Claro: 1052

KATIANE BARBOSA BRITODE GALVAO CAVALCANTI  
AVISMAELGOUVEIA 15-APTO102CENTRO  
55870-000 -TIMBAUBA - PE  
CPF/CNPJ 032.801.484-21  
Nº da conta: 153259617  
Nº do cliente: 839586866

Modelo:22Série B23Via Única  
Data de emissão: 09/07/2024  
Período: 09/06/2024 a 08/07/2024  
CFOP:5307

Reservado ao Fisco:  
8583.53a2.9995.d2aa.e452.8949.afb1.518d

Serviços		Alíquota (%)	Valor	ICMS	Isento/Não Tributável (R\$)	Valor (R\$)
Claro Controle 10GB	35,97	20,50		7,38		35,97
Desconto de relacionamento	-3,60	20,50		-0,74		-3,60
<b>Valor Total da Nota Fiscal</b>	<b>32,37</b>			<b>6,64</b>	<b>0,00</b>	<b>32,37</b>
Contribuição para o Fust 1% e Funttel 0,5% sobre os valores dos serviços de telecomunicações - Não repassados ao cliente. Tributos Federais (PIS e COFINS) 3,65%						

Documentofiscal emitido conforme autorização do art. 103, inciso IV, c/ art. 103-B, RICMS/PE.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Autorização para Débito em Conta**

Autorizo o Débito Automático dos valores devidos em razão de serviço móvel pessoal prestado pela Claro NE DDD 81 a 89 na conta corrente abaixo especificada. Comprometo-me a manter saldo suficiente e disponível para arcar com o débito destes valores na data do seu vencimento. O código de identificação para Débito Automático está impresso abaixo.

Código Débito Automático: 153259617 Claro NE DDD 81 a 89

Agência: \_\_\_\_\_

Nome do Cliente: CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_ CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Número da conta Corrente: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

84830000000-151850162202-540725153259-661711718122-9



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Claro Controle

Data	Hora	Origem-Destino/Crédito/Serviço	Número	Op.LD	Dur.(s)/Vol.(MB)	Dur.Efet.TipodeLigação	Déb./Créd.(R\$)	Saldo (R\$)
04/06	09:13:35	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
04/06	09:23:55	Pernambuco (Area 81) PE	81994390404		00:02:00	00:01:59 Local	0,00	0,00
06/06	09:46:50	Pernambuco (Area 81) PE	81999257903		00:00:00	00:00:01 Local	0,00	0,00
10/06	15:59:14	Pernambuco (Area 81) PE	81991209413		00:00:00	00:00:01 Local	0,00	0,00
11/06	16:48:40	Pernambuco (Area 81) PE	81983711771		00:07:48	00:07:48 Local	0,00	0,00
11/06	16:49:58	Pernambuco (Area 81) PE	81983711771		00:01:48	00:01:47 Local	0,00	0,00
12/06	16:43:16	Pernambuco (Area 81) PE	8120114755		00:07:36	00:07:36 Local	0,00	0,00
12/06	17:04:10	PE	C28400	0,000		00:00:00 Torpedo	0,00	0,00
13/06	08:10:41	Pernambuco (Area 81) PE	81984318900		00:05:42	00:05:40 Local	0,00	0,00
17/06	15:41:12	Pernambuco (Area 81) PE	81991209413		00:00:00	00:00:02 Local	0,00	0,00
17/06	17:06:44	Pernambuco (Area 81) PE	8120114755		00:02:00	00:02:00 Local	0,00	0,00
17/06	17:08:47	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
17/06	17:09:26	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
18/06	17:01:34	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
21/06	17:13:44	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
25/06	07:58:06	MENSALIDADE CONTROLE On Line (eletronica)			00:00:00	00:00:00	0,00	0,00
25/06	08:14:31	Pernambuco (Area 81) PE	8120114755		00:09:54	00:09:50 Local	0,00	0,00
25/06	08:24:04	Pernambuco (Area 81) PE	8120114755		00:08:12	00:08:08 Local	0,00	0,00
25/06	23:26:55	MENSALIDADE CONTROLE On Line (eletronica)			00:00:00	00:00:00	0,00	0,00
26/06	15:09:19	Pernambuco (Area 81) PE	81992095346		00:00:30	00:00:18 Local	0,00	0,00
27/06	10:56:28	Pernambuco (Area 81) PE	81999695074		00:04:42	00:04:38 Local	0,00	0,00
27/06	15:04:30	Pernambuco (Area 81) PE	81973095842		00:00:36	00:00:33 Local	0,00	0,00
27/06	18:37:56	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
27/06	18:41:39	Pernambuco (Area 81) PE	8120114755		00:00:30	00:00:21 Local	0,00	0,00
28/06	11:23:15	Pernambuco (Area 81) PE	8120114755		00:11:00	00:10:58 Local	0,00	0,00
28/06	11:34:12	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
28/06	12:01:15	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
28/06	12:04:44	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
28/06	12:33:24	Pernambuco (Area 81) PE	8140002121		00:01:06	00:01:04 Local	0,00	0,00
28/06	14:26:10	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
28/06	17:16:07	Pernambuco (Area 81) PE	81989484883		00:00:30	00:00:22 Local	0,00	0,00
28/06	17:16:55	Pernambuco (Area 81) PE	81989484883		00:00:30	00:00:23 Local	0,00	0,00
28/06	17:43:27	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
28/06	18:03:41	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:00:30	00:00:05 Local	0,00	0,00
28/06	18:06:03	Pernambuco (Area 81) PE	81984318900		00:00:30	00:00:09 Local	0,00	0,00
28/06	18:16:58	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:00:30	00:00:05 Local	0,00	0,00
28/06	19:09:03	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
28/06	19:16:24	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
28/06	19:24:07	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
28/06	19:28:39	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
29/06	07:14:39	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:00:30	00:00:07 Local	0,00	0,00
29/06	07:36:30	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:07:36	00:07:36 Local	0,00	0,00
29/06	07:37:54	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
29/06	07:47:43	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:04:06	00:04:06 Local	0,00	0,00
29/06	07:50:12	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:00:30	00:00:05 Local	0,00	0,00
29/06	07:55:58	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:01:48	00:01:48 Local	0,00	0,00
29/06	08:49:58	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:00:30	00:00:15 Local	0,00	0,00
29/06	08:50:09	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:00:30	00:00:05 Local	0,00	0,00
29/06	08:57:36	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:13:42	00:13:37 Local	0,00	0,00
29/06	09:47:35	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:01:06	00:01:02 Local	0,00	0,00
29/06	15:12:15	Pernambuco (Area 81) MG	213133707017	21	00:01:06	00:01:06 Int. Nacional	0,00	0,00
30/06	11:32:50	Pernambuco (Area 81)	08000474688		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	08:25:04	Pernambuco (Area 81) PE	81985655591		00:07:18	00:07:13 Local	0,00	0,00
01/07	08:52:35	Pernambuco (Area 81) PE	8131840318		00:11:54	00:11:53 Local	0,00	0,00
01/07	10:09:51	Pernambuco (Area 81) PE	8131840318		00:04:06	00:04:04 Local	0,00	0,00
01/07	10:37:50	Pernambuco (Area 81) PE	8131840318		00:02:12	00:02:08 Local	0,00	0,00
01/07	10:54:41	Pernambuco (Area 81) PE	81985655591		00:00:54	00:00:51 Local	0,00	0,00
01/07	11:00:29	Pernambuco (Area 81) PE	81996978720		00:00:48	00:00:43 Local	0,00	0,00
01/07	13:25:09	Pernambuco (Area 81) PE	8131840318		00:05:42	00:05:42 Local	0,00	0,00
01/07	15:10:16	Pernambuco (Area 81) PE	8131840318		00:00:48	00:00:43 Local	0,00	0,00
01/07	17:02:58	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	17:07:50	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	17:16:45	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	17:22:31	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	17:23:16	Pernambuco (Area 81) MG	213133707017	21	00:03:06	00:03:05 Int. Nacional	0,00	0,00
01/07	17:26:48	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	19:37:11	Pernambuco (Area 81)	08007019656		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	19:37:49	Pernambuco (Area 81)	08007019656		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	19:39:15	Pernambuco (Area 81)	08007019656		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
01/07	19:45:05	Pernambuco (Area 81)	08007019656		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
02/07	08:43:29	Pernambuco (Area 81) PE	8131840321		00:03:12	00:03:08 Local	0,00	0,00
02/07	08:57:12	Pernambuco (Area 81) PE	8131840310		00:02:54	00:02:50 Local	0,00	0,00
02/07	09:04:27	Pernambuco (Area 81) PE	8131840317		00:02:18	00:02:17 Local	0,00	0,00
02/07	09:04:31	Pernambuco (Area 81) PE	8131840315		00:00:54	00:00:50 Local	0,00	0,00
02/07	10:27:41	PE	C23123	0,000		00:00:00 Torpedo	0,00	0,00
02/07	16:59:20	Pernambuco (Area 81) PE	81985655591		00:07:24	00:07:24 Local	0,00	0,00
02/07	17:17:54	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:03:18	00:03:13 Local	0,00	0,00
02/07	17:33:22	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:00:30	00:00:05 Local	0,00	0,00
02/07	17:38:09	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:01:30	00:01:26 Local	0,00	0,00
02/07	17:39:24	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:00:30	00:00:06 Local	0,00	0,00
03/07	15:02:37	Pernambuco (Area 81)	08001115859		00:00:00	00:00:00 Chamadaespecial	0,00	0,00
03/07	17:00:22	Pernambuco (Area 81) PE	8130800202		00:07:00	00:06:55 Local	0,00	0,00





# CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**


85

**PROCURADORIA JUDICIAL DO MUNICÍPIO**

Endereço: RUA DR. ALCEBIADES, 276-CENTRO Telefone: (81)3631-3485 CNPJ: 11.361.904/0001-69

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº 1708/2024 e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até a presente data: 18/11/2024

Contribuinte: ADAT-ASSOCIAÇÃO C.E APOIO AS PESSOAS C/ DEF.E AMIGOS DE TIMB		Inscrição Mercantil: 522199 Sequencial: 2584 Referência Loteamento:
Localização: PC JADER DE ANDRADE, 89, , CENTRO		Cadastro Imobiliário: 01.01.027.0135.001
Natureza: Tributos Mercantis		Inscrição Imobiliária: 1612
Razão Social: ADAT-ASSOCIAÇÃO C.E APOIO AS PESSOAS C/ DEF.E AMIGOS DE TIMB		
CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
06.001.126/0001-67		522199
Atividade Principal: 9430-8/00 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS		
Atividades Secundárias 9493-6/00 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE 9499-5/00 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		
Início Atividade: 03/05/2013	Validade: 18/01/2025	
Observações: Válido por 60 dias.		
<div> Katiane Galvão Cavalcanti Presidente ADAT</div> <div> Magda Lucia da Silva Gomes Secretaria Finanças Portaria 001/2024</div> <div>Assinatura(s) do(s) Responsável(is)</div>		



Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.

<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/timbauba//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

18023DD5D54270D52CBF587B021F57144528B93D



# CERTIDÃO NEGATIVA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**CERTIDÃO NEGATIVA**

**IDENTIFICAÇÃO**

**NOME:**

ASSOC CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIENCIA E AMIGOS DE TIMBAUBA

**CNPJ / CPF / IG:**

06.001.126/0001-67

**ENDEREÇO:**

PRACA JADER DE ANDRADE N. 89, CENTRO, TIMBAUBA, PE, CEP: 55.870-000 - BRASIL

CERTIFICAMOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 207, DA LEI 7.741/78, COM BASE NAS INFORMAÇÕES INSERIDAS NO SISTEMA E-FISCO PELAS UG's INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, QUE A ENTIDADE/MUNICÍPIO ACIMA INDICADO NÃO SE ENCONTRA EM ATRASO NA ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA POR CONVÊNIO JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, OBSERVANDO-SE, NO CASO DAS ENTIDADES FAVORECIDAS POR SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS, O DISPOSTO NO PARÁGRAFO 6º, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 11.016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993.

CERTIDÃO EMITIDA ÀS 07:35:42 DO DIA 23/11/2024 (HORA E DATA DE BRASÍLIA)

VÁLIDA ATÉ 23/12/2024

SOMENTE PRODUZIRÃO EFEITOS AS CERTIDÕES VALIDADAS ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO ABAIXO INDICADO :

[https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi\\_com\\_sca/PRMontarMenuAcesso](https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_com_sca/PRMontarMenuAcesso)

ESTA CERTIDÃO, EM RELAÇÃO ÀS PREFEITURAS, NÃO ATESTA O CUMPRIMENTO DO ARTIGO 51, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 101 DE 04/05/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL).

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Código Verificador: 041F48466092**



Kalliano Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE FISCAL

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL**

Número da Certidão: 2024.000009780298-16

Data de Emissão: 20/11/2024

**DADOS DO REQUERENTE**

CNPJ: 06.001.126/0001-67

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **17/02/2025** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página [www.sefaz.pe.gov.br](http://www.sefaz.pe.gov.br).

**Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.**

OBSERVAÇÕES: NÃO INFORMADO



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2024.000009830233-67

Data de Emissão: 22/11/2024

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 06.001.126/0001-67

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até 19/02/2025, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site [www.sefaz.pe.gov.br](http://www.sefaz.pe.gov.br).

**OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



  
Kaliano Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# CRF FGTS

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**Certificado Regularidade do  
de FGTS -  
CRF**

06.001.126/0001-67

**Inscrição:**

**Razão Social:**

ASS CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEF E AMIGOS DE TIM

**Endereço:**

RUA ABILIO FRANCISCO DA SILVA 22 / BARRO / TIMBAUBA / PE / 55870-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/11/2024 a 19/12/2024

**Certificação Número:** 2024112001531776006057

Informação obtida em 20/11/2024 08:31:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





# CNDT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

95

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIENCIA E AMIGOS DE TIMBAUBA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 06.001.126/0001-67

Certidão n°: 69691409/2024

Expedição: 11/10/2024, às 14:15:40

Validade: 09/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIENCIA E AMIGOS DE TIMBAUBA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **06.001.126/0001-67**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# CERTIDÃO NEGATIVA (CEIS, CNEP e CEPIM)



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: ASSOCIACAO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIENCIA E AMIGOS DE TIMBAUBA

CPF/CNPJ: 06.001.126/0001-67

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:16:16 do dia 20/11/2024 , com validade até o dia 20/12/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 37Q44uxzZ2MPCpqiUvjT

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIENCIA E AMIGOS DE  
TIMBAUBA**  
**CNPJ: 06.001.126/0001-67**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 01:23:16 do dia 04/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/06/2025.

Código de controle da certidão: **5105.449D.DECD.9C19**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Kalliane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# CERT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

## CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS

**Entidade Privada:** ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAUBA - ADAT

**CNPJ:** 06.001.126/0001-67

**Número do Certificado:** CERT242846 **Data de Habilitação:** 04/12/2024

**Data de Validade do CERT:** 19/12/2024

Certificamos que a Entidade Privada sem fins econômicos acima identificada está HABILITADA no Cadastro de Regularidade de Transferências Estaduais – CRT, nos termos do Decreto nº 44.279/2017 e Portaria Conjunta SCGE/SEFAZ/SEPLAG Nº 01/2017, para celebração de convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual de Pernambuco. O presente certificado não dispensa a Entidade Privada sem fins econômicos do atendimento aos demais requisitos necessários à celebração de convênios, conforme legislação vigente, e a validação dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual de Pernambuco quanto à autenticidade deste documento.

O prazo de validade do CERT corresponderá ao menor prazo de validade dos documentos registrados e analisados no CRT.

Importante: É vedada a celebração de convênios com entidade privada sem fins econômicos que tenha em seus quadros diretivos ou consultivos, com poder de voto, servidor público do órgão ou entidade concedente.



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

103

# DECLARAÇÃO EXPERIÊNCIA GERAL

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
Coordenadoria Administrativa das Promotorias de Justiça de Timbaúba

ARQUIMEDES  
Nº Auto.  
Nº Doc. 1206-728

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**ACORDO DE COOPERAÇÃO**

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA OBJETIVANDO O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.

Pelo presente instrumento o MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, com endereço à Rua Almirante Barroso, 19, Três Cocos, nesta cidade, neste ato representado pelo PROMOTOR DE JUSTIÇA, Dr. JOÃO ELIAS DA SILVA FILHO, Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça de Timbaúba, e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.001.126/001/67, com endereço à Rua José do Patrocínio, 143, Centro, Timbaúba/PE, neste ato representado pela Presidente, Srta. KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI, resolvem celebrar o presente acordo de cooperação mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

A parceria que ora se estabelece, tem por objeto a implementação de ações conjuntas, objetivando a execução e o monitoramento das obrigações firmadas no acordo de não persecução penal.

§1º. O presente instrumento não implica em responsabilidade financeira, repasse ou indenização a nenhuma das partes envolvidas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPES;**

- 1) Receber o(a) cumpridor(a) encaminhado pelo Ministério Público para a prestação das obrigações firmadas no acordo de não persecução penal;
- 2) Acompanhar o efetivo cumprimento das obrigações, orientando quanto às normas da instituição e às tarefas a serem executadas;
- 3) Não alterar as obrigações assumidas pelo(a) cumpridor(a) perante o Ministério Público;
- 4) Entregar mensalmente ao cumpridor(a), folha de frequência para o registro de suas atividades na instituição, cabendo ao cumpridor sua entrega ao Ministério Público;



  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

- 5) Comunicar ao Ministério Público a situação do cumprimento e/ou descumprimento das obrigações firmadas no acordo de cada cumpridor(a);
- 6) Quando a instituição parceira comunicar a ocorrência de problemas com o cumpridor(a), o Ministério Público será responsável pela verificação do problema, e se for o caso, promoverá a realocação do cumpridor(a) em outra instituição de acordo com o seu perfil;
- 7) Participar dos seminários e capacitações promovidas pelo Ministério Público ou entidades indicadas por este.

**CLÁUSULA TERCEIRA - IRREGULARIDADE E/OU DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO:**

Detectada a ocorrência de alguma irregularidade no apoio e acompanhamento das obrigações pactuadas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público notificará a instituição para que apresente defesa, em até 30 (trinta) dias, acerca dos problemas detectados, sob pena de descredenciamento da instituição, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações anteriores assumidas, até a realocação dos cumpridores, que se dará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

O acordo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que haja interesse dos partícipes.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS REPRESENTANTES**

Cada instituição indicará 02 (dois) representantes, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente, para coordenar a implementação do presente instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

O presente acordo poderá ser rescindido, a qualquer tempo, em face do desinteresse unilateral ou consensual dos partícipes, ou pelo não cumprimento de qualquer de suas cláusulas, mediante comunicação escrita, em qualquer dessas hipóteses, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

E, por estarem assim acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação em três vias de igual teor.

Timbaúba/PE, 17 de dezembro de 2019.

**JOÃO ELIAS DA SILVA FILHO**

Promotor de Justiça  
 Coord. Adm. P. J. Timbaúba

Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti  
 Presidente

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

**Testemunhas:**

1) 

2) 



CEDCA/PE

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Termo Fomento  
02/18  
CEDCA e ADAT

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE  
PERNAMBUCO, NA QUALIDADE DE GESTOR DO FUNDO  
ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO E ASSOCIAÇÃO  
CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E  
AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT

O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO - CEDCA-PE, CNPJ nº 12.031.320/0001-50, na qualidade de gestor do FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO (FEDCA-PE), CNPJ nº 01.028.699/0001-69, com sede na Rua das Ninfas, nº 65, Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50070-050, neste ato representado pela Diretora, ROSA MARIA LINS DE ALBUQUERQUE DE BARROS CORREIA, brasileira, casada, Pedagoga, RG nº 7.14.049, SDS-PE, residente e domiciliada em Jaboatão dos Guararapes-PE, CEP: 54.420-020, e no uso das atribuições que lhe são delegadas pelo Ato nº 1710, publicado no DOE em 19.05.2016, e do outro lado, a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT, CNPJ nº 06.001.126/0001-37, com Sede na Rua José do Patrocínio, 145, Centro, Timbaúba/PE, CEP: 55.870-000, neste ato representada por sua Presidente KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI, brasileira, solteira, assistente social, RG nº 462.0608, SDS-PE, CPF/MF nº 032.801.484-21, residente e domiciliada à Rua Vigarie Augusto, 68, Gerais, Timbaúba-PE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019/2014, com suas alterações, observando-se ainda o disposto na Lei nº 8.669/90, no Decreto Estadual nº 44.474, de 23 de maio de 2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Termo de Fomento, decorrente da Edital de Chamamento Público/CEDCA-PE nº 001/2018, tem por objeto a execução do Projeto **TECENDO OS FIOS DA INVISIBILIDADE SOCIAL**, aprovado e publicado DOE PE de 12.07.18 e Homologado em 08.08.18, atendendo a Linha de Ação Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

1.1. **Objetivo Geral:** Estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

#### 2 CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Projeto e Plano de Trabalho propostos pela ADAT e seus anexos, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3. São obrigações dos Participantes:

##### 1 - DO CEDCA-PE:

a) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto do Termo de Fomento

Minia Leão  
Coordenadora Jurídica  
CEDCA-PE

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua das Ninfas, nº 65, Boa Vista, CEP: 50070-050, Recife - PE, Tel: (81) 3154-7050  
CNPJ nº 12.031.320/0001-50, inscrita no CNPJ nº 01.028.699/0001-69

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Termo Fomento**  
02/18  
CEDCA e ADAT



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

b) Transferir à ADAT os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do FEDCA-PE e o estabelecido no Plano de Trabalho;

c) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Fomento, comunicando à Entidade quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, fixando o prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

d) Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento e do seu Plano de Trabalho, nos termos do art. 43 do Decreto nº 8.726, de 2016 e do Decreto Estadual nº 44.474, de 2017;

e) Analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas no art. 60, § 3º do Decreto nº 8.726, de 2016 e do Decreto Estadual nº 44.474, de 2017;

f) Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos dos artigos 49 e 50 do Decreto nº 8.726, de 2016 e do Decreto nº 44.474, de 2017;

g) Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

h) Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos da Lei;

i) Publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato do Termo de Fomento;

j) Analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta na legislação vigente.

**II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Projeto e Plano de Trabalho aprovados, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, e no Decreto nº 8.726, de 2016 e do Decreto Estadual nº 44.474, de 2017;

b) Manter escrituração contábil de acordo com os Princípios Fundamentais e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

c) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica e exclusiva para este Termo de Fomento;

d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

e) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades, bem como todas as condições e critérios avaliados, quando da

André Leão  
Presidente CEDCA

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua dos Fontes, 65, Boa Vista, CEP 50070-010, Recife - PE Tel: (011) 3194.7000  
CNPJ nº 02.920.001-60 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Termo Fomento**  
02/18  
**CEDCA e ADAT**



  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
Presidente ADAT

celebração do presente instrumento e da seleção pública realizada, vigentes e válidos do ante todo o período do **Termo de Fomento**;

- II - Propiciar os meios e as condições necessárias para que o CEDCA-PE possa realizar monitoramento, fiscalizações e inspeções sobre a execução do objeto pactuado;
- III - Destacar a participação do CEDCA-PE em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **Termo de Fomento**, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37, da Constituição Federal;
- IV - Permitir o livre acesso de servidores do CEDCA-PE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este **Termo de Fomento**, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- V - Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- VI - Apresentar a prestação de contas final dos recursos recebidos, inclusive dos provenientes de rendimentos de aplicação financeira;
- VII - Manter o CEDCA-PE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do **Termo de Fomento** e prestar informações sobre ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL DO TERMO DE FOMENTO**

- 4.1 - O valor total para execução do objeto é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que será repassado pelo CEDCA-PE a ADAT, durante a vigência do **Termo de Fomento**;
- 4.2 - Os recursos financeiros serão depositados em única parcela, na conta específica do **Termo de Fomento** (Banco do Brasil, Agência 449-4, Conta Corrente 43302-3), e de acordo com Plano de Trabalho;
- 4.3 - O CEDCA-PE transferirá os recursos em favor da Organização da Sociedade Civil, conforme o plano de trabalho, mediante transferência sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**

- 5.1 - O recurso será transferido no âmbito do **Termo de Fomento** em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidos e o saneamento das irregularidades:
  - I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
  - II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
  - III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficientes medidas saneadoras apontadas pelo CEDCA-PE ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**Ala Leão**  
12-00003-1 JARDIM

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua dos Moraes, 65, Rua Vitor, CEP 50070-310, Recife - PE Tel: (81) 3184 1000  
CNPJ: 12.041.322/0001-09 www.ouvidoria.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
Presidente ADAT



**Termo Fomento**  
02/18  
**CEDCA e ADAT**



  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
Presidente ADAT

5.2 É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

5.3 Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do **TERMO DE FOMENTO** ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

5.4 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Fomento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CEDCA-PE no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela autoridade competente do CEDCA-PE.

5.5 Os recursos recebidos em decorrência do Termo de Fomento serão depositados e geridos em conta bancária específica na instituição financeira indicada pelo CEDCA-PE.

5.6 Toda a movimentação de recursos no âmbito do Termo de Fomento será realizada mediante transferência sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.7 Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

6.1 Os recursos para atender às despesas estão consignados na Dotação:

Unidade Orçamentária: 00201

Programa de Trabalho: 14.243.0930.0146B840

NAT. da Despesa: 3.3.50.43

FONTE: 0241000000

Nota de Empenho nº 2018NE000058, datada de 08/08/2018, valor R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

7.1 O presente **TERMO DE FOMENTO** deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do representante da ADAT para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

  
**Antônio Leão**  
Presidente CEDCA

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua das Índias, 85, Boa Vista/ CEP 50763-107, Recife - PE Tel: (81) 3124-7300  
CNPJ: 12.037.320/0001-60 www.cedca.pe.gov.br cedca@cedca.pe.gov.br

  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
Presidente ADAT



Termo Fomento  
02/18  
CEDCA e ADAT



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados ao Termo de Fomento, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente **TERMO DE FOMENTO** terá vigência de 12 (doze) meses, conforme plano de trabalho, contados a partir da data de sua assinatura;

8.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da Entidade, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente **TERMO DE FOMENTO**;

8.2 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o CEDCA-PE promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente **TERMO DE FOMENTO**, independentemente de proposta da Entidade, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

#### CLÁUSULA NONA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de Fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que temerem em decorrência dessas auditorias.

9.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o CEDCA-PE poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, afim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas.

Ana Leão  
Coordenadora Jurídica

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua das Linhas, 65, Boa Vista, CEP: 50070-110, Recife - PE Tel: (81) 3144 7000  
(CNPJ: 17.051.320-0301-66) www.cedca-pe.org.br • cedca@cedca-pe.org.br

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Termo Fomento  
02/18  
CEDCA & ADAT



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - transferir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerada na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que o CEDCA-PE transferiu essas responsabilidades;

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor do Termo de Fomento avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor dado pela organização da sociedade civil e número do instrumento do Termo de Fomento;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso;

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo estipulado na legislação vigente.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

10.3 O CEDCA-PE considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução do Termo de Fomento;
- II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão

Ana Leão

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua das Américas, 15 - Boa Vista, CEP 53070-910 Recife - PE Tel: (81) 3194.7000  
CNPJ nº 05.329.900/01-50 www.cedca.pe.gov.br - contato@cedca.pe.gov.br

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Termo Fomento**  
02/18  
**CEDCA e ADAT**



**Katiane Galvão Cavalcanti**  
Presidente ADAT

demonstrando e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de Fomento.

10.4 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pelo CEDCA-PE observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela

- I - aprovação da prestação de contas;
- II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

10.5 Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no item 10.4 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que o CEDCA-PE possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, o CEDCA-PE, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção de ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.6 O CEDCA-PE apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

10.6.1 O transcurso do prazo definido nos termos do item 10.5 sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou desvio, prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

10.7 As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falha de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

**Ana Leão**

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO**  
Rua das Ninfas, 55, 3ºª Vista, CEP 50070-110, Recife - PE Tel: (81) 31 64 7000  
CNPJ: 16.051.320/0001-60 www.cedca.pe.gov.br - CONTATO@CEDCA-PE.GOV.BR

**Katiane Galvão Cavalcanti**  
Presidente ADAT

**Termo Fomento**  
02/18  
**CEDCA e ADAT**



  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
Presidente ADAT

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**10.8** O CEDCA-PE responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

**10.9** Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após esaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a Linha de Ação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do Plano de Trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

**11.1** - O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

**11.2** - Não é permitida a celebração de aditamento deste **TERMO DE FOMENTO** com alteração da natureza do objeto.

**11.3** - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do **TERMO DE FOMENTO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

**12.1** Pela execução do Termo de Fomento, em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e de legislação específica, o CEDCA-PE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público do CEDCA-PE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público do CEDCA-PE ou celebrar parceria, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir o órgão pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

**12.2** Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

Ana Leão  
Assessora Jurídica

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua das Ninfas 521, 5º andar, CEP 52070-010, Recife - PE. Tel: (071) 3194-7000  
CNPJ: 12.661.520/0001-30. E-mail: cedca@cedca.org.br - www.cedca.org.br

  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
Presidente ADAT



Termo Fomento  
02/16  
CEDCA e ADAT



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

13.1 - O presente TERMO DE FOMENTO poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- inadimplimento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente TERMO DE FOMENTO ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pelo CEDCA-PE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência oficial e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste TERMO DE FOMENTO que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Cidade de Recife - Comarca do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

Ana Leão  
Coordenadora Municipal

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua das Ninfas, 65, Boa Vista CEP 20070-210, R.N. 306 - PE Tel. (081) 3164.7600  
CNPJ 12.091.333/0001-50 www.cedca-pe.gov.br - cedca@cedca-pe.gov.br

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT




Termo Fomento  
02/18  
CEDCA e ADAT



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

16.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Recife, 27 de agosto de 2018

  
ROSA MARIA LINS DE A. DE BARROS CORREIA  
Diretora da CEDCA-PE

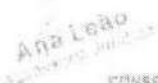
  
KATIANE B. BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI  
ADAT

TESTEMUNHAS:

  
Nome CPF (MF) Nº 32.751.600-91

  
Nome CPF (MF) Nº 123-2574-15

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Ana Leão  
Secretaria

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO  
Rua das Férias, 85, Boa Vista, CEP 50670-110, Recife - PE Tel: (51) 3164 7600  
GNP: 12.051.329-0001-50 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

GABINETE DO GOVERNADOR  
**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE PERNAMBUCO- CEDCA/PE**

**EXTRATOS DE TERMO DE FOMENTO**

**TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018. PARTES: CEDCA-PE/FEDCA-PE, CNPJ Nº 12.051.320/0001-50 e CASA MENINA MULHER - CMM, CNPJ Nº. 86.742.939/0001-47. OBJETO: Execução do Projeto: VIOLÊNCIA ZERO-ESPAÇO QUE PROTEGE. VALOR: R\$ 99.967,60 (noventa e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos). Nota de Empenho nº 2018NE000060, datada de 08/08/2018. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. DATA DE ASSINATURA: 27.08.18.**

**TERMO DE FOMENTO Nº 002/2018. PARTES: CEDCA-PE/FEDCA-PE, CNPJ Nº 12.051.320/0001-50 e ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT, CNPJ Nº. 06.001.126/0001-67. OBJETO: Execução do Projeto: Tecendo os fios da invisibilidade social. VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Nota de Empenho nº 2018NE000058, datada de 08/08/2018. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. DATA DE ASSINATURA: 27.08.18.**





Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

GABINETE DO GOVERNADOR  
**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE PERNAMBUCO- CEDCA/PE**

**EXTRATOS DE TERMO DE FOMENTO**

**TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018. PARTES: CEDCA-PE/FEDCA-PE, CNPJ Nº 12.051.320/0001-50 e CASA MENINA MULHER - CMM, CNPJ Nº. 86.742.939/0001-47. OBJETO: Execução do Projeto: VIOLÊNCIA ZERO-ESPAÇO QUE PROTEGE. VALOR: R\$ 99.967,60 (noventa e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos). Nota de Empenho nº 2018NE000060, datada de 08/08/2018. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. DATA DE ASSINATURA: 27.08.18.**


**TERMO DE FOMENTO Nº 002/2018. PARTES: CEDCA-PE/FEDCA-PE, CNPJ Nº 12.051.320/0001-50 e ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT, CNPJ Nº. 06.001.126/0001-67. OBJETO: Execução do Projeto: Tecendo os fios da invisibilidade social. VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Nota de Empenho nº 2018NE000058, datada de 08/08/2018. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. DATA DE ASSINATURA: 27.08.18.**

## TERMO DE ENCERRAMENTO DE TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 02/2018, entre o FEDCA e a Associação Cultural e Apoio às Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba - ADAT, firmado em 27 de agosto de 2018, vencendo-se em 26 de agosto de 2019, no valor total de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), teve sua Prestação de Contas analisada, conferida, corrigida e nesta data 22 de dezembro de 2020, devidamente certificada. Nada havendo em exigência contra a Entidade conveniada.

A Prestação de Contas constou de 1.201 (Hum mil, duzentos e um) documentos, todos numerados e assinados quando couber.

Recife, 22 de dezembro de 2020.

  
Reginaldo Olegário da Silva  
Setor de Convênios





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ

*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Presidente ADAT

T.F. 002/18

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A SECRETARIA ESTADUAL DE  
SAÚDE-SES/PE E A ADAT - ASSOCIAÇÃO  
CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA, NA  
FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO  
ESTABELECIDAS

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (SES/PE), com sede na Rua Dona Maria Augusta Nogueira, n.º 519, Bongi, Recife/PE, CEP 50.751-530, inscrita no CPNJ/MF sob o n.º 10.572.048/001-28, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Secretário, Dr. JOSÉ IRAN COSTA JÚNIOR, portador da Cédula de Identidade n.º 3.012.360 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 499.161.144-04, nomeado pelo Ato 619, publicado no Diário Oficial do Estado em 04.02.2015, residente e domiciliado nesta cidade do Recife e, do outro lado, a **ADAT - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com sede à Rua dos José do Patrocínio n.º 145, Centro, Timbaúba/PE, CEP.:55.870.000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.001.126/0001-67, doravante denominado **PROPONENTE**, neste ato representada pela sua Diretora Presidente, a Sra. **KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI**, portadora da Cédula de Identidade n.º 4.620.600-SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o n.º 032.801.484-21, tendo em vista os termos do Memo n.º 90/2017, da Gerência de Prevenção e Controle da Aids e Outras DST/SEVS/SES-PE, Memo/BS-DG-CDA/SEVS n.º 401/18, considerando os termos do 7º Edital de Seleção, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 15.09.17, e a instrução do Processo SIGEPE n.º 0000001-1/2018, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/2014 e alterações e no Decreto Estadual n.º 44.474/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, de recursos financeiros, destinados à execução do Projeto: **Acolhendo as diferenças**, de modo a promover atendimentos terapêuticos e psicossociais a crianças e

*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Presidente ADAT

Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES  
*Eduardo Araújo Pereira*  
Gerente de Convênios, Parcerias  
e Contratos de Gestão  
Matrícula nº 390.268-4



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ**

adolescentes de 0 a 18 anos com algum tipo de deficiência, seja ela física e/ou intelectual, e a realização de atividades culturais aos familiares de pacientes e voluntários da comunidade, com o intuito de desenvolver sua integração social, educacional, cultural e profissional, bem como promover seu bem estar e qualidade de vida.

1.2. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**

A Concedente nomeia como gestora do presente Termo de Fomento a servidora Arabela Veloso de Moraes, matrícula nº 253.687-0/SES/PE, a qual se responsabiliza, de forma solidária com a Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, composta pelos seguintes servidores: Arabela Veloso de Moraes, matrícula nº 253.687-0/SES/PE e Maria Aparecida Eugênio, matrícula nº 246.367-9, conforme Portaria SES/PE anexa ao presente processo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

**3.1 – OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:**

3.1.1. promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;

3.1.2. acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Instrumento, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, instituída pela Portaria SES/PE, anexa ao presente processo;

3.1.3. emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do Termo;

3.1.4. aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Visto Jurídico  
GGAJ/EJCONV/SES





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ**

3.1.5. publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da respectiva assinatura;

3.1.6. notificar a celebração deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado, por meio de encaminhamento do extrato da publicação no DOE à Gerência de Autarquias e Fundações, no prazo de até 5 dias úteis contado da referida publicação;

3.1.7. receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;

3.1.8. elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado de acordo com o art. 59 da Lei nº 13.019 de 03/07/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015;

3.1.9. prorrogar *de ofício*, a vigência do Termo, antes de seu término, quando der causa injustificada a atraso na liberação dos recursos financeiros, com a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado, consoante § Único do art.55 da Lei nº 13.019, de 31.07.2014, alterada pela Lei nº 13.204/15.

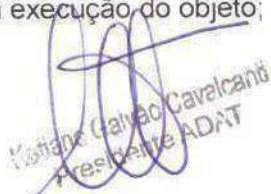
3.1.20. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria.

3.1.21. divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

**3.2 - OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:**

3.2.1. responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;

3.2.2. prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ

3.2.3. permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE**, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da **PROPONENTE**;

3.2.4. manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica;

3.2.5. manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

3.2.6. responder pelos danos causados a terceiros por suas ações ou omissões, na execução deste Instrumento;

3.2.7. inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução do Termo, segundo a qual o contratado deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

3.2.8. identificar o número deste Termo de Fomento no corpo dos documentos da despesa, necessário inclusive à prestação de contas a ser entregue no prazo, à **CONCEDENTE**;

3.2.9. divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento e do Órgão **CONCEDENTE**, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas;

3.2.10. observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

3.2.11. não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ

3.2.12. divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014

3.2.13 promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho e ressarcir os saldos remanescentes decorrentes das aplicações;

3.2.14. emitir relatórios referentes à execução física e financeira do Plano de Trabalho, em correspondência com o plano de aplicação dos recursos financeiros e com o cronograma de desembolso aprovado, bem como de prestar contas de sua execução;

3.2.15. manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas na Lei nº 13.019/2014 e alterações inseridas;

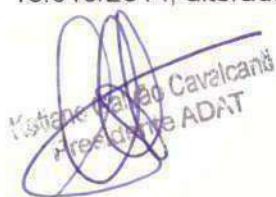
3.2.16. efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços em consonância com a Lei nº 13.019/14 e alterações inseridas;

3.2.17. manter-se adimplente com o Poder Público concedente, naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

3.2.18. indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

3.2.19. comunicar à **CONCEDENTE** a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;

3.2.20. responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, XIX e XX, Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ

### 3.3 OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA PARCERIA

3.3.1. acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.3.2. informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

3.3.3. emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;

3.3.4. disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

3.3.5. comunicar ao administrador público as hipóteses previstas na Lei n.º 13.079/2014;

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É de responsabilidade exclusiva da **PROPONENTE** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONCEDENTE** a inadimplência da **PROPONENTE** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

### CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

4.1. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com regulamento de compras aprovado;

4.2. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a **CONCEDENTE** e o pessoal que a **PROPONENTE** utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT  
Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ

4.3 É vedada à organização da sociedade civil celebrar contrato ou convênio com pessoa impedida de receber recurso público estadual ou federal.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. O valor total do presente Termo de Fomento é de **R\$ 10.516,66 (dez mil, quinhentos e reais e sessenta e seis centavos)**, sendo desse valor a ser repassado pela **CONCEDENTE** o montante de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** e de **R\$ 516,66 (quinhentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)** a ser repassado pela **PROPONENTE**, de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constante no Plano de Trabalho;

5.2. As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**FONTE DE RECURSOS: 0101**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 00208**

**AÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO: 10.302.0410.4611.EFTR**

**NATUREZA DA DESPESA: 3.3.50.43**

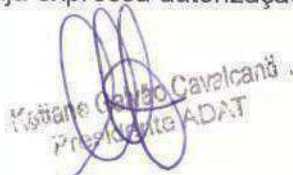
**NOTA DE EMPENHO N.º: 010490, de 23.08.2018**

**VALOR: R\$ 10.000,00**

5.3. A movimentação dos recursos acima indicados far-se-á exclusivamente na Conta Corrente nº 43506-6; Agência nº 446-4 do Banco do Brasil, e aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos previsto no Plano de Trabalho apresentado;

5.4. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;

5.5. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela **PROPONENTE** desde que não haja desvio de finalidade do objeto, dentro das condições previstas neste instrumento e desde que haja expressa autorização do **CONCEDENTE**;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ

5.6. A **PROPONENTE** deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

5.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a **PROPONENTE** a participar de novos Termos de Fomento, acordos ou ajustes com a Administração Pública Estadual.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES**

6.1. Para os fins deste ajuste, considera-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

6.2. Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese da extinção da parceria.

6.3. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

6.4. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

7.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT  
Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES





  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ

**CLÁUSULA OITAVA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. O gestor da parceria emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação do presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

8.2. A elaboração do Relatório Técnico deve obedecer aos requisitos constantes no §1º, do art. 75, do Decreto nº 44.474/2017.

8.3. O Relatório Técnico previsto no item 8.1 somente será obrigatório caso a parceria tenha vigência superior a 1 (um) ano.

8.4. Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

9.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Visto Jurídico  
GGAJ/CICONV/SES



**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

9.2. Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e, a final, deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

9.3. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final pela organização da sociedade civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

10.1. Este Instrumento terá seu prazo de 05 (cinco) meses, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogada para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo, por solicitação da OSC, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

10.2. A Administração Pública Estadual prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RECISÃO E DA DENÚNCIA**

11.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

- i) Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Visto Jurídico  
GGAJ/C/CONV/SES





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ

ii) Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial; e
- e) Por superveniência da lei ou de qualquer outro ato equivalente que o torne material ou formalmente impraticável ou por razão relevante e excepcional interesse público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. Este Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado seu objeto ou as suas metas, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias em relação à data do término da execução, para apreciação da **CONCEDENTE**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas instituídas pela Lei federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e da legislação específica, a **CONCEDENTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **PROPONENTE** as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES

  
 Kátiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT


**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ**

**CONCEDENTE**, que será concedida após o ressarcimento a administração pública pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As sanções estabelecidas nos incisos II e III, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução deste Termo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto nº 44.474/2017 que não foram mencionados neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1. A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. - As partes convenientes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

  
 Kátiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

  
 Visto Jurídico  
 GGAJ/ECONV/SES





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - GGAJ**

16.3. Obrigam-se as partes, na solução de dúvidas decorrentes da execução da parceria, a estabelecer prévia tentativa de solução administrativa, com a participação direta da Procuradoria Geral do Estado.

16.2 - E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Recife, 10 de Dezembro de 2018.



**JOSÉ IRAN COSTA JUNIOR  
SECRETÁRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
CONCEDENTE**



**KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI  
DIRETORA PRESIDENTE  
ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E  
AMIGOS DE TIMBAÚBA  
PROPONENTE**

**TESTEMUNHAS:**

1.

CPF/MF:

2.

CPF/MF:

  
Visto Jurídico  
GGAJ/C/CONV/SES





*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Presidente ADAT

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ

*termo de fomento n.º 019/2019*

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES/PE E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA – ADAT, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS**

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (SES/PE), com sede à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, nº 519, Bongi, Recife/PE, CEP 50.751-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0001-28, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Secretário, Dr. **ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**, portador da Cédula de Identidade nº 1326.943 SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 768.999.934-49, nomeado pelo Ato nº 005, publicado no Diário Oficial do Estado em 02/01/2019, residente e domiciliado nesta cidade do Recife e, do outro lado, a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA – ADAT**, situada na Rua José do Patrocínio, nº 145, Centro, Timbaúba/PE, CEP 55.870-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.001.126/0001-67, doravante denominada **PROPONENTE**, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Dra. **KATIANE BARBOSA BRITO GALVÃO**, portadora da Cédula de Identidade nº 462.0600 - SDS/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 032.801.484-21, tendo em vista a Emenda Parlamentar nº 199/2018, do Deputado Estadual Antônio Moraes, para o Projeto de Contratação de Profissional Habilitado em Saúde (Fonoaudiologia), bem como a instrução do Processo SIGEP nº 0016667-8/2019, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e no Decreto Estadual nº 44.474/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, de recursos financeiros, destinados à execução do “**Projeto de Contratação de Profissional Habilitado em Saúde (Fonoaudiologia)**”, de acordo com o Plano de Trabalho em anexo, que integra este Instrumento independentemente de transcrição.

1.2. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**

2.1. A **CONCEDENTE** obriga-se a nomear, através de Portaria publicada no Diário Oficial do Estado, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, bem como o(a) Gestor(a) do presente Termo de Fomento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

**3.1. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

3.1.1. Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;

3.1.2. Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Instrumento, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, instituída pela Portaria SES/PE, a ser anexada ao presente processo;

3.1.3. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do Termo, nos casos previstos no art. 75, do Decreto Estadual nº 44.474/2017;

*Katiane Galvão Cavalcanti*

Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES





**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

- 3.1.4. Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- 3.1.5. Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da respectiva assinatura;
- 3.1.6. Notificar a celebração deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado, por meio de encaminhamento do extrato da publicação no DOE à Gerência de Autarquias e Fundações, no prazo de até 5 dias úteis contado da referida publicação;
- 3.1.7. Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;
- 3.1.8. Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado;
- 3.1.9. Prorrogar *de ofício*, a vigência do Termo, antes de seu término, quando der causa injustificada a atraso na liberação dos recursos financeiros, com a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado, consoante inciso IV, do art. 23, da Portaria SCGE nº 55/2013.
- 3.1.10. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria.
- 3.1.11. Divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

### **3.2. OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE**

- 3.2.1. Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;
- 3.2.2. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- 3.2.3. Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE**, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da **PROponente**;
- 3.2.4. Manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica, em conformidade com o plano de aplicação de recursos apresentado em sua proposta;
- 3.2.5. Manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- 3.2.6. Responder pelos danos causados a terceiros por suas ações ou omissões, na execução deste Instrumento;
- 3.2.7. Inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução do Termo, segundo a qual o contratado deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Visto Jurídico  
GGAJ/CJ CONV/SES





**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ**

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

- 3.2.8. Identificar o número deste Termo de Fomento no corpo dos documentos da despesa, necessário inclusive à prestação de contas a ser entregue no prazo, à **CONCEDENTE**;
- 3.2.9. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento e do Órgão **CONCEDENTE**, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas;
- 3.2.10. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- 3.2.11. Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;
- 3.2.12. Divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014;
- 3.2.13. Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho e ressarcir os saldos remanescentes decorrentes das aplicações;
- 3.2.14. Emitir relatórios referentes à execução física e financeira do Plano de Trabalho, em correspondência com o plano de aplicação dos recursos financeiros e com o cronograma de desembolso aprovado, bem como de prestar contas de sua execução;
- 3.2.15. Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas no Decreto nº 44.474/2017;
- 3.2.16. Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços em consonância com o Decreto nº 44.474/2017;
- 3.2.17. Manter-se adimplente com o Poder Público concedente, naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- 3.2.18. Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- 3.2.19. Comunicar à **CONCEDENTE** a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;
- 3.2.20. Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, XIX e XX, Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

### **3.3. OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA PARCERIA**

- 3.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- 3.3.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Visto Jurídico  
GGAJ/CJ CONV/SES





*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Presidente ADAT

**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ**

3.3.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 75 do Decreto nº 44.474/2017;

3.3.4. Emitir parecer técnico para avaliação dos efeitos da parceria, em relação às prestações de contas anuais e final;

3.3.5. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

3.3.6. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver;

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É de responsabilidade exclusiva da **PROPONENTE** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONCEDENTE** a inadimplência da **PROPONENTE** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS**

4.1. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com regulamento de compras aprovado;

4.2. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a **CONCEDENTE** e o pessoal que a **PROPONENTE** utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento;

4.3. É vedada à organização da sociedade civil celebrar contrato ou convênio com pessoa impedida de receber recurso público estadual ou federal.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. O valor total do presente Termo de Fomento é de **R\$20.364,41 (vinte mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos)**, sendo **R\$20.000,00 (vinte mil)** a ser repassado pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE** e **R\$364,41 (trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos)**, à título de contrapartida da **PROPONENTE**, de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

5.2. As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**FONTE DE RECURSOS:** 0101000000

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 00208

**AÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO:** 10.302.0410.4611.EGJQ

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.50.43

**NOTA DE EMPENHO N.º:** 2019NE013417, de 13/11/2019

**VALOR:** R\$20.000,00

5.3. A movimentação dos recursos acima indicados far-se-á exclusivamente na Conta Corrente nº 44.300-X, Agência nº 0446-4, do Banco do Brasil, e aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos previsto no Plano de Trabalho apresentado.

*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Presidente ADAT

Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ**

5.4. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

5.5. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela **PROPONENTE** desde que não haja desvio de finalidade do objeto, dentro das condições previstas neste instrumento e desde que haja expressa autorização do **CONCEDENTE**.

5.6. A **PROPONENTE** deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a **PROPONENTE** a participar de novos Termos de Fomento, acordos ou ajustes com a Administração Pública Estadual.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES**

6.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

6.2. Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese da extinção da parceria.

6.3. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

6.4. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

7.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

**CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. O gestor da parceria emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação do presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

8.2. A elaboração do Relatório Técnico deve obedecer aos requisitos constantes no §1º, do art. 75, do Decreto nº 44.474/2017.

8.3. O Relatório Técnico previsto no item 8.1 somente será obrigatório caso a parceria tenha vigência superior a 1 (um) ano.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Visto Jurídico  
GGAJ/CJCONV/SES





  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ**

8.4. Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

9.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

9.2. Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e, a final, deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

9.3. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final pela organização da sociedade civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

10.1. Este Instrumento terá seu prazo de 11 (onze) meses, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogada para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo, por solicitação da OSC, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

10.2. A Administração Pública Estadual prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RECISÃO E DA DENÚNCIA**

11.1. O presente Termo de Fomento poderá ser:

- i) Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção.

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Visto Jurídico  
GGAJ/C/CONV/SES





**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ**

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

ii) Rescindido, pela **CONCEDENTE**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial; e
- e) Por superveniência da lei ou de qualquer outro ato equivalente que o torne material ou formalmente impraticável ou por razão relevante e excepcional interesse público.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

12.1. Este Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado seu objeto ou as suas metas, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias em relação à data do término da execução, para apreciação da **CONCEDENTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas instituídas pelo Decreto Estadual nº 44.474/2017 e da legislação específica, a **CONCEDENTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **PROPONENTE** as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a **CONCEDENTE**, que será concedida após o ressarcimento a administração pública pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As sanções estabelecidas nos incisos II e III, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução deste Termo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto nº 44.474/2017 que não foram mencionados neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1. A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Visto Jurídico  
GGAJ/CJ CONV/SES





**SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ**

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. - As partes convenientes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

16.2. Obrigam-se as partes, na solução de dúvidas decorrentes da execução da parceria, a estabelecer prévia tentativa de solução administrativa, com a participação direta da Procuradoria Geral do Estado.

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Recife, 20 de dezembro de 2019.

**ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**  
SECRETARIO  
SECRETÁRIA ESTADUAL DE SAÚDE  
CONCEDENTE

**KATIANE BARBOSA BRITO GALVÃO**  
DIRETORA PRESIDENTE

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA**  
PROPONENTE

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

Cristiane de Melo Azavedo  
Visto Jurídico  
DGAJ/CJCONV/SES  
SES/PE Matr. 3937/2019



# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano XCVII • Nº 22

Poder Executivo

Recife, 01 de fevereiro de 2022

**SECRETARIA DE SAÚDE**DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS-DGAJ  
EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº139/2019.CONTRATADA:CENTRO DE TRATAMENTO NEFROLÓGICO LTDA.CNPJ/MF:41.249.335/0001-25.OBJETO:Prestação de Serviços de Saúde, especializados em NEFROLOGIA que realizem procedimentos de TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA Hemodiálise, Diálise Peritoneal Ambulatorial Contínua (DPAC) Diálise Peritoneal Automática (DPA) e Diálise Peritoneal Intermitente (DPI).VALOR:R\$ 11.255.126,64.VIGÊNCIA:12 meses, a partir da data de sua assinatura.Data de Assinatura:02/12/2019

CONTRATO Nº140/2019.CONTRATADA:R. C. HOTEIS E TURISMO S/A.CNPJ/MF:12.770.533/0001-31.OBJETO:contratação de empresa especializada em serviços de hospedagem, locação de salas climatizadas e serviços de Buffet.VALOR:R\$ 170.000,00.VIGÊNCIA:12 meses, a contar de data de sua assinatura.Data de Assinatura:04/12/2019

**EXTRATOS DE TERMOS DE FOMENTOS**

TERMO DE FOMENTO Nº016/2019. CONCEDENTE SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONVENIENTE: INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA - IMIP.CNPJ/MF:10.988.301/0001-29OBJETO:Projeto de Melhorias na Oferta de Atendimento no Serviço Hospitalar e Ambulatorial.VALOR:R\$113.000,00.VIGÊNCIA:12meses.Data de Assinatura:16/12/2019

TERMO DE FOMENTO Nº017/2019.CONCEDENTE:SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.CONVENIENTE:SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER -SPCC (HOSPITAL DO CÂNCER DE PERNAMBUCO).CNPJ/MF:10.894.988/0001-33OBJETO:recursos financeiros, destinados à execução do Projeto Informatização 2019.VALOR:R\$60.000,00.VIGÊNCIA:12 meses.Data de Assinatura:26/12/2019

TERMO DE FOMENTO Nº018/2019.CONCEDENTE:SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.CONVENIENTE:SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER -SPCC (HOSPITAL DO CÂNCER DE PERNAMBUCO).CNPJ/MF:10.894.988/0001-33.OBJETO:recursos financeiros, destinados à execução do Projeto ULTRASSOM 2019.VALOR:R\$98.000,00.VIGÊNCIA:12 meses.Data de Assinatura:27/12/2019

TERMO DE FOMENTO Nº019/2019.CONCEDENTE:SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.CONVENIENTE:ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT.CNPJ/MF:06.001.126/0001-67.OBJETO: Projeto de Contratação de Profissional Habilitado em Saúde (Fonoaudiologia).VALOR:R\$20.364,41.VIGÊNCIA:11 meses.Data de Assinatura:20/12/2019



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# PLANO DE TRABALHO



## Dados Cadastrais

<b>1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE</b>		<b>1.2 CNPJ:</b>	
<b>1.1 Órgão / Entidades:</b> Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba		06.001.126/0001-67	
<b>1.3 Endereço</b>			
Rua Jose do Patrocinio, 145- Centro		<b>1.5 UF:</b>	
<b>1.4 Cidade:</b> Timbaúba		PE	
<b>1.6 CEP:</b> 55.870-000		<b>1.7 Esfera Administrativa:</b> Municipal	
<b>1.8 Fone:</b> (81) 3631.0843		<b>1.10 Responsável e cargo:</b> Katiane Barbosa Brito de Galvao Cavalcanti / Presidente	
<b>1.9 E-mail:</b> adat-2011@hotmail.com			
<b>1.11 Modalidade:</b> Termo de Fomento			

## Elaboração do Projeto

<b>2.1 TÍTULO DO PROJETO</b>		<b>2.2 Período de Execução:</b>		<b>Previsão</b>
Contratação de profissional habilitado em saúde (fonoaudiologia)		Início: A partir da data de publicação do Termo		Término: 11 Meses após a data de publicação do Termo
<b>2.3 Objeto do Projeto:</b> Contratação de profissional habilitado em saúde (fonoaudiologia), com a finalidade de atender crianças e adolescentes com deficiência motora, intelectual e/ou auditiva.				
<b>2.4 Justificativa da Proposição:</b> Considerando que a questão da pessoa com deficiência, envolve além da limitação em si, mas compreende a totalidade de seu núcleo familiar e na inclusão dos diversos aspectos na vida cotidiana, existindo assim a necessidade contínua de atendimento sistemático a pessoa com deficiência em qualquer de seu aspecto, bem como as suas respectivas famílias, em situações que comprometem o seu desenvolvimento e sua autonomia. De modo que é fundamental contribuir para a promoção de inclusão da pessoa com deficiência, no enfrentamento aos limites existentes, promovendo a autonomia e a inclusão social, bem como a melhoria da qualidade de vida dos participantes de forma articulada com os demais membros da equipe interdisciplinar institucional.				
<b>2.5 Metas a serem atingidas:</b> Atendimento e acompanhamento na habilitação e/ou reabilitação, por 11 meses, em 51 crianças e /ou adolescentes com deficiência auditiva, intelectual e/ou motora, conforme plano de ação detalhado				
<b>2.6 Parâmetros para aferição das metas:</b> Elaboração de indicadores sociais de monitoramento e avaliação, relatórios, avaliação bimestral e registro fotográfico				
<b>Forma de execução das atividades e projeto e cumprimento das metas:</b> Atendimento Avaliação Orientação Terapia Atividades lúdicas, com brinquedos e jogos				

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## Cronograma

3. EXECUÇÃO						
Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Financeiro	Financeiro
	Fase		Unidade	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
51	1	Contratação de Fonoaudióloga, por 11 meses, com registro no CRFa com carga horária de 30 horas semanal, de modo que a referência de pagamento é mensal, independente do número de semanas do mês.	1	1	R\$ 1.851,31	R\$ 20.364,41
A partir da data de publicação do Termo						
11 Meses após a publicação do Termo						
<b>4.0 DESEMBOLSO</b>						
<b>4.1 Valores do Concedente</b>						
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	
Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	
				R\$ 20.000,00		
<b>4.2 Valores do Proponente</b>						
Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
				R\$ 364,41	

## Plano de Aplicação

## 5 CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

5.1 Código da Despesa:	5.2 Especificação	5.3 Concedente	5.4 Proponente	5.5 Total
3350	Contratação de uma fonoaudióloga	R\$ 20.000	R\$ 364,41	R\$ 20.364,41
	Total Geral			

O plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública estadual.

Os recursos serão geridos na Conta: 44.300 - 0, do Banco do Brasil (Agência: 0440-4 / Timbaúba).

Os recursos serão depositados e geridos em conta corrente específica aberta de tanta bandeira, aberta em instituição financeira pública determinada pela administração.

Os recursos serão automaticamente aplicados em caderneta de poupança, tendo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto enquanto não empregados na sua finalidade: R\$ Renda Fixa 300.

Timbaúba, 09 de dezembro de 2019.

Aprovado por:

Secretaria Estadual de Saúde / PE

  
Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti  
Presidente

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Humberto Maranhão Antunes  
Secretário Executivo de Gestão Estratégica e Participativa  
SEGEPISE/PE



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Secretaria de  
Saúde



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES/PE E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS**

**O ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (SES/PE)**, com sede à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, nº 519, Bongüi, Recife/PE, CEP 50.751-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0001-28, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Secretário, Dr. **ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**, nomeado pelo Ato nº 005, publicado no Diário Oficial do Estado em 02/01/2019, residente e domiciliado nesta cidade do Recife e, do outro lado, a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT**, situada na Praça Jáder de Andrade, nº 89, Centro, Timbaúba/PE, CEP: 55.870-000, doravante denominada **PROPONENTE**, neste ato representada por **KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI**, tendo em vista as Emenda Parlamentar nº 130/2020, do Deputado Estadual Professor Paulo Dutra, com a finalidade de contratação de profissional habilitado em saúde, necessário ao desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes, bem como a autonomia necessária ao amplo desenvolvimento, bem como a instrução do Processo SEI nº 2300000029.001074/2021-56, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e no Decreto Estadual nº 44.474/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, de recursos financeiros, destinados à execução do Projeto de “contratação de pessoal habilitado em saúde (terapia ocupacional), com a finalidade de atender 60 crianças e

adolescentes com deficiência motora, intelectual e/ou auditiva, com atendimento individualizado de trinta minutos uma vez por semana, durante 12 meses", de acordo com o Plano de Trabalho em anexo, que integra este Instrumento independentemente de transcrição.

1.2. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

2.1. A **CONCEDENTE** nomeia como gestora do presente Termo de Fomento a Servidora Luciana Garcia Figueiroa Ferreira, matrícula nº 228.178-3, a qual se responsabiliza pelo presente instrumento, de forma solidária com os demais componentes da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, composta pelos seguintes servidores: Bernardo Machado de Almeida, matrícula nº 385.455-8 e Humberto Maranhão Antunes, matrícula nº 363.985-1, e Alberto Luiz Alves de Lima, matrícula nº 398.895-3, conforme Portaria SES nº 648 de 28 de setembro de 2021, anexa ao Processo, ids. nºs 17431067 e 17430958.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **3.1. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

3.1.1. Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;

3.1.2. Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Instrumento, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, instituída pela Portaria SES/PE, a ser anexada ao presente processo;



3.1.3. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do Termo, nos casos previstos no art. 75, do Decreto Estadual nº 44.474/2017;

3.1.4. Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

3.1.5. Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da respectiva assinatura;

3.1.6. Notificar a celebração deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado, por meio de encaminhamento do extrato da publicação no DOE à Gerência de Autarquias e Fundações, no prazo de até 5 dias úteis contado da referida publicação;

3.1.7. Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;

3.1.8. Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado;

3.1.9. Prorrogar *de ofício*, a vigência do Termo, antes de seu término, quando der causa injustificada a atraso na liberação dos recursos financeiros, com a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado, consoante inciso IV, do art. 23, da Portaria SCGE nº 55/2013.

3.1.10. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria.

3.1.11. Divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### 3.2. OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

3.2.1. Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;

3.2.2. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.2.3. Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE**, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da **PROponente**;

3.2.4. Manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica, em conformidade com o plano de aplicação de recursos apresentado em sua proposta;

3.2.5. Manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

3.2.6. Responder pelos danos causados a terceiros por suas ações ou omissões, na execução deste Instrumento;

3.2.7. Inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução do Termo, segundo a qual o contratado deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

3.2.8. Identificar o número deste Termo de Fomento no corpo dos documentos da despesa, necessário inclusive à prestação de contas a ser entregue no prazo, à **CONCEDENTE**;



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

3.2.9. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento e do Órgão **CONCEDENTE**, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas;

3.2.10. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

3.2.11. Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

3.2.12. Divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014;

3.2.13. Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho e ressarcir os saldos remanescentes decorrentes das aplicações;

3.2.14. Emitir relatórios referentes à execução física e financeira do Plano de Trabalho, em correspondência com o plano de aplicação dos recursos financeiros e com o cronograma de desembolso aprovado, bem como de prestar contas de sua execução;

3.2.15. Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas no Decreto nº 44.474/2017;

3.2.16. Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços em consonância com o Decreto nº 44.474/2017;



3.2.17. Manter-se adimplente com o Poder Público concedente, naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

3.2.18. Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

3.2.19. Comunicar à **CONCEDENTE** a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;

3.2.20. Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, XIX e XX, Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

### **3.3. OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA PARCERIA**

3.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.3.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

3.3.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 75 do Decreto nº 44.474/2017;

3.3.4. Emitir parecer técnico para avaliação dos efeitos da parceria, em relação às prestações de contas anuais e final;

3.3.5. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

3.3.6. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver;

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É de responsabilidade exclusiva da **PROPONENTE** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONCEDENTE** a inadimplência da **PROPONENTE** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS**

4.1. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com regulamento de compras aprovado;

4.2. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a **CONCEDENTE** e o pessoal que a **PROPONENTE** utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento;

4.3. É vedada à organização da sociedade civil celebrar contrato ou convênio com pessoa impedida de receber recurso público estadual ou federal.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

5.1. O valor total do presente Termo de Fomento é de **R\$25.239,72 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos)**, sendo **R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** a ser repassado pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, e **R\$239,72 (duzentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos)** a título de contrapartida da **PROPONENTE**, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

5.2. As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**FONTE DE RECURSOS:** 0101000000

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 00208

**AÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO:** 10.302.0410.4611.EI5N

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.50.43

**NOTA DE EMPENHO N.º:** 2021NE009741, de 18/08/2021

**VALOR:** R\$25.000,00

5.3. A movimentação dos recursos acima indicados far-se-á exclusivamente na Conta Corrente nº 48.301-0, Agência nº 0446-4, Banco do Brasil, e aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos previsto no Plano de Trabalho apresentado, id. nº 13746807.

5.4. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

5.5. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela **PROPONENTE** desde que não haja desvio de finalidade do objeto, dentro das condições previstas neste instrumento e desde que haja expressa autorização do **CONCEDENTE**.



5.6. A **PROPONENTE** deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a **PROPONENTE** a participar de novos Termos de Fomento, acordos ou ajustes com a Administração Pública Estadual.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES**

6.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

6.2. Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese da extinção da parceria.

6.3. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

6.4. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

7.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. O gestor da parceria emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação do presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

8.2. A elaboração do Relatório Técnico deve obedecer aos requisitos constantes no §1º, do art. 75, do Decreto nº 44.474/2017.

8.3. O Relatório Técnico previsto no item 8.1 somente será obrigatório caso a parceria tenha vigência superior a 1 (um) ano.

8.4. Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

## **CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

1.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

1.2. Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e, a final, deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

1.3. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final pela organização da sociedade civil.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

10.1. Este Instrumento terá seu prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo, por solicitação da OSC, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

10.2. A Administração Pública Estadual prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

11.1. O presente Termo de Fomento poderá ser:

- i) Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção.
- ii) Rescindido, pela **CONCEDENTE**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
  - a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
  - b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
  - c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
  - d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial; e
  - e) Por superveniência da lei ou de qualquer outro ato equivalente que o torne material ou formalmente impraticável ou por razão relevante e excepcional interesse público.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. Este Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado seu objeto ou as suas metas, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias em relação à data do término da execução, para apreciação da **CONCEDENTE**.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas instituídas pelo Decreto Estadual nº 44.474/2017 e da legislação específica, a **CONCEDENTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **PROPONENTE** as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a **CONCEDENTE**, que será concedida após o ressarcimento a administração pública pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As sanções estabelecidas nos incisos II e III, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução deste Termo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto nº 44.474/2017 que não foram mencionados neste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1. A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

16.1. - As partes convenientes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

16.2. Obrigam-se as partes, na solução de dúvidas decorrentes da execução da parceria, a estabelecer prévia tentativa de solução administrativa, com a participação direta da Procuradoria Geral do Estado.

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Recife, data da assinatura eletrônica.

**ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**

**SECRETARIO**

**SECRETÁRIA ESTADUAL DE SAÚDE**

**CONCEDENTE**

**KATIANE BARBOSA BRITO GALVÃO CAVALCANTI**

**PRESIDENTE**

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E  
AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT**

**PROPONENTE**

**TESTEMUNHAS:**





- 1. \_\_\_\_\_
- 2. \_\_\_\_\_
- CPF/MF: \_\_\_\_\_
- CPF/MF: \_\_\_\_\_



Secretaria de  
Saúde



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES/PE E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS**

**O ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (SES/PE)**, com sede à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, nº 519, Bongüi, Recife/PE, CEP 50.751-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0001-28, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Secretário, Dr. **ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**, nomeado pelo Ato nº 005, publicado no Diário Oficial do Estado em 02/01/2019, residente e domiciliado nesta cidade do Recife e, do outro lado, a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT**, situada na Praça Jáder de Andrade, nº 89, Centro, Timbaúba/PE, CEP: 55.870-000, doravante denominada **PROPONENTE**, neste ato representada por **KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI**, tendo em vista as Emenda Parlamentar nº 130/2020, do Deputado Estadual Professor Paulo Dutra, com a finalidade de contratação de profissional habilitado em saúde, necessário ao desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes, bem como a autonomia necessária ao amplo desenvolvimento, bem como a instrução do Processo SEI nº 2300000029.001074/2021-56, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e no Decreto Estadual nº 44.474/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, de recursos financeiros, destinados à execução do Projeto de “contratação de pessoal habilitado em saúde (terapia ocupacional), com a finalidade de atender 60 crianças e

adolescentes com deficiência motora, intelectual e/ou auditiva, com atendimento individualizado de trinta minutos uma vez por semana, durante 12 meses", de acordo com o Plano de Trabalho em anexo, que integra este Instrumento independentemente de transcrição.

1.2. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**

2.1. A **CONCEDENTE** nomeia como gestora do presente Termo de Fomento a Servidora Luciana Garcia Figueiroa Ferreira, matrícula nº 228.178-3, a qual se responsabiliza pelo presente instrumento, de forma solidária com os demais componentes da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, composta pelos seguintes servidores: Bernardo Machado de Almeida, matrícula nº 385.455-8 e Humberto Maranhão Antunes, matrícula nº 363.985-1, e Alberto Luiz Alves de Lima, matrícula nº 398.895-3, conforme Portaria SES nº 648 de 28 de setembro de 2021, anexa ao Processo, ids. nºs 17431067 e 17430958.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **3.1. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

3.1.1. Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;

3.1.2. Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Instrumento, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, instituída pela Portaria SES/PE, a ser anexada ao presente processo;





Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

3.1.3. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do Termo, nos casos previstos no art. 75, do Decreto Estadual nº 44.474/2017;

3.1.4. Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

3.1.5. Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da respectiva assinatura;

3.1.6. Notificar a celebração deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado, por meio de encaminhamento do extrato da publicação no DOE à Gerência de Autarquias e Fundações, no prazo de até 5 dias úteis contado da referida publicação;

3.1.7. Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;

3.1.8. Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado;

3.1.9. Prorrogar *de ofício*, a vigência do Termo, antes de seu término, quando der causa injustificada a atraso na liberação dos recursos financeiros, com a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado, consoante inciso IV, do art. 23, da Portaria SCGE nº 55/2013.

3.1.10. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria.

3.1.11. Divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### 3.2. OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

3.2.1. Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;

3.2.2. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.2.3. Permitir livre acesso do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE**, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da **PROponente**;

3.2.4. Manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica, em conformidade com o plano de aplicação de recursos apresentado em sua proposta;

3.2.5. Manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

3.2.6. Responder pelos danos causados a terceiros por suas ações ou omissões, na execução deste Instrumento;

3.2.7. Inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução do Termo, segundo a qual o contratado deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

3.2.8. Identificar o número deste Termo de Fomento no corpo dos documentos da despesa, necessário inclusive à prestação de contas a ser entregue no prazo, à **CONCEDENTE**;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

3.2.9. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento e do Órgão **CONCEDENTE**, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas;

3.2.10. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

3.2.11. Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

3.2.12. Divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014;

3.2.13. Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho e ressarcir os saldos remanescentes decorrentes das aplicações;

3.2.14. Emitir relatórios referentes à execução física e financeira do Plano de Trabalho, em correspondência com o plano de aplicação dos recursos financeiros e com o cronograma de desembolso aprovado, bem como de prestar contas de sua execução;

3.2.15. Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas no Decreto nº 44.474/2017;

3.2.16. Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços em consonância com o Decreto nº 44.474/2017;



3.2.17. Manter-se adimplente com o Poder Público concedente, naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

3.2.18. Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

3.2.19. Comunicar à **CONCEDENTE** a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;

3.2.20. Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, XIX e XX, Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

### **3.3. OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA PARCERIA**

3.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.3.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

3.3.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 75 do Decreto nº 44.474/2017;

3.3.4. Emitir parecer técnico para avaliação dos efeitos da parceria, em relação às prestações de contas anuais e final;



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

3.3.5. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

3.3.6. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver;

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É de responsabilidade exclusiva da **PROPONENTE** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONCEDENTE** a inadimplência da **PROPONENTE** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS**

4.1. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com regulamento de compras aprovado;

4.2. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a **CONCEDENTE** e o pessoal que a **PROPONENTE** utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento;

4.3. É vedada à organização da sociedade civil celebrar contrato ou convênio com pessoa impedida de receber recurso público estadual ou federal.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

5.1. O valor total do presente Termo de Fomento é de **R\$25.239,72 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos)**, sendo **R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** a ser repassado pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, e **R\$239,72 (duzentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos)** a título de contrapartida da **PROPONENTE**, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

5.2. As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**FONTE DE RECURSOS:** 0101000000

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 00208

**AÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO:** 10.302.0410.4611.EI5N

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.50.43

**NOTA DE EMPENHO N.º:** 2021NE009741, de 18/08/2021

**VALOR:** R\$25.000,00

5.3. A movimentação dos recursos acima indicados far-se-á exclusivamente na Conta Corrente nº 48.301-0, Agência nº 0446-4, Banco do Brasil, e aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos previsto no Plano de Trabalho apresentado, id. nº 13746807.

5.4. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

5.5. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela **PROPONENTE** desde que não haja desvio de finalidade do objeto, dentro das condições previstas neste instrumento e desde que haja expressa autorização do **CONCEDENTE**.



5.6. A **PROPONENTE** deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a **PROPONENTE** a participar de novos Termos de Fomento, acordos ou ajustes com a Administração Pública Estadual.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES**

6.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

6.2. Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese da extinção da parceria.

6.3. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

6.4. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

7.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial



do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. O gestor da parceria emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação do presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

8.2. A elaboração do Relatório Técnico deve obedecer aos requisitos constantes no §1º, do art. 75, do Decreto nº 44.474/2017.

8.3. O Relatório Técnico previsto no item 8.1 somente será obrigatório caso a parceria tenha vigência superior a 1 (um) ano.

8.4. Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

## **CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

1.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

1.2. Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e, a final, deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

1.3. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final pela organização da sociedade civil.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

10.1. Este Instrumento terá seu prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo, por solicitação da OSC, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

10.2. A Administração Pública Estadual prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

11.1. O presente Termo de Fomento poderá ser:

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

i) Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção.

ii) Rescindido, pela **CONCEDENTE**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial; e
- e) Por superveniência da lei ou de qualquer outro ato equivalente que o torne material ou formalmente impraticável ou por razão relevante e excepcional interesse público.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. Este Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado seu objeto ou as suas metas, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias em relação à data do término da execução, para apreciação da **CONCEDENTE**.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas instituídas pelo Decreto Estadual nº 44.474/2017 e da legislação específica, a **CONCEDENTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **PROPONENTE** as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da



esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a **CONCEDENTE**, que será concedida após o ressarcimento a administração pública pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As sanções estabelecidas nos incisos II e III, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução deste Termo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto nº 44.474/2017 que não foram mencionados neste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1. A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

16.1. - As partes convenientes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

16.2. Obrigam-se as partes, na solução de dúvidas decorrentes da execução da parceria, a estabelecer prévia tentativa de solução administrativa, com a participação direta da Procuradoria Geral do Estado.

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Recife, data da assinatura eletrônica.

**ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**

**SECRETARIO**

**SECRETÁRIA ESTADUAL DE SAÚDE**

**CONCEDENTE**

**KATIANE BARBOSA BRITO GALVÃO CAVALCANTI**

**PRESIDENTE**

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E  
AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT**

**PROPONENTE**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# CONVÊNIOS COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI  
 CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE  
 SAÚDE DE TIMBAÚBA E A ADAT -  
 ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS  
 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE  
 TIMBAÚBA, NA FORMA E CONDIÇÕES  
 ABAIXO ESTABELECIDAS**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBAÚBA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.360.884/0001-01, neste ato representado pela sua gestora de despesas **CYNTHIA DE ALBUQUERQUE FERREIRA LIMA**, brasileira, enfermeira, portadora da Carteira de Identidade de nº 245.450.0 SDS/PE, e inscrita no CPF sob o nº 577.242.294-49, residente e domiciliado a Rua Irmã Albertine, 72, Mocozinho, Timbaúba/PE, doravante denominado **CONVENIENTE** e do outro lado a **ADAT- ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.001.126/0001-67, neste ato representada por **KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG. nº 4.620.600.-SDS -PE e CPF nº 032.801.484-21, residente e domiciliada na Rua Vigário Augusto, 66, Centro, Timbaúba/PE, doravante denominada **PROPONENTE**, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e no Decreto Estadual nº 44.474/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Fomento tem por objeto o repasse mensal pela **CONCEDENTE** à **PROPONENTE**, de recursos financeiros, destinados à promoção dos atendimentos terapêuticos e psicológicos a crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência seja física, mental e/ou motora, com a realização de atendimentos nas áreas de terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e serviço social, bem como realização de atividades culturais aos familiares de pacientes e voluntários.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**1.1.1** - Fará parte do presente instrumento o **PLANO DE TRABALHO**, com meta de realização de 700 atendimentos/ mês.

**1.1.2-** A **PROPONENTE**, mensalmente, remeterá à **CONCEDENTE**, relação dos atendimentos realizados, regulados pelo **CONCEDENTE**.

**1.2.** Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**

A **CONCEDENTE** obriga-se a nomear, através de Portaria, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, bem como o Gestor (a) do presente Termo de Fomento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

**3.1 – OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:**

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

**3.1.1.** Promover a transferência mensal dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;

**3.1.2.** Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Instrumento, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias, instituída pela Portaria, a ser anexada ao presente processo;

**3.1.3.** Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do Termo, nos casos previstos no art. 75, do Decreto Estadual nº 44.474/2017;

**3.1.4.** Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

**3.1.5.** Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da respectiva assinatura;

**3.1.6.** Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;

End.: Praça Cláudio Gueiros, S/N – centro – Timbaúba - PE CEP: 55870-000  
 CGC – 11.360.884/0001-01 Sec. Saúde  
 e-mail: [sms\\_timbauba@yahoo.com.br](mailto:sms_timbauba@yahoo.com.br)







**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



3.1.7. Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado;

3.1.8. Prorrogar *de ofício*, a vigência do Termo, antes de seu término, quando der causa injustificada a atraso na liberação dos recursos financeiros, com a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado.

**3.2 - OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

3.2.1. Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;

3.2.2. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.2.3. Permitir livre acesso ao Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE**, e de auditores, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da **PROponente**;

3.2.4. Manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica;

3.2.5. Manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

3.2.6. Responder pelos danos causados a terceiros por suas ações ou omissões, na execução deste Instrumento;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



3.2.7. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento e do Órgão **CONCEDENTE**, descrição do objeto, valor total, valores liberados, e situação da prestação de contas;

3.2.8. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, na execução dos serviços;

3.2.9. Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

3.2.10. Divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público;

3.2.11. Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

3.2.12. Emitir relatórios referentes à execução física e financeira do Plano de Trabalho, com o cronograma de desembolso aprovado, bem como de prestar contas de sua execução;

3.2.13. Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas no Decreto nº 44.474/2017;

3.2.14. Manter-se adimplente com o Poder Público concedente, naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

3.2.15. Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

3.2.16. Comunicar à **CONCEDENTE** a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;

3.2.17. Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;







**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



### 3.3 OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA PARCERIA

3.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

  
 Kátiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

3.3.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

3.3.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 75 do Decreto nº 44.474/2017;

3.3.4. Emitir parecer técnico para avaliação dos efeitos da parceria, em relação às prestações de contas anuais e final;

3.3.5. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver;

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É de responsabilidade exclusiva da **PROPONENTE** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONCEDENTE** a inadimplência da **PROPONENTE** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

### CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

4.1. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com regulamento de compras aprovado;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



4.2. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a **CONCEDENTE** e o pessoal que a **PROPONENTE** utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

4.3 É vedada à organização da sociedade civil celebrar contrato ou convênio com pessoa impedida de receber recurso público estadual ou federal.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. O valor total do presente Termo de Fomento é de **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)** a ser repassado pela **CONCEDENTE**, em 12(doze) parcelas mensais de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constante no Plano de Trabalho;

5.2. As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**FONTE DE RECURSOS:** 01 TESOURO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 300700 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**AÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO:** SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

**VALOR:** R\$ 10.000,00

5.3. A movimentação dos recursos acima indicados far-se-á exclusivamente na Conta Corrente nº 41.996-6; Agência nº 0446-4 do Banco Brasil e aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos previsto no Plano de Trabalho apresentado;

5.4. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT







**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



5.5. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela **PROPONENTE** desde que não haja desvio de finalidade do objeto, dentro das condições previstas neste instrumento e desde que haja expressa autorização do **CONCEDENTE**;

5.6. A **PROPONENTE** deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

5.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a **PROPONENTE** a participar de novos Termos de Fomento, acordos ou ajustes com a Administração Pública Estadual.

**CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

6.1. O gestor da parceria emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação do presente termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

  
 Kátiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

6.2. A elaboração do Relatório Técnico deve obedecer aos requisitos constantes no §1º, do art. 75, do Decreto nº 44.474/2017.

6.3. O Relatório Técnico previsto no item 8.1 somente será obrigatório caso a parceria tenha vigência superior a 01 (um) ano.

6.4. Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

7.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
- VI- relação dos atendimentos prestados mês a mês.

7.2. Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e, a final, deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

7.3. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final pela organização da sociedade civil.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

8.1. Este Instrumento terá seu prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo, por solicitação da OSC, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

8.2. A Administração Pública Municipal prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.






## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

O presente Termo de Fomento poderá ser:

- i) Rescindido, pelo **CONCEDENTE**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
  - a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
  - b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
  - c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
  - d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial; e
  - e) Por superveniência da lei ou de qualquer outro ato equivalente que o torne material ou formalmente impraticável ou por razão relevante e excepcional interesse público.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, desde que não seja modificado seu objeto ou as suas metas, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias em relação à data do término da execução, para apreciação da **CONCEDENTE**.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas instituídas pelo Decreto Estadual nº 44.474/2017 e da legislação específica, a **CONCEDENTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **PROPONENTE** as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a **CONCEDENTE**, que será concedida após o ressarcimento a administração pública pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As sanções estabelecidas nos incisos II e III, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Aplicam-se os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto nº 44.474/2017 que não foram mencionados neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE**

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

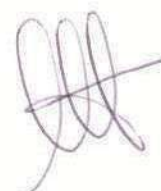
A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

As partes convenientes elegem o Foro do Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Timbaúba, 31 de janeiro de 2020.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



Cynthia de Albuquerque Ferreira Lima  
 Secretária de Saúde  
 nº 297/2019

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBAÚBA**  
**CYNTHIA DE ALBUQUERQUE FERREIRA LIMA**  
**CONCEDENTE**

**ADAT - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**  
**E AMIGOS DE TIMBAÚBA**  
**KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO**  
**PROPONENTE**

**TESTEMUNHAS:**

1. *Maria Guiana de O Silva*
2. *Rafaela da S. Moraes*

Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT





## TERMO DE FOMENTO Nº 01/ 2021

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Termo de Fomento que entre si celebram o Município de Timbaúba e a Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiências e Amigos de Timbaúba - ADAT, através do Fundo Municipal de Saúde.

Pelo presente instrumento que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.360.884/0001- 01, neste ato representado por seu gestor de despesas, Sr. **JACINTO FERREIRA LIMA**, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e de outro lado a **ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA** - Sociedade Civil sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.627 / 2007 , inscrita no CNPJ/ MF sob o nº 06.001.126/0001- 67 , com sede à Praça Jader de Andrade, 89. Centro, Timbaúba, Pernambuco, neste ato representado por sua Presidenta, Srª. **KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 4. 620. 600 SDS/ PE e CPF nº 032. 801. 484 - 21, residente e domiciliada na Rua Vigário Augusto, nº 66, Centro, Timbaúba - PE, doravante denominada **INSTITUIÇÃO**, com fundamento na Lei Federal nº 13 . 019 / 2014 e no Decreto Estadual nº 44.474 / 2017, acordam os convenientes na celebração de competente Termo Aditivo ao convênio para repasse de verbas constantes do Fundo Municipal de Saúde, mediante as cláusulas e condições adiante transcritas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

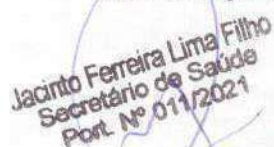
Constitui objeto do presente convênio o repasse de verbas constantes do Fundo Municipal de Saúde em nome da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para que assim possa a **INSTITUIÇÃO** viabilizar a execução do projeto social a que se propõe.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- I – Repassar mensalmente à **INSTITUIÇÃO** os recursos financeiros, conforme previsto na Cláusula Terceira, até o 20 º dia útil do mês seguinte;
- II – Controlar os recursos repassados acompanhando sua correta aplicação;
- III – Sustar o repasse dos recursos sempre que a **INSTITUIÇÃO** prestar contas em desacordo com a legislação ou demais ajustes feitos com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, até sanar as falhas;
- IV – Sustar os recursos na hipótese de desvio das finalidades assistenciais da **INSTITUIÇÃO**;

#### INSTITUIÇÃO:

  
Jacinto Ferreira Lima Filho  
Secretário de Saúde  
Port. Nº 011/2021

  
R. DR. ALCEBÍADES, 276 – CENTRO TIMBAÚBA – PE, 55870-000  
CNPJ: 11.361.904/0001-69





- I – Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;
- II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- III – Permitir livre acesso ao Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e de auditores, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da INSTITUIÇÃO;
- IV – Manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica;
- V – Manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- VI – Responder pelos danos causados a terceiros por suas ações e omissões, na execução deste instrumento;
- VII – Divulgar este termo em seu sítio da internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do instrumento e do órgão ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, descrição do objeto, valor total, valores liberados e a situação da prestação de contas;
- VIII – Observar todos os critérios de qualidade técnica e eficiência na execução dos serviços;
- IX – Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;
- X – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- XI – Emitir relatórios referentes a execução física e financeira do Plano de Trabalho, com o cronograma de desembolso aprovado, bem como prestar contas de sua execução;
- XII – Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas no Decreto nº 44.474/2017;
- XIII – Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS VALORES DO REPASSE

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à INSTITUIÇÃO a importância de R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais), dividido em 12 parcelas de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), sendo a primeira em Janeiro/2021;

#### CLÁUSULA QUARTA: DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**FONTE DE RECURSOS:** 03 TESOURO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 3007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**AÇÃO/ PROGRAMA DE TRABALHO:** SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE

ARTESÃO COM DEFICIÊNCIA

Jacinto Ferreira Lima Filho  
Secretário de Saúde  
Port. Nº 011/2021

R. DR. ALCEBIADES, 276 - CENTRO TIMBAÚBA - PE, 55870-000  
CNPJ: 11.361.904/0001-69





PREFEITURA DE  
**TIMBAÚBA**  
TRABALHO QUE FAZ A DIFERENÇA

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS  
VALOR MENSAL: R\$ 15.000,00

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**PARAGRAFO ÚNICO:** A movimentação do recurso acima indicados far-se-á exclusivamente na Conta Corrente: 41.996-6, Agência: 0446-4 do Banco do Brasil e aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos previstos no Plano de Trabalho apresentado.

**CLÁUSULA QUINTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

5.1 - A prestação de contas apresentada pela INSTITUIÇÃO deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da INSTITUIÇÃO e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante de recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - lista de presença do pessoal treinando ou capacitado, quando for o caso; VI - relação dos atendimentos prestados mês a mês;

5.2 - Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e ao final, deverá ser apresentada no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria;

5.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas, se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final.

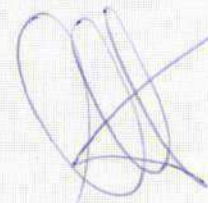
**CLÁUSULA SEXTA: DAS HIPÓTESES DE RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá reter o repasse dos recursos financeiros nas seguintes hipóteses:

- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;
- b) Aplicação não prevista no plano de trabalho;
- c) Uso Injustificável;
- d) Não cumprimento do plano de trabalho;
- e) Falta de clareza, lisura e boa-fé;
- f) Inadimplência com o contrato;
- g) Descumprimento das orientações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- h) Não comprovação da divulgação da parceria, conforme previsão no presente instrumento;

  
Jacinto Ferreira Lima Filho  
Secretário de Saúde  
Port. Nº 011/2021

R. DR. ALCEBIÁDES, 276 - CENTRO TIMBAÚBA - PE, 55870-000  
CNPJ: 11.361.904/0001-89







**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO e ALTERAÇÃO**

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação expressa e justificada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas por ambas as partes, caso em que poderá ser denunciado imediatamente.

Eventuais alterações ao presente Termo serão realizadas através de Termo Aditivo;

**CLÁUSULA OITAVA:** É parte integrante deste instrumento o Plano de Trabalho anexo ao presente convênio.

**CLÁUSULA NONA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Timbaúba/ PE, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente convênio.

Para valer de direito e por estarem de pleno acordo com o pactuado, firma-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo assinam.

Timbaúba - PE, 04 de janeiro de 2021.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE  
TIMBAÚBA  
INSTITUIÇÃO**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





PREFEITURA DE  
**TIMBAÚBA**  
TRABALHO QUE FAZ A DIFERENÇA

## TERMO DE FOMENTO Nº 01 / 2023

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA E A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.360.884/0001-01, neste ato representado pelo chefe do Executivo (Lei Municipal nº 3.074/2021), Sr. **MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no CPF/MF sob o n. 408.060.224-34, domiciliado na FZ Salgadinho, s/n, zona rural de Timbaúba /PE, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e de outro lado a **ADAT – ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES E AMIGOS DE TIMBAÚBA** - Sociedade Civil sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.627/2007, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.001.126/0001-67, com sede à Rua Abílio Francisco da Silva, Barro, Timbaúba, Pernambuco, neste ato representado por sua Presidenta, Srª. **KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 4.620.600 SDS/PE e CPF nº 032.801.484-21, residente e domiciliada na Rua Vigário Augusto, nº 66, Centro, Timbaúba - PE, doravante denominada **INSTITUIÇÃO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 44.474/2017, acordam os convenientes na celebração de competente Termo Aditivo ao convênio para repasse de verbas constantes do Fundo Municipal de Saúde, mediante as cláusulas e condições adiante transcritas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio o repasse de verbas constantes do Fundo Municipal de Saúde em nome da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para que assim possa a **INSTITUIÇÃO** viabilizar a execução do projeto social a que se propõe.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- I – Repassar mensalmente à **INSTITUIÇÃO** os recursos financeiros, conforme previsto na Cláusula Terceira, até o 20º dia útil do mês subsequente;
- II – Controlar os recursos repassados acompanhando sua correta aplicação;
- III – Sustar o repasse dos recursos sempre que a **INSTITUIÇÃO** prestar contas em desacordo com a legislação ou demais ajustes feitos com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, até sanar as falhas;
- IV – Sustar os recursos na hipótese de desvio das finalidades assistenciais da **INSTITUIÇÃO**;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





PREFEITURA DE  
**TIMBAÚBA**  
TRABALHO QUE FAZ A DIFERENÇA

#### **INSTITUIÇÃO:**

- I – Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;
- II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- III – Permitir livre acesso ao Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e de auditores, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da INSTITUIÇÃO;
- IV – Manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica;
- V – Manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- VI – Responder pelos danos causados a terceiros por suas ações e omissões, na execução deste instrumento;
- VII – Divulgar este termo em seu sítio da internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do instrumento e do órgão ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, descrição do objeto, valor total, valores liberados e a situação da prestação de contas;
- VIII – Observar todos os critérios de qualidade técnica e eficiência na execução dos serviços;
- IX – Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;
- X – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- XI – Emitir relatórios referentes a execução física e financeira do Plano de Trabalho, com o cronograma de desembolso aprovado, bem como prestar contas de sua execução;
- XII – Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas no Decreto nº 44.474/2017;
- XIII – Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DOS VALORES DO REPASSE**

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à INSTITUIÇÃO a importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), dividido em 12 parcelas de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira em Janeiro/2023;

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**FONTE DE RECURSOS:** 01 TESOURO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 300700 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





**PREFEITURA DE  
TIMBAÚBA**  
TRABALHO QUE FAZ A DIFERENÇA

**AÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO:** SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

**VALOR MENSAL:** R\$ 15.000,00

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

5.1 - A prestação de contas apresentada pela INSTITUIÇÃO deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da INSTITUIÇÃO e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante de recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - lista de presença do pessoal treinando ou capacitado, quando for o caso;
- VI - relação dos atendimentos prestados mês a mês;

5.2 - Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e ao final, deverá ser apresentada no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria;

5.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas, se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DAS HIPÓTESES DE RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá reter o repasse dos recursos financeiros nas seguintes hipóteses:

- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;
- b) Aplicação não prevista no plano de trabalho;
- c) Uso Injustificável;
- d) Não cumprimento do plano de trabalho;
- e) Falta de clareza, lisura e boa-fé;
- f) Inadimplência com o contrato;
- g) Descumprimento das orientações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- h) Não comprovação da divulgação da parceria, conforme previsão no presente instrumento;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Este instrumento terá seu prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada para cumprir o plano de trabalho,





**PREFEITURA DE**  
**TIMBAÚBA**  
 TRABALHO QUE FAZ A DIFERENÇA

mediante termo aditivo, por solicitação da OSC, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

A Administração Pública Municipal prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO e ALTERAÇÃO**

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação expressa e justificada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas por ambas as partes, caso em que poderá ser denunciado imediatamente. Eventuais alterações ao presente Termo serão realizadas através de Termo Aditivo;

**CLÁUSULA NONA:** É parte integrante deste instrumento o Plano de Trabalho anexo ao presente convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Timbaúba/PE, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente convênio.

Para valer de direito e por estarem de pleno acordo com o pactuado, firma-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo assinam.

Timbaúba - PE, 03 de janeiro de 2023.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

**ADAT – ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES E AMIGOS DE TIMBAÚBA**  
**INSTITUIÇÃO**

Testemunhas:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I - Reconhecer materialmente a INSTITUIÇÃO os recursos financeiros, conforme previsto na CLÁUSULA TERCEIRA, até o 20º dia útil do mês subsequente.

II - Controlar a execução dos recursos, observando a aplicação dos recursos para os fins previstos no projeto social e para os fins estabelecidos no Termo de Fomento.

III - Sustentar o repasse dos recursos sem prejuízo da INSTITUIÇÃO, em decorrência com a prestação de serviços e demais ajustes feitos com a INSTITUIÇÃO.

IV - Sustentar os recursos no âmbito do desdote das finalidades estabelecidas no projeto social e no Termo de Fomento.

Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT





## TERMO DE FOMENTO Nº 01 / 2024

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.360.884/0001-01, neste ato representado por Sr. MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no CPF/MF sob o n. 408.060.224-34, domiciliado na FZ Salgadinho, s/n, zona rural de Timbaúba /PE, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e de outro lado a **ADAT - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES E AMIGOS DE TIMBAÚBA** - Sociedade Civil sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.627/2007, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.001.126/0001-67, com sede à Rua Abílio Francisco da Silva, Barro, Timbaúba, Pernambuco, neste ato representado por sua Presidenta, Srª. **KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 4.620.600 SDS/PE e CPF nº 032.801.484-21, residente e domiciliada na Rua Vigário Augusto, nº 66, Centro, Timbaúba - PE, doravante denominada **INSTITUIÇÃO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 44.474/2017, acordam os convenientes na celebração de competente Termo Aditivo ao convênio para repasse de verbas constantes do Fundo Municipal de Saúde, mediante as cláusulas e condições adiante transcritas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio o repasse de verbas constantes do Fundo Municipal de Saúde em nome da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, para que assim possa a **INSTITUIÇÃO** viabilizar a execução do projeto social a que se propõe.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- I - Repassar mensalmente à **INSTITUIÇÃO** os recursos financeiros, conforme previsto na Cláusula Terceira, até o 20º dia útil do mês subsequente;
- II - Controlar os recursos repassados acompanhando sua correta aplicação;
- III - Sustar o repasse dos recursos sempre que a **INSTITUIÇÃO** prestar contas em desacordo com a legislação ou demais ajustes feitos com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, até sanar as falhas;
- IV - Sustar os recursos na hipótese de desvio das finalidades assistenciais da **INSTITUIÇÃO**;

Rua. Doutor Alceblades, 276 - Centro - Timbaúba - Pernambuco CEP: 55.870-000  
Fone: (81) 3631.3485 - gabineteprefeito@timbauba.pe.gov.br





#### **INSTITUIÇÃO:**

- I – Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Fomento, conforme Plano de Trabalho;
- II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- III – Permitir livre acesso ao Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e de auditores, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da INSTITUIÇÃO;
- IV – Manter os recursos repassados, obrigatoriamente, em conta específica;
- V – Manter o arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo e durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- VI – Responder pelos danos causados a terceiros por suas ações e omissões, na execução deste instrumento;
- VII – Divulgar este termo em seu sítio da Internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do instrumento e do órgão ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, descrição do objeto, valor total, valores liberados e a situação da prestação de contas;
- VIII – Observar todos os critérios de qualidade técnica e eficiência na execução dos serviços;
- IX – Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;
- X – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- XI – Emitir relatórios referentes a execução física e financeira do Plano de Trabalho, com o cronograma de desembolso aprovado, bem como prestar contas de sua execução;
- XII – Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições para a celebração previstas no Decreto nº 44.474/2017;
- XIII – Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DOS VALORES DO REPASSE**

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à INSTITUIÇÃO a importância de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), dividido em 12 parcelas, sendo a primeira (Janeiro/2024) na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e as demais no importe de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As obrigações financeiras decorrentes do presente Termo ficarão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**FONTE DE RECURSOS: 01 TESOIRO**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 300700 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





**AÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO:** SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE APOIO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.50.43.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

**VALOR:** R\$ 175.000,00

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

5.1 - A prestação de contas apresentada pela INSTITUIÇÃO deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da INSTITUIÇÃO e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante de recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - lista de presença do pessoal treinando ou capacitado, quando for o caso;
- VI - relação dos atendimentos prestados mês a mês;

5.2 - Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e ao final, deverá ser apresentada no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria;

5.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas, se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DAS HIPÓTESES DE RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá reter o repasse dos recursos financeiros nas seguintes hipóteses:

- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;
- b) Aplicação não prevista no plano de trabalho;
- c) Uso Injustificável;
- d) Não cumprimento do plano de trabalho;
- e) Falta de clareza, lisura e boa-fé;
- f) Inadimplência com o contrato;
- g) Descumprimento das orientações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- h) Não comprovação da divulgação da parceria, conforme previsão no presente instrumento;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA**

Este instrumento terá seu prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada para cumprir o plano de trabalho,





mediante termo aditivo, por solicitação da OSC, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

A Administração Pública Municipal prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Fomento, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO e ALTERAÇÃO**

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação expressa e justificada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas por ambas as partes, caso em que poderá ser denunciado imediatamente. Eventuais alterações ao presente Termo serão realizadas através de Termo Aditivo;

**CLÁUSULA NONA:** É parte integrante deste instrumento o Plano de Trabalho anexo ao presente convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Timbaúba/PE, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente convênio.

Para valer de direito e por estarem de pleno acordo com o pactuado, firma-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo assinam.

Timbaúba - PE, 01 de Janeiro de 2024.

**MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40  
806022434**

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2024.01.01 17:27:51  
-03'00'

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT**

**ADAT – ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES E AMIGOS DE TIMBAÚBA  
INSTITUIÇÃO**

Testemunhas:

-----

-----

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

PREFEITURA DE  
**TIMBAÚBA**

**DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA NA REALIZAÇÃO, COM EFETIVIDADE, DO OBJETO DA PARCERIA OU DE NATUREZA SEMELHANTE (art. 33, inciso V, alínea “b”, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações):**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001 / 2024 do CEDCA – CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO**

**Objeto: Prevenção e enfrentamento aos diversos tipos de violações contra crianças e adolescentes (com deficiência, povos tradicionais, violência sexual, trabalho infantil)**

DECLARAMOS, em conformidade com o art. 33, inciso V, alínea “b” da Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, para os devidos fins de direito, que a **ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, celebrou parcerias com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**, sito a Praça Jader de Andrade, 89, Centro, Timbaúba - PE inscrita no CNPJ/MF sob Nº **06.001.126/0001-67**, para a execução do objeto: **Prevenção e enfrentamento aos diversos tipos de violações contra crianças e adolescentes (com deficiência, povos tradicionais, violência sexual, trabalho infantil)** pelo período de 10 anos possui experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto do Chamamento Público, ou de natureza semelhante, tendo em vista que executa serviços à comunidade por 21 anos, devidamente comprovadas através do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ Nº **06.001.126/0001-67**), apresentado juntamente com a documentação exigida no Chamamento Público em epígrafe.

Timbaúba, 05 de agosto de 2024.



**Vânia Lúcia Barreto de Oliveira Souza**  
**Secretaria Executiva da Assistência Social**  
**Gestora do FMDCA**  
**CNPJ: 05.608.491/0001-71**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# DECLARAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

PREFEITURA DE  
**TIMBAÚBA**

**DECLARAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:**

Declaro para os devidos fins que a **ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, CNPJ: 06.001.126/0001-67, com sede a Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba - PE apresenta qualificação técnica e operacional, na área da criança e do adolescente, em especial no enfrentamento a violência sexual infanto juvenil com larga experiência nesse tema, cumprindo assim as suas atividades estatutárias, atingindo assim sua atividade social, pelo que assino a presente declaração, para que se produza seus efeitos legais.

Timbaúba, 05 de agosto de 2024.



Vânia Lúcia Barreto de Oliveira Souza  
Secretaria Executiva da Assistência Social  
Gestora do FMDCA  
CNPJ: 05.608.491/0001-71



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# GESTORA DO FMDCA

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67





PORTARIA Nº. 438 / 2021

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA/PE, NO EXERCÍCIO LEGAL DO SEU CARGO E USANDO AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS,**

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Municipal nº 2879/2014 que estabelece a Política Municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em consonância com os preceitos do Estatuto da criança e do adolescente, Lei nº 8069/1990;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 2880/2014, art. 3º, que estabelece a indicação do gestor do FMDCA pelo chefe do executivo municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** NOMEAR a Sra. VÂNIA LÚCIA BARRETO DE OLIVEIRA SOUZA, portadora da Cédula de Identidade nº 3.520.468 SDS/PE, inscrita no CPF/M.F. sob o nº 764.348.854-15, para exercer a função de Gestora do Fundo Municipal dos direitos da criança e do adolescente de Timbaúba - FMDCA.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Timbaúba, 08 de Junho de 2021.

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Art. nº 65, V, da Lei Orgânica  
Publicado em 08/06/2021  
Secretaria de Administração



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# DECLARAÇÃO COMDICA

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



## **Declaração COMDICA / Timbaúba**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbaúba, informa que a **ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, inscrita regularmente no CNPJ: 06.001.126/0001-67, sob o número: 003. Estando em pleno funcionamento e cumprindo suas atividades estatutárias.

Timbaúba, 05 de agosto de 2024.



Valmir Cosme da Silva  
Presidente



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





# Lei Municipal



Kátiane Galvão Odevalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

### Gabinete do Prefeito

Lei n.º 2.627/2007.

Reconhece e declara de necessidade pública a entidade **ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT**.

O **Prefeito do Município de Timbaúba**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Timbaúba aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica reconhecida e declarada de necessidade e utilidade públicas a entidade denominada **ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES E AMIGOS DE TIMBAÚBA - ADAT**, com sua sede localizada na Avenida Ismael Gouveia Nº 75, no centro de nossa cidade.

Art. 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Timbaúba-PE, em 30 de Novembro de 2007.

  
**BARTOLOMEU FERREIRA LIMA**  
Prefeito

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA – PE.**

Rua Dr. Alcebíades, 276, Centro, Timbaúba – PE - CEP 55870-000 CNPJ 11.361.904/0001-69  
FoneFax (81) 3631-0215 - E-mail: pmt@tprefeituradetimbauba.com.br.



# Lei Estadual



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67





  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Assembleia Legislativa  
do Estado de Pernambuco

**LEI Nº 14.937, DE 15 DE ABRIL DE 2013.**

Declara de Utilidade Pública a Associação de  
Deficientes e Amigos de Timbaúba - ADAT.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada Instituição de Utilidade Pública a Associação de Deficientes e Amigos de Timbaúba - ADAT, registrado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº. 06.001.126/0001-67, localizada no Município de Timbaúba/PE.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 15 de abril do ano de 2013, 197º da Revolução Republicana Constitucionalista e 191º da Independência do Brasil.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS  
Governador do Estado

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR  
THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO  
GUILHERME UCHÔA.



# CEBAS APROVADO



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

PORTARIA Nº 49, DE 9 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022 e Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; Considerando a Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010; e Considerando o Parecer nº 0009/2022/CONJUR-MC/CGU/AGU,, resolve:

Art. 1º Prorrogar a certificação CEBAS das entidades relacionadas em anexo até o dia 31 de dezembro do ano subsequente ao do fim de seu prazo de validade, de acordo com o §1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187/2021.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às entidades que apresentaram tempestivo requerimento de renovação da certificação.

Art. 2º O pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o §1º do art. 37 da Lei Complementar nº 187/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

ITEM	ENTIDADE	CNPJ	DATA INICIO DA CERTIFICAÇÃO	DATA FIM DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE PRORROGADA	ANO
1	A ALTERNATIVA - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL	53.835.690/0001-65	29/01/2021	28/01/2026	31/12/2027	2027
2	A CASA DOS GIRASSÓIS	09.615.536/0001-96	01/06/2020	31/05/2025	31/12/2026	2026
3	A LUZ NO CAMINHO - ASSOCIAÇÃO ESPIRITUALISTA	42.225.888/0001-00	01/01/2020	31/12/2024	31/12/2025	2025
4	A P A E ASSOCIACAO PAIS E AMIGOS DOS EXCEP DE SOROCABA	71.869.358/0001-01	29/06/2021	28/06/2024	31/12/2025	2025
5	A.N.S.M. ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	46.746.327/0001-08	01/01/2021	31/12/2023	31/12/2024	2024
6	A.P.M.I ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA	80.118.219/0001-29	22/03/2022	21/03/2025	31/12/2026	2026
7	AACA - ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	00.071.117/0001-66	28/08/2021	27/08/2026	31/12/2027	2027
8	AAPECAN ASSOCIACAO DE APOIO A PESSOAS COM CANCER	07.280.658/0001-43	30/09/2020	29/09/2023	31/12/2024	2024
9	AASOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	01.572.770/0001-71	29/06/2020	28/06/2025	31/12/2026	2026
10	AASSOCIAÇÃO MEDIANEIRENSE DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, REABILITAÇÃO E ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - AMOA	07.736.225/0001-50	26/06/2022	25/06/2025	31/12/2026	2026
11	AATI - ASSOCIAÇÃO AGUDENSE DA TERCEIRA IDADE	01.746.919/0001-91	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
12	ABADA - ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS	79.371.803/0001-02	29/12/2020	28/12/2023	31/12/2024	2024
13	ABAS - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AUTA DE SOUZA	06.097.682/0001-89	01/04/2021	31/03/2024	31/12/2025	2025
14	ABBA PROMOÇÃO SOCIAL - ABBAPS	05.063.212/0001-31	03/09/2020	02/09/2025	31/12/2026	2026
15	ABEASF - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ANTONIO SOARES FREITAS	21.938.605/0001-06	30/07/2021	29/07/2026	31/12/2027	2027
16	ABEM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCLEROSE MÚLTIPLA	53.689.287/0001-75	08/12/2021	07/12/2024	31/12/2025	2025
17	ABLUCAN ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE NA LUTA CONTRA O CANCER	08.791.343/0001-23	28/09/2020	27/09/2025	31/12/2026	2026
18	ABRASOCAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇOS SOCIAIS	23.891.159/0001-49	30/09/2020	29/09/2023	31/12/2024	2024
19	ABREC - ASSOCIAÇÃO BAURUENSE DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO RENAL CRÔNICO	49.884.596/0001-29	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
20	ABRIGO ANTÔNIA DUARTE CAIXETA	22.243.356/0001-99	30/07/2018	29/07/2023	31/12/2024	2024
21	ABRIGO BEZERRA DE MENEZES	13.898.819/0001-60	30/07/2018	29/07/2023	31/12/2024	2024
22	ABRIGO BOM PASTOR	76.259.639/0001-58	03/09/2020	02/09/2025	31/12/2026	2026
23	ABRIGO CASA DA RESTAURAÇÃO	14.299.206/0001-79	02/02/2019	01/02/2024	31/12/2025	2025
24	ABRIGO DA VELHICE SAO VICENTE DE PAULO	56.393.747/0001-01	25/10/2021	24/10/2024	31/12/2025	2025
25	ABRIGO DE IDOSOS "RECANTO DO VOVÔ"	51.391.902/0001-37	19/07/2021	18/07/2026	31/12/2027	2027
26	ABRIGO DEUS CRISTO E CARIDADE	76.720.986/0001-36	28/04/2018	27/04/2023	31/12/2024	2024
27	ABRIGO DISPENSÁRIO PROFESSOR PEDRO GURGEL	08.066.896/0001-13	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
28	ABRIGO DO SALVADOR	15.230.493/0001-23	30/06/2019	29/06/2022	31/12/2023	2023
29	ABRIGO DOCE LAR DA CRIANÇA	05.835.134/0001-46	21/10/2021	20/10/2024	31/12/2025	2025
30	ABRIGO DOCE MORADA	00.462.017/0001-60	31/08/2020	30/08/2023	31/12/2024	2024
31	ABRIGO DOS POBRES BOM JESUS DA LAPA	13.658.588/0001-17	29/12/2020	28/12/2023	31/12/2024	2024
32	ABRIGO DOS VELHINHOS DE TUBARÃO	86.440.864/0001-40	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
33	ABRIGO DOS VELHINHOS FREDERICO OZANAM	48.221.824/0001-18	30/06/2021	29/06/2024	31/12/2025	2025
34	ABRIGO DOS VELHOS DESAMPARADOS JOÃO PEDRO VALADÃO	21.240.122/0001-25	29/09/2018	28/09/2023	31/12/2024	2024
35	ABRIGO DR. FRANZ WEISS	03.838.120/0001-50	05/03/2018	04/03/2023	31/12/2024	2024
36	ABRIGO ESPÍRITA BATISTA DE CARVALHO	09.796.319/0001-40	29/09/2018	28/09/2023	31/12/2024	2024
37	ABRIGO ESPÍRITA OSCAR JOSÉ PITHAN	95.619.144/0001-37	28/02/2019	27/02/2022	31/12/2023	2023
38	ABRIGO EVANGÉLICO DA PEDRA DE GUARATIBA	34.380.659/0001-32	29/09/2018	28/09/2023	31/12/2024	2024
39	ABRIGO FREDERICO OZANAM	18.001.248/0001-32	13/07/2020	12/07/2025	31/12/2026	2026
40	ABRIGO FREI OTTO	22.442.156/0001-65	17/07/2020	16/07/2023	31/12/2024	2024
41	ABRIGO INSTITUCIONAL VÂNIA TERESINHA KNOLL POMINI	02.555.054/0001-49	03/09/2018	02/09/2023	31/12/2024	2024
42	ABRIGO JESUS MARIA JOSE	19.369.784/0001-58	30/06/2019	29/06/2024	31/12/2025	2025
43	ABRIGO JOÃO XXIII DE PORTO NACIONAL	02.385.409/0001-07	27/05/2021	26/05/2024	31/12/2025	2025
44	ABRIGO LAR CRISTAO DE BELO HORIZONTE	10.603.335/0001-58	28/09/2021	27/09/2024	31/12/2025	2025
45	ABRIGO LAR POUSO DA ESPERANÇA	03.437.960/0001-01	01/06/2020	31/05/2025	31/12/2026	2026
46	ABRIGO LAR RENASCER	05.591.204/0001-68	05/03/2018	04/03/2023	31/12/2024	2024
47	ABRIGO NOSSA SENHORA APARECIDA	16.743.700/0001-06	03/09/2018	02/09/2023	31/12/2024	2024
48	ABRIGO PRESBITERIANO	34.075.101/0001-43	28/06/2020	27/06/2025	31/12/2026	2026
49	ABRIGO ROSA MÍSTICA DE EUGENÓPOLIS	04.206.508/0001-00	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
50	ABRIGO SANTA HELENA DE JUIZ DE FORA	21.609.045/0001-38	29/08/2019	28/08/2022	31/12/2023	2023
51	ABRIGO SANTANA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO	05.669.731/0001-48	13/07/2020	12/07/2023	31/12/2024	2024
52	ABRIGO SÃO JOSÉ DE OLÍMPIA	46.864.039/0001-58	17/05/2021	16/05/2024	31/12/2025	2025
53	ABRIGO SÃO LOURENÇO DE JAU	50.759.091/0001-11	05/03/2018	04/03/2023	31/12/2024	2024
54	ABRIGO SAO VICENTE DE PAULO	22.296.149/0001-00	28/11/2019	27/11/2024	31/12/2025	2025
55	ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO	21.186.036/0001-81	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
56	ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO	00.086.321/0001-50	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
57	ACA - AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	10.505.554/0001-02	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
58	ACADAV - ASSOCIACAO CAMPONOVENSE DE APOIO A DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS	08.657.864/0001-92	28/02/2020	27/02/2023	31/12/2024	2024
59	ACAJE - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE JESUS	09.119.273/0001-24	26/04/2021	25/04/2026	31/12/2027	2027
60	ACAO COMUNITARIA DO BRASIL SAO PAULO	61.750.246/0001-75	01/01/2021	31/12/2023	31/12/2024	2024
61	AÇÃO COMUNITÁRIA INHAYBA	01.641.477/0001-19	27/03/2021	26/03/2026	31/12/2027	2027
62	AÇÃO CRISTA COMUNITÁRIA DO BRASIL	00.649.159/0001-31	17/08/2020	16/08/2025	31/12/2026	2026
63	AÇÃO DA CIDADANIA DE BOTUCATU- SP	00.577.501/0001-35	16/05/2020	15/05/2025	31/12/2026	2026
64	AÇÃO FORTE	06.136.322/0001-49	31/07/2020	30/07/2025	31/12/2026	2026
65	AÇÃO MORADIA	04.172.671/0001-90	24/05/2020	23/05/2023	31/12/2024	2024
66	AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA	04.896.079/0001-31	18/10/2020	17/10/2023	31/12/2024	2024
67	AÇÃO SOCIAL CRISTO REI	50.167.980/0001-90	28/04/2020	27/04/2025	31/12/2026	2026
68	AÇÃO SOCIAL DA TRINDADE	82.512.328/0001-51	31/01/2021	30/01/2026	31/12/2027	2027
69	AÇÃO SOCIAL DE PERUIBE	49.644.883/0001-61	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
70	AÇÃO SOCIAL DO CONTESTADO	24.249.850/0001-96	13/05/2019	12/05/2022	31/12/2023	2023
71	AÇÃO SOCIAL E AMPARO	46.731.485/0001-94	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
72	AÇÃO SOCIAL E CIDADÃ	07.642.574/0001-02	29/05/2021	28/05/2024	31/12/2025	2025
73	AÇÃO SOCIAL MISSÃO	72.291.198/0001-10	28/02/2019	27/02/2022	31/12/2023	2023
74	AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO - PROMOVIDA	03.126.941/0001-64	13/07/2020	12/07/2025	31/12/2026	2026
75	AÇÃO SOCIAL PADRE THEEODORUS KOPP	00.166.536/0001-81	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
76	ACAO SOCIAL PARA IGUALDADE DAS DIFERENCAS	12.291.500/0001-09	31/07/2020	30/07/2023	31/12/2024	2024
77	AÇÃO SOCIAL PARÓQUIA PALMARES	12.885.646/0001-82	22/03/2022	21/03/2025	31/12/2026	2026
78	AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE PALHOÇA	85.319.333/0001-30	29/12/2020	28/12/2023	31/12/2024	2024
79	AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL SÃO JOÃO BATISTA	83.825.398/0001-22	16/02/2020	15/02/2025	31/12/2026	2026
80	AÇÃO SOCIAL SANTA ISABEL	88.332.432/0001-40	04/04/2019	03/04/2022	31/12/2023	2023





661	ASSOCIAÇÃO CONSTRUTORES DE UM MUNDO MELHOR	19.273.161/0001-87	30/11/2021	29/11/2026	31/12/2027	2027
662	ASSOCIAÇÃO CONTAGIE KAIROS	16.568.031/0001-83	20/12/2019	19/12/2024	31/12/2025	2025
663	ASSOCIAÇÃO CORDEIRO DE DEUS	06.934.928/0001-20	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
664	ASSOCIAÇÃO CORNELIA MARIA ELIZABETH VAN HYLCKAMA VLIEG	68.002.187/0001-04	16/08/2019	15/08/2022	31/12/2023	2023
665	ASSOCIAÇÃO CRE&SER	15.057.403/0001-44	08/12/2021	07/12/2024	31/12/2025	2025
666	ASSOCIAÇÃO CRESCER NO CAMPO	07.417.051/0001-62	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
667	ASSOCIAÇÃO CRIANÇA ESPECIAL DE PAIS COMPANHEIROS CEPAC	53.324.190/0001-69	25/08/2020	24/08/2023	31/12/2024	2024
668	ASSOCIACAO CRIANCA ESPERANCA LARANJALENSE	02.536.077/0001-06	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
669	ASSOCIAÇÃO CRIANÇA FELIZ	00.688.029/0001-08	23/11/2020	22/11/2023	31/12/2024	2024
670	ASSOCIACAO CRIANCA FELIZ DE SOROCABA	12.207.727/0001-23	31/01/2021	30/01/2026	31/12/2027	2027
671	ASSOCIAÇÃO CRIANÇAS DO BRASIL EM CAMPO GRANDE MS	11.646.310/0001-02	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
672	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ CORRENTE DE LUZ	10.793.127/0001-69	27/03/2021	26/03/2026	31/12/2027	2027
673	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DE APOIO A CRIANÇA - ASCAC	08.338.559/0001-38	26/02/2021	25/02/2024	31/12/2025	2025
674	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	78.552.726/0001-24	30/06/2019	29/06/2022	31/12/2023	2023
675	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DE DEFICIENTES FÍSICOS DE FOZ DO IGUAÇU	75.429.605/0001-00	28/04/2018	27/04/2023	31/12/2024	2024
676	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DE OSASCO	74.326.158/0001-92	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
677	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ EM DEFESA DA CIDADANIA	02.914.268/0001-64	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
678	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ FRANCISCO DE ASSIS	54.139.860/0001-30	19/10/2020	18/10/2025	31/12/2026	2026
679	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ LAR COLMEIA	72.521.412/0001-88	31/10/2021	30/10/2024	31/12/2025	2025
680	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ SÃO PAULO	18.761.353/0001-70	28/06/2019	27/06/2022	31/12/2023	2023
681	ASSOCIAÇÃO CRISTIANE DA COSTA	09.339.156/0001-76	30/07/2018	29/07/2023	31/12/2024	2024
682	ASSOCIAÇÃO CT CENTRO TERAPÉUTICO	05.776.147/0001-91	30/09/2020	29/09/2023	31/12/2024	2024
683	ASSOCIACAO CUIDAR BEM/MG - ACB	10.626.829/0001-58	30/11/2020	29/11/2025	31/12/2026	2026
684	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA PRO-MORATO	02.525.829/0001-33	01/04/2021	31/03/2024	31/12/2025	2025
685	ASSOCIAÇÃO CULTURAL CONFRARIA POÉTICA MARGINAL	17.059.682/0001-00	11/06/2021	10/06/2026	31/12/2027	2027
686	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO EDUCATIVA	17.961.032/0001-56	30/09/2020	29/09/2023	31/12/2024	2024
687	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA	06.001.126/0001-67	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
688	ASSOCIACAO CULTURAL E ASSISTENCIAL EVANGELICA CONSTRUIR	19.851.398/0001-06	31/10/2019	30/10/2024	31/12/2025	2025
689	ASSOCIACAO CULTURAL E ASSISTENCIAL NOVA EGANGELIZAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE EPITÁCIO	01.610.990/0001-42	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
690	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICIENTE ILÉ MULHER	04.881.807/0001-31	29/05/2021	28/05/2024	31/12/2025	2025
691	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICIENTE NOSSA SENHORA DE SIÃO	01.111.669/0001-13	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
692	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA BANDEIRANTES	67.009.043/0001-09	29/06/2020	28/06/2023	31/12/2024	2024
693	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL FUTURO MELHOR	07.888.881/0001-78	30/06/2019	29/06/2024	31/12/2025	2025
694	ASSOCIACAO CULTURAL E ESPORTIVA UNIAO DE LEME	55.341.010/0001-82	29/12/2020	28/12/2023	31/12/2024	2024
695	ASSOCIACAO CULTURAL EDUCACIONAL SOCIAL E ASSISTENCIAL CAPUAVA	05.332.435/0001-57	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
696	ASSOCIAÇÃO CULTURAL PINTURA SOLIDÁRIA - VAMOS COLORIR A VIDA	08.845.381/0001-11	01/09/2019	31/08/2024	31/12/2025	2025
697	ASSOCIAÇÃO CULTURAL PISADA DO SERTÃO	08.842.657/0001-08	03/09/2018	02/09/2023	31/12/2024	2024
698	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E TERAPÉUTICA DA REGIÃO DA AMUREL	08.801.937/0001-78	01/10/2017	30/09/2022	31/12/2023	2023
699	ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DE APOIO E INTEGRAÇÃO DO EXCEPCIONAL	01.343.832/0001-73	15/03/2020	14/03/2025	31/12/2026	2026
700	ASSOCIAÇÃO DA CARIDADE SOCIAL MARANHÃO-PIAUI	06.460.554/0001-58	01/01/2020	31/12/2022	31/12/2023	2023
701	ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA ABRIGADA DE SERRANA	02.209.380/0001-02	05/03/2018	04/03/2023	31/12/2024	2024
702	ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAOBIM	04.021.055/0001-39	19/12/2019	18/12/2024	31/12/2025	2025
703	ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA	06.118.216/0001-32	28/02/2019	27/02/2022	31/12/2023	2023
704	ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA	04.587.965/0001-83	30/06/2019	29/06/2024	31/12/2025	2025
705	ASSOCIAÇÃO DA MULHER SALINENSE - AMUSA	25.216.649/0001-75	09/07/2020	08/07/2025	31/12/2026	2026
706	ASSOCIAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA DE DRACENA- SUPERANDO LIMITES	07.900.769/0001-05	30/09/2019	29/09/2022	31/12/2023	2023
707	ASSOCIAÇÃO DA VILA DE SÃO VICENTE DE PAULO	45.466.174/0001-82	30/01/2021	29/01/2024	31/12/2025	2025
708	ASSOCIAÇÃO DAMAS DE CARIDADE	90.776.295/0001-85	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
709	ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS DE CASTELO	31.726.755/0001-00	06/11/2018	05/11/2023	31/12/2024	2024
710	ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE CÉU AZUL-ACAZUL	73.684.763/0001-72	04/04/2020	03/04/2023	31/12/2024	2024
711	ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE	43.468.289/0001-80	14/10/2020	13/10/2025	31/12/2026	2026
712	ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DA VILA VICENTINA	54.278.874/0001-34	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
713	ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO	50.510.874/0001-67	28/02/2019	27/02/2022	31/12/2023	2023
714	ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE MARIA EDNA GRASSANO	78.014.529/0001-51	16/12/2019	15/12/2024	31/12/2025	2025
715	ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES DO PROJETO TRANSFORMAÇÃO	12.861.453/0001-91	02/12/2018	01/12/2023	31/12/2024	2024
716	ASSOCIAÇÃO DAS FAMILIAS DE PECEM	23.590.003/0001-28	17/11/2019	16/11/2024	31/12/2025	2025
717	ASSOCIAÇÃO DAS IRMAS FILHAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	12.842.993/0001-28	29/06/2020	28/06/2025	31/12/2026	2026
718	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA - AMUNAM	12.813.226/0001-90	24/05/2021	23/05/2026	31/12/2027	2027
719	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS CRISTÁS	45.205.531/0001-59	02/02/2019	01/02/2024	31/12/2025	2025
720	ASSOCIACAO DAS SENHORAS CRISTAS NOSSO LAR	46.194.213/0001-00	16/02/2021	15/02/2024	31/12/2025	2025
721	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE	15.152.226/0001-85	31/10/2019	30/10/2024	31/12/2025	2025
722	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO	05.283.643/0001-03	29/06/2018	28/06/2023	31/12/2024	2024
723	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ANDIRA	77.345.353/0001-58	28/04/2018	27/04/2023	31/12/2024	2024
724	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE RIO DO SUL - CASA DA AMIZADE	85.788.602/0001-08	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
725	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UMUARAMA	81.850.638/0001-13	03/09/2018	02/09/2023	31/12/2024	2024
726	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS E VOLUNTÁRIOS DE CARIDADE DE ITABUNA	13.728.381/0001-71	28/02/2019	27/02/2022	31/12/2023	2023
727	ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE SÃO PAULO	60.568.284/0001-49	30/07/2018	29/07/2023	31/12/2024	2024
728	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESTRELA DO INDAIÁ	07.491.286/0001-02	01/03/2020	28/02/2025	31/12/2026	2026
729	ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO NOSSO LAR	28.830.927/0001-78	13/08/2021	12/08/2024	31/12/2025	2025
730	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	00.924.300/0001-67	29/11/2021	28/11/2024	31/12/2025	2025
731	ASSOCIACAO DE AMIGOS DAS CRIANCAS DO LAR ABDON BATISTA	83.797.084/0001-63	21/03/2021	20/03/2024	31/12/2025	2025
732	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA - AMA	79.361.382/0001-39	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
733	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA DE JARAGUÁ DO SUL - AMA	79.378.188/0001-66	13/04/2020	12/04/2023	31/12/2024	2024
734	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO SOCIAL FREI JOSÉ RENATO	19.138.585/0001-39	28/02/2019	27/02/2022	31/12/2023	2023
735	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DOS AUTISTAS DO PIAUI - AMA-PI	04.169.928/0001-55	30/09/2019	29/09/2022	31/12/2023	2023
736	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PINHALZINHO	02.793.658/0001-23	20/12/2019	19/12/2024	31/12/2025	2025
737	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E PAIS DE PORTADORES DE MIELOMENINGOCELE - AAPPM	17.981.311/0001-81	28/02/2019	27/02/2022	31/12/2023	2023
738	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DE	05.663.421/0001-16	30/07/2018	29/07/2023	31/12/2024	2024
739	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A CRIANÇA E CASA DE APOIO TIA SULA	81.455.255/0001-40	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
740	ASSOCIACAO DE AMPARO A MATERNIDADE, CRIANCAS E IDOSOS NECESSITADOS	20.354.270/0001-08	25/10/2020	24/10/2025	31/12/2026	2026
741	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A MENINOS ASSISTIDOS - SANTA CECÍLIA	87.865.432/0001-43	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024
742	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A VELHICE DE REGISTRO LAR DOS VELHINHOS	51.673.101/0001-64	28/04/2018	27/04/2023	31/12/2024	2024
743	ASSOCIACAO DE AMPARO AO IDOSO	04.589.879/0001-00	22/03/2022	21/03/2025	31/12/2026	2026
744	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO IDOSO PADRE OLMIRO HARTMANN	10.898.012/0001-39	03/10/2019	02/10/2024	31/12/2025	2025
745	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU	75.428.672/0001-00	26/02/2021	25/02/2024	31/12/2025	2025
746	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	02.992.433/0001-04	31/10/2021	30/10/2026	31/12/2027	2027
747	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS MENINAS E MENINOS DA REGIÃO SE	74.121.880/0001-90	30/01/2019	29/01/2022	31/12/2023	2023
748	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA COM CâNCER	54.963.061/0001-83	01/09/2019	31/08/2022	31/12/2023	2023
749	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA COM HIV	03.641.279/0001-80	29/09/2018	28/09/2023	31/12/2024	2024
750	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE JALES	65.713.612/0001-77	02/02/2019	01/02/2024	31/12/2025	2025
751	ASSOCIACAO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO JARDIM AMAZONIA	03.952.933/0001-77	21/10/2021	20/10/2024	31/12/2025	2025
752	ASSOCIACAO DE APOIO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE BRACO DO NORTE-SC	80.489.594/0001-85	03/08/2020	02/08/2025	31/12/2026	2026
753	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA EM RISCO - ACER	86.912.086/0001-44	29/01/2021	28/01/2024	31/12/2025	2025
754	ASSOCIACAO DE APOIO A CRIANÇA JOANNA DE ANGELIS	01.671.130/0001-19	15/06/2021	14/06/2026	31/12/2027	2027
755	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A DEFICIÊNCIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - AGRAÇA	22.473.703/0001-70	27/05/2021	26/05/2024	31/12/2025	2025
756	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A FAMÍLIA	04.240.491/0001-07	29/05/2018	28/05/2023	31/12/2024	2024
757	ASSOCIACAO DE APOIO A FAMÍLIA AO GRUPO E A COMUNIDADE DE SÃO PAULO	73.950.362/0001-17	24/08/2020	23/08/2023	31/12/2024	2024
758	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PROMOÇÃO PROFISSIONAL-APROMO	80.901.853/0001-33	31/10/2021	30/10/2026	31/12/2027	2027
759	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO ADULTO COM CâNCER DO ESTADO DE SERGIPE	05.437.350/0001-33	13/08/2021	12/08/2024	31/12/2025	2025
760	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO DEFICIENTE AUDITIVO	60.127.222/0001-00	31/10/2019	30/10/2024	31/12/2025	2025
761	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO FISSURADO LABIO - PALATAL DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO - AFIPP	04.520.426/0001-27	30/01/2019	29/01/2022	31/12/2023	2023
762	ASSOCIACAO DE APOIO AO IDOSO ERECHINENSE	91.565.309/0001-84	01/04/2018	31/03/2023	31/12/2024	2024





# Currículo da Coordenadora



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

Brasileira, 49 anos;  
Residente Avenida Ismael Gouveia, 15. Apto 102. Centro. Timbaúba / PE;  
Telefone: 81 – 99190.0502  
E-mail: katigalvao@hotmail.com

## • **FORMAÇÃO ACADÊMICA:**

### • **GRADUAÇÃO:**

- Graduanda em Bacharel em Administração – Cruzeiro do Sul 2024
- Graduada em Tecnóloga em Gestão Pública pela Uninassau, 2021
- Graduada em Tecnóloga Coaching e Mentoring pela Uninassau, 2021
- Graduada em Serviço Social, pela Universidade Católica de Pernambuco, 2000.

### **CURSOS DE EXTENSÃO:**

- Cursos Teórica e Prática dos Conselhos da Criança e do Adolescente
- Curso de Extensão de Política Sobre Drogas na UFSC, 2012;
- Curso de Extensão, Convivência Familiar e Comunitária, proferido pela Escola Família Solidária;
- Curso de Extensão sobre Controle Social / Ser Conselheiro – UFRPE;
- Curso Sebrae / Empreendedorismo;

### **PÓS GRADUAÇÃO:**

- Pós Graduação Políticas Públicas Planejamento e Gestão – Facuminas;
- Pós Graduação MBA em Administração Pública - Facuminas;
- Pós Graduação Saúde Mental Planejamento e Gestão – Facuminas;
- Pós Graduação Cannabis Medicinal - Facuminas;
- Pós Graduação Dependência Química – Facuminas;
- Pós Graduação SINASE – Sistema Nacional Socioeducativo – Facuminas;
- Pós Graduação Proteção Integral a Criança e o Adolescente – Facuminas;
- Pós Graduação Direitos Humanos e Questões Étnicos Raciais – Facuminas;
- Pós Graduação Direito da Criança e do Adolescente – Facuminas;
- MBA em Gestão Pública e Projetos – Instituto Carreira;
- MBA em Gestão Empresarial e Negócios – Faculdade Estratego;
- Gestão em Políticas Sociais – Faculdade Metropolitana;
- Pós Graduação Gestão de Projetos – Faculdade Metropolitana;
- Pós Graduação Gestão de Pessoas – Faculdade Metropolitana;
- Pós Graduação em Gestão Pública – Instituto Carrera;
- Pós-graduada em Direitos Humanos na Unicap, 2011;
- Pós graduada em Gestão de Programas e Projetos Sociais, com enfoque em Políticas Públicas,



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Mestrado:**

- Mestranda em Administração de Empresas – UNEATLANTICO – CONCLUSÃO 2025.

**Experiência Profissional:**

2022-DIAS ATUAIS – PRESIDENTE DA ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAUBA

2019-2022 – PRESIDENTE DA ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAUBA

2016-2019 – PRESIDENTE DA ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAUBA

**2009 – 2015 – Prefeitura Municipal de Timbaúba**

- Coordenadora de planejamento, com a finalidade de elaboração de Programa e Projetos, incluindo captação de recursos estaduais e federais;
- Coordenadora das Medidas Socio Educativas em Meio Aberto de Timbaúba / Projeto Recomeçar;
- Coordenadora da Casa dos Conselhos – envolvendo Política sobre Drogas, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Habitação, Cultura, Segurança Alimentar e Nutricional, Idoso, Deficiente, Criança e Adolescente e ainda apoio ao Conselho Tutelar;
- Coordenadora do Programa Vida Nova / Parceria com o governo estadual – Atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e/ou situação de risco pessoal e/ou social ;
- Coordenadora da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

**2001 – 2008 – Prefeitura Municipal de Timbaúba:**

- Diretora do Departamento de Bem Estar Social;
- Coordenadora do PETI– Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Coordenadora do BPC – Benefício da Prestação Continuada;
- Coordenadora do Projovem Adolescente;
- Coordenadora do Programa Bolsa Família.



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Informações Adicionais:**

- Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbaúba / gestão 2012 – 2014 e 2015 a 2016;
- Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Timbaúba - 2012 – 2014 e 2015 a 2016.
- Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Timbaúba, biênio 2021 – 2023.

**KATIANE BARBOSA BRITO DE GALVÃO CAVALCANTI**






Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# Cotações Água

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



(81) - 9 9492-1966   
(81) - 9 9362-3160   
(81) - 9 9837-7828 

Cotação de água 20 litros

Valor 5.00

Joelma do Carmo Azevedo

CNPJ 533195660001-47

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Ofício nº 30 / 2024

Conforme solicitação da ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA, apresento como proposta para fornecimento de água mineral / garrafão de 20 litros no valor de R\$ 7,00.

Timbaúba, 19 de agosto de 2024.

  
Edivania Vieira Meneses

Lula Mercadinho  
CNPJ: 48.396.388/0001-18  
Rua Doutor Lauro Borba 352 Anexo B  
Jardim Guarani, Timbaúba PE



**Panificadora São Francisco / MEPAN**

"Mais que uma Panificadora"

Praça João Pessoa, 52 - Timbaúba-PE

Fone:(81) 3631-0300

CNPJ: 12.041.992/0001-84

Cliente: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_

Data /

[illegible]

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Gêneros Alimentícios



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**COTAÇÃO**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

- 8 VARAS COPO DESCARTÁVEL CRISTALCOPO 180 ml R\$ 38,32
- 10 PACOTES CAFÉ TORRADO E MOÍDO SÃO BRAZ, 500g R\$ 209,90
- 06 PACOTES LEITE EM PÓ ITAMBÉ 200g R\$ 41,34
- 04 PACOTES AÇUCAR REFINADO UNIÃO 1kg R\$ 27,56
- 10 PACOTES BOLACHAS DOCE PILAR 307g R\$ 41,9
- 10 PACOTES BOLACHAS SALGADAS CAPRI SHOW 301,5g R\$ 38,9
- 40 UNIDADES SUCO EM PÓ MID 1L R\$ 31,6
- título

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba - PE CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67  
Telefone: 81.99190.0502



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### VAREJÃO TIMBAUBENSE

Barbosa e Melo Ltda.

Rua Marechal Dantas Barreto 182 - Centro- Timbaúba/PE

CNPJ 10.735.5000/0006-30 FONE 81 3631-1214

### COTAÇÃO

COPO DESCARTÁVEL 180 ML	6,45	8	51,6		
CAFÉ TORRADO 500GR	7,29	10	72,9		
LEITE EM PÓ 200 GR	5,99	6	35,94		
AÇUCAR REFINADO 1KG	4,49	4	17,94		
BOLACHA DOCE 500GR	4,65	10	46,5		
BOLACHA SALGADA 500GR	3,59	10	35,9		
SUCO EM PÓ	1,19	40	47,6		

ATENCIOSAMENTE

BARBOZA E MELO

10.735.500/0006-30  
VAREJÃO SUPERMERCADOS  
BARBOZA & MELO LTDA  
Rua Marechal Dantas Barreto, 182 Centro  
55870-000 Timbaúba-PE  
Insc. Estadual 0672446-83

# MERCADINHO XODO

CNPJ 2932666600116

Timbaúba, 09 de agosto de 2024

*Solicitação de cotação:*

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Material de higiene e limpeza	Quantidade	Valor total R\$
Sabonete liquido 1L		
Desinfetante 2L	18un	97,02
Detergente 2L	6un	38,94
Água sanitária	10un	21,48
Sabao em pó 2kg	2un	25,98
Sabao em barra c/5un	2un	9,99
Papel hig. 30m c/12un	1fd	27,48
Papel toalha	2un	7,98
Copo desc. 180ml	8un	42,32
Café 250g	20un	199,80
Leite em pó 200g	6un	35,94
Açúcar 1kg	4un	18,76
Bolacha doce 307g (maizena)	10un	39,90
Bolacha salg. 350g (cream craker)	10un	34,90
Suco em pó 25g	40un	39,60

Rua Dr. Ismael Vasconcelos filho, 24.

CEP 55870000

Tel. 81998049888





# Material de Higiene e Limpeza

COTAÇÃO



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

- 40 SABONETE LIQUIDO 1 L 0
- 03 DESINFETANTE 1 L /FARDO COM 06 R\$ 86,22
- 01 DETERGENTE/ FARDO COM 06 R\$ 34,74
- 10 CLORO 1L R\$ 56,90
- 02 SABÃO EM PÓ BEM-TE-VI 2KG R\$ 27,80
- 01 SABÃO EM PEDRA / TABLET COM 05 ABSOLUTO R\$ 6,99
- 05 PAPEL HIGIENICO /FARDO COM 04 COM 60M MILI R\$ 131,80
- 02 PAPEL TOALHA CAPRICE / PACOTE R\$ 7,58

Praça Jader de Andrade, 89, Centro. Timbaúba - PE CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67  
Telefone: 81.99190.0502



### VAREJÃO TIMBAUBENSE

Barbosa e Melo Ltda.

Rua Marechal Dantas Barreto 182 - Centro- Timbaúba/PE

CNPJ 10.735.5000/0006-30 FONE 81 3631-1214

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### COTAÇÃO

SABONETE LIQUIDO 1 LITRO	8,89	40	354,40	
DESINFETANTE DE 1 LT FD C/ 06	35,4	3	103,50	
DETERGENTE 1LT FD C/ 06	38,1	1	38,10	
COLORO 1 LT	3,99	10	38,10	
SABÃO EM PÓ 02 KG	13,75	2	27,50	
SABÃO EM PEDRAS TABLETE	6,75	1	6,75	
PAPEL HIGIÊNICO	54	5	270,00	
PAPEL TOALHA PACOTE	4,99	1	4,99	

ATENCIOSAMENTE

BARBOSA E MELO

10.735.5000/0006-30  
VAREJÃO SUPERMERCADOS  
BARBOZA & MELO LTDA  
Rua Marechal Dantas Barreto, 182 Centro  
CEP 55870-000 Timbaúba-PE  
Insc. Estadual 0512440-63





# MERCADINHO XODO

CNPJ 2932666600116

Timbaúba, 09 de agosto de 2024

*Solicitação de cotação:*

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Material de higiene e limpeza	Quantidade	Valor total R\$
Sabonete liquido 1L		
Desinfetante 2L	18un	97,02
Detergente 2L	6un	38,94
Água sanitária	10un	21,48
Sabao em pó 2kg	2un	25,98
Sabao em barra c/5un	2un	9,99
Papel hig. 30m c/12un	1fd	27,48
Papel toalha	2un	7,98
Copo desc. 180ml	8un	42,32
Café 250g	20un	199,80
Leite em pó 200g	6un	35,94
Açúcar 1kg	4un	18,76
Bolacha doce 307g (maizena)	10un	39,90
Bolacha salg. 350g (cream craker)	10un	34,90
Suco em pó 25g	40un	39,60

Rua Dr. Ismael Vasconcelos filho, 24.

CEP 55870000

Tel. 81998049888



# Material de Expediente

## DOCUMENTO AUXILIAR VENDA - ORÇAMENTO

NÃO É DOCUMENTO FISCAL - NÃO É VÁLIDO COMO RECIBO E COMO GARANTIA DE MERCADORIA - NÃO COMPROVA PAGAMENTO

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO EMITENTE

## IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

VIRGINIA M. DE O. F. FRANCA - ME  
PRACA CARLOS LIRA, 82-Centro  
CEP: 55870000 - TIMBAUBA/PE  
CNPJ: 07380904000139 IE: 032528922  
EMAIL: varejaodospresentes@yaho TEL.: 8136311387

Nº Documento: 0000000017  
Nº Documento Fiscal  
Data de Emissão: 05/08/2024  
Previsão de Entrega

## IDENTIFICAÇÃO DO DESTINATÁRIO

Nome: 21 - ADAT CNPJ/CPF: 06001126000167 FONE: 8136310843

Vendedor: LIVANEIDE

Nº do Documento: 0000000017

Nº do Documento Fiscal:

Observação:

Item	Código	Ref.	Mercadoria	Quantidade	Preço	Total	
1	8401	070330129627	CANETA ESFER BIC CRISTAL DURA+ AZ - BIC	50,000	1,25	62,50	
2	83146	7897256221425	MARCA TEXTO MINI POTE JOCAR - TEM DE TU	1,000	3,90	3,90	
3	27344	7898937817029	PAPEL A4 ECOQUALITY 75G 210X297 BR	1,000	28,90	28,90	
4	79752	7898542900109	RECADINHO AUTOADESIVO NEON 38X50 C/4 10	1,000	6,50	6,50	
5	26993	7898929094377	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/ 5000 - LYKE	1,000	6,50	6,50	
6	26544	3154149535118	GRAMPEADOR UNIVERSAL A17 PRETO HALF STR	1,000	24,50	24,50	
7	78308	7891253278086	CADERNO 1/8 CAPA DURA 80 FLS - CADERNOS	1,000	12,30	12,30	
8	80385	7898563360050	ENVELOPE OFICIO C/RPC 114X229 COF022 -	1,000	0,20	0,20	
9	80316	7898563360708	ENVELOPE 32KO AMARELO - TEM DE TUDO	1,000	0,70	0,70	
10	83675	7897237363847	PASTA OF 332MMX232MM AMARELA - TEM DE T	1,000	3,35	3,35	
11	82648	7897832804639	PASTA GRAMPO ESCOLAR DELLOPLAST ROSA C/	1,000	2,70	2,70	
12	80137	9000000801370	ARQUIVO MORTO PLAST CORES	1,000	9,40	9,40	
13	77549	7898520120529	GRAMPO TRILHO - 80 MM LO101-529 - LYKE	1,000	11,50	11,50	
14	6458	7899751101936	TESOURA 7 1/2 COLOR AÇO INOX - ORIGINAL	1,000	6,90	6,90	
15	76057	7899021339229	EVA IBEL LILAS 40X60 - IBEL	1,000	2,60	2,60	
16	55509	7898520005505	GIZ LIQUIDO - LYKE	1,000	6,50	6,50	
17	2075	7897464700651	MASSA DE MODELAR C/ 12 CORES KOALA - DE	1,000	4,90	4,90	
18	70960	7899014911975	CARTOLINA 50X66 BRANCO - VMP	1,000	1,30	1,30	
19	83151	7908363800752	COLA BASTAO 10G ONDA - TEM DE TUDO	1,000	1,50	1,50	
20	83018	7898520010318	MINI CANETA CORRETIVA 4ML - LYKE	1,000	2,20	2,20	
21	78702	7899320374600	FITA DUPLA FACE 16X30 - EUROCEL	6,000	13,50	81,00	
22	2087	7896149604000	FITA ADESIVA LARGA 45MMX30M - DELFIX	4,000	2,95	11,80	
Subtotal:			291,65	Desconto:	0,00	Total:	291,65

Condição de Pagamento:

Garantia:

É vedada a autenticação deste documento

05/08/2024 17:16

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





- início
- Meus Pedidos
- Pedido Nº 4464614

## Pedido Nº 4464614

### Detalhes do Pedido

Pedido nº: 4464614

Realizado em: 10/08/2024 às 19:30:04

Produtos: R\$ 524,61

Frete: R\$ 118,25

Desconto Pagamento: R\$ 12,86

Valor Total: R\$ 630,00

### Entrega

#### Cobrança

Praça Jader De Andrade, 89 - Centro - Timbauba/PE - 55870-000

### Pagamento



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Boleto à vista ([2ª via aqui](#))

Entrega 1 de 1 - Entregue por Gimba

---

### Itens do Pedido

Produtos serão entregues por Barueri



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Pasta com Grampo Ofício Trilho Plástico Cartão Duplex 235x340mm Azul 1 UN**  
**Clipcolor**

Vendido e Entregue por:

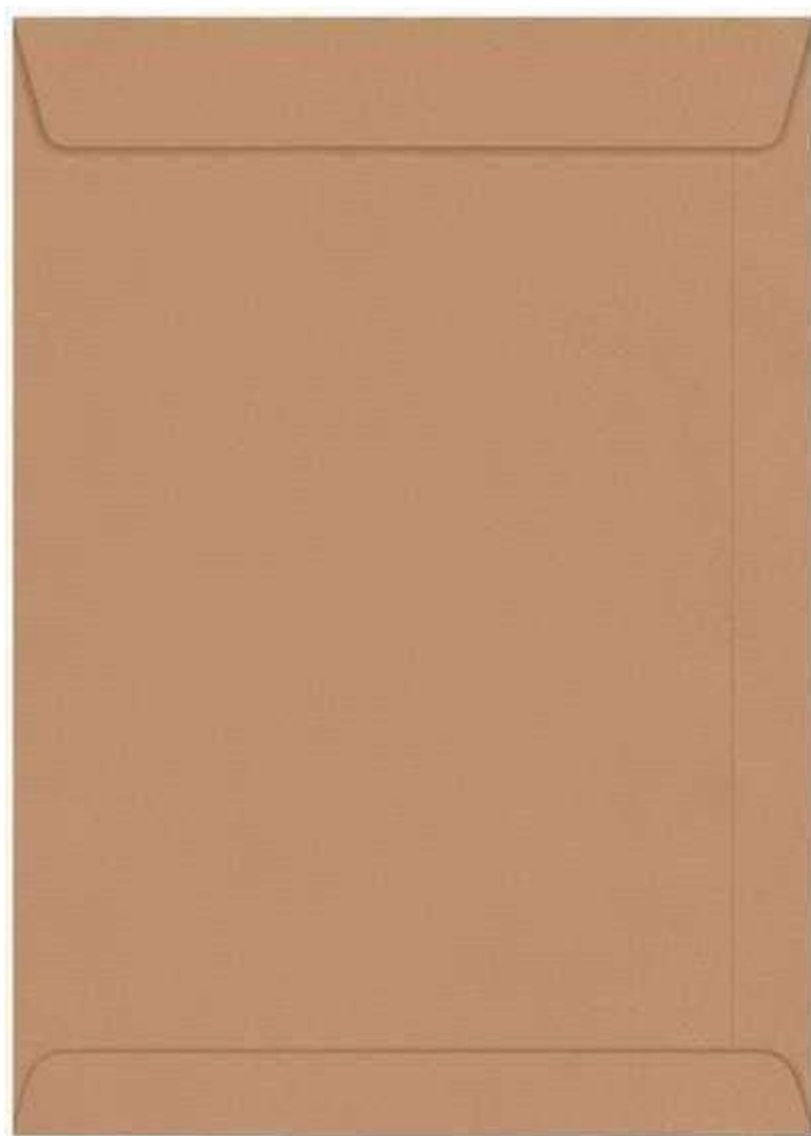
Gimba

**R\$ 7,98**

Quantidade: 2



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Envelope Saco Kraft Natural 80g 229x324mm 1 UN Foroni**

Vendido e Entregue por:

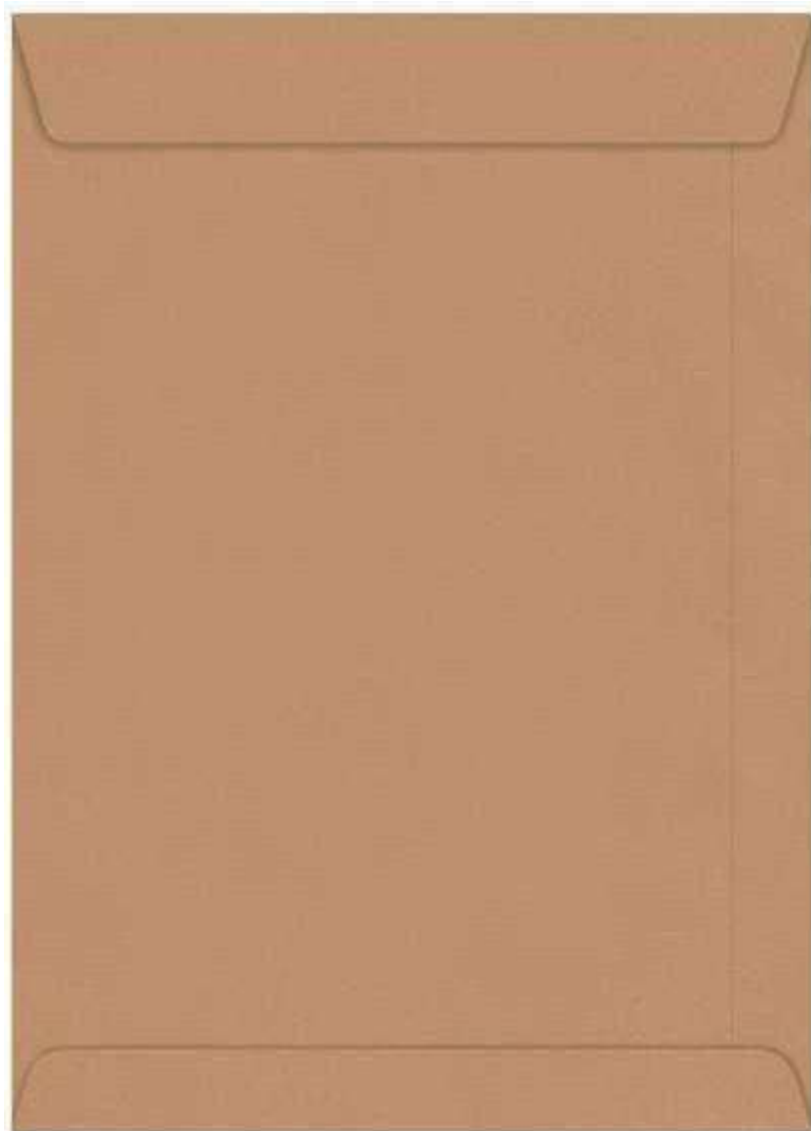
Gimba

**R\$ 127,50**

Quantidade: 250



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Envelope Saco Kraft Natural 80g 162x229mm 1 UN Foroni**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 0,49**

Quantidade: 1

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Grampo Cobreado 26/6 Caixa 5000 UN ACC**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 12,99**

Quantidade: 1

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Grampo Trilho Metal 80mm CX 50 UN ACC**

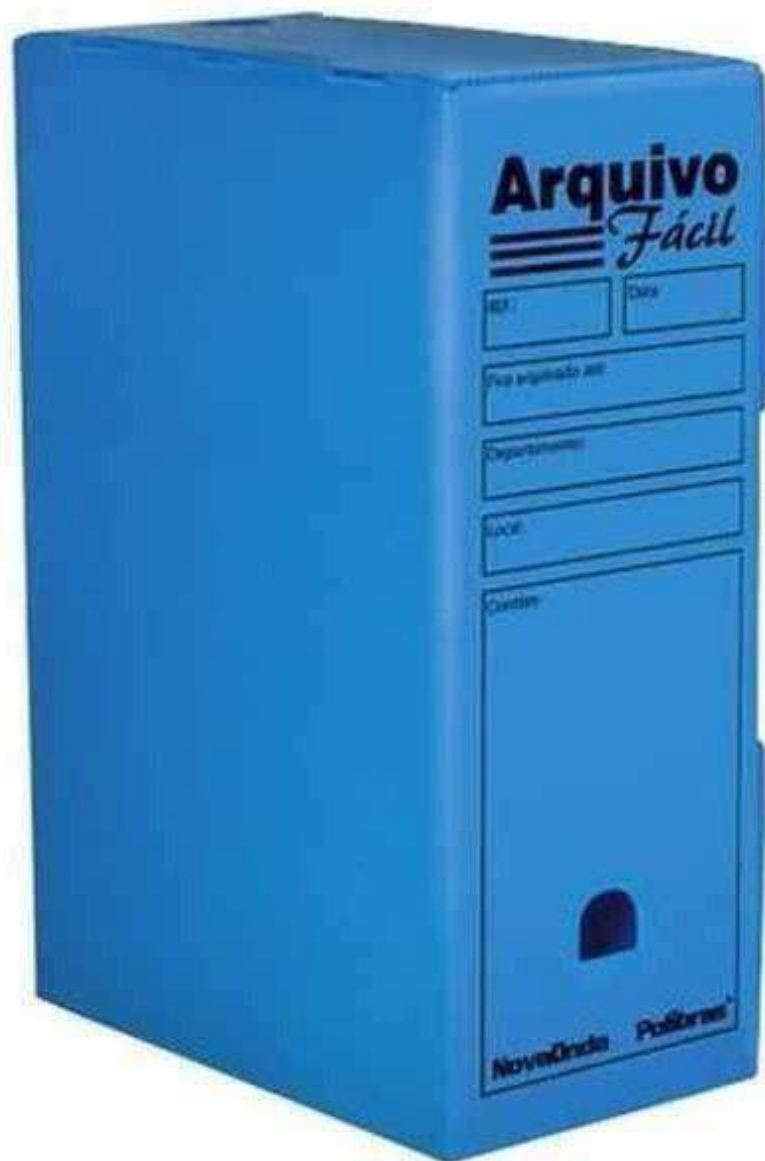
Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 23,99**

Quantidade: 1





**Arquivo Morto Ofício Polionda 350x130x250mm Azul 1 UN Polibras**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 7,29**

Quantidade: 1

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Tesoura Escolar 12cm 25901/105 1 UN Tramontina**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 13,69**

Quantidade: 1

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Folha de EVA Amarela 40x60cm 1 UN Seller**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 6,39**

Quantidade: 1



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Lápis de Cera Estaca Vermelho 12 UN Acrilex**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 11,04**

Quantidade: 1



**Fita Adesiva Empacotamento Transparente 45mmx45m 4 UN Scotch**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 21,49**

Quantidade: 1

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Pincel Marca Texto LumiColor Fluorescente Amarelo 1 UN Pilot**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 4,49**

Quantidade: 1





**Bloco de Notas Adesivas Refil Amarelo 76 mm x 76 mm 100 folhas Leve 4 Pague 3 Post-it**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 30,99**

Quantidade: 1

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Cola Bastão Pritt 20g 1 UN Henkel**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 10,79**

Quantidade: 1

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Pasta Lombada A-Z Larga Oficio com Visor 285x345x80mm Preto 1 UN Frama**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 13,99**

Quantidade: 1

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Caneta Esferográfica Cristal 1.0mm Azul Caixa 50 UN Bic**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 44,90**

Quantidade: 1

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





**Caneta Corretiva Shaken Squeeze 8ml 1 UN Bic**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 16,09**

Quantidade: 1

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Lápis de Cor Caras & Cores 12 Cores 6 UN Faber Castell**

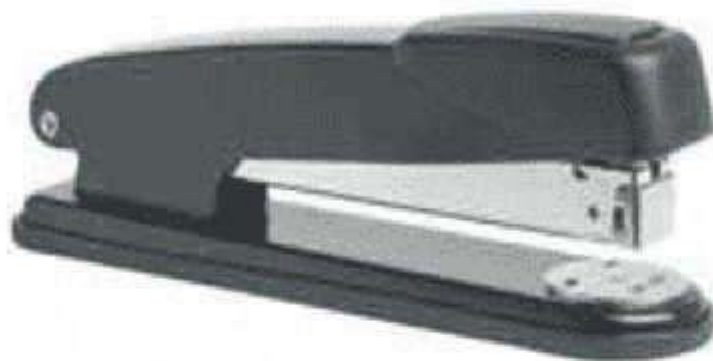
Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 14,49**

Quantidade: 1

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



*Gimba*

**Grampeador de Mesa 26/6 até 25 Folhas G-1035 1 UN Goller**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 21,49**

Quantidade: 1

  
Kalliane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Fita Dupla Face Transparente 12mmx30m 1 UN Adelbras**

Vendido e Entregue por:

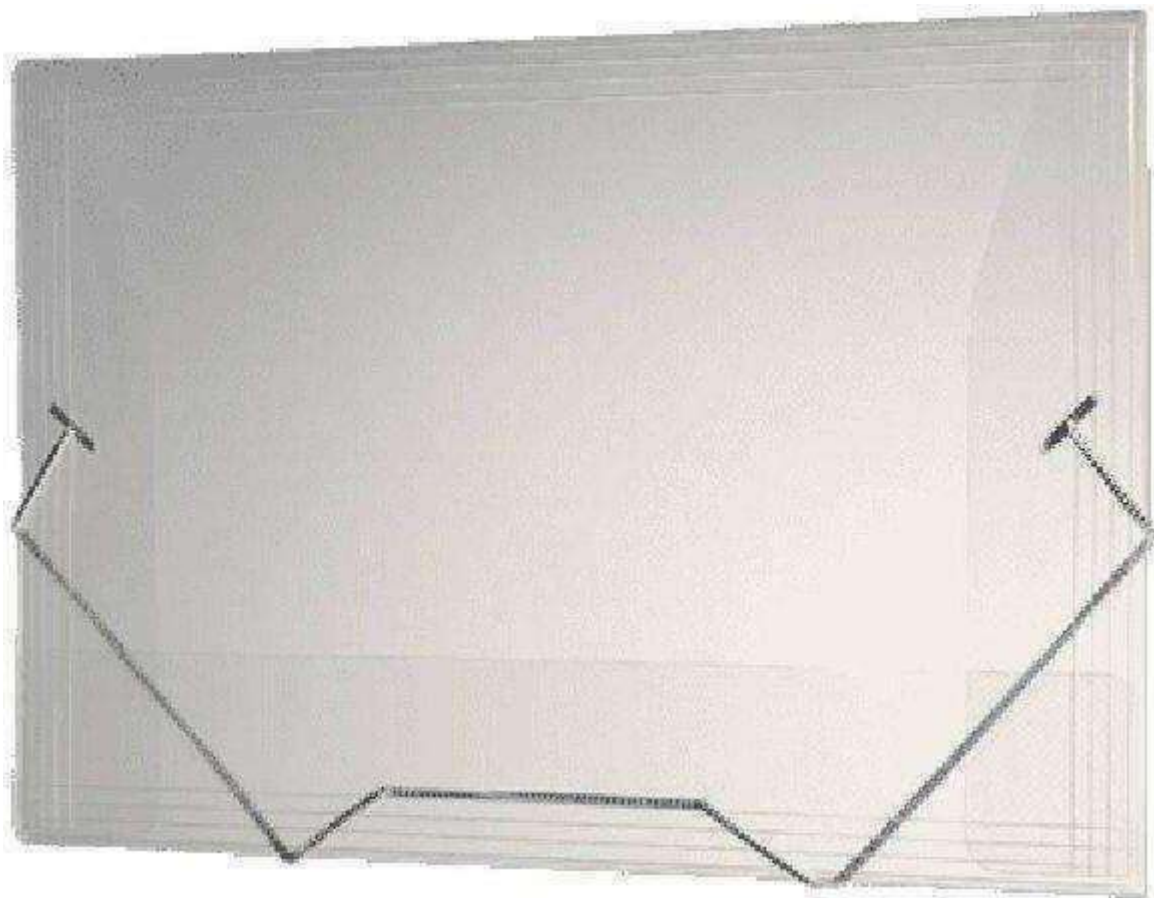
Gimba

**R\$ 6,29**

Quantidade: 1

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





**Pasta Aba Elástico Ofício Cristal 335x235mm 1 UN Plascony**

Vendido e Entregue por:

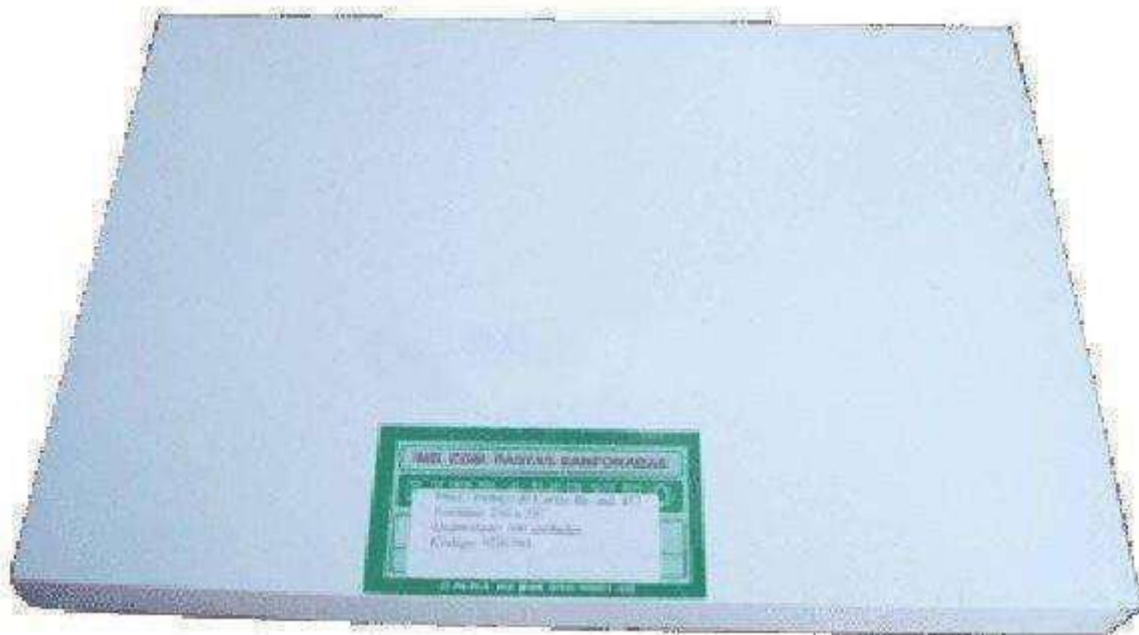
Gimba

**R\$ 3,49**

Quantidade: 1

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



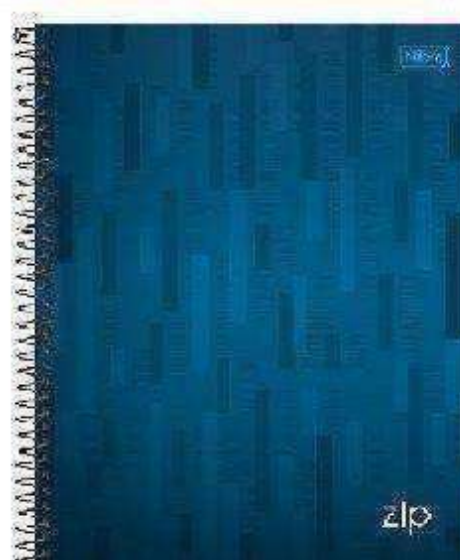
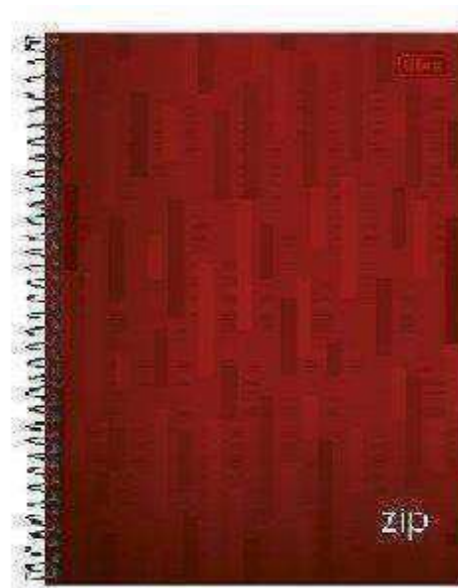
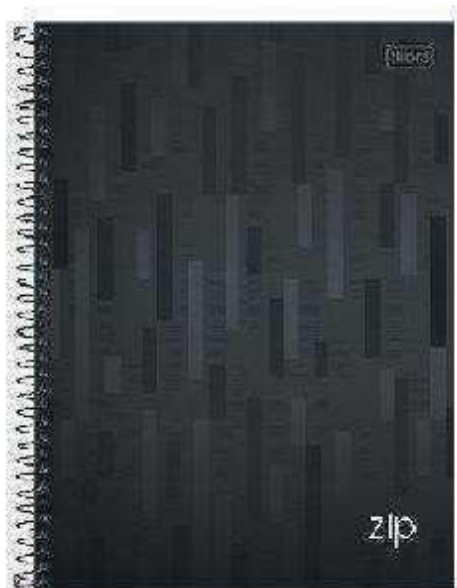
**Cartolina 180g Branca 21x29,7cm A4 1 UN San Remo**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 0,99**

Quantidade: 1



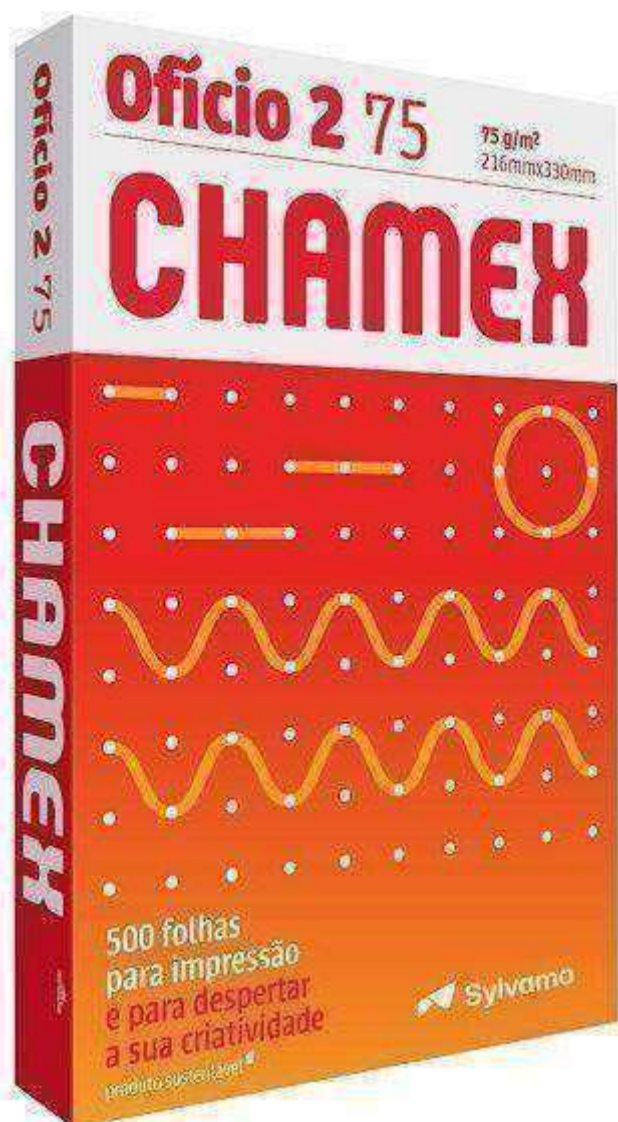
**Caderno Universitário Capa Dura 200 Folhas Zip Cores Sortidas 1 UN Tilibra**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 36,09**

Quantidade: 1



**Papel Chamex Ofício 2 Multi Branco 216x330mm 75g Resma 500 FL**

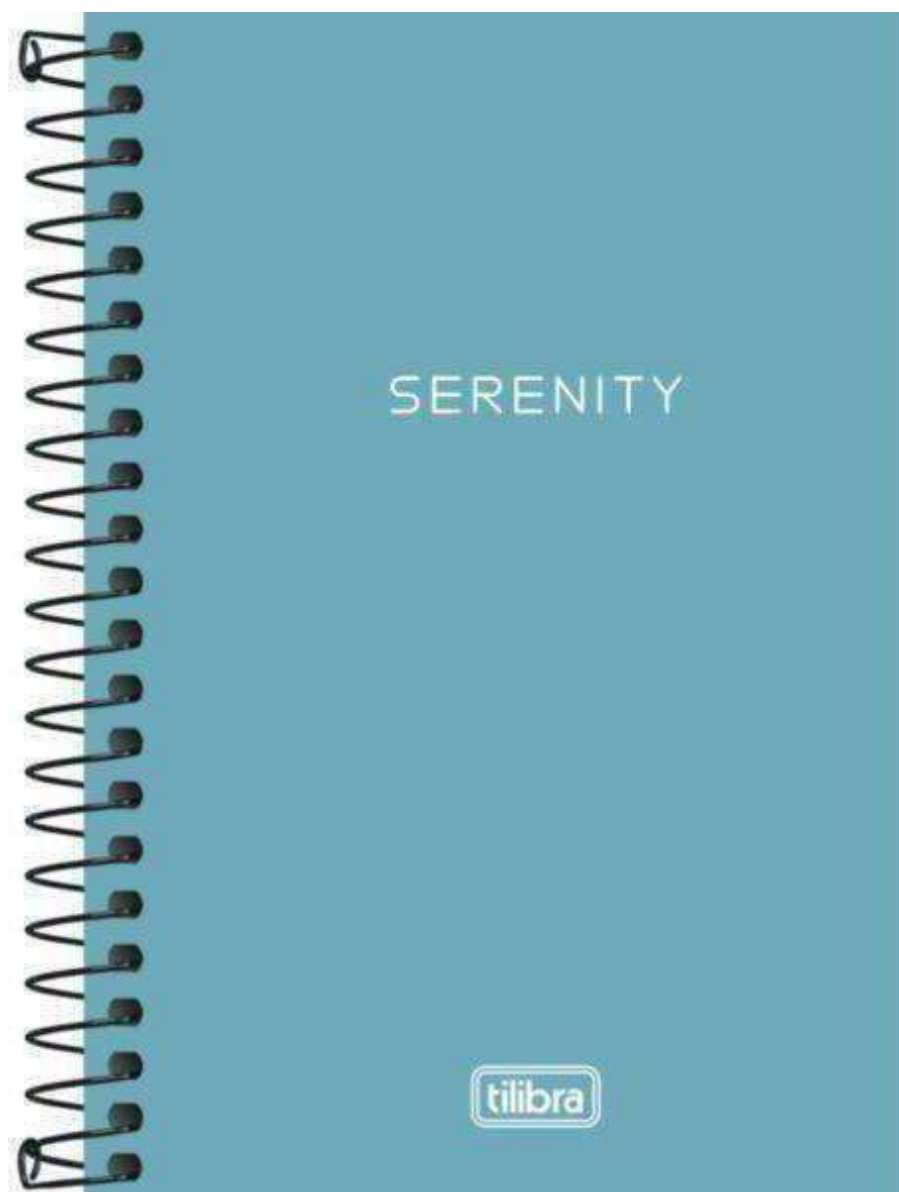
Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 41,10**

Quantidade: 1





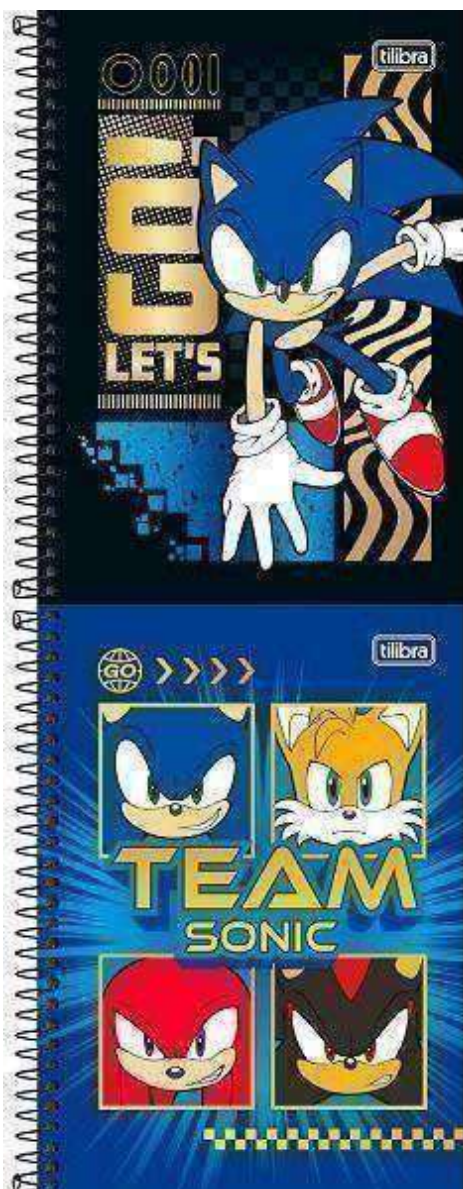
**Caderneta Espiral Capa Dura PP 1/8 Neon Azul 80 FL 1 UN Tilibra**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 18,99**

Quantidade: 1



**Caderno Espiral 1/4 Sonic Capas Sortidas 80 FL 1 UN Tilibra**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 18,59**

Quantidade: 1

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Massa de Modelar Abelinhas 180g 12 UN Acrilex**

Vendido e Entregue por:

Gimba

**R\$ 8,99**

Quantidade: 1

Razão Social: Supricorp Suprimentos Ltda / CNPJ: 54.651.716/0011-50

Endereço: Avenida Prefeito João Vilalobo Quero, 1160 - Jardim Belval - Barueri - SP | CEP: 06422-122



  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

## LIVRARIA MODELO

Endereço: RUA CORONEL ANTONIO VICENTE N°. 108

Cidade: TIMBAUBA

Fone 81 36311343 / 81 999741554

Bairro: CENTRO

Estado: PE

E-mail: a.fernandosouza@hotmail.com

Orçamento de : 1099655

Data Emissão:

Data Vencimento:

Cliente: 235- RESERVA DE LIVRO

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade: Timbauba

CPF / CNPJ:

R.G. / I.E.:

Estado: PE Fone:

Código	Descrição	Quant	UND	Vl. Unit.	Vl. Total
70330129627	CANETA BIC CRISTAL AZ CX C.50	1	CX	43,50	43,50
7897424082124	LUMI COLOR 200-S AM	1	UND	3,95	3,95
7897256220190	BLOCO ADESIVO JOCAR 76X76MM 400F	1	UND	13,80	13,80
7891191790008	REPORT A4 210X297MM 75G/M2	1	UND	33,10	33,10
7891321104019	CADERNETA ESP ANOT SD ZURI 80F	1	UND	15,98	15,98
7891027140496	CAD ESP CD TILIBRA D+ 96F	1	UND	9,60	9,60
7891027234874	CAD UNV CD 12M 192F PEPPER	1	UND	24,90	24,90
7503002941461	GRAMPEADOR JOCAR METAL 11,5cm	1	UND	12,50	12,50
7898119104312	GRAMPOS MASTERPRINT GALV 26/6	1	CX	6,90	6,90
7896212687344	ENVELOPE SACO FORONI OURO 34	1	UND	0,60	0,60
7896212687282	ENVELOPE SACO FORONI OURO 28	1	UND	0,50	0,50
7897562204150	REGISTRADOR A-Z OFLL FRAMA	1	UND	15,40	15,40
7897478405443	CAIXA ARQUIVO MORTO PLAST POLYCARB	1	UND	6,60	6,60
7897832805223	GRAMPO PLASTICO DELLOFIX C.50	1	UND	13,00	13,00
7896452816749	PASTA PLASCONY OF A02 FM 00311	1	UND	2,45	2,45
7896452824676	PASTA PLASCONY C/GRAMPO TR 00737	1	UND	3,25	3,25
				Desconto R\$:	0,00
				Total R\$:	206,03

Apos o Vencimento, Sera Aplicado ao Valor Juros de 0,20% ao dia.

Estou Cliente Das Mercadorias Listadas Neste Pedido.  
 E o Nao Pagamento em Dia Ficarei Sujeito a Inclusao no SPC.

Assinatura

08.171.464/0001-72  
 A. FERNANDO SOUZA  
 Rua Cel. Antônio Vicente, 108  
 Centro / Timbauba-PE  
 CEP: 55.870-000

*Sandra*





Tesoura Grande / Unidades	F
Eva Cores Diversas / Folha / Tamnaho 40 x 47 / Unidades	2,60
Lapis de Cor (Caixa com 12 Unidades)	5,40
Lapis de Cera / Caixa com 12 Unidades	6,80
Massa de Modelar / Caixa com 12 Unidades	3,70
Cartolina 140g 500 x 660mm / Unidades	1,30
Papel A4 Casca de Ovo / Caixa com 50 Folhas	F
Cola Bastão / Unidades	F
Papel Contato / 25 Metros / Rolo de 45 cm x 25 m	F
Corretivo tipo Caneta / Unidades	F
Fita Dupla Face 09x30 (Pacote com 06 Unidades)	8,35
Fita Empacotadora Transparente 45Mm X 45M (4 Unidades)	4,90

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Prezado Cliente:  
Segue abaixo proposta conforme solicitado.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Obs: Nenhuma observação.

Proposta: 683380      Data: 14/08/2024

Processo: 1234764881

De: CIL - Comércio de Informática Ltda. (CD REC - RECIFE)      Fax: (81) 2121-2299

CNPJ: 24073694000155      Inscrição: 014630559

Cliente: ADAT PE

Razão Social: ASSOC CULT APOIO AS PESSOAS DEF AMIG TIMBAUBA

CPF/CNPJ: 06001126000167      Fax: (81) 3631-0843

Atenção: KATIANE GOMES      Departamento: COMPRADOR

Conforme solicitação de V.Sa., estamos informando abaixo nossos preços e demais condições de fornecimento especial para esta cotação.

It	Qtd	UM	Código	Descrição	Marca	NCM	Prç. Unitári	ICMS	Valor Total	ICMS Subs	Desc. SUFRAMA	Valor IPI
1	1	CX	067164	ESFERO.CRIS.DURA+ AZ 50U	BIC	96081000	R\$ 34,5	20,50%	R\$ 34,50	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	1	RE	408824	P.CHAMEX 75G 210X297 A4 500F	CHAMEX	48025610	R\$ 26,2	20,50%	R\$ 26,20	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	1	BL	560448	MARCA TEXTO LUMICOLOR CZ C/1	PILOT	96082000	R\$ 3,2	20,50%	R\$ 3,2	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	1	BL	079766	MARCA TEXTO LUMICOLOR AM C/1	PILOT	96082000	R\$ 3,2	20,50%	R\$ 3,2	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	1	BL	560430	MARCA TEXTO LUMICOLOR VM C/1	PILOT	96082000	R\$ 3,2	20,50%	R\$ 3,2	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	1	UN	568228	CDTA ESP CD 96F DIZ AI 1/8	FORONI	48202000	R\$ 8,9	20,50%	R\$ 8,9	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	1	UN	568813	CAD.1/4 CD.ESP.80F CLIFF FEM	FORONI	48202000	R\$ 6,1	20,50%	R\$ 6,1	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	1	UN	541869	CAD.UN.CD.15X1 240F CLIFF FEM	FORONI	48202000	R\$ 19,9	20,50%	R\$ 19,90	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	1	UN	101770	GRAMP 25F PR UNIVERSAL A-17	MAPED	84729040	R\$ 22,9	20,50%	R\$ 22,90	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	1	CX	182974	GRAMPO 26/6 C/5000 COBRE 019	CHAPARRAU	83052000	R\$ 9,2	20,50%	R\$ 9,2	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	1	CX	475289	ENV.SC BR 260X360 90G 100U	FORONI	48171000	R\$ 60,6	20,50%	R\$ 60,60	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	1	CX	475238	ENV.SC BR 162X229 90G 100U	FORONI	48171000	R\$ 31,3	20,50%	R\$ 31,30	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	1	UN	451622	PASTA PLAST.OF.A.E.TOP CR	DAC	42021210	R\$ 7,1	20,50%	R\$ 7,1	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	1	UN	417114	PASTA PLAST.OF.FER.CR	DAC	42021210	R\$ 3,2	20,50%	R\$ 3,2	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	1	UN	265454	PASTA AZ ECONOMIC MM.LL PR	CHIES	48203000	R\$ 13,2	20,50%	R\$ 13,20	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	1	UN	161632	ARQ.MORTO FACIL OFICIO PR	POLIBRAS	39231090	R\$ 7,2	20,50%	R\$ 7,2	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	1	CX	182834	GRAMPO TRILHO C/50 UN. 511	CHAPARRAU	83051000	R\$ 11,0	20,50%	R\$ 11,00	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	1	UN	473634	TESOURA 21CM ADVANCED C/1	MAPED	82130000	R\$ 14,8	20,50%	R\$ 14,80	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	1	BL	512150	LAPIS COR 12 CORES EVOLUTION	BIC	96091000	R\$ 7,5	20,50%	R\$ 7,5	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	1	BL	566853	GIZ CERA 12 CORES LONGO	APLICOR	96099000	R\$ 5,6	20,50%	R\$ 5,6	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	1	BL	566861	MASSA MODELAR 12 CORES	APLICOR	34070010	R\$ 4,7	20,50%	R\$ 4,7	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	1	PT	580457	CARTOLINA 50X66 140G 100F BR	CHAMEX	48025793	R\$ 73,5	20,50%	R\$ 73,50	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	1	PT	514934	P.A4 180G CASCA OVO BCO 50F	USAPEL	48025810	R\$ 17,5	20,50%	R\$ 17,50	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	1	BL	017868	COLA BASTAO 20G	PRITT	35061090	R\$ 8,4	20,50%	R\$ 8,4	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	1	UN	496961	PLAST.AD.45CMX25M TRA	DAC	39199010	R\$ 91,3	20,50%	R\$ 91,30	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	1	UN	364924	FITA D.FACE 12X2 F.FORTE TRA	3M	35061090	R\$ 13,4	20,50%	R\$ 13,40	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27	1	PT	102687	FITA EMP.45X45 5802 MR.C/4	3M	39191010	R\$ 26,3	20,50%	R\$ 26,30	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sub-Totais									R\$ 535,0	R\$ 0,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Frete Parcialmente Rodoviário									R\$ 39,0			
Valor Total da Proposta									R\$ 574,0			

Condições de pagamento: A VISTA / BOLETO      Validade: 15/08/2024, ou enquanto durar o estoque.

Entrega: 6 dias úteis (a partir da expedição)      Desconto SUFRAMA: R\$ 0,00

ICMS Substituto: R\$ 0,00

Valor Mínimo para Faturamento: R\$ 1.000,00

Estou de acordo com os termos desta proposta.

de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

VITORIA TAVARES

Fone: (81) -

Fax: (81) -

E-mail: vitoria.tavares@nagem.com.br



# Material Didático

## DOCUMENTO AUXILIAR VENDA - ORÇAMENTO

NÃO É DOCUMENTO FISCAL - NÃO É VÁLIDO COMO RECIBO E COMO GARANTIA DE MERCADORIA - NÃO COMPROVA PAGAMENTO

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO EMITENTE

VIRGINIA M. DE O. F. FRANCA - ME  
PRACA CARLOS LIRA, 82-Centro  
CEP: 55870000 - TIMBAUBA/PE  
CNPJ: 07380904000139 IE: 032528922  
EMAIL: varejaodospresentes@yahoo TEL.: 8136311387

## IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Nº Documento: 0000000018  
Nº Documento Fiscal  
Data de Emissão: 05/08/2024  
Previsão de Entrega

## IDENTIFICAÇÃO DO DESTINATÁRIO

Nome: 21 - ADAT CNPJ/CPF: 06001126000167 FONE: 8136310843

Vendedor: LIVANEIDE

Nº do Documento: 0000000018

Nº do Documento Fiscal:

Observação:

Item	Código	Ref.	Mercadoria	Quantidade	Preço	Total
1	59617	7896484130370	BABY LAND MALETUXO DIDATICO C/ NUMEROS	50,000	26,00	1.300,00
2	81822	7908114401658	JOGO ENCAIXE ANIMAIS DA FAZENDA 15P. -	40,000	15,90	636,00
Subtotal:			1.936,00	Desconto:	0,00	Total: 1.936,00

Condição de Pagamento:

Garantia:

É vedada a autenticação deste documento  
05/08/2024 17:17

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

## LIVRARIA MODELO

Endereço: RUA CORONEL ANTONIO VICENTE N°. 108  
 Cidade: TIMBAUBA Bairro: CENTRO Estado: PE  
 Fone 81 36311343 / 81 999741554 E-mail: a.fernandosouza@hotmail.com

Orcamento de : 1099630  
 Data Emissao:  
 Data Vencimento:

Cliente: 235- RESERVA DE LIVRO *Orcamento*  
 Endereço: N°:  
 CEP: Bairro: Cidade: Timbauba Estado: PE Fone:

Codigo	Descricao	Quant	UND	Vl. Unit.	Vl. Total
7908114400385	JOGO DA MEMORIA URIARTE MDF APREND	40	UND	19,50	780,00
9788537638859	APRENDENDO VALORES - RESPEITO	40	UND	4,00	160,00
7898909298214	LIGUE BRINQUE MILLAH PLAST 42 PCS	40	UND	11,80	472,00
				Desconto R\$:	0,00
				Total R\$:	1.412,00

Apos o Vencimento, Sera Aplicado ao Valor Juros de 0,20% ao dia.

Estou Ciente Das Mercadorias Listadas Neste Pedido.  
 E o Nao Pagamento em Dia Ficarei Sujeito a Inclusao no SPC.

Assinatura

08.171.464/0001-72  
 A. FERNANDO SOUZA  
 Rua Cel. Antônio Vicente, 108  
 Centro / Timbaúba-PE  
 CEP 55.870-000

*Sandra*



Ofício N° 24 / 2024

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO	QUANT.
Brinquedos Educativos	50 11,90
Jogos Educativos	40 17,99
Livros Didaticos	40

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# Serviços Gráficos


Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

# Central Cópia

centralcopias09

05 / 08 / 2024

**Endereço:** \_\_\_\_\_ CO T A Ç Ã O \_\_\_\_\_

<i>Quant</i>	<i>Descrição</i>	<b>Valor</b>	
2500	Folders Colorido A4 90g com 2 dobras F/V	78	0
30	30 Camisas c/ estampa total no tam P,M,G	1.20	00
 Katiane Galvão Cavalcanti Presidente ADAT			
OBS.: Pedido com 50% na Data da encomenda + 50% na Entrega			
<b>Total</b>		<b>1.989,00</b>	



# Gráfica França

Timbaúba, 12 de agosto de 2024

**99764.1148**

Rua Marechal Dantas Barreto, 113 | Timbaúba-PE  
CNPJ 04.686.651/0001-38

Prezados senhores

**Apresentamos nossa proposta de preço, referente a  
MATERIAL GRÁFICO**

DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01 - Folders Colorido, folha a4 80 gramas, com 02 dobras e frente e verso	2.000	R\$ 0,00	R\$ 1.700,00
02 - Banners Tam 0,80 x 1,20m	4	R\$ 50,00	R\$ 200,00
03 - Camisetas / Equipe Técnica e Coordenação Camisa branca estampa local	30	R\$ 25,00	R\$ 750,00
04 - Faixa em Lona 3,0x1,0m	4	R\$ 165,00	R\$ 660,00

**Validade da proposta: 25 dias**  
**Prazo de entrega: 5 DIAS ÚTEIS**

**TOTAL R\$ 3.310,00**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

04.686.651/0001-38  
BRUNO A. SILVA DE  
FRANÇA GRÁFICA ME  
RUA MARECHAL DANTAS BARRETO, 160  
CENTRO - CEP 55870-000  
TIMBAÚBA - PE

EMPRESA: BRUNO A. SILVA DE FRANÇA - GRÁFICA - CNPJ: 04.686.651/0001-381  
ENDEREÇO: RUA MARECHAL DANTAS BARRETO N. 160, A, CENTRO, TIMBAÚBA - PE, CEP: 55870000  
NOME PARA CONTATO: Bruno França



IMAGEM MÍDIA GRÁFICA

CNPJ: 19.300.648/0001-01 IE: 055525407  
R. Mal. Dantas Barreto, 170 - Centro - Timbaúba - PE  
Telefone: (81) 3631-4007

06/08/2024 08:57

Ref.: BANNER/FAIXA/FOLDS

Cliente

ADAT

Contato

KATIANE GALVÃO

Telefone

(81) 3631-0843

CNPJ

06.001.126/0001-67

Endereço

RUA JOSE DO PATROCINIO, 145 - CENTRO - CEP: 55870-000 - TIMBAUBA - PE

Item	Imagem	Descrição	Medidas	Qtde	Valor Unit	Subtotal
1	...	2.500 FOLD - Papel couchê 90g -Tamanho A4 com duas dobras		1	1.150,00	R\$ 1.150,00
2	...	BANNER PERSONALIZADO - com Madeira com 04 Ponteiros	0.80 x 1.00	4	50,00	R\$ 200,00
3	...	FAIXA EMLONA	3.00 x 1.00	2	180,00	R\$ 360,00
4	...	CAMISA PERSONALIZADA - Tecido Poliéster - cor Branca, com estampa local na frente		30	25,00	R\$ 750,00

Total: 37 R\$ 2.460,00

Prazos e condições de pagamento

Forma de pagamento  
Transferência

Validade da proposta  
10 dia(s)

Condições  
2x ato/entrega

Prazo de entrega  
A COMBINAR

Logística

Cliente Retira

Observações

Considerando que as artes já estejam pronta.

Caso seja necessário, criação de arte tem um custo adicional.

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

ADAT

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## Orçamento

CONFECÇÃO DE 4 BANERS  
MEDINDO 1.20 POR 0,80  
VALOR DA UNIDADE  
R\$ 50,00 REAIS

VALOR R\$ 200,00

CONFECÇÃO DE 2 FAIXAS  
MEDINDO 3 MTS POR 1 MTS  
VALOR DA UNIDADE  
R\$ 140,00 REAIS

VALOR R\$ 280,00 REAIS

VALOR TOTAL R\$ 480,00 REAI

~~MARLON LOPES DO NASCIMENTO~~

CPF; 026.089.854-67

268





# Cotações Contabilidade

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

Timbaúba - PE, 13 de agosto de 2024.

À

Sra. Katianae,

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Ref.: **Proposta de Prestação de Serviços**

Prezada Senhora,

Em conformidade com a vossa solicitação, apresentamos nossa proposta de prestação de serviços para a **ADAT** sob CNPJ de nº 06.001.126/0001-67., situada em Timbaúba.

## 1 - OBJETO DOS SERVIÇOS

O objeto da nossa proposta é a prestação de serviços contábeis, **ADAT**.

### Contábil

Folha de pagamento, E-Social, DCTFWEB, SEDIF, fechamento contábil, apuração dos impostos, e envio de todas declarações acessórias.

## 2 - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÕES DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços terá local na sede da **ABS SOLUÇÕES CONTÁBEIS**, situado na Rua de São Pedro, 06, centro, CEP. 55870-000.

A documentação indispensável para a boa execução dos serviços descritos no item acima será fornecida pela **CONTRATANTE**, 2 (dois) dias antes do início da

execução, como também disponibilizar usuários de acesso ao sistema suficiente para execução do trabalho.

### 3 - DOS HONORÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Nossos honorários estão considerando o regime de tributação da empresa, considerando também a escrita de empresas, está fixado da seguinte forma:

- a) O valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) referente aos Serviços contábeis;
- b) O presente negócio de prestação de serviços não representa relação de emprego com a **CONTRATANTE**, isenta, portanto de qualquer vínculo trabalhista, quer direto ou indireto.

### 4 - DA VIGÊNCIA DA PROPOSTA

A presente proposta tem um prazo de validade de 10 (dez) dias contados da sua apresentação.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para eventuais esclarecimentos a respeito desta proposta.

Atenciosamente,

PEDRO IVO BRAZ DOS  
SANTOS:03847498444

Assinado de forma digital por PEDRO IVO BRAZ  
DOS SANTOS:03847498444  
Dados: 2024.08.14 16:17:31 -0300

ABS SOLUÇÕES CONTÁBEIS LTDA.  
Pedro Ivo Braz dos Santos

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Timbaúba - PE, 13 de agosto de 2024.

À

Sra. Katiane,



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Ref.: Proposta de Prestação de Serviços

Prezada Senhora,

Em conformidade com a vossa solicitação, apresentamos nossa proposta de prestação de serviços para a **ADAT** sob CNPJ de nº 06.001.126/0001-67., situado no Distrito Federal.

### 1 - OBJETO DOS SERVIÇOS

O objeto da nossa proposta é a prestação de serviços contábeis.

#### Contábil

Folha de pagamento, Contabilidade e Fiscal.

A documentação indispensável para a boa execução dos serviços descritos no item acima será fornecida pela **CONTRATANTE**, 5 (cinco) dias antes do início da execução, como também disponibilizar usuários de acesso ao sistema suficiente para execução do trabalho.

### 2 - DOS HONORÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Nossos honorários estão considerando o regime de tributação da empresa, considerando também a escrita de empresas, está fixado da seguinte forma:

O valor de R\$ 1.000,00 (mil reais)

### 3 - DA VIGÊNCIA DA PROPOSTA

A presente proposta tem um prazo de validade de 5 (cinco) dias contados da sua apresentação.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para eventuais esclarecimentos a respeito desta proposta.

Atenciosamente,

ALEXSANDRA COMANDANTE DE AQUINO SANTOS:04264052424 Assinado de forma digital por ALEXSANDRA COMANDANTE DE AQUINO SANTOS:04264052424  
Data: 2024.08.13 14:42:54 -0300

Alexsandra C. de Aquino Santos

CRC/PE 019251/O5



Timbaúba - PE, 13 de agosto de 2024.

À

Sra. Katiane,

Ref.: Proposta de Prestação de Serviços



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Prezada Senhora,

Em conformidade com a vossa solicitação, apresentamos nossa proposta de prestação de serviços para a **ADAT** sob CNPJ de nº 06.001.126/0001-67., situado em Timbaúba -PE.

### 1 - OBJETO DOS SERVIÇOS

O objeto da nossa proposta é a prestação de serviços contábeis.

#### Contábil

Folha de pagamento, Contabilidade e Fiscal.

A documentação indispensável para a boa execução dos serviços descritos no item acima será fornecida pela **CONTRATANTE**, **5** (cinco) dias antes do início da execução, como também disponibilizar usuários de acesso ao sistema suficiente para execução do trabalho.

### 2 - DOS HONORÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Nossos honorários estão considerando o regime de tributação da empresa, considerando também a escrita de empresas, está fixado da seguinte forma:

O valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

### 3 - DA VIGÊNCIA DA PROPOSTA

A presente proposta tem um prazo de validade de 5 (cinco) dias contados da sua apresentação.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para eventuais esclarecimentos a respeito desta proposta.

Atenciosamente,

Daniel Virginio

CRC/PE 028241

**DANIEL VIRGINIO  
DA SILVA  
FILHO:070942174**

**55**

Assinado digitalmente por DANIEL VIRGINIO  
DA SILVA FILHO:07094217455  
ND: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=  
29056741000176, OU=AC SyngularID  
Multipla, O=ICP-Brasil, CN=DANIEL  
VIRGINIO DA SILVA FILHO:07094217455  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2024.08.13 16:34:41-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# Cotações Jurídicos

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



# COTAÇÃO EVANDRO



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

PROPOSTA DE HONORÁRIOS PARA ASSESSORIA  
JURIDICA

PROPONENTE - EVANDRO DE PAIVA BARBOSA,  
OAB/PE 15.859.

CONSULENTE - ADAT - Associação Cultural e  
Apoio às Pessoas com Deficiências e Amigos de  
Timbaúba

1 - HONORÁRIOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

2 - Modo de Pagamento:

1) Para assessoria nos termos do Edital nº 001 /  
2024 CEDCA / PE, oriundo do Conselho Estadual de  
Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de  
Pernambuco cujo é um valor mensal de R\$ 3.200,00.

2) - A prestação de serviços constituir-se-á na  
consultoria de análise de projetos no âmbito  
administrativos, bem como na interposição de  
ações e recursos em instâncias locais, pois para  
instâncias superiores sediadas em outros locais,  
implicará na constituição de outro profissional ou  
nova remuneração.

3) - O contratado se compromete a empregar na  
execução do serviço ora contratado, toda a  
diligência e capacidade técnica necessária,  
conduzindo o feito, da forma que entender mais  
adequada, sempre com a expressa autorização do  
**CONSULENTE**, provendo de todas as informações  
atinentes de cada projeto ou processo.



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



4) - Serão de responsabilidade do **PROPONENTE**, independente de prévia autorização todas as despesas inerentes a tramitação com o processo administrativo ou judicial, ou seja, emolumentos de cartório, taxas para autenticação de documentos e reconhecimento de firmas, certidões, fotocópias de documentos, entre outros cujos valores deverão ser entregues antecipadamente, mediante apresentação de recibo e/ou outro comprovante.

Grato pela confiança, a atenção e estima de



~~Evandro de Paiva Barbosa~~  
OAB/PE 15.859

Anuência

Manifesto a concordância com a presente proposta para prestação de serviço profissional de advogado.

Recife, 05 de agosto de 2024.

---

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Kátiane Galvão Cavalcanti".

Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# OAB EVANDRO



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67





Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

# COTAÇÃO JOÃO MARCELO

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**COTAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS:**

Eu, **JOÃO MARCELO GOMES FERREIRA**, 1.770.877 SSP / PE, CPF: 196.787.204-00, devidamente registrado no OAB / PE: 19.156, apresento como proposta de assessoria jurídica na **ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AMIGOS DE TIMBAÚBA**, sem vínculo empregatício com a entidade na esfera administrativa e/ou judicial a importância de R\$ 3.125,00 (três mil reais e cento e vinte cinco reais) com a apresentação da nota fiscal de prestador de serviços.

Timbaúba, 06 de junho de 2024.



JOÃO MARCELO GOMES FERREIRA



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# OAB JOÃO MARCELO



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

**JOAO MARCELO GOMES FERREIRA**

Inscrição	Seccional	Subseção
19156	PE	TIMBAUBA

ADVOGADO

**Endereço Profissional**

Não informado

**Telefone Profissional**

Não informado

**SITUAÇÃO REGULAR**

\*O teor desta consulta do [cna.oab.org.br](https://cna.oab.org.br) efetuada em 09/08/2024 é meramente informativo, não valendo como certidão.

Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# COTAÇÃO OZIEL



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



OZIEL BENEDITO DA SILVA  
ADVOGADO|OAB/PE 50.422



OB

OZIEL BENEDITO  
ADVOCACIA

Ref. Ofício nº 12/2024



**À ADAT - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS  
E AMIGOS DE TIMBAUBA.**

**OZIEL BENEDITO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, com inscrição na OAB/PE sob nº 50.422, RG sob o nº 5715687– SSP/PE e CPF nº 034. 297.624-99, com endereço profissional na Rua Seneval Nunes Machado, nº. 37, Centro, Ferreiros – PE, CEP: 55.880-000, com endereço eletrônico, ozielbenedito@hotmail.com, fone: (81) 99351-0752, vem respeitosamente informar a cotação para prestação de serviço solicitado, conforme tabela de honorários da OAB/PE – 2024.

Exame e visto em instrumento de constituição de pessoa jurídica..... R\$ 3.500,00

Atenciosamente



**DR. OZIEL BENEDITO DASILVA**  
**Advogado – OAB/PE Nº 50.422**

RUA SENEVAL NUNES MACHADO, Nº. 37, CENTRO, FERREIROS/PE, CEP 55.880-000.  
FONE: (81) 99351-0752 / E-MAIL FUNCIONAL OZIELBENEDITO@HOTMAIL.COM.



# OAB OZIEL



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 15806612

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 9.986/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Oziel Benedito da Silva

OBSERVAÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

COBRE  
OZIEL BENEDITO DA SILVA

INSCRIÇÃO: 50422

FILIAÇÃO  
MANOEL BENEDITO DA SILVA  
JOSEFA MARIA DA SILVA

NATURALIDADE  
ALIANÇA-PE

RG  
5715667 - SSP/PE

POSSESSOR DE ÓRGÃO E TÍTULO  
NÃO

DATA DE NASCIMENTO  
17/05/1979

CPF  
034.297.624-99

VIA EXPEDIDO EM  
01 19/06/2019

BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA  
PRESIDENTE

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# COTAÇÃO DJALMA



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67





Timbaúba-PE, 05 de agosto de 2024.

Ref. Ofício nº 12/2024

**À ADAT – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E APOIO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E AMIGOS DE TIMBAUBA.**

**DJALMA XAVIER DE ALMEIDA JUNIOR**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB-PE sob nº 43.656, portador da cédula de identidade RG nº 5111076, inscrito no CPF nº 019.737.714-97, com endereço profissional na Rua de Odilon Barbosa dos Santos, nº 52, COHAB, cidade de Timbaúba-PE, Telefone/whatsapp 81-989425662, email [djalmaxavieradvocacia@gmail.com](mailto:djalmaxavieradvocacia@gmail.com), vem respeitosamente informar abaixo cotação para prestação do serviço solicitado, conforme tabela de honorários da OAB/PE – 2024.

Exame e visto em instrumento de constituição de pessoa jurídica ..... R\$ 3.380,81

Atenciosamente.



**DJALMA XAVIER DE ALMEIDA JUNIOR**  
Advogado – OAB/PE Nº 43.656



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# OAB DJALMA



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

**NOME**  
DJALMA XAVIER DE ALMEIDA JUNIOR

**FILIAÇÃO**  
DJALMA XAVIER DE ALMEIDA  
MARIA VENTURA DE ALMEIDA

**NATURALIDADE**  
T/BAUBA-PE

**DATA DE NASCIMENTO**  
15/09/1976

**CPF**  
019.737.714-97

**RG**  
5111076 - SSP/PE

**DATA DE EMISSÃO**  
01/04/2012

**VALIDADE**  
01/04/2017

**ADVOGADO DE ORGÃO E FUNÇÃO**  
SIM

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**  
RONNIE FREIXAS DUARTE  
PRESIDENTE

**INSCRIÇÃO**  
43656

**USO OBRIGATORIO**  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

**FOTO**

**ASSINATURA DO PORTADOR**

**LOGO DO OAB**

**OBSERVAÇÕES**

**BARCODE**

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS OAB/PE – (Atualizada 2024)



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





**TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS OAB/PE – (Atualizada 2024)**

1. A presente tabela foi formulada levando em conta os percentuais médios e os valores mínimos de honorários praticados pela classe, para efeito de aplicação do artigo 22 da Lei Federal nº 8.906/1994, como fonte de referência, para que o advogado possa estimar o valor de seus honorários de acordo com a natureza e a complexidade dos serviços profissionais prestados.
2. Recomenda-se ao advogado contratar os seus honorários previamente e por escrito, observadas as disposições do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da OAB, fixando o valor, reajuste e condições de pagamento, inclusive no caso de acordo, considerando os valores mínimos e os parâmetros constantes da Tabela (*artigo 41 do Código de Ética e Disciplina da OAB*).
3. O contrato de honorários deve conter cláusulas disciplinando, dentre outras, sobre as seguintes matérias:
  - a) o serviço a ser prestado, o valor, a forma de pagamento e o índice de reajustamento da verba honorária;
  - b) se a remuneração for composta também de parte variável, esta somente será exigida quando da efetiva satisfação da condição;
  - c) a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais e demais despesas, inclusive honorários de outros advogados para acompanharem cartas precatórias ou diligências em comarcas distintas daquela em que tramita o feito, bem como o aviamento e a sustentação oral de recursos nos órgãos de segundo grau de jurisdição ou tribunais superiores, devem correr por conta do cliente;
  - d) se a causa exigir serviços fora da comarca sede, ficará ressalvado ao advogado o direito de executá-los pessoalmente ou por substabelecimento, arcando o cliente, em qualquer dos casos, mediante prestação de contas, com todas as despesas judiciais ou extrajudiciais, assim como as de locomoção, alimentação, hospedagem, viagem, transporte, certidões, cópias e condução de auxiliares.
4. É lícito ao advogado contratar a prestação de serviços em valores superiores aos previstos nesta Tabela:
  - a) Não havendo previsão de correção monetária para pagamento dos honorários advocatícios, com ou sem contrato escrito, o índice a ser considerado para o caso de parcelamento será o mesmo previsto no item 9 seguinte, calculando-se, nesse caso, o mencionado reajuste, a partir do vencimento das parcelas contratadas;
  - b) A mesma sistemática deverá ser adotada para o caso de inadimplemento, ainda que se cuide de parcela única a ser paga.
5. Nos casos em que a tabela indicar o valor da verba honorária em percentual, e também em valor determinado, dever-se-á entender o primeiro como sendo o percentual médio e, o segundo, como valor mínimo habitualmente praticado pela classe.
6. Na ausência de especificação, 1/3 da verba honorária contratada, por escrito ou verbalmente, deverá ser paga no ato da outorga da procuração, início do trabalho, outro tanto até a sentença de primeiro grau e o restante no final, nos termos do artigo 22, §3º, da Lei Federal nº 8.906/1994, devidamente atualizada monetariamente.
7. Salvo ajuste em contrário, os honorários pactuados compreendem somente o patrocínio da causa em



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



primeiro grau. A interposição ou resposta de recurso para o segundo grau ou tribunais superiores, bem como sustentação oral, constituem atos próprios, que deverão ser contratados especificamente.

8. O desempenho da advocacia é atividade-meio, e não de resultados. Assim, os honorários contratados serão devidos no caso de êxito ou não da demanda, ou do desfecho do assunto tratado, como no caso das composições amigáveis.
9. A sucumbência relativa a honorários advocatícios pertence ao advogado do vencedor da lide, sem qualquer redução nos honorários contratados, em conformidade com o que estipula a lei, descabendo com relação a estes e em qualquer hipótese a imposição de compensações, reduções ou exclusões.
10. Havendo revogação do mandato antes do término do serviço, sem que ocorra culpa do advogado, os honorários serão devidos em sua totalidade.
11. É aconselhável que o advogado cobre sempre o valor da consulta quando alguma matéria jurídica ou ligada à profissão lhe for apresentada. Se, em função da consulta, sobrevier prestação de serviços, a critério das partes, o valor da consulta poderá ou não ser abatido dos honorários a serem contratados.
12. O advogado substabelecido com reserva de poderes deverá sempre ajustar sua remuneração com o substabelecente;
13. A verba honorária pactuada não compreende a prestação de serviços em quaisquer incidentes processuais ou em procedimentos acessórios ou preventivos, salvo se previamente convencionado.
14. Nas ações em que houver condenação ao pagamento de prestações vencidas e vincendas, a porcentagem será calculada sobre o total vencido, acrescido do valor correspondente a 12 (doze) prestações vincendas, salvo se menor o prazo em que forem devidas ou se for expressamente fixada de forma diferente por esta tabela.
15. A realização de acordo entre as partes litigantes não implica a redução do valor dos honorários contratados, salvo disposição previamente convencionada.
16. O contrato de honorários que, pelo decurso de tempo ou pela superveniência de circunstâncias imprevisíveis à época do ajuste, se torne excessivamente oneroso para o advogado poderá ser objeto de revisão.
17. Os serviços não contemplados nesta tabela deverão ser cobrados com equidade e moderação, observados os critérios do local da prestação, bem como o tempo e a complexidade do trabalho, fixando a remuneração entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor econômico da questão, atendidos:
  - a) a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas;
  - b) o trabalho e o tempo necessários;
  - c) a possibilidade de ficar o advogado impedido de intervir em outros casos ou de se desavir com outros clientes ou terceiros;
  - d) o valor da causa, a condição econômica do cliente e o proveito para ele resultante do serviço profissional;
  - e) o caráter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente avulso, habitual ou permanente;

- f) o lugar da prestação dos serviços, fora ou não do domicílio do advogado;
- g) a competência e o renome do profissional;
- h) a praxe do foro sobre trabalhos análogos.

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

- 18.** A tabela de honorários aprovada pela OAB/PE terá seus valores monetariamente atualizados e divulgados anualmente, sempre a partir de todos os dias 02 de janeiro, de acordo com a variação anual da tabela prática para cálculo de atualização monetária dos débitos judiciais, elaborada de acordo com a jurisprudência predominante no Tribunal de Justiça de Pernambuco, acumulada no período, ou por meio de outro índice que espelhe a realidade econômica da inflação, a critério do Conselho Secional.

#### INDICATIVO DE VALORES PERCENTUAIS

- a) Salvo outra disposição na presente tabela, serão devidos honorários no percentual de 20% sobre o valor econômico da questão, havendo ou não benefício patrimonial.
- b) As importâncias adiante anotadas, em reais, são sugeridas como valores mínimos, tendo sido apresentados na tabela de honorários aprovada pelo Conselho Secional, no ano de **2023**, realizada, portanto, a necessária atualização monetária, para este ano de **2024**.
- c) Na ausência de estipulação em sentido contrário, serão devidos honorários para o cumprimento de cartas precatórias específicas para citação, intimação, notificação, interpelação ou outros fins, no valor de R\$ 1.609,65.
- d) Advocacia de partido, sem vínculo empregatício – valor mensal mínimo: R\$ 2.886,27.



1.	ATIVIDADES AVULSAS OU EXTRAJUDICIAIS	Valores mínimos	Percentuais
1.1	Consulta	R\$ 396,40	
	a) Consulta em condições excepcionais (com exame de documentos)	R\$ 992,82	
1.2	Hora intelectual	R\$ 396,40	
1.3	Acompanhamento ou exame de documentos em órgão público	R\$ 1.588,02	
1.4	Acompanhamento de citação, notificação, intimação, interpelação e exames periciais	R\$ 1.588,02	
1.5	Acompanhamento de depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas (por ato)	R\$ 1.588,02	
1.6	Cobrança amigável (art. 395 do CC/2002), independentemente dos honorários contratuais	R\$ 1.706,33	10%
1.7	Consignação em pagamento na via extrajudicial	R\$ 2.380,81	10%
1.8	Exame e visto em instrumento de constituição de pessoa jurídica	R\$ 2.380,81	
1.9	Elaboração de convenção de condomínio e regimento interno, por unidade autônoma	R\$ 5.952,02	
1.10	Elaboração de notificação extrajudicial	R\$ 1.463,61	
1.11	Elaboração de minutas de contrato, distrato, alteração, estatuto, testamento, escritura ou documento	R\$ 3.415,10	2%
1.12	Parecer ou memorial	R\$ 3.967,61	
1.13	Participação e assessoria em assembleia	R\$ 2.380,81	
1.14	Requerimento ou petições	R\$ 1.588,02	
1.15	Exame de processo em geral	R\$ 1.588,02	
1.16	Diárias de viagem	R\$ 1.588,02	
1.17	Intervenção para solução de qualquer assunto no terreno amigável, mesmo quando for de valor estimável	R\$ 2.380,81	
	a) Havendo interesse econômico, 10% desse valor		

2.	ADVOCACIA EM MATÉRIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO	Valores mínimos	Percentuais
2.1	ESFERA EXTRAJUDICIAL		
2.1.1	Atuação e/ou exame de documentação em órgão público	R\$ 937,45	-
2.1.2	Elaboração de pedido de esclarecimento, petições e requerimentos em geral	R\$ 2.303,31	5% do proveito econômico
2.1.3	Interposição de recurso administrativo, impugnação e outras peças (exceto em processo administrativo sancionador)	R\$ 2.303,31	5% do proveito econômico
2.1.4	PROCESSO DISCIPLINAR		
2.1.4.1	Atuação em favor do cliente e defesa dele em sindicância (servidor ou agente público)	R\$ 4.606,62	-
2.1.4.2	Atuação em favor do cliente e defesa dele em processo administrativo disciplinar em que não caiba demissão (servidor ou agente público)	R\$ 5.758,28	-
2.1.4.3	Atuação em favor do cliente e defesa dele em processo administrativo disciplinar em que caiba demissão (servidor ou agente público)	R\$ 9.213,24	20% do proveito econômico
2.1.4.4	Interposição de recurso administrativo em processo administrativo disciplinar (servidor ou agente público)	R\$ 3.454,97	-
2.1.4.5	Atuação em favor do cliente e defesa dele em processo disciplinar (Conselho profissional ou geral)	R\$ 5.758,28	-





Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



2.1.4.6	Interposição de recurso administrativo em processo disciplinar (servidor ou agente público)	R\$ 3.454,97	-
2.1.7	PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO		
2.1.7.1	Atuação em Processo Administrativo Perante os Tribunais de Contas Estaduais ou da União	R\$ 5.758,28	10% do proveito econômico
2.1.7.2	Atuação em Processo Administrativo de Responsabilização – Lei nº 8.666/93, 10.520/02 ou 14.133/2021	R\$ 5.758,28	10% do proveito econômico
2.1.7.3	Atuação em favor do cliente e defesa dele em processo administrativo sancionador fundamentado na Lei nº 12.846/13 ou nos procedimentos previstos no art. 48 da Lei nº 12.529/11	R\$ 11.516,55	10% do proveito econômico.
2.1.7.4	Interposição de recurso em processo administrativo sancionador	R\$ 3.454,97	5% do proveito econômico.
2.1.8	LICITAÇÕES PÚBLICAS		
2.1.8.1	Atuação e/ou análise prévia de habilitação/proposta de licitante	R\$ 937,45	-
2.1.8.2	Assessoria e atuação em processo licitatório ou processo de contratação direta	R\$ 4.836,95	1% a 5% do valor do contrato.
2.1.9	MINISTÉRIO PÚBLICO E ÓRGÃOS ASSEMELHADOS	R\$ 0,00	
2.1.9.1	Inquérito Civil (atuação e defesa)	R\$ 5.758,28	10% do proveito econômico.
<b>2.2</b>	<b>ESFERA JUDICIAL</b>		
2.2.1	Ação anulatória de ato administrativo (proposição e atuação)	R\$ 9.213,24	20%
2.2.2	Ação de indenização por danos causados pela atividade estatal (proposição e atuação)	R\$ 9.213,24	20%
2.2.3	Ação judicial de procedimento comum proposição e atuação ou defesa)	R\$ 9.213,24	20%
2.2.4	Ação civil pública (atuação e defesa)	R\$ 10.940,73	20%
2.2.5	Ação judicial de Improbidade Administrativa (defesa e atuação)	R\$ 11.516,55	20%
2.2.6	Mandado de segurança (impetração e atuação)	R\$ 6.556,37	20%
2.2.7	Mandado de injunção (impetração e atuação)	R\$ 6.556,37	20%
2.2.8	Habeas data (impetração e atuação)	R\$ 4.682,63	10%
2.2.9	Cumprimento de sentença (formulação e atuação)	R\$ 3.454,97	20%
2.2.10	JUIZADO ESPECIAL FEDERAL OU DA FAZENDA PÚBLICA		
2.2.10.1	Ação judicial (proposição e atuação)	R\$ 3.746,33	30%
2.2.10.2	Interposição de recurso para as turmas recursais	R\$ 2.248,03	10%
2.2.10.3	Sustentação oral perante as turmas recursais	R\$ 1.499,46	5%

<b>3.</b>	<b>ATIVIDADES EM JUIZADOS ESPECIAIS: ESTADUAL E FEDERAL</b>	<b>Valores mínimos</b>	<b>Percentuais</b>
3.1	Inicial ou contestação e audiência	R\$ 3.967,61	20%
	Obs.: Máximo de 30% do valor da condenação para os contratos de honorários advocatícios quota litis, desde que, quando acrescidos dos honorários de sucumbência, não ultrapassem as vantagens advindas em favor do Cliente (exclusivamente para remuneração do advogado da parte autora).		
3.2	Atuação em segunda instância	R\$ 2.380,81	10%
3.3	Sustentação oral perante turmas recursais	R\$ 1.588,02	10%

<b>4.</b>	<b>ATIVIDADES EM MATÉRIA CÍVEL</b>	<b>Valores mínimos</b>	<b>Percentuais</b>
4.1	Procedimento ordinário: proposição ou defesa	R\$ 5.464,15	20%
4.2	Procedimento sumário: proposição ou defesa	R\$ 3.967,61	20%
4.3	Cumprimento de sentença	R\$ 3.967,61	20%

4.4	Impugnação ao cumprimento de sentença	R\$ 3.967,61	20%
4.5	Execução de título extrajudicial	R\$ 3.967,61	20%
4.6	Impugnação/embargos à execução de título extrajudicial	R\$ 3.967,61	20%
4.7	Impugnação/embargos à penhora, à arrematação, à adjudicação, ao leilão, de títulos judiciais e extrajudiciais	R\$ 3.967,61	20%
4.8	Processo cautelar: incidental ou preparatório	R\$ 4.187,15	10%
<b>Procedimentos Especiais:</b>			
4.9	Consignação em pagamento	R\$ 5.952,02	20%
4.10	Depósito	R\$ 5.952,02	10%
4.11	Anulação e substituição de título ao portador	R\$ 5.952,02	10%
4.12	Prestação de contas	R\$ 5.952,02	10%
<b>Jurisdição Voluntária:</b>			
4.13	Inominada	R\$ 5.952,02	10%
4.14	Ação de retificação de registro público	R\$ 4.959,21	3%
4.15	Alvará judicial	R\$ 3.967,61	20%
4.16	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso	R\$ 5.952,02	10%
4.17	Mandado de segurança	R\$ 6.943,62	20%
4.18	Ação de dissolução de sociedade	R\$ 6.943,62	10%
4.19	Ação de cancelamento de protesto	R\$ 2.579,62	10%
4.20	Mandado de injunção	R\$ 4.959,21	
4.21	Habeas data	R\$ 4.959,21	
4.22	Ação possessória de coisa móvel	R\$ 6.943,62	20%
4.23	Análise da documentação e pedido de registro de loteamento ou desmembramento.	R\$ 15.871,66	3%
4.24	Opção de nacionalidade	R\$ 3.967,61	

5.	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE INSOLVÊNCIA, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	Valores mínimos	Percentuais
5.1	Pedido de falência e acompanhamento até a decretação	R\$ 5.952,02	20%
5.2	Ação de restituição e ação reivindicatória, até a decisão final	R\$ 5.952,02	20%
5.3	Pedido de recuperação de empresa	R\$ 19.839,27	5%
5.4	Pedido de declaração de insolvência	R\$ 6.943,62	10%
5.5	Habilitação tempestiva ou retardatária e divergência de crédito	R\$ 4.959,21	20%
5.6	Representação do falido (sobre o montante do passivo)	R\$ 7.935,22	20%
5.7	Representação do devedor insolvente (sobre o montante do passivo)	R\$ 7.935,22	20%
5.8	Representação do administrador judicial na falência ou na recuperação judicial	R\$ 9.920,85	10%

6.	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	Valores mínimos	Percentuais
<b>Direito de Família</b>			
6.1	Divórcio Judicial:		
	a) Consensual	R\$ 5.952,02	
	b) Cumulado com alimentos e/ou bens, acrescido do percentual	R\$ 5.952,02	6%

	c) Litigioso	R\$ 8.926,82	
	d) Cumulado com alimentos e/ou bens, acrescido do percentual	R\$ 9.920,85	10%
6.2	Reconvenção em divórcio	R\$ 7.935,22	8%
6.3	Ação anulatória de separação judicial, divórcio e/ou rescisória (acrescido do percentual sobre o patrimônio)	R\$ 5.952,02	5%
6.4	Divórcio extrajudicial em cartório (acrescido do percentual sobre alimentos, patrimônio e/ou quinhão)	R\$ 5.952,02	5%
6.5	Dissolução de união estável	R\$ 5.952,02	
	a) Consensual	R\$ 5.952,02	5%
	b) Cumulada com alimentos e/ou bens, acrescida do percentual	R\$ 5.952,02	10%
	c) Litigiosa	R\$ 5.952,02	
	d) Cumulada com alimentos e/ou bens, acrescida do percentual	R\$ 5.952,02	10%
6.6	Investigação de paternidade cumulada		
	a) com petição de herança, acrescida do percentual sobre o quinhão	R\$ 5.952,02	10%
	b) com petição de alimentos, acrescida do percentual sobre o valor da causa	R\$ 5.952,02	10%
6.7	Ação negatória de paternidade	R\$ 5.952,02	
	a) Ação rescisória de paternidade	R\$ 9.920,85	
6.8	Ação de nulidade ou anulação de casamento	R\$ 6.238,65	5%
6.9	Ação de alimentos: provisórios – provisionais (majoração – redução – exoneração)		
	a) Proposição e/ou contestação – valor de 3 (três) pensões mensais	R\$ 3.967,61	
6.10	Execução de alimentos – pena de prisão/penhora	R\$ 3.967,61	
	a) Proposição e/ou contestação: valor de 3 (três) pensões mensais		
6.11	Curatela	R\$ 4.959,21	
6.12	Tutela	R\$ 4.959,21	
6.13	Emancipação ou suprimento	R\$ 3.967,61	
6.14	Suprimento judicial de outorga de consentimento	R\$ 5.952,02	
6.15	Adoção		
	a) Por nacional	R\$ 7.935,22	
	b) Por estrangeiro	R\$ 15.871,66	
6.16	Ações cautelares – Direito de Família		20%
	a) Arrolamento de bens	R\$ 4.959,21	
	b) Busca e apreensão de crianças e adolescentes ou bens	R\$ 4.959,21	
	c) Guarda provisória	R\$ 4.959,21	
	d) Regulamentação de visitas	R\$ 4.959,21	
	e) Separação de corpos	R\$ 6.238,65	
	f) Sequestro de bens	R\$ 7.935,22	
6.17	Ação ordinária de regulamentação de visitas	R\$ 7.935,22	
6.18	Ação ordinária de busca e apreensão de crianças e adolescentes	R\$ 7.935,22	
6.19	Ação de interdição ou levantamento	R\$ 6.943,62	
6.20	Ação de alteração de guarda	R\$ 6.238,65	
6.21	Habeas corpus (prisão civil)	R\$ 9.920,85	

6.22	Desconsideração da personalidade jurídica	R\$ 9.920,85	20%
<b>Direito Sucessório:</b>			
6.23	Inventário, arrolamento e sobrepartilha judicial		
	a) Sem litígio: 5% sobre o valor real do monte-mor ou sobre o valor real do quinhão de cada herdeiro	R\$ 9.920,85	
	b) Com litígio: 10% sobre o valor real do monte-mor ou sobre o valor real do quinhão de cada herdeiro	R\$ 9.920,85	
	c) Sobrepartilha: aplicam-se os mesmos índices do inventário ou arrolamento		
6.24	Inventário negativo	R\$ 4.959,21	
6.25	Inventário, arrolamento e sobrepartilha extrajudicial		
	a) 3% sobre o valor real do monte-mor ou 3% sobre o valor real do quinhão de cada herdeiro	R\$ 6.238,65	
6.26	Reserva de bens	R\$ 4.959,21	10%
6.27	Remoção de inventariante	R\$ 7.935,22	
6.28	Ação de colação	R\$ 6.238,65	10%
6.29	Ação de doação inoficiosa – 10% sobre os bens excedentes	R\$ 6.238,65	10%
6.30	Ação de sonegados	R\$ 7.935,22	20%
6.31	Ação de nulidade de testamento	R\$ 8.926,82	5%
6.32	Ação anulatória de testamento	R\$ 8.926,82	5%
6.33	Ação de nulidade de partilha	R\$ 8.926,82	5%
6.34	Ação de habilitação de herdeiros (sobre o valor habilitado)	R\$ 4.959,21	10%
6.35	Ação de habilitação de crédito (sobre o valor habilitado)	R\$ 4.959,21	10%
6.36	Ação declaratória de indignidade (sobre o valor do quinhão do excluído)	R\$ 6.943,62	10%
6.37	Ação declaratória de deserdação (sobre o quinhão do deserddado)	R\$ 6.943,62	20%
6.38	Retificação de partilha	R\$ 4.959,21	
6.39	Minuta de testamento e/ou assistência ao ato e a abertura de testamento	R\$ 6.238,65	

7,	ATIVIDADES EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	Valores mínimos	Percentuais
	<b>Fase administrativa</b>		
7.1	Concessão, revisão ou restabelecimento de aposentadorias programadas em geral, auxílio reclusão, auxílio acidente, pensão por morte, benefícios assistenciais-BPC e outros não listados.	R\$ 5.419,03	20% a 30% do proveito econômico do cliente.
7.2	Concessão ou restabelecimento de auxílio por incapacidade temporária, inclusive por acidente do trabalho.*	R\$ 2.025,88	20% a 30% do proveito econômico do cliente. *O valor mínimo não deve ultrapassar as vantagens advindas em favor do Cliente.
7.3	Atuação em Processo Administrativo – acidente do Trabalho.	R\$ 5.419,03	N/A
7.4	Atuação em Processo Administrativo – acidente do Trabalho- apenas Fase Recursal	R\$ 3.377,29	N/A



7.5	Concessão de salário maternidade(B-80).	R\$ 1.783,17	20% a 30% do proveito econômico do cliente.
7.6	Solicitação e expedição de Certidão de Tempo de Contribuição.	R\$ 4.100,55	N/A
7.7	Procedimento de Justificação administrativa.	R\$ 4.100,55	N/A
7.8	Retificação e atualização cadastral do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS.	R\$ 4.100,55	N/A
7.9	Planejamento previdenciário com parecer, cálculos de tempo de contribuição e simulações de RMI/RMA presentes e futuras.	R\$ 4.100,55	N/A
7.10	Calculo de contagem de tempo de contribuição tomando como referência o CNIS e documentos particulares do segurado.	R\$ 675,70	N/A
7.11	Atuação somente a partir da fase recursal.	R\$ 3.377,29	20% a 30% do proveito econômico do cliente.
7.12	Procedimento visando a restituição de valores indevidamente cobrados e/ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive no caso de benefício de prestação continuada (LOAS), bem como repetição de indébito.	R\$ 4.100,55	20% a 30% do proveito econômico do cliente.
7.13	Sustentação oral perante órgãos recursais administrativos <u>desvinculada</u> do êxito do processo administrativo.	R\$ 1.485,57	N/A
7.14	Defesa administrativa para evitar a suspensão do benefício previdenciário ou assistencial;	R\$ 5.419,03	20% a 30% do proveito econômico do cliente
7.15	Parecer jurídico solicitado por entidades sindicais, associações, gestores de regimes previdenciários e outras pessoas jurídicas.	R\$ 6.753,35	N/A
7.16	Consulta presencial (a cada hora de duração).	R\$ 370,78	N/A
7.17	Consulta por vídeo conferência ou em condições excepcionais, com exame de documentos (a cada hora de duração).	R\$ 992,82	N/A
<b>FASE JUDICIAL:</b>			Percentuais


  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

7.18	Concessão, revisão ou restabelecimento de aposentadorias programadas em geral, auxílio reclusão, auxílio acidente, pensão por morte, benefícios assistenciais-BPC e outros não listados.	R\$ 5.419,03	20% a 30% do proveito econômico do cliente. Em caso de antecipação dos efeitos da tutela, o percentual poderá incidir até o trânsito em julgado da causa ou por prazo inferior desde que convenionado por contrato. Na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários de sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente (art. 50, CED)
7.19	Concessão ou restabelecimento de auxílio por incapacidade temporária, inclusive por acidente do trabalho.	R\$ 4.100,55	20% a 30% do proveito econômico do cliente, incluindo-se as parcelas recebidas por meio de antecipação de tutela, até o trânsito em julgado. Na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários de sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente (art. 50, CED)
7.20	Concessão de salário maternidade.	R\$ 1.783,17	20% a 30% do proveito econômico do cliente.
7.21	Ação para requerer expedição de Certidão de Tempo de Contribuição.	R\$ 5.419,03	N/A
7.22	Ação visando o reconhecimento/majoração de tempo de serviço/contribuição.	R\$ 5.419,03	N/A
7.23	Ação ou contestação visando a manutenção de benefício previdenciário.	R\$ 5.419,03	20% a 30% do proveito econômico do cliente.
7.24	Ação visando à restituição de valores indevidamente cobrados e/ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive no caso de benefício de prestação continuada da LOAS, bem como repetição de indébito.	R\$ 5.419,03	20% a 30% do proveito econômico do cliente.
7.25	Mandado de injunção, habeas data individual e Mandado de segurança individual.	R\$ 5.419,03	N/A
7.26	Ação rescisória.	R\$ 5.419,03	N/A
7.27	Sustentação oral.	R\$ 1.485,57	N/A

7.28	Ações Coletivas	R\$ 5.419,03	N/A
7.29	Atuação somente a partir da fase recursal.	R\$ 4.100,55	20% a 30% do proveito econômico do cliente
	<b><u>ADVOCACIA EMPRESARIAL PREVIDENCIÁRIA:</u></b>		Percentuais
	<b><u>Advocacia Consultiva Previdenciária Empresarial:</u></b>		
7.30	Consultoria mensal sem vínculo empregatício.		
7.30.1	por hora trabalhada	R\$ 840,36	
7.30.2	Para empresas com até 20 empregados, no mínimo:	R\$ 3.361,43	
7.30.3	Para empresas com até 20 empregados, no mínimo:	R\$ 6.722,86	
7.31	Parecer sobre interpretação de normas previdenciárias, planejamento previdenciário ou qualquer tipo enquadramento realizado pelo MPS ou INSS.	R\$ 8.387,72	
	<b><u>Advocacia Contenciosa Administrativa Previdenciária Empresarial:</u></b>		
7.32	Atuação em Processo Administrativo – Acidente do Trabalho.	R\$ 5.419,03	
7.33	Atuação em Processo Administrativo apenas Fase Recursal – Acidente do Trabalho	R\$ 3.377,29	
7.34	Atuação no Programa de Reabilitação Profissional junto ao INSS	R\$ 5.042,14	
7.35	Contestação FAP	R\$ 8.403,57	
	<b><u>Advocacia Contenciosa Judicial Previdenciária Empresarial</u></b>		
7.36	Atuação em Ação de Acidente do Trabalho como Terceiro Interveniente Interessado	R\$ 5.083,61	
7.37	Ação de Descaracterização de Acidente do Trabalho	R\$ 5.083,61	
7.38	Ação de Redução Alíquota FAP/SAT	R\$ 5.083,61	20% a 30% do valor da economia que obtiver.
7.39	Ação de Repetição Indébito ou Compensação	R\$ 5.083,61	20% a 30% do valor da economia que obtiver.
7.40	Defesa em Ação Regressiva Previdenciária – Acidente do Trabalho	R\$ 5.083,61	20% a 30% do valor da economia que obtiver.
<b>CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES:</b>			


  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

1. O parâmetro utilizado para o apontamento dos valores mínimos dos serviços, baseia-se no valor da hora intelectual do profissional e a média de horas empregada no referido serviço.
2. O proveito econômico na esfera administrativa consiste nos valores auferidos entre a data do início do pagamento administrativo das parcelas do benefício(DIP) até 30º dia do mês da concessão, devendo, em todo caso, ser respeitado o valor mínimo indicado na presente tabela, desde que expressamente ressaltado no contrato de honorários;
3. O proveito econômico de uma ação judicial tem como marco inicial a data de início do benefício (DIB) e como marco final as 12 parcelas vincendas após trânsito em julgado da ação, para os processos em que não houver recebimento antecipado de honorários para o início dos procedimentos;
4. O abono anual pago ao segurado ou dependente (13º salário), também incidirá na base de cálculo dos honorários advocatícios, posto que inclui a base de cálculo do proveito econômico do cliente.
5. O cálculo da verba honorária terá como base os valores brutos recebidos pelo cliente.
6. Os honorários remuneram os serviços da advocacia previdenciária. Dessa forma, eventual obrigação do cliente em devolver benefícios recebidos não implica a obrigação de o advogado devolver os honorários contratuais.
7. No caso da demanda em que o benefício previdenciário seja indeferido, mas que seja deferido cômputo de tempo de contribuição, inclusive tempo especial para fins de futura aposentadoria, será devido o pagamento dos honorários mínimos da ação de reconhecimento de tempo de serviço e/ou de contribuição.

8.	ATIVIDADES EM MATÉRIA TRABALHISTA	Valores mínimos	Percentuais
	<b>Patrocínio de reclamante: sobre o valor econômico da questão ou da condenação, ou do acordo</b>	R\$ 3.967,61	
	Obs.: O máximo de 30% do valor da condenação para os contratos de honorários advocatícios quota litis, desde que, quando acrescidos dos honorários de sucumbência, não ultrapassem as vantagens advindas em favor do Cliente (exclusivamente para remuneração do advogado da parte reclamante).		
8.1	Acréscimo no caso de recurso ordinário	R\$ 1.984,41	
8.2	Acréscimo no caso de recurso de revista e/ou contrarrazões	R\$ 1.984,41	
	<b>Patrocínio do reclamado: sobre o valor real do pedido ou do valor econômico da questão com pagamento no início da ação</b>	R\$ 4.959,21	20%
8.3	Acréscimo no caso de recurso ordinário sobre o valor do pedido	R\$ 2.976,01	
8.4	Acréscimo no caso de recurso de revista sobre o valor do pedido e/ou contrarrazões	R\$ 3.967,61	
8.5	Execução de sentença ou embargos		
	a) Como mandatário específico para o ato	R\$ 5.952,02	20%
	b) Se já for mandatário da causa principal, acrescer	R\$ 2.976,01	5%
8.6	Processos cautelares:		
	a) Como medida autônoma	R\$ 3.967,61	20%
	b) Para reintegração de empregado	R\$ 5.952,02	20%
8.7	Pedido de homologação judicial de demissão de estável e de transação com opção pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) sobre o valor da transação	R\$ 4.959,21	20%



8.8	Pedido de assistência à demissão de empregado estável, sobre o valor da transação	R\$ 4.959,21	20%
<b>Dissídios coletivos: representação em dissídio, acordo ou convenção coletiva</b>			
8.9	De empresa de até 100 empregados	R\$ 5.952,02	
8.10	De empresa de 101 até 300 empregados	R\$ 8.926,82	
8.11	De empresa de 301 até 600 empregados	R\$ 11.904,05	
8.12	De empresa com mais de 600 empregados	R\$ 17.856,07	
8.13	De sindicato com até 50 empresas	R\$ 13.888,46	
8.14	De sindicato com mais de 50 empresas	R\$ 21.823,68	
8.15	De sindicato de empregados: aplicam-se os mesmos valores acima ou valor recolhido pelo sindicato, a título de contribuição assistencial		20%
8.16	O inquérito judicial para apuração de falta grave de empregado		
	a) Defesa do empregado	R\$ 3.967,61	20%
	b) Propositura do inquérito	R\$ 6.943,62	20%
8.17	Consultoria, sem vínculo empregatício, de sindicato de trabalhadores		
	a) Na reclamatória do associado, sobre o valor auferido	R\$ 4.959,21	20%
	b) Na reclamatória do não associado, sobre o valor auferido	R\$ 4.959,21	20%
8.18	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresas com menos de 50 empregados	R\$ 7.935,22	
8.19	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresa com mais de 50 empregados	R\$ 11.904,05	
8.20	Habilitação de crédito trabalhista tempestiva/retardatária		10%
8.21	Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica	R\$ 9.213,24	
<b>9.</b>	<b>ATIVIDADES EM MATÉRIA FISCAL E TRIBUTÁRIA</b>	<b>Valores mínimos</b>	<b>Percentuais</b>
9.1	Procedimento ou defesa administrativa – 1ª instância	R\$ 4.959,21	
	Obs.: 5% (cinco por cento) incidente sobre o conteúdo econômico da causa, ou 10% (dez por cento) do benefício auferido pelo cliente.		
9.2	Procedimento ou defesa administrativa – 2ª instância	R\$ 3.967,61	
9.3	Parecer sobre interpretação de normas tributárias, planejamento tributário ou qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado pelo fisco	R\$ 6.943,62	10%
9.4	Ação anulatória de débito tributário (sobre o montante excluído)	R\$ 5.952,02	10%
9.5	Defesa em execução de natureza fiscal, sobre o valor da ação	R\$ 5.952,02	10%
9.6	Ação de repetição de indébito (sobre o montante repetido)	R\$ 5.952,02	10%
9.7	Liberação de mercadorias	R\$ 5.952,02	10%
9.8	Outros procedimentos em matéria fiscal ou tributária	R\$ 3.967,61	10%
9.9	Consultoria sem vínculo empregatício, na esfera administrativa e/ou judicial		
	a) Micro e pequena Empresa	R\$ 4.959,21	
	b) Ltda.	R\$ 9.920,85	
	c) S/A .	R\$ 14.880,06	

d) Demais entidades (ex.: cooperativas, sociedades civis etc.)

R\$ 7.935,22

**Observações referentes às atividades em matéria fiscal e tributária**

Obs.1: Salvo outra disposição em contrário, em todas as ações contenciosas, deverão ser cobrados honorários mínimos de 10% sobre o VALOR ECONÔMICO REAL da causa e em todas as ações administrativas, deverão ser cobrados honorários mínimos de 5% sobre o VALOR ECONÔMICO REAL da causa.

Obs.2: Para a fixação do VALOR ECONÔMICO REAL, serão atendidos o valor estimado para a causa e o proveito econômico que poderá advir ao cliente, valor este que não será, necessariamente, o mesmo atribuído à ação para os efeitos fiscais.

Obs.3: Nas ações em que houver honorários devidos sobre o êxito a percentagem incidirá em regra sobre o valor vencido mais aquele correspondente a 12 (doze) prestações vincendas, salvo se por menor prazo for fixado ou se houver disposição expressa em contrato em sentido contrário.

Obs.4: Em caso de desistência da Impugnação, Recurso Administrativo ou Ação Judicial ou adesão a anistia/parcelamento serão devidos honorários na forma estipulada no contrato firmado. Na ausência de disposição contratual expressa será devido a metade dos percentuais fixados nesta tabela.

10.	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE CONSUMIDOR	Valores mínimos	Percentuais
<b>Fase Administrativa:</b>			
10.1	Procedimento ou defesa administrativa sobre o valor econômico envolvido, como mandatário da empresa	R\$ 5.952,02	20%
10.2	Parecer sobre normas de relação de consumo	R\$ 4.959,21	20%
<b>Fase Judicial:</b>			
10.3	Ação movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pelo fato do produto e do serviço	R\$ 5.952,02	20%
10.4	Ação movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por vício do produto e do serviço	R\$ 5.952,02	20%
10.5	Ação movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por publicidade enganosa ou abusiva	R\$ 5.952,02	20%
10.6	Ação movida pelo consumidor, visando à nulidade de cláusulas abusivas constantes em contratos de consumo	R\$ 5.952,02	20%
10.7	Defesa em ação judicial movida pelo consumidor, sobre o valor atualizado da ação	R\$ 9.920,85	20%
10.8	Atuação em audiência isolada, para coleta de prova oral	R\$ 2.380,81	
<b>Representação em convenção coletiva de consumo:</b>			
10.9	De entidade civil de consumidores	R\$ 4.959,21	
10.10	De associação de fornecedores	R\$ 6.943,62	
10.11	De sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores	R\$ 9.920,85	
<b>Consultoria sem vínculo empregatício:</b>			
10.12	De empresas de pequeno porte	R\$ 6.943,62	
10.13	De empresas de médio porte	R\$ 8.926,82	
10.14	De empresas de grande porte	R\$ 11.904,05	

10.15	Entidade civil de consumidores	R\$ 7.935,22	
10.16	De associações de fornecedores	R\$ 7.935,22	
10.17	De sindicato de categoria econômica de consumidores e fornecedores	R\$ 12.896,87	

11,	ATIVIDADES EM MATÉRIA AMBIENTAL	Valores mínimos	Percentuais
11.1	Análise dos aspectos ambientais de contrato	R\$ 3.967,61	3%
11.2	Procedimentos ou defesa administrativa, inclusive auto de infração, sobre o valor econômico	R\$ 5.952,02	10%
11.3	Atuação ou acompanhamento de licenciamento ou certificação ambiental	R\$ 9.920,85	3%
11.4	Processo contencioso		
	a) Defesa em inquérito civil	R\$ 9.920,85	10%
	b) Defesa em processo civil	R\$ 13.888,46	10%
11.5	Atuação em inquérito civil público ou ação civil pública	R\$ 17.856,07	20%
11.6	Atuação em audiência isolada para coleta de prova	R\$ 2.380,81	
11.7	Acompanhamento de estudos ambientais	R\$ 9.920,85	15%
11.8	Parecer sobre interpretação de normas ambientais, sobre projeto ambiental ou qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado	R\$ 7.935,22	5%
11.9	Processo-crime ambiental	R\$ 19.839,27	

12.	ATIVIDADES EM MATÉRIA ELEITORAL	Valores mínimos	Percentuais
12.1	Queixa, representação ou impugnação	R\$ 5.952,02	
12.2	Defesa em processo eleitoral (investigação judicial ou impugnação de mandato)	R\$ 5.061,66	
12.3	Defesa por crime eleitoral	R\$ 5.061,66	
12.4	Outros procedimentos ou atos perante a Justiça Eleitoral	R\$ 3.174,82	
12.5	Recursos	R\$ 3.967,61	

13.	ATIVIDADES EM MATÉRIA PENAL	Valores mínimos	Percentuais
13.1	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais – horário diurno (das 8 às 18 horas)	R\$ 2.380,81	
13.2	Diligência em termo circunstanciado de Juizados Especiais Criminais – horário noturno (das 18h às 8h)	R\$ 4.762,84	

13.3	Atuação em inquérito policial (e outras investigações criminais) desde a instauração de portaria até a apresentação de relatório final.	R\$ 5.952,02	
13.4	Ato judicial	R\$ 5.952,02	
13.5	Atos em órgãos policiais – horário diurno (das 8 às 18h)	R\$ 2.976,01	
13.6	Atos em órgãos policiais – horário noturno (das 18 às 8h)	R\$ 4.464,02	
13.7	Exame de processo penal	R\$ 2.380,81	
13.8	Defesa em procedimento sumário (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 6.943,62	
13.9	Defesa em procedimento comum (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 8.926,82	
13.10	Defesa em procedimentos especiais (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 11.904,05	
13.11	Defesa em procedimentos especiais, com foro privilegiado (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R\$ 13.888,46	
13.12	Defesa em procedimento de júri (desde a denúncia até a sentença de pronúncia)	R\$ 10.912,45	
13.13	Defesa em procedimento de júri: atuação em plenário e recursos inerentes no Tribunal do Estado	R\$ 13.888,46	
13.14	Assistência à acusação (os mesmos valores aplicados à defesa)		
13.15	Oferecimento de queixa-crime ou representação: Pela representação	R\$ 6.943,62	
13.16	Oferecimento de queixa-crime ou representação: Pelo acompanhamento	R\$ 6.943,62	
13.17	Defesa em processo de execução penal	R\$ 5.952,02	
13.18	Pedido de suspensão condicional da pena, de reabilitação, de explicações (interpelação judicial), de liberdade provisória, de relaxamento de flagrante ou concessão de fiança	R\$ 3.970,05	
13.19	Pedido de concessão de graça, indulto, anistia, comutação de penas, livramento condicional, unificação de penas, revogação de medida de segurança, prisão albergue, prisão domiciliar, progressão de regime ou qualquer pedido incidental de benefício em processo de execução penal	R\$ 3.970,05	
13.20	Acompanhamento de busca e apreensão	R\$ 5.952,02	
13.21	Acompanhamento de busca e apreensão em procedimento de crime contra a propriedade imaterial	R\$ 9.920,85	
13.22	Impetração de ação autônoma de habeas corpus preventivo ou liberatório	R\$ 9.920,85	
13.23	Impetração de ação autônoma de habeas corpus preventivo ou liberatório, em horário de plantão	R\$ 15.871,66	
13.24	Impetração de ação autônoma de habeas corpus para trancamento de ação penal	R\$ 9.920,85	
13.25	Impetração de ação autônoma de mandado de segurança contra ato jurisdicional penal	R\$ 9.920,85	



  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT


13.26	Impetração de ação autônoma de revisão criminal	R\$ 6.943,62	
13.27	Atuação em segundo grau:		
13.27.1	interposição de apelação	R\$ 11.904,05	
13.27.2	elaboração e apresentação de memoriais	R\$ 5.952,02	
13.27.3	sustentação oral	R\$ 5.952,02	
13.27.4	embargos infringentes	R\$ 5.952,02	
13.27.5	embargos declaratórios	R\$ 5.952,02	
13.28	Atuação em processo relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente	R\$ 11.904,05	
13.29	Cumprimento de precatória	R\$ 2.976,01	
13.30	Atuação em audiência por nomeação de juiz	R\$ 2.976,01	

14.	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE JUSTIÇA MILITAR	Valores mínimos	Percentuais
14.1	Atuação em primeira instância	R\$ 5.952,02	
14.2	Atuação em segunda instância	R\$ 5.952,02	
14.3	Impetração de ação autônoma de habeas corpus	R\$ 9.920,85	

15.	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE TRÂNSITO	Valores mínimos	Percentuais
<b>Fase Administrativa:</b>			
15.1	Assistência a defesa prévia e recursos de infração de trânsito	R\$ 731,81	20%
15.2	Suspensão do direito de dirigir por pontuação	R\$ 1.191,62	20%
15.3	Suspensão do direito de dirigir por infração que preveja essa penalidade administrativa	R\$ 2.162,49	20%
15.4	Sumário de Centro de Formação de Condutores	R\$ 4.959,21	20%
15.5	Sumário de Centro de Remoção e Depósito	R\$ 4.959,21	20%
15.6	Sumário de Centro de Registros de Veículos Automotores	R\$ 4.959,21	20%
15.7	Perante o Departamento Estadual de Trânsito/Conselho Estadual de Trânsito	R\$ 4.959,21	20%
<b>Fase Judicial:</b>			
15.8	Ação ou defesa	R\$ 7.935,22	20%

16.	ATIVIDADE EM MATÉRIA DESPORTIVA	Valores mínimos	Percentuais
16.1	Defesa Justiça Desportiva por denunciado (1º grau CD – Pleno do TJD)	R\$ 1.191,62	
	a) Defesa Justiça Desportiva por denunciado (2º grau oriundo dos TJDs, CD e Pleno do STJD)	R\$ 2.380,81	

16.2	Procedimentos Especiais na Justiça Desportiva	R\$ 2.732,08	
16.3	Ação Cível: procedimento ordinário (proposição ou defesa)	R\$ 9.920,85	20%
16.4	Ação Cível: procedimento sumário (proposição ou defesa)	R\$ 5.952,02	20%
<b>Ação Trabalhista:</b>		<b>#VALOR!</b>	
16.5	Patrocínio de reclamante (sobre a condenação ou acordo)	R\$ 5.952,02	20%
16.6	a) Acréscimo em caso de recurso ordinário	R\$ 1.984,41	5%
16.7	b) Acréscimo em caso de recurso de revista	R\$ 3.582,72	5%
16.8	Patrocínio de reclamado (sobre o valor real do pedido)	R\$ 5.952,02	20%
16.9	a) Acréscimo em caso de recurso ordinário	R\$ 1.984,41	5%
16.10	b) Acréscimo em caso de recurso de revista	R\$ 3.967,61	5%
16.11	Consultoria jurídica, sem vínculo empregatício, entidade de prática desportiva com mais de 35 atletas e/ou membro(s) de comissão (ões) técnica(s)	R\$ 19.839,27	
16.12	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, entidade de prática desportiva com menos de 35 atletas e/ou membro(s) de comissão (ões) técnica(s)	R\$ 9.920,85	
16.13	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta etc.) frente às entidades de administração do desporto – âmbito nacional e regional	R\$ 9.920,85	
16.14	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta etc.) frente à Fifa e TAS/CAS	R\$ 39.678,53	
	a) Participação em painel (audiência/recurso)		5%
16.15	Os valores em matéria desportiva são acrescidos de 20% caso a atuação envolva atletas, clubes e contratos em língua estrangeira		

17.	ATIVIDADES PERANTE TRIBUNAIS E CONSELHOS	Valores mínimos	Percentuais
17.1	Procedimentos isolados perante os Tribunais Estaduais e/ou Regionais:		
	a) Recurso de agravo de instrumento	R\$ 5.952,02	
	b) Recurso de apelação ou contrarrazões	R\$ 7.935,22	
	c) Embargos declaratórios ou embargos infringentes	R\$ 5.952,02	
	d) Conflito de jurisdição	R\$ 5.952,02	
	e) Exceção de suspeição	R\$ 5.952,02	
	f) Outros procedimentos	R\$ 5.952,02	
17.2	Recursos perante tribunais superiores:		
	a) Recurso especial e extraordinário (interposição/resposta)	R\$ 17.856,07	
	b) Outros recursos	R\$ 13.888,46	
	c) Outros procedimentos	R\$ 8.926,82	
17.3	Ação rescisória – proposição ou defesa	R\$ 11.904,05	
17.4	Mandado de Injunção	R\$ 4.959,21	
17.5	Mandado de segurança	R\$ 6.943,62	
17.6	Atuação perante Tribunal de Contas	R\$ 18.846,45	

17.7	Atuação perante Conselho Profissional	R\$ 11.904,05	
17.8	Atuação perante Conselho Administrativo	R\$ 13.888,46	
17.9	Sustentação oral		
	a) Tribunais estaduais, regionais e conselhos estaduais	R\$ 9.920,85	
	b) Tribunais superiores e conselhos federais	R\$ 13.888,46	

18.	TABELA DE DILIGÊNCIAS – ADVOGADO CORRESPONDENTE	Valores mínimos	Percentuais
18.1	Distribuição de petições em qualquer área	R\$ 304,92	
18.2	Distribuição de ação em qualquer área (primeira instância)	R\$ 426,89	
18.3	Distribuição de qualquer recurso	R\$ 426,89	
18.4	Audiência de conciliação em qualquer área como advogado ou representante	R\$ 609,84	
18.5	Audiência de instrução em qualquer área como advogado ou representante	R\$ 1.097,71	
18.6	Acompanhamento a cliente em repartição policial por ato	R\$ 1.195,28	
18.7	Despacho com juiz ou chefe de secretaria	R\$ 707,41	
18.8	Despacho em qualquer órgão público	R\$ 707,41	
18.9	Acompanhamento a clientes em exames periciais	R\$ 1.191,62	
18.10	Requerimentos de certidões ou qualquer outro documento e envio	R\$ 426,89	
18.11	Retirada/levantamento, envio de alvará	R\$ 426,89	
18.12	Acompanhamento de busca e apreensão de veículo ou outros bens	R\$ 1.097,71	
18.13	Extração de cópia de autos (até 100 cópias)	R\$ 304,92	
18.14	Digitalização dos autos	R\$ 304,92	
18.15	Acompanhamento de movimentação processual (processo físico ou PJE)	R\$ 609,84	
18.16	Distribuição de carta precatória	R\$ 426,89	
18.17	Preenchimento de guias e pagamentos de custas	R\$ 304,92	

19.	ADVOCACIA JUNTO A MUNICÍPIOS E CÂMARAS DE VEREADORES	Valores mínimos	Percentuais
19.1	<b>Câmara Municipal</b>		
19.1.1	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 0,6 (mensais)	R\$ 6.747,25	
19.1.2	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 0,8 (mensais)	R\$ 7.254,64	
19.1.3	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1,0 (mensais)	R\$ 7.758,37	
19.1.4	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1,2 (mensais)	R\$ 8.434,07	
19.1.5	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1,4 (mensais)	R\$ 9.109,77	
19.1.6	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1,6 (mensais)	R\$ 9.784,25	

19.1.7	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 1,8 (mensais)	R\$ 10.458,73	
19.1.8	Câmara Municipal de Município com índice de FPM 2,0 (mensais)	R\$ 11.133,21	
19.1.9	Câmara Municipal de Município com índice de FPM superior a 2, 0 (mensais)	R\$ 11.808,91	
<b>19.2</b>	<b>Municípios</b>		
19.1.1	Município com índice de FPM 0,6 (mensais)	R\$ 13.400,59	
19.2.2	Município com índice de FPM 0,8 (mensais)	R\$ 15.182,54	
19.2.3	Município com índice de FPM 1,0 (mensais)	R\$ 16.868,13	
19.2.4	Município com índice de FPM 1,2 (mensais)	R\$ 18.922,07	
19.2.5	Município com índice de FPM 1,4 (mensais)	R\$ 20.242,98	
19.2.6	Município com índice de FPM 1,6 (mensais)	R\$ 22.417,66	
19.2.7	Município com índice de FPM 1,8 (mensais)	R\$ 23.616,61	
19.2.8	Município com índice de FPM 2,0 (mensais)	R\$ 25.302,20	
19.2.9	Município com índice de FPM superior a 2,0 (mensais)	R\$ 26.990,23	
<b>19.3</b>	<b>ADVOCACIA "AD EXITUM" JUNTO A MUNICÍPIOS E CÂMARAS DE VEREADORES</b>		
19.3.1	Contratos administrativos firmados com entes municipais que vinculem o recebimento de honorários ao benefício econômico auferido pelo cliente em decorrência de atuação jurídica no âmbito de processo judicial		20%
19.3.2	Contratos administrativos firmados com entes municipais que vinculem o recebimento de honorários ao benefício econômico auferido pelo cliente em decorrência de atuação jurídica no âmbito de processo judicial, mas que a atuação tenha sido apenas parcial.		15%
19.3.3	Contratos administrativos firmados com entes municipais que vinculem o recebimento de honorários ao benefício econômico auferido pelo cliente em decorrência de atuação jurídica no âmbito de processo administrativo, desde que tal benefício seja devidamente reconhecido pela autoridade administrativa competente.		15%

<b>20.</b>	<b>ADVOGADO(A) NA MEDIAÇÃO</b>	<b>Valores mínimos</b>	<b>Percentuais</b>
20.1	Auxiliando o mediando nas sessões de Mediação (também no caso de consulta ou Mediação de baixa complexidade)	R\$ 609,84	
20.2	Auxiliando o mediando nas sessões de Mediação (opção por valor único)	R\$ 2.683,29	
20.3	Auxiliando o mediando nas sessões de Mediação (opção havendo valor econômico)	R\$ 2.683,29	2% a 20%

<b>21.</b>	<b>REEXPEDIÇÃO DE REQUISITÓRIOS (RPV / PRECATÓRIO)</b>	<b>Valores mínimos</b>	<b>Percentuais</b>
21.1	Reexpedição (inscrição) de requisitórios judiciais para obtenção de Precatório / RPV.	R\$ 4.268,87	5% a 15%



21.2 Obs.: O valor dos Honorários Advocatícios, não poderá Ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) das vantagens advindas em favor do Cliente.

22.	ADVOCACIA EM MATÉRIA DE DIREITO IMOBILIÁRIO	Valores mínimos	Percentuais
<b>22.1</b>	<b>Advocacia Condominial Extrajudicial – Consultiva</b>		
22.1.1	Consulta	R\$ 460,66	
22.1.2	Consulta em condições especiais (análise de documentos e/ou em órgãos públicos)	R\$ 1.036,49	
22.1.3	Acompanhamento de citação, notificação, intimação, interpelação e exames periciais	R\$ 1.612,32	
22.1.4	Cobrança amigável, independente de honorários contratuais	R\$ 1.612,32	10%
22.1.5	Exame e visto em contratos / distratos firmados pelo condomínio	R\$ 2.418,48	10%
22.1.6	Elaboração de convenção de condomínio e regimento interno, por unidade autônoma	R\$ 921,32	1%
22.1.7	Revisão/atualização/alteração de convenção de condomínio e regimento interno, valor único	R\$ 8.061,59	
22.1.8	Elaboração de advertências e notificações extrajudiciais, com ou sem aplicação de multa	R\$ 1.381,99	
22.1.9	Participação e assessoria jurídica em assembleia	R\$ 2.303,31	
22.1.10	Assessoria jurídica permanente ao condomínio	R\$ 2.791,61	10% da quota ordinária
<b>22.2</b>	<b>Advocacia Condominial Extrajudicial – Contenciosa</b>		
22.2.1	2.1 – Ação cobrança / execução de Taxas Condominiais e/ou multas	R\$ 1.727,48	10% a 20%
22.2.2	Ação de obrigação de fazer / não fazer condômino	R\$ 1.727,48	
22.2.3	Ação Prestação de Contas Síndico	R\$ 3.454,97	
22.2.4	Ação anulação / suspensão Assembleias	R\$ 3.454,97	
22.2.5	Ação Destituição Síndico	R\$ 5.758,28	
22.2.6	Elaboração de convenção de condomínio e regimento interno, por unidade autônoma	R\$ 921,32	1%
22.2.7	Revisão/atualização/alteração de convenção de condomínio e regimento interno, valor único	R\$ 8.061,59	
22.2.8	Elaboração de advertências e notificações extrajudiciais, com ou sem aplicação de multa	R\$ 1.381,99	
22.2.9	Participação e assessoria jurídica em assembleia	R\$ 2.303,31	
22.2.10	Assessoria jurídica permanente ao condomínio	R\$ 2.791,61	10% da quota ordinária
<b>22.3</b>	<b>Regularização Imobiliária / Advocacia Extrajudicial - Consultiva</b>		
22.3.1	Elaboração de parecer sobre situação de imóvel urbano	R\$ 2.763,97	
22.3.2	Elaboração de parecer sobre situação de imóvel rural	R\$ 4.145,96	
22.3.3	Consultoria simples sem parecer	R\$ 702,51	
22.3.4	Consultoria para instalação de loteamento e respectivo memorial	R\$ 17.274,83	1% a 10% do valor do negócio
22.3.5	Elaboração de Promessa de Compra e Venda	R\$ 3.454,97	5% a 10% do valor do negócio
22.3.6	Alienação de bem imóvel com constituição de garantia (alienação fiduciária / hipoteca, etc) e/ou com reserva de domínio	R\$ 5.758,28	5% a 10% do valor do negócio
22.3.7	Comodato de bem imóvel	R\$ 2.763,97	
22.3.8	Fiança em contrato imobiliário	R\$ 2.763,97	3% a 10% sobre o valor da garantia

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT


22.3.9	Doação de bem imóvel	R\$ 2.763,97	3% a 10% sobre o valor bem
22.3.10	Due Dilligence Imobiliária (avaliação de risco na aquisição de imóvel)	R\$ 5.758,28	1% a 10% sobre o valor bem
22.3.11	Elaboração de Memorial de Incorporação	R\$ 9.213,24	1% a 10% sobre o valor bem
22.3.12	Elaboração de Contrato de Permuta de Imóveis	R\$ 9.213,24	1% a 10% sobre o valor negócio
<b>22.4</b>	<b>Regularização Imobiliária / Advocacia Extrajudicial – Cartórios</b>		
22.4.1	2.1 – Pedido de retificação de área sem suscitação de dúvida	R\$ 4.145,96	
22.4.2	2.2 – Pedido de retificação de área com suscitação de dúvida	R\$ 5.527,95	10%
22.4.3	2.3 – Pedido de levantamento de restrições na matrícula sem suscitação de dúvida (valor por restrição)	R\$ 1.381,99	2%
22.4.4	2.4 – Pedido de levantamento de restrições na matrícula com suscitação de dúvida (valor por restrição)	R\$ 2.763,97	3%
22.4.5	2.5 – Pedido de retificação de informações da matrícula sem suscitação de dúvida	R\$ 1.381,99	
22.4.6	2.6 – Pedido de retificação de informações da matrícula com suscitação de dúvida	R\$ 2.763,97	
22.4.7	2.7 – Pedido do registro de formal de partilha sem suscitação de dúvida	R\$ 2.763,97	
22.4.8	2.8 – Pedido do registro de formal de partilha com suscitação de dúvida	R\$ 4.145,96	
22.4.9	2.9 – Elaboração de ata notarial para fins de usucapião	R\$ 2.763,97	
22.4.10	2.10 – Procedimento integral de usucapião extrajudicial (valor por imóvel)	R\$ 11.055,89	3% a 10% do valor do
22.4.11	2.11 – Diligências junto aos órgãos da administração pública (INCRA, Prefeitura, INSS, etc.) (valor por ato)	R\$ 702,51	
22.4.12	2.12 – Pedido de instituição de direito real de laje sem dúvida	R\$ 4.145,96	10%
22.4.13	2.13 – Pedido de instituição de direito real de laje com dúvida	R\$ 5.527,95	10%
22.4.14	2.14 – Pedido de registro tardio de condomínio urbano simples (valor por unidade)	R\$ 702,51	
<b>22.5</b>	<b>Regularização Imobiliária / Advocacia Extrajudicial – Prefeituras</b>		
22.5.1	3.1 – Protocolo de requerimento de instauração de processo de REURB (valor por unidade considerando todo o núcleo)	R\$ 126,68	
22.5.2	3.2 – Acompanhamento de requerimento de instauração de processo de REURB (valor por unidade considerando todo o núcleo) (mensal)	R\$ 126,68	
22.5.3	3.2 – Elaboração de parecer jurídico em processo de REURB	R\$ 5.527,95	
22.5.4	3.3 – Assessoria em processo de REURB (valor mensal)	R\$ 5.527,95	
<b>22.6</b>	<b>Regularização Imobiliária / Advocacia Judicial – Contenciosa</b>		
22.6.1	4.1.1 Ação de De manutenção ou reintegração de posse	R\$ 5.758,28	10% sobre o valor do b
22.6.2	4.1.2 Ação De interdito proibitório	R\$ 4.606,62	10% sobre o valor do b
22.6.3	4.2 Ação De Nunciação de Obra Nova	R\$ 4.606,62	5% a 10% sobre o valor bem
22.6.4	4.3 Ação de Usucapião	R\$ 4.606,62	10% a 20% sobre o valo bem
22.6.5	4.4 Ação de Divisão e/ou Demarcação	R\$ 5.758,28	10% a 20% sobre o valo bem
22.6.6	4.5 Ação de Desapropriação	R\$ 11.516,55	10% a 20% sobre o valo indenização
22.6.7	4.6 Ação Reivindicatória ou Imissão de Posse	R\$ 5.758,28	3% a 10% sobre o valor bem

22.6.8	4.7 – Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso	R\$ 3.454,97	
22.6.9	4.8 – Ação de averbação ou retificação de área	R\$ 3.454,97	3% a 10% sobre o valor bem
<b>22.7</b>	<b>Locação de Imóveis / Advocacia Extrajudicial – Consultiva</b>		
22.7.1	1.1 – Elaboração de contrato de locação residencial	R\$ 2.303,31	10% do valor da anual
22.7.2	1.2 – Elaboração de contrato de locação não residencial	R\$ 5.758,28	10% do valor da anual
22.7.3	1.3 – Elaboração de Notificação / Contranotificação extrajudicial	R\$ 1.727,48	10% do valor envolvi
22.7.4	1.4 – Consignação em pagamento extrajudicial	R\$ 2.303,31	10% do valor consigna
22.7.5	1.5 – Contrato de Arrendamento ou parceria rural	R\$ 3.454,97	10% do valor da anual
<b>22.8</b>	<b>Locação de Imóveis / Advocacia Judicial - Contenciosa</b>		
22.8.1	2.1 – Ação de Despejo	R\$ 4.606,62	10% a 20% da anualid
22.8.2	2.2 – Ação Renovatória de Locação	R\$ 8.061,59	10% a 20% do valor anu locação renovada
22.8.3	2.3 – Ação Revisional de Aluguel e encargos locatícios	R\$ 5.758,28	10% a 20% do valor anu locação renovada
22.8.4	2.4 – Ação de Consignação de Aluguel / Chaves	R\$ 3.454,97	10% a 20% do valor consignado

<b>23.</b>	<b>ADVOCACIA EM MATÉRIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL</b>	<b>Valores mínimos</b>	<b>Percentuais</b>
23.1.1	busca anterioridade de Marca (por processo)	R\$ 524,10	
23.1.2	Parecer de viabilidade de registro de Marca com análise de colidências (por processo)	R\$ 1.048,19	
23.1.3	Depósito de pedido de registro de marca (por processo)	R\$ 2.746,77	
23.1.3	Oposição, manifestação, recurso contra indeferimento, Processo Administrativo de Nulidade (PAN), contrarrazões, pedido de caducidade (INPI) etc (por processo)	R\$ 1.648,06	
23.1.4	Acompanhamento de processo marcário no INPI com análise semanal de colidências (anuidade)	R\$ 1.098,71	
23.1.5	Defesa administrativa perante a RFB (valor por produto supostamente contrafeito)	R\$ 2.746,77	
23.1.6	Despacho presencial ou virtual com Auditor(a) da RFB	R\$ 714,16	
23.1.7	Pesquisa de patente com elaboração de parecer técnico de viabilidade do pedido (hora de trabalho)	R\$ 714,16	
23.1.8	Depósito de patente (Patente de Invenção ou Modelo de Utilidade)	R\$ 3.845,47	
23.1.9	Apresentação de subsídios à patente (INPI)	R\$ 2.746,77	
23.1.10	Anuidade de patente e DI (INPI)	R\$ 714,16	
23.1.11	Pesquisa de DI com elaboração de parecer técnico de viabilidade do pedido	R\$ 714,16	
23.1.12	Depósito de DI (Desenho Industrial) com até 07 variações	R\$ 2.197,41	
23.1.13	Outros procedimentos no INPI (vistas de processos, diligências com examinador e outras petições, inclusive pedidos de revisões administrativas)	R\$ 1.098,71	
23.1.14	Pedido de registro de programa de computador (software)	R\$ 1.098,71	
23.1.15	Contrato de Franquia	R\$ 4.394,83	
23.1.16	Contrato de Licença	R\$ 3.845,47	
23.1.17	Contrato de Cessão e Transferência	R\$ 1.098,71	
23.1.18	Averbação de contratos no INPI ou peticionamento de outros documentos não listados anteriormente	R\$ 1.098,71	
23.1.19	Assessoria em registro de Direito Autoral: Biblioteca Nacional e Escola de Belas Artes	R\$ 714,16	

23.1.20	Criação de prova de anterioridade de obras artística, científica e literária (Direito Autoral)	R\$ 384,55	
23.1.21	Notificação extrajudicial em matéria de Propriedade Intelectual	R\$ 1.098,71	
<b>23.2</b>	<b>ÂMBITO CONTENCIOSO / JUDICIAL</b>		
23.2.1	Notificação judicial em matéria de Propriedade Intelectual	R\$ 2.197,41	
23.2.2	Despacho presencial ou virtual com Juiz(íza)	R\$ 878,97	
23.2.3	Propositura ou defesa em ação de obrigação com pedido indenizatório por prejuízos decorrentes de contrafação ou crime em matéria de propriedade intelectual + percentual de êxito na fase executória (10 a 20%)	R\$ 8.789,65	
23.2.4	Propositura ou defesa em ação negatória ou de abstenção de uso de matéria de propriedade industrial, sem previsão de valores indenizatórios	R\$ 8.789,65	
23.2.5	Propositura ou defesa em ação negatória ou de abstenção de uso de matéria de propriedade intelectual, sem previsão de valores indenizatórios	R\$ 8.789,65	
23.2.6	Propositura ou defesa em ação de nulidade de atos administrativos do INPI	R\$ 8.789,65	
23.2.7	Queixa-crime em matéria de Propriedade Intelectual	R\$ 7.141,59	
23.2.8	Ação de busca e apreensão em matéria de propriedade intelectual e industrial	R\$ 8.789,65	
23.2.9	Elaboração e entrega de Memoriais (2º grau dos Tribunais Estaduais ou Federais)	R\$ 2.746,77	
23.2.10	Sustentação Oral (2º grau dos Tribunais Estaduais ou Federais)	R\$ 3.845,47	
<b>24.</b>	<b>ADVOCACIA EM MATÉRIA DE DIREITO MÉDICO E DA SAÚDE</b>	Valores mínimos	Percentuais
24.1	<b>ADVOCACIA ADMINISTRATIVA E CONSULTIVA</b>		
24.1.1	Acompanhamento e defesa em sindicância	R\$ 3.144,58	
24.1.2	Defesa em processo ético-profissional	R\$ 5.240,96	
24.1.3	Recurso em Processo ético-profissional (segunda instância administrativa)	R\$ 3.144,58	
24.1.4	Audiência junto à Conselho de Classe na área de saúde	R\$ 838,55	
24.1.5	Assessoria para Clínicas (mensal)	R\$ 2.540,82	
24.1.6	Assessoria mensal consultiva para hospitais e empresas de saúde (cooperativas e/ou sociedades em grupo)	R\$ 3.144,58	
24.1.7	Assessoria mensal consultiva para operadora de saúde sem dedicação exclusiva	R\$ 3.416,06	
24.1.8	Assessoria total para operadora de saúde com dedicação exclusiva	R\$ 4.736,78	
24.1.9	Elaboração de documentos para profissionais da área da saúde	R\$ 2.096,38	
24.1.10	Assessoria para elaboração de relatório médico circunstanciado	R\$ 1.331,20	
24.1.11	Parecer Jurídico na área da saúde	R\$ 3.144,58	
24.1.12	Procuração para Cuidados de Saúde	R\$ 3.271,57	
24.1.13	Testamento Vital e Procuração para Cuidados de Saúde	R\$ 4.900,30	
24.1.14	Diligências avulsas para acompanhamento do cliente perante órgãos regulatórios (por ato)	R\$ 1.384,66	
24.1.15	Defesa/impugnação de autos e/ou manifestação perante órgãos regulatórios	R\$ 2.693,85	
24.1.16	Compliance – Implantação do programa de em Clínicas	R\$ 4.926,50	
24.1.17	Compliance - Monitoramento mensal depois de implantado em Clínicas	R\$ 2.934,94	
24.1.18	Compliance - Implantação do programa em hospitais	R\$ 15.722,88	
24.1.19	Compliance - Monitoramento mensal depois de implantado em Hospitais	R\$ 5.240,96	



24.2	<b>DEFESA E SUSTENTAÇÃO ORAL NO PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL – CRM</b>		
24.2.1	Desaforamento da sindicância	R\$ 2.096,38	
24.2.2	Atuação no termo de ajustamento de conduta junto ao CRM	R\$ 2.096,38	
24.2.3	Defesa no processo ético profissional	R\$ 8.124,84	
24.2.4	Desaforamento do processo ético Profissional	R\$ 2.620,48	
24.2.5	Sustentação oral na fase de sindicância	R\$ 2.620,48	
24.2.6	Sustentação oral na fase do processo ético profissional	R\$ 3.144,58	
24.3	<b>RECURSOS E SUSTENTAÇÃO ORAL – CFM</b>		
24.3.1	Recurso com atuação desde a fase de sindicância	R\$ 8.124,84	
24.3.2	Recurso com atuação a partir da fase do processo ético profissional	R\$ 10.834,61	
24.3.3	Sustentação oral de sindicância	R\$ 3.144,58	
24.4	<b>ÂMBITO CONTENCIOSO / JUDICIAL</b>		
24.4.1	Atuação desde o ajuizamento da demanda (planos de saúde e áreas correlatas)	R\$ 4.973,26	20%
24.4.2	Cumprimento de Sentença com benefício econômico	R\$ 3.144,58	10%
24.4.3	Cumprimento de Sentença sem benefício econômico	R\$ 3.144,58	
24.4.4	Impugnação ao cumprimento de sentença com benefício econômico	R\$ 3.144,58	10%
24.4.5	Impugnação ao cumprimento de sentença sem benefício econômico	R\$ 3.144,58	
24.4.6	Impugnação aos Embargos	R\$ 2.096,38	10%
24.5	<b>DEFESA NOS PROCESSOS CÍVEIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA OS PROFISSIONAIS</b>		
24.5.1	Atuação desde o ajuizamento da demanda	R\$ 10.834,61	10%
24.5.2	Atuação na fase de produção de prova pericial	R\$ 12.640,74	
24.6	<b>DEFESA MÉDICA NOS PROCESSOS CRIMINAIS</b>		
24.6.1	Inquérito policial (matéria específica em Direito da saúde)	R\$ 3.144,58	
24.6.2	Resposta ao Ministério Público (matéria específica em Direito da saúde)	R\$ 3.144,58	
24.6.3	Defesa em processos diversos (matéria específica em Direito da saúde)		
24.6.4	Defesa em processo de lesão corporal (matéria específica em Direito da saúde)	R\$ 10.834,61	
24.6.5	Defesa em processo de Homicídio (matéria específica em Direito da saúde)	R\$ 12.640,74	
24.7	<b>Erro médico veterinário</b>	R\$ 4.214,18	10%



# Equipe Técnica da ADAT



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



# Fonoaudióloga



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**SHIRLEY LUCIANI PEREIRA ALVES FRANÇA**

36 anos – Casada

Graduação Plena em Fonoaudiologia

Av. Borba, 369, Timbaubinha, Timbaúba/PE

CEP 55.870-000 | F. (81) 997105450 / 994548710 | shirleyluciani@hotmail.com

## FILIAÇÃO

Luciano Alves da Silva | Severina Albertino Pereira Alves



## ESCOLARIDADE

Nível Superior (3º Grau): *Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP  
Curso de Fonoaudiologia  
Conclusão: Julho/2004*

Nível Médio (2º Grau): *Escola Santa Maria – Timbaúba/PE  
Colégio Contato – Recife/PE*

## FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Pós-graduação Lato Sensu - Saúde Coletiva com Ênfase em Saúde da Família (a concluir).
  - o Cursadas algumas disciplinas da grade curricular.

## CAMPO ACADÊMICO EM PESQUISA

- Semana de Integração Universidade – Sociedade (UNICAP/2003)
  - o Jornada de Iniciação Científica – PIBIC
    - Título do Projeto: Função da família x configuração clínica: o que dizem fonoaudiólogos que atuam na área de voz.
    - Título do Trabalho: O que dizem fonoaudiólogos que atuam na área de voz em consultórios particulares.
- Semana de Integração Universidade – Sociedade (UNICAP/2004)
  - o Jornada de Iniciação Científica – PIBIC
    - Segundo lugar atribuído ao trabalho *Alterações da função de deglutição: relatos de fonoaudiólogos sobre sucessos e insucessos no atendimento a crianças.*

## CURSOS COMPLEMENTARES NO ACADÊMICO

- I Simpósio de Oncologia e Disfagia (Hospital Português/8h – 2000).
- I Simpósio em Motricidade Oral do Hospital dos Servidores do Estado de PE “Respiração bucal: diagnóstico e tratamento” / 2000).
- Simpósio de Motricidade Oral “Aspectos atuais da motricidade oral” (FIR/8h – 2001).
- Oficina Prótese Auditiva (UNICAP / 2002).
- XIII Encontro Nacional dos Estudantes de Fonoaudiologia (UFPE/23h – 2002).
- Monitora do Módulo I do Curso de Orientação em Saúde Vocal (UNICAP em parceria com a Prefeitura do Recife/16h – 2003).
- Grupo de Estudos “Atuação Fonoaudiológica em RN de Alto Risco” (Hospital Memorial São José / 16h – 2004).
- I Jornada de Implante Coclear do Real Instituto de Otorrino e Fono (Hospital Português / 2008).





### ESTÁGIOS EXTRA-CURRICULARES

- Setor de Terapia Fonoaudiológica (Clínica de Fonoaudiologia Interlocus S/C Ltda / 300h – 2002 a 2003).
- Setor de Cabeça e Pescoço (Hospital do Câncer de Pernambuco / 3 meses).
- Sequelados Neurológicos – pacientes internos (Hospital Português / 3 meses).

### CURSOS ATUAIS

- Formação de Extensão: Avaliação e Intervenção com Frênulo Lingual – Teste da Linguinha (Hospital Barão de Lucena / 2015).

### EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).
  - o Prefeitura Municipal de Timbaúba/PE.
  - o Abr/2012 aos dias atuais.
- Setor de Terapia
  - o Clínica Nossa Senhora das Dores – Timbaúba/PE.
  - o Fev/2005 aos dias atuais.
- Atendimento particular em domicílio
  - o Timbaúba/PE.
  - o Fev/2005 aos dias atuais.
- Quadro Funcional da Secretaria Municipal de Saúde, Setor Ambulatorial.
  - o Prefeitura Municipal de Ferreiros/PE.
  - o Jul/2011 a Jun/2014.
- Vínculo empregatício – Setor Ambulatorial, de pacientes Internos na Clínica Médica e na Clínica de Tratamento Prolongado (Crônicos).
  - o Hospital Ferreira Lima – Timbaúba/PE.
  - o Fev/2007 a Mai/2013.
- Prestação de Serviço ao SUS no Setor Ambulatorial, de pacientes Internos na Clínica Médica e na Clínica de Tratamento Prolongado (Crônicos).
  - o Hospital Ferreira Lima – Timbaúba/PE.
  - o Fev/2005 a Jan/2007.

Shirley Luciani Pereira Alves França

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Fisioterapia



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

**IDENTIFICAÇÃO:**

Nome: Eduardo Cabral de Lira Jordão  
Sexo: Masculino  
Data Nascimento: 12/04/1981  
Local de Nascimento: Recife – Pernambuco – Brasil  
Estado Civil: Casado  
Endereço Residencial:  
Rua Silvano Mendes, nº 113, Timbaúba – PE.

Telefone: 0xx81-99272-8353  
99508-9811



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**1- FORMAÇÃO ACADÊMICA****1.1- CURSO DE GRADUAÇÃO:**

Curso: **Bacharelado em Fisioterapia**  
Instituição: Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ

**1.2 – CURSO DE PÓS – GRADUAÇÃO**

Curso: **Mestrado em Saúde Pública**  
Instituição: Faculdade Interamericana de Ciências Sociais  
Em andamento


Curso: **Fisioterapia Córdio-respiratória**  
Instituição: UNIPÊ

**1.3 – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS**

SECRETARIA DE SAÚDE DE TIMBAÚBA  
CARGO: Fisioterapeuta do NASF  
PERÍODO: Desde 2017

MEMORIAL JOÃO FERREIRA LIMA  
CARGO: Fisioterapeuta  
PERÍODO: Desde 2005

HOSPITAL Dr. JOÃO COUTINHO  
CARGO: Fisioterapeuta  
PERÍODO: De 2005 a 2011



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Fisioterapia



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



# Maria Geane da Silva

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Rua Vereador Manoel Lucena, 273

Bairro Jardim Guarani

Timbaúba – PE

CEP: 55870-000

Telefone: (81) 98946-4871

E-mail: maryanna-62@outlook.com

Estado Civil: Casada

Data de Nascimento: 18/10/1982

## OBJETIVO

Busco uma vaga no mercado onde possa colocar minhas habilidades em prática e colaborar com equipes de trabalho, tendo o crescimento da organização e o desenvolvimento pessoal e profissional como focos principais.

## FORMAÇÃO

- Ensino Superior Bacharelado em Fisioterapia ( Faculdade Mauricio de Nassau)
- Pos Graduação Lato sensu de Fisioterapia Intensiva Pediátrica e Neonatal

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **ESPAÇO GEANE SILVA**  
Instrutora de Pilates  
Período: 2 anos
- **UTI - CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE DE LIMOEIRO**  
Cargo: Folguista  
Período: 6 meses

## QUALIFICAÇÕES E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Curso de Transporte Neonatal
- Curso de Aperfeiçoamento em Fisioterapia Intensiva Pediátrica e Neonatal.
- Curso Livre de Reanimação Neonatal
- Palestra Principios Práticos da Drenagem Linfática Manual Facial e Corporal.
- VI Congresso Nacional de Fisioterapia Desportiva
- Curso Completo de Pilates

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Assistente Social



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## **PRISCILA FRANCIELLY S. COELHO**

**Endereço:** Rua Alcedo Marrocos, N° 330

Centro – Timbaúba /PE

Cep: 55870-000

**Telefone:** (83) 99654-6079 | **Celular:** (81) 99432-7800 | **Fixo:** (81) 3631-0178

**E-mail:** priscila\_francielly@hotmail.com

### **Dados Pessoais**

---

**Data de Nascimento:** 01/10/1990 (26 anos)

**Natural de:** Timbaúba-PE

**Estado Civil:** Solteira

### **Objetivos Profissionais**

---

Busco minha efetivação no mercado, além de novos desafios profissionais que promovam meu desenvolvimento como um todo. Assim, espero concretizar metas, objetivos e gerar resultados qualitativos e quantitativos na organização.

### **Formação Acadêmica**

---

**Graduação:** Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

**Curso:** Serviço Social

**Ano de Conclusão:** 2014

**Pós-Graduação:** Faculdade de Ciências de Timbaúba

**Curso:** MBA – Gestão de Pessoas

**Ano de Conclusão:** 2016

### **Experiência Profissional**

---

**2010-2012:** Estágio Em Serviço Social - Instituto Neuropsiquiátrico de Campina Grande – PB

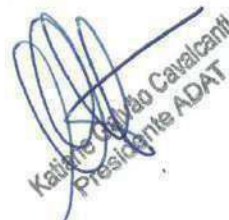
**Cargo:** Assistente Social

**2014-2016:** Programa Bolsa Família – Prefeitura Municipal de Timbaúba – PE

**Cargo:** Assistente Social

**2014-2016:** Casa da Criança e do Adolescente – ONG/CAT – Timbaúba - PE

**Cargo:** Assistente Social



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**2015-2016:** Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS – Prefeitura Municipal de Timbaúba - PE

**Cargo:** Assistente Social

### **Cursos**

---

Fórum: “O Sistema Braille no processo de formação continuada de professores”.

Cursos: “A Criança e o Adolescente em Conflito com a Lei”.  
“Formação sobre Aborto e Violência Institucional”.

Conferências: “I Conferência Municipal de Juventude de Timbaúba”.  
“I Conferência Municipal de Política para as Mulheres de Timbaúba”.

Encontros: “I Encontro Local de Estudantes de Serviço Social – ELESS”.  
“I Encontro Regional de Estudos Rurais”.

Seminário: “Seminário Estadual de Microcefalia e os cuidados socioassistenciais”.  
“III Seminário Nacional de Estudos de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas”.

Oficina: “Construindo Capacidades para a Prevenção ao tráfico de Pessoas”.

### **Informações Adicionais**

---

**Cursos:**

- Inglês e espanhol – Nível Básico
- Informática – Nível Avançado



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





# Terapeuta Ocupacional





Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

## RAYANE BRAZ COUTINHO PACHECO

  
 rayanebraz12@gmail.com

  
 (83) 9 96470715  
 (81) 9 98246527

### OBJETIVO

- Colocar em prática os conhecimentos adquiridos, em prol da prevenção, tratamento e reabilitação de pessoas de todas as idades que possuam alterações motoras, perceptivas e/ou cognitivas decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos ou de doenças adquiridas.

### FORMAÇÃO

Bacharel em Terapia  
Ocupacional pela Universidade  
Federal da Paraíba

### FORMAÇÃO COMPLEMENTAR:

- Capacitação para Aluno apoiador do Comitê de Inclusão e Acessibilidade. (Carga horária: 4h).
- Roda de conversa: Convivendo com o Autismo. (Carga horária: 4h).
- Simpósio Paraibano Multidisciplinar sobre Autismo (Carga horária: 12h)
- Infância e Adolescência em Vulnerabilidade: Redes de cuidado e acolhimento (Carga horária: 3h)
- I Simpósio Estudantil de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Carga horária: 11h)
- Palestra de Infecção Hospitalar (Carga horária: 4h)

### EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS:

- Integrante voluntário no projeto de extensão: "Intervenção precoce: Otimizando o Desenvolvimento de Bebês e Crianças em Risco" (320h)
- Integrante voluntário no projeto de extensão: "Terapia Ocupacional em Ação" (16h)
- Integrante voluntário no projeto de extensão: "A arte e o brincar: Atenção psicossocial a crianças e adolescentes internos na pediatria do HULW (320h)
- Monitor voluntário na disciplina de Desenvolvimento Humano e Ocupacional I (400h)
  - Integrante bolsista do programa de apoio de aprendizagem ao estudante com deficiência do comitê de inclusão e acessibilidade (cia) da universidade federal da paraíba. Exercendo a função de aluno apoiador. (320h)

### EXPERIÊNCIAS TEÓRICO-PRÁTICAS:

- Atendimento Clínico ao paciente com AVE, Paralisia Cerebral, Depressão, Síndrome de Down, Esquizofrenia, Transtorno

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA  
NA REDE REGULAR DE ENSINO:  
PERCEPÇÃO DOS PAIS E  
PROFESSORES.

- Bipolar, Autismo, TDAH, Deficiência Intelectual, TCLE, Psoríase, Hanseníase e outros quadros clínicos;
- Atendimento na Atenção Básica em Saúde;
  - Elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares – PTS;
  - Atendimento a usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de transtornos mentais severos e persistentes;
    - Atendimento Hospitalar;
    - Intervenções no contexto educacional e social;
    - Intervenções psicomotoras para crianças;
  - O uso do brincar como recurso terapêutico no contexto infantil;
  - Acompanhamento territorial e domiciliar de famílias e usuários;
  - Estágio no Ambulatório de Psiquiatria do Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW
  - Estágio no contexto da Terapia Ocupacional na Educação no Cômite de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba.



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Terapeuta Ocupacional



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



## **CAMILLA NATASHA FLORIANO FERREIRA**



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Camilla Natasha Floriano Ferreira**

Rua José Cordeiro da Costa, 58, Apto 404 – Edifício Terra do Sol - Jardim Cidade  
Universitária – João Pessoa – PB.

Telefone: (83) 98821-1862/ 99655-5677 / E-mail: allimac2@hotmail.com

### **FORMAÇÕES**

Graduada em Curso Superior de Terapia Ocupacional - UFPB

Especialização em Educação Inclusiva – CINTEP/ PB

Graduada em Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física – UFPB

### **EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS e ACADÊMICAS**

2016 – Terapeuta Ocupacional do NAPSE (Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional).  
Prefeitura Municipal de Monteiro.

Principais atividades: Avaliação terapêutica-ocupacional e atendimentos individuais de  
crianças e adolescentes com deficiência.

2013 – 2014 – Estagiária do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal  
da Paraíba.

Cargo: Estagiária

Principais atividades: Acompanhamento acadêmico dos alunos com deficiência  
vinculados à Universidade Federal da Paraíba, empréstimos de equipamentos eletrônicos  
para facilitar o aprendizado durante a permanência na instituição, produção de edital para  
programa de aluno apoiador, abertura de processos diversos no que se refere a aquisição  
de equipamentos e materiais para os estudantes com deficiência.

2011 – 2013 Educadora Física do CAPS – AD Jovem Cidadão.

Principais atividades: Sessões de exercícios neuromuscular e cardiorrespiratório,  
dinâmicas de grupo, exercícios de coordenação e ritmo, atividades pré – desportivas e  
sessões de alongamento e relaxamento.

2010 – Projeto de Extensão com atividades físicas para idosos.

Cargo: Estagiária



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Principais atividades: Avaliações físicas, sessões de exercícios neuromuscular e cardiorrespiratório, dinâmicas de grupo, exercícios de coordenação e ritmo e exercícios pré – desportivos.

2008 - 2010 – Projeto de Pesquisa com atividades físicas para pessoas com doenças crônico degenerativas.

Cargo: Estagiária

Principais atividades: Avaliações físicas, sessões de exercícios neuromuscular e cardiorrespiratório, dinâmicas de grupo.

2008 - 2009 – SESI

Cargo: Estagiária de Ginástica Laboral

Principais atividades: Alongamentos, massagem manual e com implementos (bolinhas e bastões) e dinâmicas de grupo.

2007 - 2009 – Projeto de Extensão com natação para bebês.

Cargo: Estagiária

Principais Atividades: Ensino das técnicas dos nados através de atividades lúdicas.

2006 – Beton Engenharia

Cargo: Auxiliar Administrativo

Principais atividades: Organização de pessoas, pagamentos, planilhas.

## **QUALIFICAÇÕES E ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

Curso de Capacitação em Microcefalia e Infecção por Vírus Zika: abordagem para estimulação precoce na atenção domiciliar (carga horária: 30h).

Cursos de educação à distância em atenção domiciliar – Universidade de Santa Catarina, UFSC, Brasil (2017);

Curso de Tape Kinesiologia Clínica. (Carga horária: 20h)

Centro Paraibano de Quiropraxia (2016);

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

I Workshop de Capacitação em Prescrição e Dispensação de Cadeira de Rodas. (carga horária: 8h).

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil (2015);

Supera – Sistema para detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: Encaminhamento, Intervenção Breve, Reinserção Social e Acompanhamento (carga horária: 150h).

Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, SENAD, Brasil (2014);

II Curso Teórico - Prático de Órteses para Membros Superiores. (carga horária: 10h).

Universidade Federal da Paraíba, ufpb, brasil (2014);

Curso de Iniciação ao Latex. (carga horária: 12h).

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil (2013);

I Curso Teórico - Prático de Órteses para Membros Superiores. (carga horária: 30h).

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil (2012);

Curso de Grafia em Braille - (carga horária: 120h).

Grupo de Produção em Educação e Cultura LTDA – GPEC (2011);

Atuação da Terapia Ocupacional no Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil. (carga horária: 4h).

Universidade Federal da Paraíba (2011);

Terapia Ocupacional Hospitalar: Intervenções na UTI Neonatal E Adulto. (carga horária: 4h).

Universidade Federal da Paraíba (2011);

Curso de Libras Básico I (Carga horária: 60h).

SENAC – PB (2010);



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

I Módulo de Capacitação Específica em Avaliação Física. (carga horária: 4h).

Laafisc, Brasil (2009);



  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

Exercício Físico para Grupos Especiais. (carga horária: 9h).  
 Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil (2008);

Curso de Conceitos de Gestão em Administração (carga horária: 80h)  
 Escola de Educação Básica e Profissional - Fundação Bradesco (2005).

### **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Programa de Atenção a Lesão Medular, foi ministrado atividades no módulo reeducação Funcional do Projeto de Extensão PROBEX/ UFPB/ CCS. (Carga horária: 8h). 2015

Temas: - Adaptações Funcionais após a Lesão Medular;  
 - Adaptações ergonômicas no domicílio após a Lesão Medular.

Programa de Pós - Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba, foi ministrado oficina sobre a cultura oriental com ênfase na arte do Origami. (Carga horária: 4h). 2013

Saúde Mental e Dependência Química Capacitação de Agentes Multiplicadores e Formação Acadêmica Interdisciplinar no CAPS AD e na Atenção Básica. (Carga horária: 200h). Centro de Ciências Médicas – UFPB – 2012.

### **ESTÁGIOS CURRICULARES**

Hospital Universitário Lauro Wanderlei - HU – Clínica Médica e Setor de Neuroreabilitação – UFPB

João Pessoa – Paraíba – 2015  
 Carga horária: 180h.

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

Fundação de Apoio ao Deficiente – FUNAD – Setor de acompanhamento aos usuários com Deficiência Intelectual.

João Pessoa – Paraíba – 2015  
 Carga horária: 180h.



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Centro de Atenção Psicossocial Gutemberg Botelho – Estágio de Observação em Saúde Mental

João Pessoa – Paraíba – 2014

Carga horária: 60h.

Clínica Escola de Terapia Ocupacional – UFPB - Estágio de Observação e Prática em Neurologia

João Pessoa – Paraíba – 2014

Carga horária: 60h.

Unidade Básica de Saúde Castelo Branco I - Estágio de Observação em Atenção Básica

João Pessoa – Paraíba – 2014

Carga horária: 60h

## **PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS**

1º Seminário Sobre Políticas e Práticas Inclusivas: a Inclusão das pessoas com deficiência sob diversos olhares, João Pessoa – PB, 2015;

1º Congresso Internacional Sobre Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2013.

Mostra de Terapia Ocupacional, Psicomotricidade e Cultura  
Universidade Federal da Paraíba, 2013.

Jornada Paraibana de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.  
Universidade Federal da Paraíba, 2011.

I Oficina de Integração do Hospital Universitário ao Ensino e a Rede de Serviços.  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – PB, 2010.

III Simpósio Acadêmico de Geriatria e Gerontologia de Pernambuco.  
Recife – PE, 2009.

XIII Jornada de Debates de Terapia Ocupacional.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Universidade Federal de Pernambuco – Recife – PE, 2009.

II Congresso Nacional de Educação Física, Saúde e Cultura Corporal.  
Recife – PE, 2008.

### **ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS**

---

XIV Encontro Nacional da Docentes de Terapia Ocupacional  
Universidade Federal da Paraíba, 2014.

III Seminário de Pesquisa em Terapia Ocupacional  
Universidade Federal da Paraíba, 2014.

IX Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento.  
Universidade Federal da Paraíba, 2013.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Psicopedagogia



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## Fernanda Maria de Andrade

- Estado Civil: Solteira
- Nacionalidade: brasileira
- Idade: 36 anos
- Data de nascimento: 05/03/83
- Naturalidade: TIMBAÚBA-PE
- Fone: (81)99757-6880
- E-mail: fernanda\_andrad@hotmail.com
- Rua Santa Bernadete, 16. Sapucaia
- TIMBAÚBA-PE - CEP: 55870-000

### Formação-Escolaridade

- 2º grau completo - Escola Jornalista Jáder de Andrade
- PEDAGOGA - Faculdade de Timbaúba (FAEST)
- Pós-Graduação em PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL
- Pós-Graduação em PSICOPEDAGOGIA CLINICA

### Experiência Profissional

**Colégio Timbaubense**  
MONITOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Período: 2007 à 2010.  
Telefone: (81)3631-0824.  
E-mail: [coltimbaubense@ubannet.com.br](mailto:coltimbaubense@ubannet.com.br)

**Escola Hadassa Vingren de Andrade**  
DOCENTE  
Período: 2011 à 2012  
Telefone: (81)3631-0530

**Escola Jornalista Jáder de Andrade**  
DOCENTE  
Período: 2012 à 2014  
Telefone : (81) 3631-5714

**Escola Professora Elisabeth Lyra**  
DOCENTE  
Atualmente na sala de AEE  
Período: 2014 até a presente data.  
Telefone: (81) 3631-5714

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



## Cursos Realizados

**INFORLAND school Cursos profissionalizantes**  
Avenida Conde da Boa Vista, 700 – 3º andar.  
Boa Vista – Recife – Fone: (81)3421-9339

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**INFORWAI informática**  
Rua José do Patrocínio, 72.  
Centro – Timbaúba Fone: (81)3631 1756

**Curso Básico de Libra**  
Realizado na Escola Clovis Salgado - Fone (81) 3631-5709

**Curso Básico de Libra**  
Instituto Pernambucano Educacional da diversidade Surda – IPEDS  
Fone (81) 3631-0824

**Curso de Inclusão Educacional de pessoas com AUTISMO, estratégias e adaptações.**  
Realizado na UNIFIP- João Pessoa - Fone (83) 3244-7940.

## Palestras

- Contação de História no Contexto Escolar: Importância e Desafios. Carga horária: 4 horas. FACET.
- Educação Indígena no Brasil, Educação e Desenvolvimento Local, Psicomotricidade: O Corpo na Educação e o Lugar no Brincar. Carga horária: 12 horas. FACET.
- A Educação na Sociedade Contemporânea. Carga horária: 4 horas. FACET.
- Mini curso: A Família Contemporânea e a Educação de Crianças: Um diálogo necessário, Ensino Fundamental: em nove anos é Fundamental? Carga horária: 20 horas. FACET.
- MOJATEC – Mostra do Jarbas de Tecnologia e Ciências. Carga horária: 7 horas. Escola Ministro Jarbas Passarinho – Camaragibe – PE.
- Concepção de infância e o papel do educador na instituição de educação infantil – 24 á 26. Duração: 12 horas.
- A importância do papel do Psicopedagogo no processo escolar- carga horária: 4 horas.
- Mudanças de postura do professor: perspectivas de análise na construção da práxis pedagógica. Carga horária: 12 horas.
- VII conferência Paixão Pela Educação. Carga horária: 6 horas.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Resolução MEC/CNE/CES nº 1, de 08 de Junho de 2007

Portaria MEC/CNE 238/2012

### **CERTIDÃO DE CONCLUSÃO**

Declaramos para os devidos fins, que **FERNANDA MARIA DE ANDRADE**, matrícula **JUPSICL011413**, CPF nº **055.671.034-76**, concluiu a **ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA**, apresentando o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO A APRENDIZAGEM: A LUZ DA PSICOPEDAGOGIA**, obtendo nota 9,4 (nove vírgula cinco). O curso tem carga horária total de 540 horas/aula. Curso oferecido pela CBPEX – Consultoria Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão,

  
Fabiana Trujano de Souza  
Secretária Escolar

\_\_\_\_\_  
CBPEX/SECRETARIA

**CNPJ 05.537.407/0001-76**  
**CBPEX CONSULTORIA LTDA.**  
Av. Rio Grande do Sul, 1442  
B. dos Estados - CEP 58030-021  
João Pessoa - Paraíba

João Pessoa - PB, 24 de Fevereiro de 2022

CBPEX – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
**Educação, Ciência e Ética por um Mundo Melhor**  
[www.cbpe.com.br](http://www.cbpe.com.br)



# Psicologia



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67





Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## MARCELLE DE BRITO MARTINS ARAÚJO

### DADOS PESSOAIS:

Brasileira, Casada, 25 anos

Endereço: Rua Ferreira de Albuquerque, Nº 74 centro - Timbaúba

Telefone: (81) 9.9691-2905 / (81)9.9252-8101

E-mail: [marcelleb.martins@hotmail.com](mailto:marcelleb.martins@hotmail.com)

### TITULAÇÃO:

Graduada em Psicologia – UNINASSAU

CRP 02/19380

Pós graduanda em Psicologia e Perícia no Trânsito - ALPHA

Curso de Recursos Humanos (Ênfase em Recrutamento e Seleção) – UFPE

Curso de Manuseio de Testes Psicológicos (Palográfico, AC e R1) pela Intellectu/PE

e Inovar Consultoria

Curso de Dinâmica de grupo – IPED

Curso de Departamento Pessoal – FASUL

Informática: Aplicativos office, Internet, Lotus Notes



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

**ADAT – Associação dos Amigos Deficientes de Timbaúba**

Psicóloga – Atendimento clínico à crianças em processo de reabilitação.

**UNICA – Instituição de Acolhimento a Crianças e Adolescentes**

Psicóloga – Acompanhamento/Atendimento às crianças e adolescentes em processo de institucionalização;

- Avaliação Psicológica de aptidão às famílias que pleiteiam a guarda e adoção.





Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### **CRAS – Centro de Referência de Assistência Social**

Psicóloga – Realizando atendimentos clínicos (criança, adolescente, adulto e idoso), acompanhamentos familiares, palestras motivacionais e psicoeducação a públicos em situações de vulnerabilidade.

### **Rosa Master LTDA**

Analista de Recursos Humanos – Desenvolvendo Recrutamento e Seleção; Treinamentos de Integração de novos colaboradores, bem como veteranos; Prestando apoio na realização das avaliações de desempenho; Realização do levantamento de necessidade de treinamento dos colaboradores para definição do cronograma dos mesmos; Pesquisa de Clima e perfil de cargo; Entrevistas de desligamento e tabulação de resultados, entre planejamentos estratégicos em RH. (conhecimento e manuseio de testes psicológicos).

### **Clínica Escola de Psicologia Maurício de Nassau**

Estagiária em Psicologia:

Realização de atendimentos de crianças, jovens e adultos, elaboração de laudos, pareceres e encaminhamentos, quando necessários.

### **Clínica de Dimensão Humana**

Realizando Avaliação Psicológica com ênfase em teste psicotécnicos para o DETRAN-PE.

### **INOVAR Consultoria**

Atuando na realização de processo de Recrutamento e Seleção (entrevistas e identificação de candidatos para os mais variados fins, adaptação e realização de dinâmicas de grupo)

\* Disponibilidade para viagens e/ou mudança de cidade.



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Psicologia

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

### **Raquel Cristina Alves de Araújo Macêdo**

Rua Coronel Claudino, 184 – Centro

CEP: 55870-000 – Timbaúba - PE

Tel.: (81) 99907-0474

E-mail: raquelcristina\_macedo@hotmail.com

## **PSICÓLOGA**

### **Dados Pessoais**

Nome: Raquel Cristina Alves de Araújo Macêdo

Data de nascimento: 04/11/1994

Naturalidade: Recife – PE/Brasil

Estado civil: Casada

### **Formação Acadêmica**

UNINASSAU – Universidade Mauricio de Nassau

Graduação em Psicologia – concluída em 2017.2

### **Idiomas**

Espanhol (Básico).

### **Conhecimentos**

#### **Informática:**

Conhecimentos no pacote Office e Internet.

### **Cursos e Certificações**

#### **Certificado de Participação:**

- I Mostra de Empregabilidade Uninassau com o objetivo desenvolvimento, conhecimento e integração com ênfase na etiqueta no ambiente organizacional e motivação;
- IX Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento;
- XIV Congresso Brasileiro de Direito Penal e Psicologia Criminal – Se o mal tivesse o nome;
- Participação em eventos conferência municipal de saúde de Timbaúba-PE;
- XIV Congresso Brasileiro e direito penal e psicologia criminal;
- VI Congresso Nacional de Psicologia – UNINASSAU;
- Produção científica, técnica e artística – Artigo Científico;

### **Experiência Profissional**

#### **CREAS Timbaúba-PE – Estágio Voluntário**

Atividade Profissional especializada - Junho de 2015 a Agosto de 2015 e Julho de 2016.

#### **Clínica Escola de Psicologia - UNINASSAU**

Estágio na área de Psicologia – desde 08/08/2016 até 19/12/2017.

#### **Psicóloga Clínica – Consultório ATIVAMENTE**

Atendimento para adultos, jovens e crianças – início 04/04/2018 até no momento.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Psicologia



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



# Patrícia Natália Ramos da Silva

**Psicóloga**

**CRP – 02/24338**

**Telefone:** (81) 99200-7159/ (81) 99120-0648

**E-mail:** patricia\_natalia2009@hotmail.com



## Dados Pessoais

---

Brasileira, Casada, Nascida em 14/01/1990

**Endereço:** Rua Professor Arão Teodomiro de Souza, 57A

Timbaubinha – Timbaúba – PE



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## Formação Acadêmica

---

**Graduação:** Bacharel em Psicologia

**Instituição:** Centro Universitário Estácio do Recife

**Status:** Concluído em 2020

**Pós-Graduação:** Terapia Cognitivo-Comportamental

**Instituição:** Faculdade de Ciências Humanas ESUDA

**Status:** Em curso

## Cursos e Palestras de Qualificação

---

**Curso: Psicologia Hospitalar – PSIC:**

Carga horária – 40h;

**Palestra de qualificação: II Simpósio - Psicologia e Compromisso Social:**

Carga horária -12h;

**Palestra de qualificação: XVII Fórum de Práticas Psicológicas:**

Carga horária – 10h;

**Curso: Formação em Psicoterapia do Luto:**

Carga-horário: 60h

**Curso: Transtornos Alimentares:**

Carga-horária: 20h

**Curso: Psicologia Da Personalidade:**

Carga-horária: 80h

**Curso: Transtorno Obsessivo Compulsivo -TOC:**

Carga-horária: 40h

**Curso: Síndrome De Asperger:**

Carga-horária: 80h

## **Experiência Profissional**

---

- **Atendimento Presencial:**  
Consultório próprio e domiciliar (Autônoma)  
De: 04 de 2021 até o momento.
- **ADAT:**  
De: 10 de 2022 até 04 de 2023.
- **Prefeitura Municipal de Timbaúba (EMULTI):**  
De: 08 de 2023 até o momento.
- **Amigos Solidários:**  
De 10 de 2022 até o momento.
- **ADAT:**  
De: 02 de 2024 até o momento.



# COTAÇÕES PROFISSIONAIS



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



# Cotações Fisioterapeuta (10 Horas)



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.  
Timbaúba – PE  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(FISIOTERAPIA):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, Isabella Silvana Macedo do Egito Cabral, RG: 166.9090 SSP/RN SSP/PE e CPF: 049.112.714-69, inscrita no CREFITO: 137.228-F. Apresento como proposta em prestadora de serviço / fisioterapia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 1.500,00 (Um e Mil e Quinhentos Reais).

*Isabella Cabral*  
Isabella Silvana Macedo do Egito Cabral  
Fisioterapia  
CREFITO: 137.228-F

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Fisioterapia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, **RODOLFO PORTO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, fisioterapeuta, devidamente registrado no CREFITO sob o nº 245.316 F portador da cédula de identidade RG nº 8.061.045 SDS/PE inscrito no CPF sob o nº 082.996.604-83. Apresento como proposta em prestador de serviço / fisioterapeuta, nessa referida instituição e carga horária semanal de 10 horas, a importância de R\$ 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais).



**RODOLFO PORTO DOS SANTOS**

CREFITO nº 245.316 F



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Fisioterapia):**

Conforme solicitação da ADAT\* – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, **TARCIANE RAQUEL ARAÚJO DA SILVA**, fisioterapeuta, devidamente registrada no CREFITO sob o nº 245.316 F portador da cédula de identidade RG 9.842.201 SDS/PE inscrita no CPF sob o nº 119.658.024-35. Apresento como proposta em prestador de serviço / fisioterapeuta, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 1.053,46 (Um Mil e Cinquenta Reais e Quarenta e Seis Centavos).



**TARCIANE RAQUEL ARAÚJO DA SILVA**

CREFITO nº 398.617 F



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Documentos do Fisioterapeuta



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO	
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO	
FISIOTERAPEUTA	398617-F
INSCRIÇÃO CREFITO	
NOME:	TARCIANE RAQUEL ARAUJO DA SILVA
NOME SOCIAL:	
FILIAÇÃO:	JOAO LUIZ DA SILVA
	EULALIA FERREIRA DE ARAUJO
LOCAL DE NASCIMENTO:	PB
DATA DE NASCIMENTO:	13/01/2001
LOCAL DE EMISSÃO:	
DATA DE EMISSÃO:	29/02/2024
RECIFE - PE	
LEI nº 6.206-07/05/75	
PRÉSIDENTE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	



LEI Nº 9434/97

ASSINATURA DO PORTADOR

POLEGAR DIREITO

IDENTIDADE CIVIL:	9.842.201	14/1/2013	SDS/PE
NÚMERO		DATA DE EMISSÃO	ÓRGÃO EMISSOR
IDENTIDADE ELEITORAL:	036		
NÚMERO	097823650868	CIRCUNSCRIÇÃO/ZONA	
IDENTIDADE DO CONTRIBUINTE	119.658.024		
INSCRIÇÃO NO CPF	35		
CONTROLE			

Outras qualificações profissionais

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

IDENTIDADE CIVIL		02/02/1996		SSP - RN	
1669090		DATA DE EMISSÃO		ÓRGÃO EMITENTE	
NÚMERO					
IDENTIDADE ELEITORAL		036		IDENTIDADE DO CONTRIBUINTE	
063045830841				049.112.714 69	
NÚMERO		CIRCUNSCRIÇÃO/ZONA		INSCRIÇÃO NO CIC	
OUTRAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS				CONTROLE	

*Isabella Cabral*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LEI Nº 9434/97



*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO**

**FISIOTERAPEUTA**

**INSCRIÇÃO CREFITO**

**137228-F**

**ISABELLA SILVANA MACEDO DO EGITO CABRAL**

**NOME**

**ENAITON SILVIO TABOSA DO EGITO**

**FILIAÇÃO**

**ISABEL CRISTINA DE MACEDO TABOSA DO EGITO**

**TIMBAUBA**

**09/01/1985**

**LOCAL DE NASCIMENTO (Cidade, Estado ou País)**  
**RECIFE - PE**

**DATA DE NASCIMENTO**  
**09/12/2010**

**LOCAL DE EMISSÃO**

**DATA DE EMISSÃO**

LEI nº 8.206-07 05.75  
LEI nº 8.316-17 12.75

*Luiziana Maranhão*  
**PRESIDENTE**

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

		
ASSINATURA DO PORTADOR <i>Katiane Galvão Cavalcanti</i>		
LEI Nº 943/97		
IDENTIDADE CIVIL 8.061.045	DATA DE EMISSÃO 31/05/2006	SDS-PE
NÚMERO 8.061.045	IDENTIDADE ELEITORAL 081337500876	IDENTIDADE DO CONTRIBUINTE 082.996.604
NÚMERO 081337500876	CIRCUNSCRIÇÃO/ZONA 036	INSCRIÇÃO NO CIC 082.996.604
OUTRAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS	CONTROLE	83

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT



**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO**

<b>FISIOTERAPEUTA</b>	<b>INSCRIÇÃO CREFITO</b>
	<b>245316-F</b>

**RODOLFO PORTO DOS SANTOS**

**NOME**  
**ROMUALDO LOURENÇO DOS SANTOS**

**FILIAÇÃO**  
**MARIA EDNALVA PORTO DOS SANTOS**

**LOCAL DE NASCIMENTO(Cidade, Estado ou País)**  
**TIMBAUBA PE**

**DATA DE NASCIMENTO**  
**07/08/1991**

**RECIFE - PE**

**LOCAL DE EMISSÃO**  
**LEI nº 6.206-07 05.75**  
**LEI nº 6.316-17 12.75**

**DATA DE EMISSÃO**  
**01/09/2017**

**PRESIDENTE**  
*[Assinatura]*

**VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

*[Assinatura]*  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
**Presidente ADAT**





# Cotações do Fisioterapeuta (15 Horas)



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



# Documentos do Fisioterapeuta



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Fisioterapia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, **TARCIANE RAQUEL ARAÚJO DA SILVA**, fisioterapeuta, devidamente registrada no CREFITO sob o nº 245.316 F portador da cédula de identidade RG 9.842.201 SDS/PE inscrita no CPF sob o nº 119.658.024-35. Apresento como proposta em prestador de serviço / fisioterapeuta, nessa referida instituição e carga horária semanal de 15 horas, a importância de R\$ 2100,00 (Dois Mil e Cem Reais).



**TARCIANE RAQUEL ARAÚJO DA SILVA**

CREFITO nº 398.617 F



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(FISIOTERAPIA):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, Isabella Silvana Macedo do Egito Cabral, RG: 166.9090 SSP/RN SSP/PE e CPF: 049.112.714-69, inscrita no CREFITO: 137.228-F. Apresento como proposta em prestadora de serviço / fisioterapia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 15 horas, a importância de R\$ 2.103,31 (Dois Mil e Cento e Três Reais e Trinta e Um Centavos).

*Isabella Cabral*

Isabella Silvana Macedo do Egito Cabral

Fisioterapia

CREFITO: 137.228-F

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Fisioterapia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, **RODOLFO PORTO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, fisioterapeuta, devidamente registrado no CREFITO sob o nº 245.316 F portador da cédula de identidade RG nº 8.061.045 SDS/PE inscrito no CPF sob o nº 082.996.604-83. Apresento como proposta em prestador de serviço / fisioterapeuta, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 15 horas, a importância de R\$ 1.703,43 (Um Mil e Setecentos Reais e Três Reais e Quarenta e Três Centavos).

  
**RODOLFO PORTO DOS SANTOS**

CREFITO nº 245.316 F

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

IDENTIDADE CIVIL <b>1669090</b>		02/02/1996		SSP - RN	
NÚMERO		DATA DE EMISSÃO		ÓRGÃO EMITENTE	
IDENTIDADE ELEITORAL <b>063045830841</b>		<b>036</b>		IDENTIDADE DO CONTRIBUINTE <b>049.112.714</b>	
NÚMERO		CIRCUNSCRIÇÃO/ZONA		INSCRIÇÃO NO CIC	
OUTRAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS				<b>69</b>	
				CONTROLE	

*Isabella Cabral*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LEI Nº 9434/97



*Katiane Galvão Cavalcanti*  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO**

**FISIOTERAPEUTA**

**INSCRIÇÃO CREFITO**

**137228-F**

**ISABELLA SILVANA MACEDO DO EGITO CABRAL**

**NOME**

**ENAITON SILVIO TABOSA DO EGITO**

**FILIAÇÃO**

**ISABEL CRISTINA DE MACEDO TABOSA DO EGITO**

**TIMBAUBA**

**09/01/1985**

**LOCAL DE NASCIMENTO (Cidade, Estado ou País)**

**DATA DE NASCIMENTO**

**RECIFE - PE**

**09/12/2010**

**LOCAL DE EMISSÃO**

**DATA DE EMISSÃO**

LEI nº 8.206-07 05.75

LEI nº 8.316-17 12.75

*Luiziana Maranhão*  
PRESIDENTE

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

LEI Nº 9434/97

**ASSINATURA DO PORTADOR** *Katiane Galvão Cavalcanti*

**POLEGAR DIREITO**

**IDENTIDADE CIVIL** 8.061.045

**NUMERO** 081337500876

**IDENTIDADE ELEITORAL** 036

**DATA DE EMISSÃO** 31/05/2006

**INSCRIÇÃO NO CIC** 082.996.604

**CONTROLE** 83

**ÓRGÃO EMISSOR** SDS-PE

**OUTRAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS**

  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
**Presidente ADAT**



CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO

FISIOTERAPEUTA		INSCRIÇÃO CREFITO	
245316-F			

**RODOLFO PORTO DOS SANTOS**

Nome

ROMUALDO LOURENÇO DOS SANTOS

Filiação

MARIA EDNALVA PORTO DOS SANTOS

Timbalua/PE

Local de Nascimento (Cidade, Estado ou País)

RECIFE - PE

Local de Emissão

LEI nº 6.206-07 05.75  
LEI nº 6.316-17 12.75

01/09/2017

Data de Emissão

07/08/1991

Data de Nascimento

Presidente

*Rodolfo Porto dos Santos*

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT



  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO	
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO	
FISIOTERAPEUTA	398617-F
NOME:	TARCIANE RAQUEL ARAUJO DA SILVA
NOME SOCIAL:	
FILIAÇÃO:	JOAO LUIZ DA SILVA
	EULALIA FERREIRA DE ARAUJO
LOCAL DE NASCIMENTO:	PB
DATA DE NASCIMENTO:	13/01/2001
RECIFE - PE	DATA DE EMISSÃO
LEI nº 6.206-07/05/75	29/02/2024
PRÉSIDENTE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	



LEI Nº9434/97

ASSINATURA DO PORTADOR

POLEGAR DIREITO

IDENTIDADE CIVIL:	9.842.201	14/1/2013	SDS/PE
NÚMERO		DATA DE BAIXA	ÓRGÃO EMISSOR
IDENTIDADE ELEITORAL:	036		
NÚMERO	097823650868	CIRCUNSCRIÇÃO/ZONA	
IDENTIDADE DO CONTRIBUINTE	119.658.024		
INSCRIÇÃO NO CPF	35		
CONTROLE			

Outras qualificações profissionais



# COTAÇÕES FONOAUDIOLÓGICAS



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

**Cotação de Prestação de Serviços:****(Fonoaudióloga):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, SHIRLEY LUCIANI PEREIRA ALVES FRANÇA, RG: 581.2242 SDS/PE e CPF: 036.280.754-08, inscrita no CRFa: 4-8500. Apresento como proposta em prestadora de serviço / fonoaudióloga, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 20 horas, a importância de R\$ 2.250,00 (Dois Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).

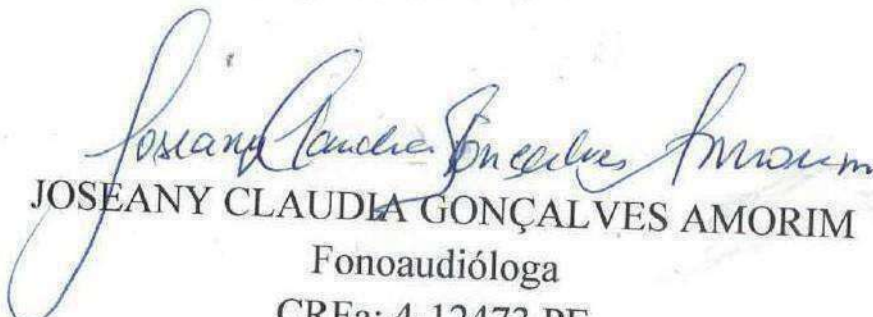
  
Shirley Luciani Pereira Alves França  
Fonoaudióloga

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Fonoaudióloga):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, JOSEANY CLAUDIA GONÇALVES AMORIM, RG: 624.0868 SSP/PE, inscrita no CRFa: 4-12473 PE Apresento como proposta em prestadora de serviço / fonoaudióloga, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 20 horas, a importância de R\$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos Reais).

  
JOSEANY CLAUDIA GONÇALVES AMORIM

Fonoaudióloga  
CRFa: 4-12473 PE

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Fonoaudióloga):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, SANDRA KARLA CAVALCANTI, inscrita no CRFa: 7228 PE Apresento como proposta em prestadora de serviço / fonoaudióloga, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 20 horas, a importância de R\$ 2.103,46 (Dois Mil e Cento e Três Reais e Quarenta e Seis Centavos).



SANDRA KARLA CAVALCANTI

Fonoaudióloga

CRFa: 7228 PE



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Documentos do Fonoaudióloga

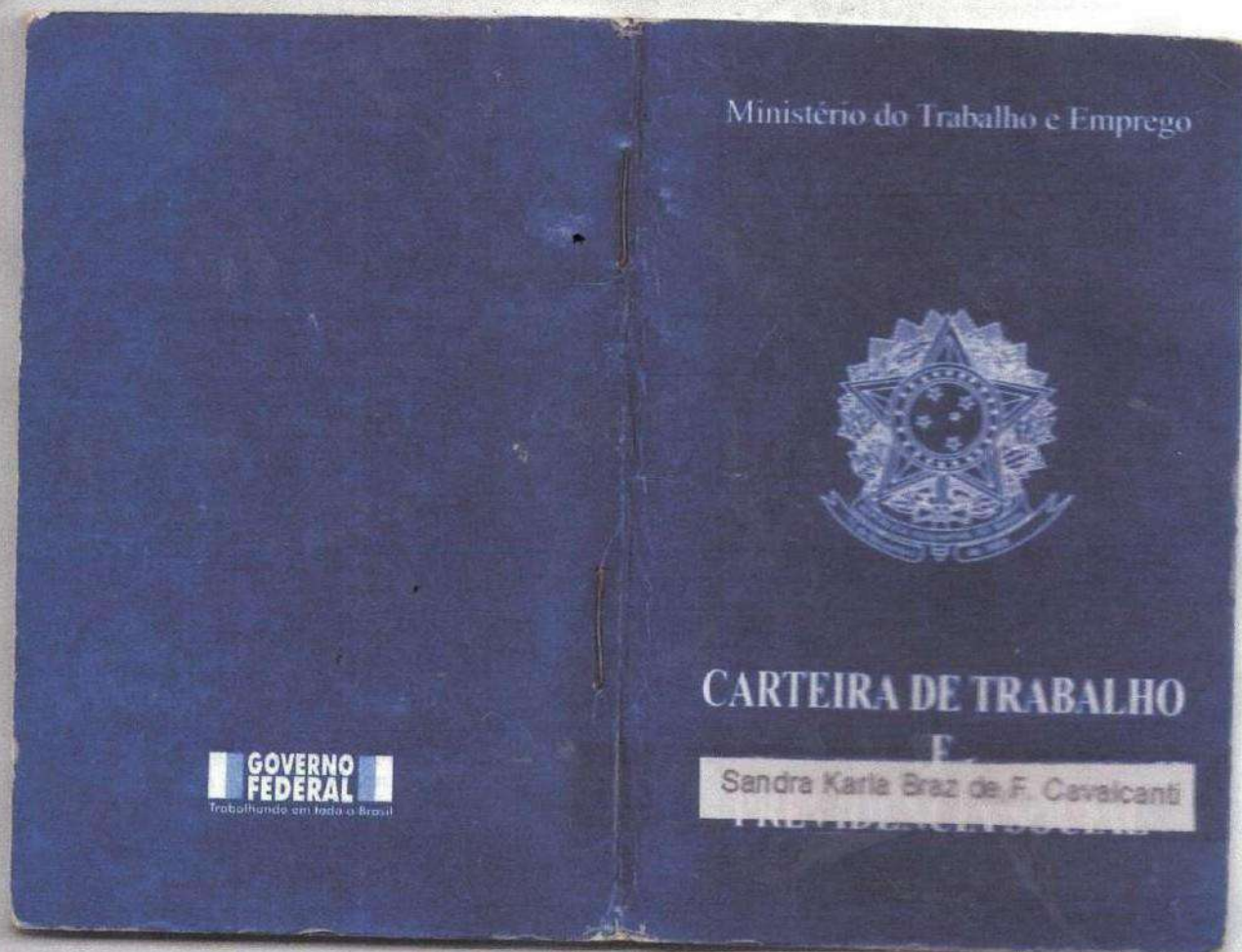


Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

você também está obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA



Número 52.152 Série 0004-RE

ASSINATURA DO PORTADOR

## CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA — 4ª REGIÃO

Inscr. nº 7228-P-PE  
Carteira Profissional de Fonoaudiólogo expedida de acordo com a Lei nº 6.965 de 9 de dezembro de 1981 a: *Sandra Karla Braz de Freitas Cavalcanti*

Em 16 de Novembro de 2000.

Nacionalidade *Brasileira*  
Data de Nascimento *25.06.69*  
Filiação *Jose Alfredo Queiroz Telha de Freitas e Severina Maria Braz de Freitas.*  
Estado Civil *Casada.*  
Insc. no Conselho em *10.10.2000*

Transferência de Inscrição  
do

CRFa Região

para

CRFa Região

Inscrição nº

aprovado em sessão de

Presidente

Secretário



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Sandra Karla Braz de Freitas  
Quaraceni PE Data 25.06.69  
Loc. Nasc. Quaraceni PE  
Filiação Jose Alfredo de Freitas  
e de Severina Maria B. de Freitas  
Doc. Nº 3.206.243-55-PE

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em 29.10.2001 / 2001 Doc. Ident. Nº DRT  
Exp. em 29.10.2001 / 2001 Estado Ag. do Trabalho  
Obs. Adm. de Trabalho  
Data Emissão 29.10.2001 DRT Ag. do Trabalho

Adm. de Trabalho  
Assinatura do Funcionário  
Edneza Miranda Figueiredo  
Mat. 140103-7

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE  
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....  
Doc. ....  
Nome .....  
Doc. ....  
Nome .....  
Doc. ....  
Nome .....  
Doc. ....  
Est. Civil .....  
Doc. ....  
Est. Civil .....  
Doc. ....  
Nascimento .....  
Doc. ....  
Doc. ....  
Doc. ....

CONSELHO REGIONAL DE  
FONOAUDIOLOGIA — 4ª REGIÃO

Inscr. nº 7228-P-PE  
Carteira Profissional de Fonoaudiólogo expedida de acordo com a Lei nº 6.965 de 9 de dezembro de 1981 a: Sandra Karla Braz de Freitas Cavalcanti

Em 16 de Novembro de 2000.

Nacionalidade Brasileira  
Data de Nascimento 25.06.69  
Filiação Jose Alfredo Quirinoz Telha de Freitas e Severina Maria Braz de Freitas  
Estado Civil Casada  
Insc. no Conselho em 10.10.2000

Transferência de Inscrição

do  
CRFa ..... Região .....

para  
CRFa ..... Região .....

Inscrição nº .....

aprovado em sessão de 1 / 1

Presidente

Secretário



  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

36

### ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....  
 de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....

Assinatura do empregador

37

FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
 (Lei nº 5.107/66, regulamentada pelo Dec. nº 59.820/66)

OPÇÃO

RETRATAÇÃO

01 / 02 / 05  
 Dia Mês Ano

..... / ..... / .....  
 Dia Mês Ano

Banco depositário .....

Agência .....

Praça .....

Empresa .....

Carimbo e assinatura do empregador

OPÇÃO

RETRATAÇÃO

..... / ..... / .....  
 Dia Mês Ano

..... / ..... / .....  
 Dia Mês Ano

Banco depositário .....

Agência .....

Praça .....

Empresa .....

Carimbo e assinatura do empregador

12

Proibições e Impedimentos


13

Vistos e Anotações



REVALIDAÇÃO

EM 24/02/2019.

  
 Presidente do CRFa 4ª Região





  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





Expedida em 10 de março de 2017

CPF 039.011.884-28

Validade 10/01/2022



POLEGAR DIREITO



*Katiane Galvão Cavalcanti Amorim*  
ASSINATURA DO PORTADOR

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT


**CÉDULA DE IDENTIDADE****CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA  
CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL**

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E TEM FÉ PÚBLICA

Art. 1º da Lei nº 6.206 de 7 de maio de 1975

Registro Nº **CRFa 4-12473****4ª Região**Nome **JOSEANY CLÁUDIA GONÇALVES AMORIM**Filiação **SEVERINO LOURENÇO GONÇALVES  
MARIA JOSENILDA GONÇALVES**Nacionalidade **BRASILEIRA (O)** Natural **TIMBAÚBA/PE**Nascido a **03/10/1981** Reg. Geral nº **6240868 SSP/PE**

PRESIDENTE DO CRFa

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL** CASA DA MOEDA DO BRASIL  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## **CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 4ª REGIÃO**

Inscr. nº **CRFa 4- 12473**

Carteira Profissional de Fonoaudiólogo expedida de acordo com a Lei nº 6965/81, de 09 de dezembro de 1981 a:

**JOSEANY CLÁUDIA GONÇALVES  
AMORIM**

Em **14/03/2017**

Naturalidade: **TIMBAÚBA/PE**

Nacionalidade **BRASILEIRA (O)**

**RG 6240868 SSP/PE**      **CPF 03901188428**

Data do Nascimento      **03/10/1981**

Filiação

**SEVERINO LOURENÇO GONÇALVES**

**MARIA JOSENILDA GONÇALVES**

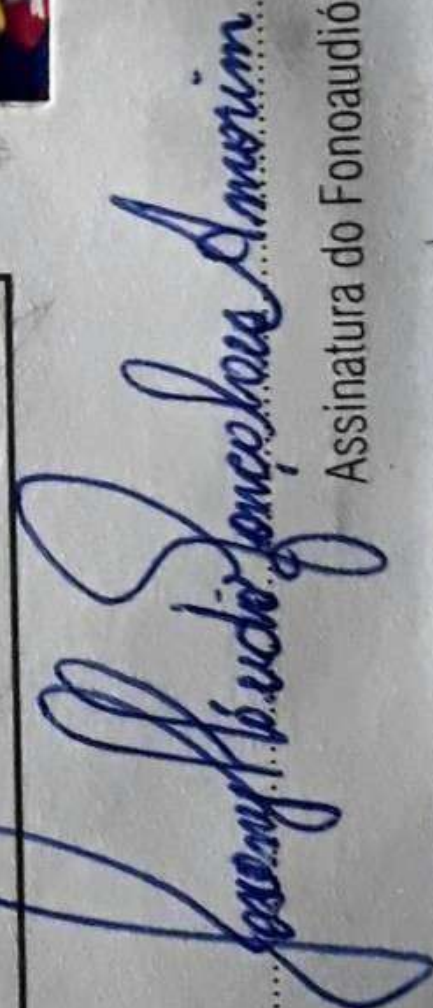
Estado Civil      **Casado**

Insc. no Conselho em      **11/01/2017**



**POLEGAR DIREITO**



*Assinatura de Fonoaudiólogo*  




# 1 Sandra Karla Braz de Freitas Cavalcanti

Av João Francisco 232 , Macaparana , PE 55865 000

81 997970136 – [sandrakarla25@hotmail.com](mailto:sandrakarla25@hotmail.com)

**Resumo Profissional** \_\_\_\_\_

**Histórico Profissional** \_\_\_\_\_

**02/2004 - atual Fonoaudióloga**

**Prefeitura Municipal de Macaparana – Unidade Mista Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti, PE**

- **Atendimento ambulatorial na UMM** (desde 2007 – efetiva)  
Área de atuação: VOZ , Triagem Neonatal ( Avaliação do DNPM, Teste da Orelhinha e Teste da Linguinha), Psicomotricidade, Disfagia, Deficiência auditiva, Autismo infantil, Eletroestimulação.
- **Articuladora Municipal do Programa Mãe Coruja Pernambucana** (2009-2020)
- **Coordenadora do Departamento de Fonoaudiologia da UMM** (2008-2011)
- **Coordenadora NASF-AB** (2017-2020)
- **Coordenadora do Centro de Fisioterapia e Reabilitação de Macaparana** (2017-2020)

**06/2014 - 12/2020 Fonoaudióloga**

**Prefeitura Municipal de Natuba – Natuba – PB**

Atendimento ambulatorial no PSF I (centro) e PSF II (Pirauá).  
Área de atuação: VOZ , Triagem Neonatal ( Avaliação do DNPM, Teste da Orelhinha e Teste da Linguinha ), Psicomotricidade, Disfagia, Deficiência auditiva, Autismo infantil, Eletroestimulação.

**09/2010 – 09/2016 Técnica do Programa Mãe Coruja Pernambucana –**

Governo do Estado de Pernambuco / Seleção simplificada  
(Segundo lugar XII GERES)

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**FORMAÇÃO ACADÊMICA**

---

**2019**

- Eletroestimulação Neuromuscular aplicada à fonoaudiologia – PREVINNI
- VI Conferência Municipal de Saúde de Natuba
- V Conferência Municipal de Saúde de Macaparana

**2018**

- I Oficina para profissionais de saúde : Hanseníase e Tuberculose
- Disfagia e Desidratação – AVANTE

**2017**

- IV Conferência Municipal de Saúde de Macaparana
- Formação para tratamento do Tabagismo – Governo do Estado de Pernambuco / SES
- Identificando Atrasos no Desenvolvimento Motor – Governo do Estado de Pernambuco / SE
- Preceptora em Residência Multiprofissional : Saúde Coletiva com ênfase em Gestão em rede – Governo do Estado de Pernambuco

**2016**

- I Congresso Nacional de Microcefalia – NANAP
- Triagem Neonatal : TESTE DA LINGUINHA – ATTRIOS
- Capacitação e implementação do E-SUS e PMAQ – Prefeitura de Natuba

**2015**

- I Conferência Municipal de políticas para Mulheres – Prefeitura Municipal de São Vicente Férrer
- IV Encontro Mãe Coruja Pernambucana : Seminário pela Primeira infância

**2013**

- III Encontro do Programa Mãe Coruja Pernambucana

**2011**

- Semana Mundial do Aleitamento Materno – CREFONO 4
- Seminário de Formação continuada : Saúde Vocal
- Triagem Neonatal – TESTE DA ORELHINHA – IMIP

**2004**

- Especialização em Motricidade Oral : Disfagia - UFPE – 480h
- Publicação Científica – Alterações do Sistema Estomatognático em portadores de Nevralgia do Trigêmeo
- Extensão em Terapia Vocal – CEFAC



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## 3 Sandra Karla Braz de Freitas Cavalcanti

2003

- Socorrista – Projeto Paramedic Safety School

1985

- Curso Básico de Inglês – SCBEU

1992

- Graduação em Fonoaudiologia – UNICAP
- 

### RESUMO PROFISSIONAL

---

**TRIAGEM NEONATAL – IPSEP / HSE (1992)**

**AMBULATÓRIO - Prefeitura Municipal de Macaparana (concurda desde 2007)**

**COORDENADORA Setor de Fonoaudiologia (2008-2011)**

**COORDENADORA NASF-AB e Centro de Reabilitação e Fisioterapia de Macaparana(2017-2020)**

**ARTICULADORA Municipal do Programa Mãe Coruja Pernambucana (2009-2020)**

**TÉCNICA do Programa Mãe Coruja Pernambucana( 2010-2011 / Ferreiros ; 2011-2016 / São Vicente Férrer)**

**AMBULATÓRIO – Prefeitura Municipal de Natuba ( 2014-2020)**

### COMPETÊNCIAS RELEVANTES

---

- Exames de pacientes
- Reabilitação de pacientes
- Manutenção de prontuários
- Diagnósticos complementares : TEA, RDNPM, NEUROLÓGICOS e DA
- Administração de testes auditivos neonatais
- Habilidades em comunicação (palestras e formações
- Gestão de tempo
- Resolução de problemas
- Gestão multidisciplinar

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT



# Cotações do Pedagogia

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Pedagogia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, **ELISABETE MARIA DE SOUZA SANTOS**, RG: 526.5928 SSP/PE e CPF: 038.608.704-00. Apresento como proposta em prestadora de serviço / pedagogia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 1000,00 (Um Mil Reais).

  
Elisabete Souza

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Cotação de Prestação de Serviços:****(Pedagogia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, **FERNANDA MARIA DE ANDRADE** CPF: 055.671.034-76. Apresento como proposta em prestadora de serviço / pedagogia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 985,00 (Novecentos e Oitenta e Cinco Reais).

  
Fernanda Maria de Andrade  
CPF: 055.671.034-76

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Cotação de Prestação de Serviços:  
(Pedagogia):

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, PATRICIA GOMES ROMANHOL RG: 6.528.398 SDS PE Apresento como proposta em prestadora de serviço / pedagogia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 635,46 (Seiscentos e Trinta e Cinco Reais e Quarenta e Seis Centavos).

  
PATRICIA GOMES ROMANHOL  
PEDAGOGA



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## Fernanda Maria de Andrade

- Estado Civil: Solteira
- Nacionalidade: brasileira
- Idade: 36 anos
- Data de nascimento: 05/03/83
- Naturalidade: TIMBAÚBA-PE
- Fone: (81)99757-6880
- E-mail: fernanda\_andrad@hotmail.com
- Rua Santa Bernadete, 16. Sapucaia
- TIMBAÚBA-PE - CEP: 55870-000

### Formação-Escolaridade

- 2º grau completo - Escola Jornalista Jáder de Andrade
- PEDAGOGA - Faculdade de Timbaúba (FAEST)
- Pós-Graduação em PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL
- Pós-Graduação em PSICOPEDAGOGIA CLINICA

### Experiência Profissional

**Colégio Timbaubense**  
MONITOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Período: 2007 à 2010.  
Telefone: (81)3631-0824.  
E-mail: [coltimbaubense@ubannet.com.br](mailto:coltimbaubense@ubannet.com.br)

**Escola Hadassa Vingren de Andrade**  
DOCENTE  
Período: 2011 à 2012  
Telefone: (81)3631-0530

**Escola Jornalista Jáder de Andrade**  
DOCENTE  
Período: 2012 à 2014  
Telefone : (81) 3631-5714

**Escola Professora Elisabeth Lyra**  
DOCENTE  
Atualmente na sala de AEE  
Período: 2014 até a presente data.  
Telefone: (81) 3631-5714

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



## Cursos Realizados

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**INFORLAND school** Cursos profissionalizantes  
Avenida Conde da Boa Vista, 700 – 3º andar.  
Boa Vista – Recife – Fone: (81)3421-9339

**INFORWAI informática**  
Rua José do Patrocínio, 72.  
Centro – Timbaúba Fone: (81)3631 1756

**Curso Básico de Libra**  
Realizado na Escola Clovis Salgado - Fone (81) 3631-5709

**Curso Básico de Libra**  
Instituto Pernambucano Educacional da diversidade Surda – IPEDS  
Fone (81) 3631-0824

**Curso de Inclusão Educacional de pessoas com AUTISMO, estratégias e adaptações.**  
Realizado na UNIFIP- João Pessoa - Fone (83) 3244-7940.

## Palestras

- Contação de História no Contexto Escolar: Importância e Desafios. Carga horária: 4 horas. FACET.
- Educação Indígena no Brasil, Educação e Desenvolvimento Local, Psicomotricidade: O Corpo na Educação e o Lugar no Brincar. Carga horária: 12 horas. FACET.
- A Educação na Sociedade Contemporânea. Carga horária: 4 horas. FACET.
- Mini curso: A Família Contemporânea e a Educação de Crianças: Um diálogo necessário, Ensino Fundamental: em nove anos é Fundamental? Carga horária: 20 horas. FACET.
- MOJATEC – Mostra do Jarbas de Tecnologia e Ciências. Carga horária: 7 horas. Escola Ministro Jarbas Passarinho – Camaragibe – PE.
- Concepção de infância e o papel do educador na instituição de educação infantil – 24 á 26. Duração: 12 horas.
- A importância do papel do Psicopedagogo no processo escolar- carga horária: 4 horas.
- Mudanças de postura do professor: perspectivas de análise na construção da práxis pedagógica. Carga horária: 12 horas.
- VII conferência Paixão Pela Educação. Carga horária: 6 horas.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



Resolução MEC/CNE/CES nº 1, de 08 de Junho de 2007

Portaria MEC/CNE 238/2012

### **CERTIDÃO DE CONCLUSÃO**

Declaramos para os devidos fins, que **FERNANDA MARIA DE ANDRADE**, matrícula **JUPSICL011413**, CPF nº **055.671.034-76**, concluiu a **ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA**, apresentando o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **INTERVENÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO A APRENDIZAGEM: A LUZ DA PSICOPEDAGOGIA**, obtendo nota 9,4 (nove vírgula cinco). O curso tem carga horária total de 540 horas/aula. Curso oferecido pela CBPEX – Consultoria Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão,

  
Fabiana Trujano de Souza  
Secretária Escolar

\_\_\_\_\_  
CBPEX/SECRETARIA

CNPJ 05.537.407/0001-76  
CBPEX CONSULTORIA LTDA.  
Av. Rio Grande do Sul, 1442  
B. dos Estados - CEP 58030-021  
João Pessoa - Paraíba

João Pessoa - PB, 24 de Fevereiro de 2022

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

CBPEX – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
**Educação, Ciência e Ética por um Mundo Melhor**  
[www.cbpe.com.br](http://www.cbpe.com.br)

# Patrícia Gomes Romanhol

**Pedagoga - Psicopedagoga**

**Telefone:** (81) 98429-4954 (81)97303-2277

**E-mail:** mcgromanhol@gmail.com



## Dados Pessoais

Brasileira, Casada, Nascida em 21|10|1985

**Endereço:** Rua Vereador Carlos Galdino Pereira, 504 A

Jardim Guarany Timbaúba – PE

## Formação Acadêmica

- **Graduada: PEDAGOGIA**

**Instituição:** FACET

- **Pós-Graduada: PSICOPEDAGOGIA**

**Instituição:** FACET

- **Pós-Graduada: ABA- Análise do Comportamento Aplicada na educação de pessoas com TEA**

**Instituição:** Faculdade Rhema

- **Pós-Graduada: NEUROPSICOPEDAGOGIA**

**Instituição:** Faculdade Iguaçu

- **Graduada: Terapia Ocupacional**

**Instituição:** Unifatecie

## Experiência Profissional

- **Educadora de Apoio**

Colégio Cenecista

**Período:** 8 anos

- **Psicopedagoga**

ADAT

Psicoclínica

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

*Patrícia Gomes Romanhol*

## Cursos e Palestras de Qualificação

---

- **Congresso Online de Psicomotricidade** – PSIC: Faculdade Rhema – 20h;
- **Workshop Educação Infantil e Dificuldades de Aprendizagem:** Faculdade Rhema – 10h;
- **III Aulão ABA na Prática:** Faculdade Rhema – 10h;
- **Oficina de Educação Especial- Adaptação de Atividades para alunos Inclusos:** Faculdade Rhema – 10h;
- **Semana Pedagógica:** FAEST – 10h;
- **Concepção de Infância e o Papel do Educador na Instituição de Educação Infantil:** FAEST – 10h;
- **Práticas Pedagógicas e Docência na Educação Básica:** FACET – 20h;
- **Congresso Online de Educação Infantil, transtorno de Aprendizagem e Inclusão:** Faculdade Rhema – 20h
- **I Fórum ao vivo Online de Neuropsicopedagogia:** Faculdade Rhema – 10h.

## Referências Pessoal

---

José da Silva Ramos



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

*Patrícia Gomes Romanhol*





ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANTA TEREZINHA  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS DE TIMBAÚBA**  
**FACET**



**CERTIFICADO**

O Diretor da Faculdade de Ciências de Timbaúba, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de **PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE EM DOCÊNCIA**, confere o título de **ESPECIALISTA** a **PATRICIA GOMES DA SILVA**, RG nº 6.528.398 SDS-PE, e lhe outorga o presente Certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais que este lhe confere.

Timbaúba, 02 de junho de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
Luiz Rodrigues de Sousa  
Diretor

  
\_\_\_\_\_  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



## HISTÓRICO

PERÍODO DO CURSO: Maio/2012 a Junho/2013

DISCIPLINAS / PROFESSORES / TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA	NOTA
Avaliação Psicopedagógica	Jeane Carneiro Costa	Mestre	24	8,9
Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem	Lindalva Maria Barbosa Sales	Especialista	24	10,0
Fundamentos da Psicopedagogia	Nadiene de Paiva Brandão	Mestre	28	9,5
Fundamentos Sociológicos e Filosóficos da Educação	Socorro de Barros Aquino	Doutora	28	9,5
Gestão de Equipe e Dinâmica de Grupo	Nadiene de Paiva Brandão	Mestre	24	8,0
Linguagem e Cognição	Hiliana Alves dos Santos	Mestre	28	8,0
Metodologia da Pesquisa Científica	Antonio José Barboza dos Santos	Mestre	16	10,0
Metodologia do Ensino das Ciências e Matemática	Antonio José Barboza dos Santos	Mestre	28	8,5
Metodologia do Ensino da História e Geografia	Sonia Lira	Doutora	24	9,0
Métodos e Técnicas da Pesquisa aplicada à Psicopedagogia -	Nadiene de Paiva Brandão	Mestre	28	7,0
Orientação à Pesquisa e Produção Científica – Artigo Científico –	Nadiene de Paiva Brandão	Mestre	40	8,0
Problemas de Aprendizagem na Escola	Lindalva Maria Barbosa Sales	Especialista	28	8,5
Psicopatologias da Aprendizagem	Edileuza Maria da Silva	Doutora	28	8,5
Seminários Temáticos	Simone Marin Alves	Mestre	12	9,0
Carga Horária Total / Média			360	8,7

Tema do Artigo: *"Psicopedagogia e suas intervenções no processo de ensino-aprendizagem"*

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Nadiene de Paiva Brandão

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

*Antes*





O Diretor da Faculdade Iguaçu, no uso de suas atribuições, confere o título de Especialista a

## PATRICIA GOMES ROMANHOL

Nacionalidade brasileira, natural de **Timbaúba/Pernambuco**, portador (a) do CPF n.º **065.662.384-50**, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA**, integralizado no período de 30/11/2023 a 10/05/2024, em conformidade com as disposições previstas na Resolução CNE/ CES nº 1, de 06/04/2018, outorgando-lhe o presente **CERTIFICADO**, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Capanema/PR, 10/05/2024.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

  
Diretor Geral  
Jobson Arruda

\_\_\_\_\_  
Aluno(a)


  
Secretária  
Lívia Fernanda da S. V. Schittine

**FACULDADE IGUAÇU**

Credenciada pela Portaria MEC nº  
1.640, de 19 de SETEMBRO de 2019.

Certificado emitido e registrado de  
acordo com a Resolução CNE/CES N°  
1, de 6 de abril de 2018.

Registro nº 20239692  
Livro nº LIVRO 3 - 2024 Folha n.º 7  
Capanema/PR, 10 de Maio de 2024.

  
Secretaria Acadêmica

FACULDADE IGUAÇU  
18.739.510/0001-40



Disciplina	Carga Horária	Média	Situação	Docente	Titulação
Dificuldades de Aprendizagem	45	90	Aprovado	TARCISIO CLAUDIOTELES PASSOS	Mestrado
Direitos Humanos	45	100	Aprovado	ARLEY FIGUEIREDO PORTUGAL	Doutorado
Docência do Ensino Superior	45	100	Aprovado	TAMILYS TEIXEIRA CASALECHI	Mestrado
Ética Geral e Profissional	45	70	Aprovado	FLAVIO MARCELO CORREIA	Doutorado
Inovações Tecnológicas	45	80	Aprovado	FLAVIOMARCELO CORREIA	Doutorado
Interface da Psicopedagogia	45	80	Aprovado	Larissa Thainara Rufino da Silva	Especialização
Intervenção Psicopedagógica	45	90	Aprovado	Larissa Thainara Rufino da Silva	Especialização
Introdução a Psicopedagogia	45	100	Aprovado	Larissa Thainara Rufino da Silva	Especialização
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	45	100	Aprovado	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA VIEIRA	Doutorado
Metodologia Científica	45	70	Aprovado	ARLEYFIGUEIREDO PORTUGAL	Doutorado
Psicologia do Desenvolvimento e da aprendizagem	45	90	Aprovado	Larissa Thainara Rufino da Silva	Especialização
Psicopedagogia Clínica	45	80	Aprovado	Larissa Thainara Rufino da Silva	Especialização
Psicopedagogia Inclusiva	45	100	Aprovado	Larissa Thainara Rufino da Silva	Especialização
Tecnologias Inclusão	45	100	Aprovado	UDSONLEANDRO FAGUNDES DIAS	Especialização

\* Aluno (a) dispensado (a) do Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com a Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/CE)

Declaração: A IES declara que o Curso Especialização cumpriu todas as disposições da Resolução CNE/CES N° 1, de 6 de abril de 2018.

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT





# Cotações do Psicologia



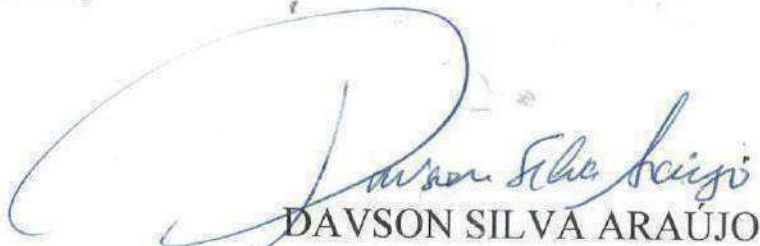
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Psicologia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, DAVSON SILVA ARAÚJO, RG: 8.168.369 SDS/PE e CPF: 083.749.264-57, inscrito no CRP – 02/20.949. Apresento como proposta em prestador de serviço / psicologia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 662,96 (Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Noventa e Seis Centavos).



DAVSON SILVA ARAÚJO

Psicólogo  
CRP – 02/20.949



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Psicologia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, MARCELLE DE BRITO MARTINS, RG nº 8.469.198 SDS/PE e CPF sob o nº 087.393.424-50, inscrita no CRP – 02/19380. Apresento como proposta em prestador de serviço / psicologia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 700,00 (Setecentos Reais).



**MARCELLE DE BRITO MARTINS**

Psicóloga

CRP – 02/19380



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Psicologia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, RAQUEL CRISTINA ALVES DE ARAÚJO MACEDO, RG nº 8.581.534 SDS/PE e CPF sob o nº 107.159.744-24, inscrita no CRP – 02/20540. Apresento como proposta em prestador de serviço / psicologia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 800,00 (Oitocentos Reais).



RAQUEL CRISTINA ALVES DE ARAÚJO MACEDO

Psicóloga

CRP – 02/20540



Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



## IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PSICÓLOGO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA



POLEGAR

PF

083.749.264-57

RG

8.168.369-SDS

DATA EXPEDIÇÃO

05/10/2006

UF

PE

OBSERVAÇÃO

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

ASSINATURA DO PSICÓLOGO

VALIDA EM TODO O PAÍS COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE (LEI 6206/75)



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

**CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL**  
**LEI N° 5766/71**  
**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA**

**REGIÃO**

**2ª**

**INSCRIÇÃO**

**CRP-02/20949**

**DATA DE INSCRIÇÃO**

**06/04/2018**

**JURISDIÇÃO**

**PE/FN**

**VIA**

**1ª**

**NOME**

**DAVSON SILVA ARAÚJO**

**FILIAÇÃO**

**SEVERINO LUIZ DE ARAÚJO**  
**MARIA MERCÊS DA SILVA**

**NATURALIDADE**

**TIMBAÚBA/PE**

**NACIONALIDADE**

**BRASILEIRA**

**DATA NASCIMENTO**

**03/06/1988**

**LOCAL DE EXPEDIÇÃO**

**CRP/02**

**DATA DE EXPEDIÇÃO**

**23/05/2019**

**ASSINATURA OU CHANCELA MECÂNICA DO CRP**

  
**Katiane Galvão Cavalcanti**  
**Presidente ADAT**



# Davson Silva Araújo

**Cidade:** Timbaúba – PE

**Endereço:** Rua 21 de Fevereiro, nº 63A. **Bairro:** Centro.

**Nacionalidade:** Brasileiro. **Estado Civil:** Solteiro.

**Data de Nascimento:** 03/06/1988. **Habilitação:** CRP: 02/20949.

**Profissão:** PSICÓLOGO.

**Tel:** (81) 99334-0064.

**E-mail:** davson333@gmail.com

## PERFIL PROFISSIONAL

Desempenhar as atividades profissionais baseando-se na ética e na responsabilidade da minha profissão, enquanto profissional, defendendo os interesses institucionais a fim de contribuir para o seu desenvolvimento, como também para minha relação profissional e consequentemente pessoal.

## FORMAÇÃO:

**Nível:** Curso Superior

**Entidade:** Centro Universitário Estácio do Recife

**Curso:** Bacharelado em **Psicologia Clínica**

**Período:** 10º Período (concluído)

**Ano:** 2017

**Cidade:** Recife-PE

**Nível:** Pós-Graduação

**Entidade:** (CEFAPP) Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional

**Curso:** **Transtorno do Espectro Autista**

**Período:** (Concluído)

**Cidade:** Recife- PE

**Data:** 2019

**Nível:** Pós-Graduação

**Entidade:** (IPOG) Instituto de Pós-Graduação e Graduação

**Curso:** **Avaliação e Reabilitação Neuropsicológica**

**Período:** Concluindo

**Cidade:** Recife-PE

**Data:** 2023



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

**Empresa:** Associação Cultural e Apoio às Pessoas com Deficiência de Timbaúba (ADAT)

**Cargo:** Psicólogo Clínico

**Atuação:** Avaliar e Acompanhar crianças com Transtorno do Neurodesenvolvimento.

**Abordagem:** Terapia Cognitivo Comportamental

**Período:** 2018 a 2024 (Ainda em Exercício)

**Tel:** (81) 3631-0843

**Cidade:** Timbaúba-PE

---

**DAVSON SILVA ARAÚJO**

**FONE:** (81) 99334-0064

**Empresa:** Prefeitura Municipal de Timbaúba - PE.  
**Cargo:** Psicólogo Clínico (Criança e Adolescente).  
**Atuação:** Avaliar e Acompanhar crianças com Transtorno do Neurodesenvolvimento.  
**Setor:** Ambulatório de Saúde Mental.  
**Período:** 2021 a 2023  
**Tel:** (81) 3631-0089  
**Cidade:** Timbaúba-PE.

**Empresa:** Prefeitura Municipal de Timbaúba - PE.  
**Cargo:** Psicólogo Clínico (Criança e Adolescente).  
**Atuação:** Avaliar e Acompanhar Crianças com Transtorno do Espectro Autista.  
**Setor:** Centro Multidisciplinar de Timbaúba (CEMULTI).  
**Período:** 2024 (Ainda em Exercício).  
**Tel:** (81) 3631-0089  
**Cidade:** Timbaúba-PE.

**Empresa:** Serviço de Psicologia aplicada (SPA) do Centro Universitário Estácio do Recife  
**Cargo:** Estágio Supervisionado em Psicologia Clínica  
**Abordagem:** Terapia Cognitivo Comportamental  
**Período:** 1 ano e 6 meses  
**Tel:** (81) 3227-2101  
**Cidade:** Recife-PE

  
 Katiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT

- **Curso em:** Manejo de Comportamentos. no período de Abril de 2024. Vitória de Santo Antão-PE.
- **Curso em:** “Teste Neuropsicológico de Inteligência: Escalas Wechsler de Inteligência para crianças – WISC - 4”. Realizado por Incantato Educação, no período de 2023.
- **Curso em:** “Teste de Desempenho Escolar II – TDE 2”. Realizado por Incantato Educação, no período de 2023.
- **Curso em:** “Teste Neuropsicológico de Atenção Visual - Tavis - 4”. Realizado por Incantato Educação, no período de 2023.
- **Curso em:** “Teste Perfil Sensorial II”. Realizado por Incantato Educação, no período de 2023.
- **Curso em:** “Teste Neuropsicológico e de Personalidade Pirâmides Coloridas de Fister”. Realizado por Incantato Educação, no período de 2023.
- **Curso em:** “Escala de Responsividade Social II – SRS-2”. Realizado por Incantato Educação, no período de 2023.



- **Curso em:** “Triagem de Altas Habilid Superdotação”. Realizado por Incantato Educação, no período de 2023.
- **Curso em:** “Teste Neuropsicológico Figuras Complexas de Rey”. Realizado por Incantato Educação, no período de Outubro de 2023.
- **Curso em:** “Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI)”. Realizado por Incantato Educação, no período de 2023.
- **Curso em:** “Teste Neuropsicológico Five Digit Test – Teste dos Cinco Dígitos (FDT)”. Realizado por Incantato Educação, no período de Outubro de 2023.
- **Curso em:** “Teste Neuropsicológico Columbia”. Realizado por Incantato Educação, no período de Fevereiro de 2023.
- **Curso de Extensão em:** Introdução à Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para o Autismo. Realizado pelo Grupo Cefapp, no período de Abril a Junho de 2019. Recife-PE.
- **Curso em:** Manejo de Comportamentos Graves no Autismo. Realizado pelo Grupo Cefapp, no período de Setembro de 2019. Recife-PE.
- **Curso em:** Ludicidade. Realizado em Novembro de 2019. Recife-PE.
- **Curso em:** Atividades Físicas e Transtorno do Espectro Autista. Realizado pelo grupo Cefapp, no período de Maio de 2019. Recife-PE.
- **Curso Livre em:** Atividades de vida diária e Integração Sensorial no Autismo. Realizado pelo grupo Cefapp, no período de Março de 2019. Recife-PE.
- **Curso de Relacionamentos Interpessoais Positivos segundo a Psicologia Positiva e a Neurociência.** Realizado pelo Instituto ISI INFINITY, Limeira – São Paulo, no Período de Abril de 2018.
- **Curso de Desenvolvimento Humano.** Realizado pelo Núcleo de Tecnologias para Educação da Universidade Estadual do Maranhão, no Período de fevereiro de 2018.
- **Curso de Psicologia Clínica.** Realizado pelo Cursos Online Educa, no período de Julho de 2016.
- **Curso de aperfeiçoamento em dependência química.** Com área de formação continuada em Psicologia, realizado pela WR Educacional, no período de Abril a julho de 2016.
- **Curso de aperfeiçoamento em Avaliação Neuropsicológica das Funções Executivas.** Realizado pela Learncafe, no período de agosto de 2016.
- **Curso de Avaliação Neuropsicológica:** módulo introdutório. Realizado pela MPE Treinamento e consultoria, no período de Dezembro de 2016. Recife-PE



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Minicurso sobre suicídio**, promovido pela Faculdade Estácio do Recife, no período de novembro de 2016. Recife-PE

- **Curso de Tanatologia**, promovido pela Faculdade Estácio do Recife, no período de 13 de agosto a 28 de novembro de 2013. Recife-PE



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Cotações do Psicologia



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Psicologia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, JOANA MYLENA BARBOZA DA SILVA, RG: 931.561 SDS/PE e CPF: 114.629.084-54, inscrita no CRP – 02/23.928. Apresento como proposta em prestador de serviço / psicologia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 662,96 (Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Noventa e Seis Centavos).

*Joana Mylena B. da Silva*  
JOANA MYLENA BARBOZA DA SILVA  
Psicóloga  
CRP – 02/23.928

  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Psicologia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, MARCELLE DE BRITO MARTINS, RG nº 8.469.198 SDS/PE e CPF sob o nº 087.393.424-50, inscrita no CRP – 02/19380. Apresento como proposta em prestador de serviço / psicologia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 700,00 (Setecentos Reais).



**MARCELLE DE BRITO MARTINS**

Psicóloga

CRP – 02/19380



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Cotação de Prestação de Serviços:**

**(Psicologia):**

Conforme solicitação da ADAT – Associação Cultural e Apoio as Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba, eu, RAQUEL CRISTINA ALVES DE ARAÚJO MACEDO, RG nº 8.581.534 SDS/PE e CPF sob o nº 107.159.744-24, inscrita no CRP – 02/20540. Apresento como proposta em prestador de serviço / psicologia, nessa referida instituição e carga horaria semanal de 10 horas, a importância de R\$ 800,00 (Oitocentos Reais).



RAQUEL CRISTINA ALVES DE ARAÚJO MACEDO

Psicóloga

CRP – 02/20540



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

## Joana Mylena Barbosa da Silva Gomes

Santa Ana – Timbaúba – PE

Tel.: (81) 9 9130-3409

E-mail: [Joana\\_mylena@hotmail.com](mailto:Joana_mylena@hotmail.com)

Brasileira

Casada

### **Síntese de Qualificações**

- Psicóloga especializada em Terapia **Cognitiva Comportamental**.
- Atuação na área Clínica e no Nasf.
- Experiência com tratamento de crianças com transtorno de **Espectro Autista, Dislexia e TDAH**.

### **Formação Acadêmica**

- Graduação completa em Psicologia – Instituição Estácio de Sá.
- Pós Graduanda em Neuropsicologia – Instituição Esuda.

### **Experiências Profissionais**

- Psicóloga Clínica – Espaço Corpo e Movimento.  
(2022 até o momento).
- Psicóloga – Núcleo de Apoio da Saúde da Família – Nasf.  
(2021 até o momento).
- Psicóloga Clínica – Atlantis Centro de Saúde.  
(2021).

### **Cursos e Conhecimentos Complementares**

- Curso de Capacitação em Transtorno de Personalidade;
- Terapia do Luto;
- Informática.

### **Habilidades**

- Organização;
- Prática de Pesquisa;
- Falar em Público;
- Proatividade;
- Empatia.



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL  
LEI Nº 5766/71

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

REGIÃO	INSCRIÇÃO	DATA DE INSCRIÇÃO
2ª	CRP-02/23928	20/01/2021

JURISDIÇÃO	VIA
PE/FN	1ª

NOME
JOANA MYLENA BARBOZA DA SILVA

FILIAÇÃO
JOSENAR BARBOZA DE LIMA ENEDINA MARIA DA SILVA BARBOZA

NATURALIDADE
TIMBAÚBA/PE

NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO
BRASILEIRA	19/06/1997

LOCAL DE EXPEDIÇÃO	DATA DE EXPEDIÇÃO
CRP/02	04/02/2021

ASSINATURA OU CHANCELA MECÂNICA DO CRP




  
Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PSICOLOGO



POLEGAR

CPF

114.629.084-54

RG

9375611-SDS

DATA EXPEDIÇÃO

29/12/2011

UF

PE

OBSERVAÇÃO

VÁLIDA ATÉ 20/01/2023

ASSINATURA DO PSICOLOGO

Joana Mylena B. da Silva



# CADASTRO CNEAS



Kátiana Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
CEP: 55.870-000  
CNPJ: 06.001.126/0001-67



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE ACOMPANHAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO SUAS**

**CONSULTA SOBRE O CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNEAS**

Nome da Entidade: CNPJ da Entidade:06.001.126/0001-67  
UF:PERNAMBUCO Município:TIMBAÚBA - 2615300

CNPJ da Entidade	Nome da Entidade	UF	Município	Endereço	E-mail	Status do CNEAS
06.001.126/0001-67	ADAT	PE	TIMBAUBA	PRAÇA JADER DE ANDRADE 89, CENTRO, TIMBAÚBA - PE	adat-2011@hotmail.com	Concluído em 17/08/2017

  
Kátiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT



# Relatório de Atividades 2023



Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Praça Jader de Andrade, 89. Centro.

Timbaúba – PE

CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67





### **Relatório de Atividades 2023:**

Nome da Entidade: Associação Cultural e Apoio às Pessoas com Deficiência e Amigos de Timbaúba (ADAT)

CNPJ: 06.001.126/0001-67

Endereço: Praça Jader de Andrade 89. Centro.

Município: Timbaúba

Estado: Pernambuco

Diretora Presidente: Katiane Barbosa Brito de Galvão Cavalcanti

CPF: 032.81.484-21 e RG: 462.0600 SDS / PE

Contato: 81. 99190.0502

E-mail Institucional: adat2011@hotmail.com

E-mail Pessoal: katigalvao@hotmail.com

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

#### **1. Objetivo Geral:**

Garantir amplo serviço de assistência social, cultural e em saúde voltado principalmente para atendimento de crianças e adolescentes com deficiência física, auditiva e intelectual, bem como ações de enfrentamento a violência sexual infanto juvenil. Promovendo assim a habilitação e reabilitação, bem como a integração social desse contingente. Focalizando o seu bem-estar e melhorando assim a sua qualidade de vida, superando barreiras para a igualdade de oportunidades de acesso à ampliação da participação social.

#### **2. Atividades, Serviços, Programas e Projetos:**

Atendimento de habilitação e reabilitação em usuários com deficiência física, auditiva e intelectual nas áreas de psicologia, assistência social, psicopedagogia, terapia ocupacional e fisioterapia bem como ações de enfrentamento a violência sexual infanto juvenil.

- Ações de enfrentamento a violência sexual infanto juvenil;
- Realização de oficinas;
- Acompanhamento psicossociais e terapêutico;
- Atendimento para a concessão de benefícios sócio assistenciais, como BPC / LOAS, e os demais direitos sociais, estabelecidos em leis;
- Encaminhamento para concessão de órteses e próteses;
- Palestras e reunião com as mães e/ou responsáveis sobre os temas atuais, com enfoque na área de saúde, educação e assistência social / violência sexual infanto juvenil;
- Sessão de acupuntura;
- Sessão de auriculoterapia;
- Sessão de massagens;
- Sessão de meditação;
- Prática de yoga e aplicação de Reiki;
- Técnicas cordelistas;
- Campanhas educativas e solidárias;
- Atividades de teatro e dança principalmente desenvolvendo temas atuais;
- Atividades em trabalhos manuais e afins;
- Ação do grupo de artesanato Tecendo os Dons composto por mãe de usuários e voluntários assim a geração de renda parece as famílias os principais parceiros nessa ação o Centro de Artesanato de Pernambuco e FENEARTE;
- Realização de eventos em calendários festivos como o Carnaval, Dia da Mulher Dia das Mães, São João, Semana da Cultura, Dia da Criança, festa de Natal entre outros.

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE

CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67



### **3. Metodologia Utilizada:**

O enfrentamento a violência sexual infanto juvenil trabalhamos com os seguintes eixos estruturantes: 1) Prevenção: Assegurar ações preventivas que evitem ou minorem os riscos de violência praticados contra crianças e adolescentes possibilitando-lhes orientação para o fortalecimento da autodefesa. 2) Atenção: Objetivo de assegurar ações que garantam o atendimento integral com base no respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes, pressupondo o desenvolvimento de ações articuladas e que deem conta do contexto multidimensional em que está configurada a violência sexual, com aspectos relacionados à cultura, à economia e às características psicossociais dos indivíduos envolvidos. 3) Defesa e Responsabilização: Trata-se de instrumento disponível aos atores que integram o Sistema de Garantia de Direitos para contraporem-se às ameaças e violações aos direitos da criança e do adolescente. 4) Responsabilização: Refere-se a sanções cabíveis, através de medidas judiciais aos que praticam violências contra crianças e adolescentes. 5) Comunicação e Mobilização Social: Ações que possibilitem a avaliação da qualidade e o potencial da mobilização e realização de ações de enfrentamento, envolvendo todos os atores que têm incidência sobre o tema. 6) Participação e Protagonismo: Trata-se de garantir o direito de crianças e adolescentes à participação ativa. 7) Estudos e Pesquisa: Inferir o nível de efetivação na realização de estudos quantitativos e qualitativos da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes, com ênfase nas proporções estabelecidas a partir dos conceitos de direitos trazidos pela legislação atual, bem como a capacidade de organizar sistemas articulados de informações sobre a situação da violência sexual e as possibilidades e cenários futuros.

#### **3.1- Demais Ações:**

- Avaliação própria / Anamnese, Estudo de Caso e Plano Individual de Atendimento (PIA);
- atendimentos individuais e em grupos;
- atendimentos terapêuticos e psicossociais;
- Realização de atividades e demais funcionalidades;
- Intervenções pertinentes;
- Fluxo de rotina;
- Questionário a avaliação e testes padronizados;
- Definição de metas;
- Reunião equipe técnica para o estudo de caso;
- Monitoramento;
- Avaliação trimestral.



Katiana Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

#### **4.0 Dia horário e periodicidade:**

De segunda a sexta-feira das 7:00h às 17h e 30 minutos.

#### **5.0 Público Alvo:**

Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos com deficiência física, auditiva ou intelectual.

#### **6.0 Forma de Acesso:**

- Por procura espontânea;
- Por busca ativa;
- Por encaminhamento da rede sócio assistencial (SUAS – Sistema Único da Assistência SOCIAL) e rede SUS – Sistema Único da Saúde;
- Por encaminhamento das demais políticas públicas inclusive Poder Judiciário;
- Por encaminhamento do Conselho Tutelar.

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE

CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67



**7.0 Número de atendimentos em: número total de pessoas que participam das atividades projetos, serviços e programas desenvolvidos pela entidade (por atividade):**

- Atendimento fonoaudiólogo: 256 Usuários / mês
- Atendimento fisioterapeuta: 204 Usuários / mês
- Atendimento psicológico: 136 Usuários / mês
- Atendimento terapeuta ocupacional: 272 Usuários / mês
- Atendimento assistente social: 256 Usuários / mês
- Oficinas: 60 Usuários / mês
- Meditação 60 Usuários / mês
- Acupuntura 60 Usuários / mês

Katiana Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

**Total: 1284 usuários mês**

**8.0 Interlocução com CRAS e CREAS:**

Na perspectiva de assegurar uma política pública de garantia de direitos, inclusão social das pessoas com deficiência há que se ter clareza sobre as competências teóricas específicas ações intersetoriais e o necessário reordenamento político institucional visando o referencial o papel da sociedade civil organizada em parceria com o Estado.

Do modo que a instituição tem um amplo acesso de diálogo com a rede sócio assistencial (SUAS) e da rede SUS e na percepção das políticas públicas municipais nos seguintes aspectos:

- Auxilia no mapeamento do território existência de pessoas com deficiência visando integrá-la na Rede SUAS e SUS, ou seja, trabalhar na visibilidade dessa população;
- Propiciar acolhimento, informação, orientação e encaminhamento para os recursos comuns e especializados;
- Fornecer os esclarecimentos sobre os direitos da pessoa com deficiência com base na legislação;
- Favorecer a prática organizada de mobilização e protagonismo das pessoas com deficiência física, auditiva e intelectual;
- Oferecer condições de autonomia o exercício da cidadania e inclusão social;
- Incluir pessoas com deficiência no BPC e nas atividades institucionais;
- Oferecer acessibilidade em todos os espaços físicos do programa de assistência social da entidade;
- Trabalho com as famílias na perspectiva de garantia do convívio familiar e comunitário.

**9.0 - Recursos Materiais:**

<b><u>Recursos Materiais</u></b>	<b><u>Atividades</u></b>	<b><u>Quantidades</u></b>
Notebook	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	05
Tablet	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	01

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE

CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67



Ipap	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	01
Computador	Equipe Técnica e Administrativo;	04
Impressora	Equipe Técnica e Administrativo;	03
Multifuncional	Equipe Técnica e Administrativo;	03
TV 42 Polegadas	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	01
TV 24 Polegadas	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	01
XBOX	Atividades Educativas e/ou Oficinas;	01
Data Show com Telão	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	01
Câmera Digital Sony	Registro Fotográfico;	01
Caixa de Som	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	01
Microfone Com Fio	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	01
Microfone Sem Fio	Atividades Educativas e/ou Oficinas, Palestras, Reuniões;	01
Fogão	Preparo refeições;	01
Geladeira	Manutenção de alimentos;	01

#### 10.0 - Recursos Humanos profissionais envolvidos na entidade NOB RH:

<u>Profissão</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Carga Horária Semanal de Cada Profissional</u>	<u>Vínculo com a Entidade</u>
Psicólogo	3	40 Horas	Prestador de Serviço
Assistente Social	1	30 Horas	Prestador de Serviço
Fonoaudiólogo	1	30 Horas	Prestador de Serviço
Fisioterapeuta	2	30 Horas	Prestador de Serviço
Terapeuta Ocupacional	2	30 Horas	Prestador de Serviço
Psicopedagoga	2	30 Horas	Prestador de Serviço
Educadores Sociais	2	40 Horas	Celetista
Auxiliar Administrativa	2	40 Horas	Celetista

Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE  
 CEP: 55.870-000  
 CNPJ: 06.001.126/0001-67

  
 Kátiane Galvão Cavalcanti  
 Presidente ADAT





Auxiliar de Serviços Gerais	1	40 Horas	Celetista
Costureira	1	20 Horas	Prestador de Serviço
Meditação	1	10 Horas	Voluntário
Acupuntura	1	10 Horas	Voluntário

### **11.0 Abrangência Territorial:**

Todo município de Timbaúba, tanto na zona rural como na zona urbana.

### **12.0 Origem dos recursos financeiros, convênio ou parceria as respectivas despesas se existem cobrança dos participantes nos atendimentos:**

Convênio com o município de Timbaúba através do FMS - Fundo Municipal de Saúde e com o governo do Estado de Pernambuco: a) (PE Conduz / é serviço de atendimento especial gratuito do tipo porta a porta, voltado para pessoas com alto grau de deficiência, que tenham comprometimento severo da mobilidade e que não apresentem condições de se locomover com autonomia nos demais meios de transportes coletivos. Este serviço de atendimento especial gratuito, criado pela Lei Estadual Nº 14.218, de 30 de novembro de 2010, e alterada pela Lei Estadual Nº 15.106, de 20 de Setembro de 2013, será realizado através de busca domiciliar em pontos de embarque pré-determinado, que disponibiliza **VEÍCULOS ADAPTADOS E ACESSÍVEIS DO TIPO VAN** o transporte confortável e seguro de pessoa com deficiência – PCD), e b) Emendas Parlamentares, e através de doações e/ou parcerias com empresas públicas e privadas, de modo que todos atendimentos realizados nessa instituição **SÃO GRATUITOS NÃO SENDO COBRADO NENHUMA TAXA DE CONTRIBUIÇÃO OU AFINS.**

### **13.0 Resultados obtidos a partir da atividade realizada:**

A estratégia do atendimento da pessoa com deficiência na instituição tem possibilitado a melhoria da qualidade de vida desse público alvo atendido e suas famílias por meio da intervenção singular realizada na instituição, em especial no atendimento de enfrentamento a violência sexual infanto juvenil.

A intervenção terapêutica sistemática e presencial viabiliza a manutenção da construção com a família de novas possibilidades de existir no mundo e contribuírem para que o potencial de desenvolvimento do usuário continue ao longo da vida. Uma vez que é que para acompanhar o cotidiano das famílias alcançam conflitos da dinâmica familiar os quais muitas vezes impedem a eficiência e eficácia das ações desenvolvidas em outros aspectos de atendimento a pessoas com deficiências. Dessa forma nossa atuação oferece o suporte para incorporação de mudanças trabalhadas nos processos de habilitação e reabilitação.

A instituição promove a construção de um lugar digno para pessoa dentro da família fazendo interagir o seu potencial e sua ação contribuem para que o potencial da rede de atenção à pessoa com deficiência seja compartilhando e de responsabilidade no território entre todos os serviços e equipamentos por meio de articulação, sensibilização e quebra de estigmas relacionados ao olhar da “incapacidade”. Pessoas atendidas que apresentam mais de um tipo de deficiência vêm sendo acompanhadas com maior proximidade e constituem objetivos de constante reflexão quanto à potencialidade necessidade de implementação. Focalizando também a inserção do usuário / PCD no mercado de trabalho.



Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE

CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67



Todo o trabalho de habilitação e reabilitação desenvolvido da instituição de forma integral e multidisciplinar tem como objetivo maior promover a independência a mobilidade e a qualidade de vida de seus usuários através de muito trabalho, dedicação, esforço e motivação.

E os Profissionais da instituição não poupam esforços para transformar a vida de seus usuários. Já não basta que a pessoa com deficiência seja apenas incluída ela precisa estar de verdade integrada a sociedade fazendo a sua parte para um mundo mais humano percorrendo diariamente um caminho desafiador com muitos obstáculos mas segue ao lado de seus usuários confiando na força que eles têm para transformar pequenos movimentos em grandes conquistas.

#### **14.0 Despesas das Atividades:**

Ordem	Especificação	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Valor Anual
1	Folha de Pagamento	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 11.193,68	R\$ 134.324,16
2	Celpe	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
3	Água Encanada	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 600,00
4	Impostos	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 378,24	R\$ 4.538,88
5	Internet	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
6	Materiais Diversos	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
7	Materiais Lúdicos	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
8	Serviços Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
9	Serviços Pessoa Física	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
10	Serviços Contábeis	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
11	Gêneros Alimentícios e Descartáveis	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
12	Total												R\$ 216.163,04

#### **15.0 Parcerias e Articulações:**

Parceiros	Tipos de Articulação
Defesa dos Direitos Humanos, como Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Entidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Ações de Referência e Contrarreferência



Praça Jader de Andrade, 89. Centro. Timbaúba – PE

CEP: 55.870-000

CNPJ: 06.001.126/0001-67



Parceiros	Tipos de Articulação
Promoção dos Direitos: CRAS, CREAS, REDE SUAS, REDE SUS.	Solicitação de Serviços e Programas de Políticas Públicas; Solicitação de Programas de execução de medidas de proteção de direitos humano e afins
Controle e Efetivação dos Direitos: Instancias publicas colegiadas, como Conselho Tutelar, Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos setoriais de formulação e controle de politicas públicas, como saúde, educação, assistência social e afins.	Construção, efetivação, avaliação e monitoramento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### 15.1 - Formas de Interlocução com os Eixos do SGD:

A gestão compartilhada entre atores de uma rede, a partir de um planejamento conjunto e a busca por resultados coletivos – com plena participação do Estado e da sociedade civil, é o trabalho em rede representa – possibilita agilidade, melhor utilização de recursos e maior garantia de unidade e continuidade de programas das Redes de Proteção. Nesse sentido, o **Enfrentamento a Violência Sexual Infanto Juvenil** entende que ao desenvolver esse programa de proteção e prevenção por meio de uma ação integrada e intersetorial de serviços de todas as políticas, assim como instituições governamentais e não governamentais, constitui-se uma estratégia para atuar frente às necessidades de crianças e adolescentes com o objetivo de prevenir e inibir a violência com a necessidade de estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, bem como a definição de portas de entrada para o Sistema. Ainda assim com articulação interinstitucional entre competências e ações com os demais Sistemas de Defesa de Direitos Humanos, entre o SUAS (Sistema Único da Assistência Social) e o SUS (Sistema Único de Saúde), com o Sistema de Justiça, entre o SUAS e o Sistema Educacional, através de diversos serviços e ações e com sistema de gestão de relações interinstitucionais e intersecretariais, através de ações complementares relacionados ao tema.

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente ADAT

Katiane Galvão Cavalcanti  
Presidente da ADAT / Timbaúba